

Espaços Rurais na América Latina e União Européia

Essa obra, intitulada "Espaços rurais na América Latina e União Européia: Dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais", constitui um conjunto de textos (artigos e capítulos de tese), os quais, muito embora escritos em diferentes momentos e atendendo distintos propósitos e objetivos, sejam acadêmicos ou operacionais, tem como centralidade os espaços rurais e as distintas experiências, dentre elas, no Brasil (América Latina) e na França e Portugal (União Européia).

Elicardo Heber de Almeida Batista - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.



Almeida Batista, Aparecida Franco



Elicardo Heber de Almeida Batista ·
Alessandra Aparecida Franco

Espaços Rurais na América Latina e União Européia

Dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais

 Novas Edições
Acadêmicas

Elicardo Heber de Almeida Batista
Alessandra Aparecida Franco

Espaços Rurais na America Latina e União Européia

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

**Elicardo Heber de Almeida Batista
Alessandra Aparecida Franco**

Espaços Rurais na América Latina e União Européia

**Dimensões sociais, econômicas, políticas e
ambientais**

FOR AUTHOR USE ONLY

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-613-9-68262-1

Copyright © Elicardo Heber de Almeida Batista, Alessandra Aparecida Franco
Copyright © 2020 International Book Market Service Ltd., member of
OmniScriptum Publishing Group

FOR AUTHOR USE ONLY

ELICARDO HEBER DE ALMEIDA BATISTA
ALESSANDRA APARECIDA FRANCO
(ORGANIZADORES)

**ESPAÇOS RURAIS NA AMERICA LATINA E UNIÃO EUROPÉIA:
Dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais**

Setembro de 2020

SOBRE OS AUTORES:

Autor	Referências
Adevan da Silva Pugas	Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – (PPGA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC). Mestre em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Membro do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos. E-mail: vanpugas@gmail.com
Alessandra Aparecida Franco	Doutora em Educação (UFU/MG). Mestre em Administração (FACECA/MG). Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. Email: alessandra.franco@uemg.br
Ana Cecília Guedes	Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFFSC). Doutora em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. E-mail: ana.cecilia@uemg.br
Carlos Augusto Pantoja Ramos	Engenheiro florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP (atual Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA). E-mail: pantojaramos@gmail.com
Danilton Carlos da Silva	Mestre em Administração Agroindustrial - Unesp/SP. Docente na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. Email: danilton.silva@uemg.br
Elicardo Heber de Almeida Batista	Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-FCT/UNESP. Docente na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. E-mail: elicardo.batista@uemg.br ; elicardoheber@yahoo.com.br
Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo	Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Email: icamiaba@gmail.com
Guilherme Valagna Pelisson	Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí - UFJ/GO. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS. Especialista em Agronegócio pela UNOPAR/Polo Ituiutaba. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU/Campus pontal. Graduando do Curso de Tecnologia em Agronegócio - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Ituiutaba. E-mail: gvpelisson@yahoo.com.br
Jussara Goulart da Silva	Doutora em Administração – UNINOVE/São Paulo Docente na Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Campus Pontal Ituiutaba - Minas Gerais Email: jussaragoulart@pontal.ufu.br

Karine Nunes	Estudante de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Bordeaux Sciences Agro (França) e Mestranda no Programa de Desenvolvimento dos territórios, origem e qualidade dos produtos na Universidade de Bordeaux Montaigne (França) Email: karinenunes102@hotmail.com
Karllianne Dias Maia dos Santos	Pós graduanda em Gestão Ambiental aplicada à indústria – UNOPAR/Polo Ituiutaba. Tecnóloga em Produção Sucroalcooleira - Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. Email:karlliannemaia@gmail.com
Leandro Divino Miranda de Oliveira	Mestrando em Administração na Unesp/SP – Campus Jaboticabal. E-mail: leandro-miranda92@hotmail.com
Maria Beatriz Silva Araújo	Graduanda em Agronomia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Ituiutaba. E-mail: maria_bearaujo@hotmail.com
Mateus Medeiros Ferreira	Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira - Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba. Email: mat.m.f@hotmail.com
Oscar José Rover	Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio do Grande do Sul (UFRGS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos. Email: oscar.rover@gmail.com
Paulo Roberto Cardoso da Silveira	Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA- Campus de Itaquí. E-mail: prcs1064@yahoo.com.br
Sérgio Mendes Dutra	Mestrando em Administração na Unesp/SP - Campus Jaboticabal. E-mail: serggiomendes@gmail.com

ESPAÇOS RURAIS NA AMERICA LATINA E UNIÃO EUROPÉIA:
Dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais

Elicardo Heber De Almeida Batista
Alessandra Aparecida Franco
(Organizadores)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
Prof. Dr. Elicardo Heber de Almeida Batista Profa. Dra. Alessandra Aparecida Franco	
CAPÍTULO 1.....	3
O RURAL COMO LUGAR DE MORADA Elicardo Heber de Almeida Batista; Ana Cecília Guedes	
CAPÍTULO 2.....	48
A EMERGÊNCIA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E SEUS EFEITOS SOBRE O ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E AMBIENTAL DA ILHA DO MARAJÓ, PARÁ, BRASIL Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo; Carlos Augusto Pantoja Ramos	
CAPÍTULO 3.....	79
UM NOVO PERFIL PARA OS EXTENSIONISTAS RURAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA E DA AJUDA METODOLÓGICA PARA OS CONTEXTOS BRASILEIRO E FRANCÊS Karine Nunes, Oscar José Rover	
CAPÍTULO 4.....	103
“PARA ALÉM DA AGRICULTURA”: DE ESPAÇOS AGRÍCOLAS A ESPAÇOS DE CONSUMO NA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA Elicardo Heber de Almeida Batista	
CAPÍTULO 5.....	133
SEGURANÇA ALIMENTAR: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL Ana Cecília Guedes; Adevan da Silva Pugas; Elicardo Heber de Almeida Batista; Paulo Roberto Cardoso da Silveira	
CAPÍTULO 6.....	150
O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TABAPUÁ, SP NO ANO DE 2015 Guilherme Valagna Pelisson	
CAPÍTULO 7.....	173
AGRONEGÓCIO E OS ESPAÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL Maria Beatriz Silva Araújo; Elicardo Heber de Almeida Batista	
CAPÍTULO 8.....	199
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA ESTRATÉGICA COACHING EM AGROINDUSTRIAIS	

Danilton Carlos da Silva; Jussara Goulart da Silva; Leandro Divino Miranda de Oliveira; Sérgio Mendes Dutra

CAPÍTULO 9.....214

SISTEMA DE CONTROLE DE QUALIDADE EM INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS....

Alessandra Aparecida Franco; Karlianne Dias Maia dos Santos

CAPÍTULO 10.....227

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE EM INDÚSTRIAS SUCORALCOOLEIRAS

Alessandra Aparecida Franco; Mateus Medeiros Ferreira

FOR AUTHOR USE ONLY

APRESENTAÇÃO

Essa obra, intitulada “Espaços rurais na América Latina e União Européia: Dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais”, constitui um conjunto de textos (artigos e capítulos de tese), os quais, muito embora escritos em diferentes momentos e atendendo distintos propósitos e objetivos, sejam acadêmicos ou operacionais, tem como centralidade os espaços rurais e as distintas experiências, dentre elas, no Brasil (América Latina) e na França e Portugal (União Européia). Isso significa que a leitura deve ser compreendida considerando o recorte espacial e temporal e os distintos contextos institucionais em que os textos foram produzidos. Contudo, os conjuntos das ideias apresentadas no texto, em seu conjunto apresentam em boa medida o pensamento e as posições de seus autores sobre os espaços rurais. A segunda ressalva diz respeito aos temas que poderão ser facilmente percebidas em distintos capítulos, resultado de um conjunto de pesquisas realizadas pelos autores em instituições brasileiras, estrangeiras e/ou em ambas. Com dez capítulos, a obra apresenta pesquisas acerca dos temas, conceitos, categorias e distintas experiências nos espaços rurais, desde sua concepção como espaço de produção até espaços de vida. Com abordagens que tratam das distintas dimensões no rural (social, cultural, econômica e ambiental), os textos escritos por diferentes estudiosos oriundos das ciências agrárias, sociais e humanas (áreas), mas com abordagens interdisciplinares para discutir os fenômenos nos espaços rurais. As discussões estão centradas no abrangente universo do rural e na compreensão da inter-relação de todos os agentes envolvidos em contextos distintos. Logo, se apresenta como um convite a pesquisadores com interesse no assunto a se enveredar pelos diversos campos de estudos oriundos das temáticas contidas na obra. O livro está dividido em duas partes: a parte um contém textos que tratam sobre os novos rumos do desenvolvimento rural na América Latina e na união europeia e a parte dois traz um conjunto de textos sobre espaços agrícolas e o agronegócio na experiência brasileira

Boa leitura!

Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil, 2020.

Prof. Dr. Elicardo Heber de Almeida Batista
Profª. Dra. Alessandra Aparecida Franco

PARTE 1: NOVOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA E NA UNIÃO EUROPEIA



Fotografia: Rural, lugares e o habitar. Aldeia do Pedrógão, Distrito de Leiria, Portugal.
Fotógrafo: Elicardo Heber de Almeida Batista. 2016

CAPÍTULO 1

O RURAL COMO LUGAR DE MORADA

Elicardo Heber de Almeida Batista¹; Ana Cecília Guedes²

Introdução

Em seu significado mais íntimo, a noção de espaço de vida (CAVACO, 2004), espaço vivido e o conceito de habitar (STOCK, 2000) remetem aos múltiplos significados dos lugares. Um indivíduo não habita apenas o lugar de domicílio e não habita apenas quando reside. O mesmo lugar tem múltiplos significados conforme as distintas intencionalidades de suas práticas, em conformidade com as diferentes situações e indivíduos, para diferentes práticas. Cavaco (2004) afirma que a sociedade moderna é marcada por uma mobilidade cotidiana e de trajeto de residências de vida não mais esmagada pela sedentariedade, marcada cada vez menos pelo nascer e morrer no mesmo lugar e, com isso, marcada por novas competências geográficas. Dessa forma, houve uma profunda mudança nas relações com o espaço e igualmente nos valores dos deslocamentos e no sentido das relações com os espaços de vida. Mudaram também os significados de proximidade e distância (perto/longe).

O habitar também é um conceito que se apresenta como fenômeno espacial, o fenômeno da multiplicidade de habitantes, do cotidiano (e não cotidiano), das intencionalidades das práticas dos lugares e do sentido que estes assumem (residência, trabalho, lazer, consumo, recreação etc.). Remete também às questões sociais e culturais, considerando que os indivíduos não são livres, tanto em matéria de prática espacial, quanto em frequência de lugares (acesso, valores, informação). O habitar expressa uma diversidade nos espaços e nos tempos de vida: estilos de vida, frequência e prática de um grande número de lugares, com conhecimento e intensidade diversos. “Os homens são geograficamente plurais” (CAVACO, 2009, p. 40), não são sedentários e dispõem de intensas e

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Professor nos cursos de Ciências Agrárias (área) na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ituiutaba). E-mail: elicardo.batista@uemg.br ; elicardoheber@yahoo.com.br

² Doutora em Agroecossistemas no Programa Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGA/UFSC. Pós-doutoranda no mesmo programa e instituição. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ituiutaba). E-mail: ana.cecilia@uemg.br

distintas mobilidades (circulação, migração, migração circulatória, entre variadas residências etc.) e se relacionam com os lugares.

Nesse sentido, as diferentes mobilidades e as relações com os lugares podem apontar para as condições sociais e a posição (diversas posições) do indivíduo na estrutura social. Os habitantes temporários portugueses, que detêm uma segunda residência no Algarve ou no Litoral (Portugal), a migração temporária de mexicanos coletores de laranja nos Estados Unidos, ou os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste Brasileiro ou do Vale do Jequitinhonha, que residem em alojamentos precários no Estado de São Paulo, enfim, mobilidades profissionais ou de lazer, contêm em si sentido e significados distintos e também um forte indicador dos lugares de estar e habitar como um elemento de exclusão social. Os indivíduos que se relacionam com diferentes lugares, multiresidência e multilocalização, por necessidade e/ou por escolha, apontam para uma mudança na relação com o espaço e no valor dos deslocamentos, assim como para o sentido de relação com os espaços de vida.

O próprio sentido dos deslocamentos aponta para as assimetrias entre os indivíduos, como por exemplo, os migrantes temporários da construção civil ou os estudantes que migram para estudar. Se os homens são plurais pela mobilidade, física, eletrônica e digitalmente, há uma imobilidade de indivíduos que residem permanentemente em um único lugar, devido à ausência de rendimentos monetários. A não mobilidade expressa uma carência econômica e a limitação de novas experiências a quase sempre numa mesma vila, aldeia, comunidade etc.

Residir remete ao lugar de domicílio, ou seja, onde se permanece habitualmente, e até mesmo onde se estruturam os territórios pessoais e se têm suas raízes. É da residência que são definidas as estratégias de deslocamentos diários para as práticas do cotidiano, o que pode ser entendido como a espacialização dos modos de vida. O lugar de domicílio é um elemento estruturante (um centro) dos espaços de vida, mas também de suas identidades espaciais. É um lugar de habitar e também de trabalhar.

A noção de espaços de vida remete aos espaços praticados, onde há a presença de emoções e raízes. Remete às práticas concretas nos lugares, nos percursos diários e rotineiros de um conjunto de categorias sociais (habitantes, trabalhadores, consumidores de bens, serviços e lazer etc.) É “o espaço da ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efetiva, seja ela econômica, social, etária etc.” (CAVACO, 2004, p.39), as quais afetam os comportamentos espaciais, delimitando o particular no âmbito geral.

Esse texto apresentará uma discussão sobre espaço de vida, comunidade e comunidades rurais considerando as experiências locais no Vale do Jequitinhonha (MG). As evidências empíricas apresentadas no decurso do texto foram sistematicamente apoiadas nas fontes orais para a produção dos dados, sobretudo as entrevistas semiestruturadas e história oral (como instrumento metodológico). As pesquisas de campo ocorreram entre 2014 e 2016. No texto se encontra uma possibilidade de leitura sobre um lugar. Os espaços de vida são aqui entendidos como referência para distintas práticas espaciais, dentre eles, habitar e estar em um cenário marcado por idas e retornos no contexto das migrações, sobretudo, mas não apenas, as transitórias e de trabalho, dentre eles, nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal) e não agrícolas.

Os espaços de vida englobam os lugares cotidianos e da familiaridade, em decorrência das experiências pessoais (práticas pessoais e particulares), o que é apropriado, mas também trata da experiência contada pelos outros (memória), portanto, tanto do real, como também do imaginado/sonhado, em um passado distante ou não, ou seja, espaço vivido para além das fragmentações reais e das referências sensoriais, entendido também como mental e imaginado.

É no espaço de vida que se têm as relações afetivas e racionais e onde se expressam determinadas características da vida no lugar: os modos de vida e suas particularidades, dentro da fragmentação espacial, e as redes sociais (contínuas ou não).

Habitar remete a frequência, permanência, descanso, prática do espaço, criação de laços pela atuação, familiaridade do vivido. Remete a um conjunto de experiências geográficas que englobam tanto a prática dos lugares visitados, como também a relação com os lugares imaginados ou praticados. As formas de habitar podem ser sedentárias (fixas) ou móveis (STOCK, 2007). O habitar é resultado de múltiplas relações (sociais e com o espaço) baseadas em intencionalidades e práticas. Há uma multiplicidade de lugares com distintos significados para cada indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes sociais, técnicas e informacionais, os indivíduos praticam uma multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas. As práticas dos lugares contribuem para o habitar dos lugares e detêm diferentes significados definidos a partir das relações com os vários lugares que são integrados na espacialidade dos indivíduos, seja elas corriqueiras, cotidianas, ocasionais ou ritualísticas.

Redes sociais é recorrentemente acionada para tratar de conexões. Os indivíduos e os grupos sociais estão conectados por meio de amplas e complexas redes sociais, às vezes não tão amplas ou complexas, mas essas redes sempre existem nas relações humanas. As redes sociais se manifestam em distintas circunstâncias e escalas, por exemplo, nas migrações internas e internacionais.

Funciona também como uma espécie de circuito de deslocamento humano no espaço, possibilitando a liga de certos agentes e nós e viabilizam, dessa forma, oportunidades de deslocamento. De forma bastante sintética, para Tilly (1990), as unidades efetivas da migração não são os indivíduos ou as famílias, mas um conjunto de pessoas interligadas por uma rede pautada nas relações de amizade, (inter) conhecimento, parentesco e trabalho, ou seja, redes sociais. Por sua vez, Massey (1987), com uma análise próxima a Tilly, afirma que as redes sociais mais relevantes são construídas a partir das relações de parentesco, amizade, trabalho e uma origem comum. Essas relações não são construídas no decurso do processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas por uma experiência comum: a migração. A migração, por ser um processo social, é também organizada por redes reforçadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam os grupos humanos.

O lugar de residência é apenas uma questão de estatística, presente nos recenseamentos, ou seja, o lugar em que se habita.

A valorização do lugar provém de sua concretude; embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado para outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências, tanto mediante a imaginação, quanto simbolicamente. (OLIVEIRA, 2012, p.12)

O habitar é uma das dimensões significativas do lugar. Está relacionada também com outras dimensões relativas ao lugar, como os ritmos da experiência. A familiaridade com partes específicas do espaço, mediante as experiências (triviais ou não), o torna lugar. Os significados do lugar apresentados por Oliveira (2012), aproximando-se do raciocínio de Tuan, apontam para sua multidimensionalidade. Os lugares são múltiplos e dotados de sentimentos topofílicos ou topofóbicos.

Rolph entende o lugar como reunião, localização, fisionomia, espírito (*genius loci*), sentido, raízes e enraizamento, interioridade, lar, lugar-sem-lugaridade, nós, exclusão/inclusão, um sentido contaminado, uma construção e uma fabricação ou uma construção social dos lugares. Uma das características do homem reside no fato de que, de uma maneira essencialmente diversa, ele toma os espaços que lhe são dados (ou apropriados) e os transforma para nele viver. Há, nesse sentido, as estruturas físicas, como por exemplo, as casas, que trazem certo conforto, estabilidade e proteção, e há também as estruturas sociais, que marcam a presença de pessoas, as ações, as interações e os sentidos dados a si mesmo e aos outros que compartilham natural e culturalmente suas vidas. Nesse sentido, o lugar é dotado de significâncias:

Qual o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar?

Considerem o animal como movendo-se ao longo do caminho, parando de tempo em tempo. O animal para por uma razão, usualmente para satisfazer uma necessidade biológica importante – a necessidade de descansar, beber, comer, acasalar. A localização da parada torna-se para o animal um lugar, um centro de significância que para ele pode defender contra intrusos. Este modelo de comportamento animal e sentimento de lugar é prontamente aplicável aos seres humanos. Nós paramos para atender as exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. O humanista reconhece a analogia, mas novamente está disposto a perguntar como a qualidade da emoção e do pensamento humano dão ao lugar uma gama de significação humana inconcebível no mundo animal. Um caso que esclarece a peculiaridade humana é a preocupação que as pessoas dão aos eventos biológicos do nascimento e da morte. Santuários dedicados ao nascimento e a morte são unicamente lugares humanos. (TUAN, 1976, p.2)

Ao habitar os lugares (provisórios ou não), diferimos dos animais na medida em que eles estão nos espaços onde habitam, vivem e se reproduzem, enquanto os humanos transformam os espaços para viverem. Enquanto os animais vivem nos espaços onde são criados, os humanos criam os espaços onde vivem. O antropólogo Brandão considera que ao construí-los, construímos interiormente a nós mesmos. E uma “cartografia da pessoa” haveria de entrever que:

(...) cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras e territórios, regiões e paisagens interiores. E, também, ao construí-las criamos entre nós, interativa e socialmente, nossos sistemas e ações e de coisas, de signos, símbolos e palavras que condizem em nossas diversas culturas os nossos saberes, nossos significados, nossas sensibilidades e nossas sociabilidades. (BRANDÃO, 2007, p.13)

Nesse sentido, na construção social dos lugares, nos mais distintos cenários e contextos culturais, há uma atribuição de um ou mais sentidos aos espaços de vida que são gerados, bem como aos mundos sociais que são criados, destruídos e recriados, socializando porções da natureza socializada e transformada em fragmentos e sistemas de cultura (BRANDÃO, 2007). É essa cultura que nos toma como indivíduos biológicos (seres da natureza) e nos transforma em pessoas sociais (sujeitos de uma cultura). Humanos que constroem espaços e lugares, casas (e nomes para as casas), músicas, canções que retratam as casas, casas que são habitadas e onde também se socializa e festeja, e é cenário de dramas individuais e coletivos, entre outras ações humanas.

Yi-Fu Tuan lembra que:

Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As grandes planícies dão a sensação de espacialidade. O lugar é a segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. Os planejadores gostam de evocar um "sentido do lugar". Estas são expressões comuns. Tempos e espaços são componentes básicos do mundo vivo, nós os admitimos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantamos questões que não nos ocorria indagar (TUAN, 1982, p. 3)

Conhecer um lugar subentende o desenvolvimento de um sentimento. Sendo um local natural ou construído, a pessoa liga-se a ele quando adquire um significado mais profundo ou mais íntimo. "Os lugares íntimos, como os nossos lares, são mais aconchegantes no inverno, nos dias chuvosos, nos momentos de doenças ou de festividade, de atendimento as nossas festividades" (OLIVEIRA, 2012, p. 12). Oliveira afirma que uma das dimensões significativas do lugar ou o sentido que se atribui a este ou aquele (o meu, o seu ou o nosso lugar) são pensados em termos geográficos mediante uma experiência do habitar, do falar, dos ritmos e transformações. "Ou o lugar do consciente do tempo social histórico recorrente e mutável, não transcender das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior" (OLIVEIRA, 2012, p. 15-16).

Entende-se que se vive em momentos num mesmo lugar, numa mesma época. Pode-se habitar em um lugar que é resultado de uma construção ao longo de um tempo. Habita-se uma mesma cidade, rua, comunidade rural, casa etc. É no lugar que as pessoas se encontram ao longo de suas vidas. Os encontros da vida cotidiana. É o cenário também o cenário das interações sociais, o que transforma em locais sociais da vida (individual, coletiva, da vida em comunidade etc.). As interações estáveis ou passageiras, uniformes ou múltiplas, harmoniosas ou conflituosas existem tanto na dimensão de uma casa ou de uma comunidade, como em ambas.

Comunidade e comunidades rurais: espaços de vida no mundo rural

Comunidade é um termo que pode ser usado para definir um grupo humano localizado territorialmente e interligado por laços de interação social e interdependência, e por um conjunto de sistemas integrados de valores e normas, aceitos pelo grupo social, tendo seus membros à consciência de serem distintos de outros grupos delineados por linhas idênticas (SHANIN, 1972; COMERFORD, 2005).

Comunidade rural, por sua vez, é uma expressão que apresenta grande diversidade de

acepções. Geralmente, em uma definição “clássica”, indica um grupo social delimitado territorialmente – a população de uma localidade, de um povoado ou de um distrito, instalada fora da sede de uma municipalidade – bem como as atividades ocupacionais desses grupos sociais – principalmente as relacionadas à produção agropecuária. É uma terminologia presente no cotidiano de pessoas residentes nas mais diversas localidades (rurais e urbanas) e também no universo linguístico das agências que têm a população do campo como foco de atuação, como igrejas, órgãos municipais, estaduais e federais, sindicatos e organizações não governamentais. Nessa perspectiva, trata-se de um uso do termo comunidade que não tem pretensões científicas, mas “recortar” o município para determinados fins, como exemplo, projetos de extensão rural, atuação de grupos religiosos (sede de igrejas), dentre outros

No geral, a terminologia comunidade é vaga, larga e ambígua. Muito disso, se deve ao fato que comunidade é um termo utilizado em distintos contextos, sobretudo, pelo Estado, pela igreja, pelas associações (rurais e urbanas), pelos movimentos revolucionários, por determinados profissionais e pelas cooperativas. Há alguns usos mais restritos de comunidade, como exemplo, comunidades rurais (distritos, povoados e aldeias) ou urbanas (comunidades de bairro e as favelas), comunidades tradicionais (povos das florestas, povos rurais), grupos raciais e étnicos (comunidade negra, gay, quilombola, indígena, etc), que não necessariamente, mas geralmente tende a apresentar um sentido de comunidades locais. Comunidade também é utilizada para designar determinados grupos de profissões (comunidade médica, científica, etc), organizacionais (escolar), ou até mesmo para definições mais amplas e que apresentam maior complexidade e diversidade (comunidade econômica, nacional, internacional/mundial), apresentando um uso mais amplo para a palavra comunidade. Durante parte do século XIX e, sobretudo ao longo do século XX, há nas teorias sociais a presença do termo comunidade com um sentido que abrange todas as formas de relacionamento marcadas por um profundo grau de intimidade pessoal, emotividade (profundeza emocional), engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (NISBET, 1973). A comunidade encontra o fundamento no homem visto em sua totalidade e não apenas no papel que ele possa desempenhar na ordem social, visto de forma separada. A comunidade é [...] fusão de sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET, 1973, p. 256). Pode encontrar sua expressão simbólica na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas. Para ele, o protótipo (histórico e simbólico), da comunidade é a família, cuja nomenclatura ocupa uma posição predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade. Em seguida o autor afirma que o elemento fundamental no liame comunitário é “a antítese, real ou imaginária, representada no mesmo ambiente social pelas relações não comunitárias de competição e no conflito,

utilidade ou consentimento contratual”.

Além dos aspectos citados anteriormente, o termo comunidade rural sugere que há grupos sociais que mantêm, nas práticas cotidianas, relações sociais pautadas na proximidade e na participação em atividades lúdico-religiosas, assim como em determinadas ações coletivas de cooperação no trabalho agrícola, como os mutirões nos períodos de limpeza da área a ser cultivada. Está presente no cotidiano e no vocabulário das pessoas do Vale do Jequitinhonha e de várias outras regiões do Estado de Minas Gerais, utilizado nos discursos dos moradores, das igrejas, dos órgãos estatais (sobretudo a prefeitura local) e dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER-MG.

Os usos do termo comunidade rural remetem a diversos significados. Por um lado, refere-se ao recorte territorial e administrativo delimitado para a atuação de determinados órgãos públicos como a EMATER-MG e as prefeituras. Por outro, indica local em que os interesses comuns estão relacionados à ordem religiosa, sobretudo da igreja católica, e também às inserções ocupacionais (atividades agrícolas).

Uma comunidade rural, cujos limites territoriais são um recorte menor dentro de um território maior (o município), representa uma situação específica de encontro de diversos elementos – sociedade, ocupações, aspectos religiosos, políticos e administrativos etc. Trata-se, portanto, de referência ao local de morada (identificação de um lugar geográfico), de realização de festas e confraternizações (sociabilidades), de agrupamento de pessoas que residem próximas entre si (reflete uma coletividade), bem como para a realização de planos e programas governamentais, organização com finalidade política ou econômica (com proposições de intervenção na realidade), entre outras (SOUZA, 2005).

No Vale do Jequitinhonha, o termo comunidade é utilizado para se referir a um agrupamento de pessoas residentes em áreas urbanas equivalentes a bairros ou de pessoas que residem fora das sedes urbanas dos municípios. Comunidade rural, por sua vez, traz os sentidos de delimitação territorial, religiosa e profissional, assim como de uma organização social fortemente baseada em laços de parentesco e vizinhança. Entretanto, na prática, as comunidades rurais não são universos sociais fechados em si mesmo, como uma espécie de “bolha” ao mesmo tempo em que a comunidade é circunscrita como um local delimitado, há um conjunto de relações sociais e institucionais que são ocorrem nesses lugares. As pessoas residentes nas comunidades estabelecem contatos com as pessoas residentes em outras comunidades, na sede urbana do município e em outros municípios vizinhos, dentre eles, Araçuaí, Coronel Murta, Itaobim e Rubelita. Mesmo as comunidades rurais

mais isoladas desenvolvem intensa troca material e simbólica com outros lugares para além do que são definidas como as fronteiras da comunidade. As trocas e vendas de alimentos (dentre eles os grãos de feijão e milho), o trabalho de camarada nas comunidades e cidades vizinhas e os encontros para as festas (sagradas e profanas), são alguns exemplos que apontam que as comunidades não estão fechadas em si mesmo. A própria migração, os trânsitos permanentes e as permanências transitórias, mostram uma dinâmica populacional, com deslocamentos que estão para além da delimitação territorial. Camarada é o trabalhador temporário em propriedade rural.

Para o poder público, as comunidades rurais são utilizadas como unidades administrativas para a implementação de projetos que procuram atender distintas demandas locais, como o acesso à água, construção de banheiros, medidas para o fortalecimento da produção agrícola familiar etc. No âmbito dos municípios do Vale do Jequitinhonha, as comunidades e as comunidades rurais representam o agrupamento de pessoas com distintas posições hierárquicas que, a partir de ações coletivas, identificam problemas locais (sobretudo as carências) e procuram o poder público em busca de soluções. Geralmente nas comunidades rurais há as associações. A maior parte dessas associações são organizadas e presididas por mulheres que, na ausência dos maridos migrantes, buscam, em conjunto com outras mulheres e homens do lugar, resolver problemas que afetam o cotidiano da comunidade, como por exemplo, o acesso à água encanada, que interfere diretamente em suas condições e qualidade de vida.

Cada associação possui uma diretoria, eleita pelos membros para um determinado período, e também um salão onde acontecem as reuniões. Espaço que é a materialização da comunidade, além das reuniões, abriga igualmente as celebrações religiosas e as festas. Nas reuniões são debatidos os temas de interesse do grupo e tomadas às decisões coletivas, as quais, em grande medida, expressam os conflitos, as diferenças e as discordâncias que estão em jogo na vida e na comunidade. Se as reuniões na comunidade buscam o consenso na elaboração de propostas que melhorem a vida na escala local, essa organização representa a possibilidade de transformar a vida das pessoas através de ações coletivas. Nesses encontros são expostas publicamente as demandas locais e os conflitos entre os componentes do grupo. Ambos são definidos por uma temporalidade que está intrinsecamente ligada à capacidade dos líderes e dos membros da comunidade em buscar soluções para problemas que ocorrem no cotidiano. Nas comunidades ocorrem contatos sociais intensos/intimidade, conflitos, evitação e hierarquizações. Esses elementos são componentes da convivência e de diferentes níveis de socialização e organização social, que interligam as pessoas de formas distintas, seja por laços consanguíneos, de casamento ou de amizade.

Ainda que existam autoridades locais, como os líderes ou os coordenadores da comunidade,

grande parte do que ali ocorre, todavia, é influenciada por agentes externos, sobretudo a igreja católica e o poder público, principalmente no que respeita a projetos religiosos e a propostas de possíveis melhorias nas condições de vida. As comunidades estabelecem distintas relações com grupos sociais ou instituições externas a elas, de que são exemplo às secretarias das prefeituras locais, a arquidiocese de Araçuaí ou as organizações não governamentais (ONGs).

No interior das próprias comunidades, a integração de seus membros ocorre de forma distinta. Para determinados grupos sociais, a vida comunitária é mais intensa, como na ajuda mútua no trabalho agrícola; para outros, ela se dá mais no âmbito político ou religioso; para alguns, ainda, ela é quase inexistente. No plano das relações, é bastante comum indivíduos ou famílias que optam pelo isolamento social. Os conflitos, que se expressam de distintas formas, ajudam a entender as difíceis relações sociais entre membros de uma mesma comunidade. A vida em comunidade envolve prestígios e reputações. Se a postura de determinadas lideranças, de coordenadores ou membros da comunidade não agrada, o que ocorre, no limite, é o distanciamento daqueles que os julgam e que optam pelo distanciamento social.

Mesmo considerando as especificidades de cada uma, definidas por seus recursos humanos, as comunidades rurais em Itinga-MG representam uma forma de organizar a vida a partir do momento em que indivíduos e famílias se identificam, e passam a ser identificados, como uma comunidade que abriga questões sociais, econômicas, políticas e culturais. As pessoas se identificam ou são identificadas como pertencentes a determinadas comunidade. Dessa forma, as comunidades entram na elaboração das identidades. A identidade não é uma essência, mas sentida afetivamente, inclusive, mas não apenas, pela força do lugar. No mais profundo de seus significados, comunidade representa a união de pessoas que buscam melhorar de vida ou resolver problemas do cotidiano, ainda que isso represente enfrentar conflitos, ou acessar elementos externos para tentar minimizar suas dificuldades.

Em Itinga (MG), foram selecionadas oito comunidades rurais para a pesquisa de campo (tabela 1), tendo por base alguns critérios: a) predomínio de famílias que trabalham na atividade agrícola (em todos os casos eram pequenos proprietários de terra, com áreas inferiores a 20 ha); b) presença do fenômeno da migração, mas com pessoas que tendiam (por diversas circunstâncias) a ter migrado menos (tanto de forma definitiva como temporária); c) grande número de jovens e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Com o auxílio de Pierre Gusmão, Presidente da Organização Não Governamental “Associação dos Amigos de Itinga” (AMAI), foram selecionadas as comunidades rurais que contemplavam os critérios citados e onde residiam grupos sociais com específicas diferenciações sociais, econômicas espaciais entre si:

Tabela 1: Comunidades rurais, número de famílias residentes e pesquisadas.

Comunidade Rural	Número de famílias residentes nas comunidades.	Distância da sede do município.	Número de famílias entrevistadas e às quais se aplicou um questionário socioeconômico.	Média de³ pessoas por casa.	Média de renda/Família(Mês).
Comunidade Rural do Jacaré	88	44 km	4	5,24	R\$ 212,00
Comunidade Rural Gangorra	18	25 km	2	6,32	R\$ 415,00
Comunidade Rural de Jenipapo	45	20 km	7	3,79	R\$ 180,00
Comunidade Rural de Itinguinha	42	39 km	8	3,21	R\$ 320,00
Comunidade Rural Hermógenes	11	7 km	2	9,21	R\$ 370,00
Comunidade Rural Ponte do Pasmado	84	31 km	9	4,23	R\$ 270,00
Comunidade Rural do Caldeirão	6	7 km	1	6	R\$ 280,00
Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas	39	70 km	2	3	R\$ 220,00

Fonte: Pesquisa de campo (2013, 2014 e 2015).

³ Média de pessoas por casa dentre as famílias pesquisadas.

A questão espacial é importante na medida em que, quanto mais distante da sede urbana do município, mais isolada é a comunidade. Na Comunidade da Gangorra, só é possível chegar a pé, a cavalo ou de moto. Na Comunidade Rural de Santana das Pindobas, o transporte público é limitado a dois dias da semana, o que dificulta o trânsito de seus moradores, por exemplo, para a sede urbana do município. Tal isolamento fortalece o convívio entre eles, mas dificulta o contato com “pessoas de fora”. A dificuldade se amplia, quando há a necessidade de acessar hospitais e/ou instituições de ensino. Crianças e jovens podem cursar o ensino fundamental e médio na Escola Família Agrícola (EFA), localizada na Comunidade Rural do Jacaré. Funcionando em regime de internato, essa escola possibilita aos alunos a progressão nos estudos, mas devido ao isolamento, é inviável a permanência desses jovens em suas comunidades rurais e a progressão nos estudos posterior ao ensino médio.

Visto serem as comunidades rurais espaços de vida cotidiana, a distância e o isolamento definem, em grande medida, os ritmos de vida e o contato com o “mundo externo”. Não se deve compreender, porém, que o isolamento define a comunidade com uma “bolha” fechada em si mesma. O trânsito das pessoas pelas sedes urbanas regionais ou por outras comunidades existe, mas os deslocamentos dependem de transportes, frequentemente não diários, e presentes em apenas alguns dias da semana. Os transportes públicos são escassos e as distâncias são fatores que convergem para uma permanente espera. A espera do dia de ir à cidade para a compra de alimentos industrializados, roupas, sapatos, remédios ou algum bem para o uso agrícola, tais como a enxada.

As famílias com mais recursos, obtidos seja com o dinheiro da migração ou do trabalho como diaristas em propriedades rurais próximas às suas, conseguem comprar uma moto, o que diminui o isolamento, mas não resolve o problema com o transporte de determinados bens, como móveis, por exemplo. Trata-se de uma sociedade muito sedentarizada, em decorrência tanto da precariedade da rede de transportes, que limita os deslocamentos, quanto da pobreza econômica, que dificulta arcar com os custos das viagens para a sede urbana do município. Esse aspecto, porém, tem sido influenciado por um elemento recente: o Programa Bolsa Família. Com a inserção no programa, os beneficiários e, sobretudo as mães da família, têm tido a possibilidade de sair de sua casa e de sua comunidade para receber o benefício na cidade e comprar certos produtos (principalmente alimentos industrializados) para o consumo familiar.

São famílias com restritos deslocamentos pelas cidades e com raras mudanças de residência. Entre esses grupos sociais mais pobres, as pessoas geralmente nascem e vivem toda a vida em uma mesma casa. A mudança de local de residência não ocorre com a contração do matrimônio, que

geralmente ocorria, e não raro permanece ocorrendo, entre pessoas de uma mesma comunidade. A pobreza limita o trânsito entre a comunidade e a cidade e restringe ainda mais a migração. Quanto mais evidente é a pobreza econômica, maior é a possibilidade de viver uma vida inteira numa mesma comunidade. Nesses casos, a migração de trabalhadores só é viabilizada se as empresas custeiam os trânsitos. Inicia-se uma viagem com dívidas, que serão descontadas nos futuros pagamentos pelo trabalho. Quando essas pessoas terminam seus contratos temporários, é comum retornarem à mesma comunidade de onde saíram.

Tal mobilidade do trabalho não representa necessariamente uma mobilidade social e/ou mudança de residência. Se esses lugares são de exclusão e dificultam o acesso das famílias a determinados bens e serviços, sobretudo ligados a saúde e educação, a imobilidade interfere no enraizamento construído socialmente a partir de uma experiência cotidiana de estar e viver em uma mesma comunidade, a permanência em uma mesma casa, pois, “estar em casa é, para muitas pessoas, a forma mais intensa de interioridade” (RELPH, 2012, p.12). Para o autor, isso remete à transformação da casa em lar, considerando que ele entende como lar o lugar em que as raízes são mais profundas e fortes, onde se conhece e é conhecido por todos e onde se pertence. Se Relph (2012) vê os sem-teto como uma enfermidade social, nessas comunidades rurais, as famílias têm pelo menos dois pontos que são importantes destacar: mesmo que muitas casas sejam bastante precárias, elas são, antes de tudo, um lar. É nele que pessoas residem permanentemente e são conhecidas por toda a comunidade. Diferente do migrante, que é apenas uma força de trabalho, nessas comunidades, as pessoas têm identidades e são reconhecidas como categorias sociais: agricultores, lavradores, parteiras, professoras etc. São também parentes de sangue ou de consideração, formam grupos de vizinhança que se conhecem e mantêm uma íntima proximidade, não apenas geográfica, mas, sobretudo, social.

R: Aqui [na comunidade] todos se conhecem. É tudo parente ou amigo [...]. Fui nascido, criado aqui. Nunca saí. Meus irmãos já foram para o corte da cana, mas sempre fiquei. Criei meu povo tudo aqui nessa cabeceira [12 filhos]. Eles [os filhos] foram crescendo e corria [migrava temporariamente] para São Paulo. Agora não é mais São Paulo, vão pra outro canto.

E: Vão para onde?

R: Feira de Santana, na Bahia e Montes Claros (MG). [...] trabalhar como pedreiro. Seis dos meus moços moram aqui. Criam a família com esse dinheiro de pedreiro e mascateando também. Compram feijão dos vizinhos e revendem em Coronel Murta [pequena cidade do vale].

E: Não trabalham na roça?

R: Trabalham, mas o pedacinho de terra é pouco. [...] tem que arrumar outras formas de viver.

E: E os outros seis filhos?

R: Três Deus levou pequeno. Era tudo fraquinho. Dois vivem em Campinas e um, em Salvador.

E: E o senhor não quis ir embora da comunidade?

R: Nunca calculei isso. Mais novo, até queria ir, mas casei, fui trabalhando na roça, foi nascendo os meninos e fui parando com essa ideia de ir embora. [...] gosto daqui. Vida sossegada. Tem a família, tem os vizinhos que ajuda na roça, tem tido a melhoria das coisas [...] não penso ir embora.

E: O que melhorou?

R: Agora está bom viver na roça. Tem água [do Programa Minas sem Fome] Tem luz [Do Programa Luz para Todos]. Tem melhorado demais a vida aqui na roça. [...] a vida aqui está muito boa. Não penso mais ir embora e também estou velho pra isso.

E: O senhor nunca sai aqui da comunidade?

R: Muito pouco, quase nada. Vou até a rua pegar o benefício [aposentadoria rural] e já fico doído para voltar. Lá é barulhento. Gosto do meu sossego...

(Sr. Reinaldo, agricultor, Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas, 59 anos, ensino fundamental incompleto)

Se há nas Ciências Sociais (Antropologia, Geografia, Sociologia etc.) um proeminente debate sobre a ausência de lugar, o desenraizamento, sobretudo, no âmbito das mobilidades espaciais, e a existência de fenômenos socioespaciais, tais como desterritorializações, migrações, cruzamento de distintas fronteiras, nomadismo, instabilidade dos lugares de viver e estar que afetam os pobres, a trajetória do Sr. Reinaldo aponta para a imobilidade, a fixação e um conjunto de práticas baseadas em um lugar. Uma vida construída em uma “cabeceira” de rio, entre as chapadas e os vales cujo significado vai além da fisionomia de um lugar.

É um lugar que resulta da reunião do trabalho na roça, do casamento, da criação dos filhos e de um permanente estar numa mesma localidade, o que confere um conjunto de experiências nesse espaço de vida. Há, na fala do Sr. Reinaldo, uma percepção particular de melhoria das condições na roça. Essa percepção, por certo, está muito ligada às suas leituras de mundo, pois não decorre da comparação com outras realidades ou com outros lugares específicos, tendo como elemento comparativo a própria história do lugar onde vive: ausência de infraestruturas e de renda, enfim, de um conjunto de elementos que, quando se mostra presente no lugar, altera não apenas as condições de vida, mas também as experiências de lugar. Nesse lugar, há um elemento profundamente particular e familiar que se refere ao lar. As experiências de lar são experiências de um lugar.

Energia elétrica, água encanada, aposentadoria para a compra de bens e móveis melhoram o lar, e mudam a experiência e a leitura de lugar. Para uma pessoa “de fora”, o olhar sobre o lugar, as estruturas físicas das casas (dos lares) e os modos de vida é influenciado por comparações com diferentes lugares do mundo, mas, para as pessoas do lugar, os elementos nele presentes possibilitam uma leitura muito específica: o lugar das atividades econômicas (trabalho na roça), de uma história particular dotada de significados, como por exemplo, onde se criam os filhos, onde há a vivência espiritual na igreja, onde se enterraram ou se enterram os mortos, enfim, elementos que, com seus significados, confundem-se com a própria existência das pessoas do/no lugar.

E quais são as principais características que diferenciam as comunidades rurais, que são, em seu mais profundo significado, lugares de vida?

I- Comunidade Rural do Jacaré: sede de uma Escola Família Agrícola (EFA), principal localidade produtora de leite no município de Itinga (MG). Há o predomínio de pequenas propriedades rurais familiares (média de 16 ha) que têm a pecuária leiteira como principal fonte de rendimentos, somada aos repasses do Programa Bolsa Família (PBF).

II- Comunidade Rural da Gangorra: é onde estão localizadas as famílias que trabalham com hortifrutigranjeiros. A produção é destinada às feiras locais (sobretudo nas cidades de Itinga, Araçuaí e Itaobim). Pequenas proprietárias de terra (média de 8 ha), as famílias que cultivam hortas conseguem ter um maior poder de capitalização do que as outras famílias da comunidade, e também em relação às que trabalham em outros cultivos agrícolas, como por exemplo, o feijão.

III- Comunidade Rural de Jenipapo: tem o garimpo como uma ocupação complementar à atividade agrícola.

IV- Comunidade Rural de Itinguinha: o artesanato (barro e madeira) corresponde à principal atividade complementar à atividade agrícola.

V- Comunidade Rural Hermógenes: abriga famílias remanescentes de quilombolas. Vivem basicamente da aposentadoria dos mais idosos e de repasses do Programa Bolsa Família. A principal ocupação é a produção para o autoconsumo (principalmente milho e feijão).

VI- Comunidade Rural Ponte dos Pasmados: forte permanência de jovens, que não tem condições de migrar, em decorrência da pobreza (econômica).

VII- Comunidade Rural do Caldeirão: forte migração de homens, chefes de família, sobretudo para o corte da cana-de-açúcar, e a permanência das esposas, que cuidam da atividade agrícola, e dos filhos pequenos;

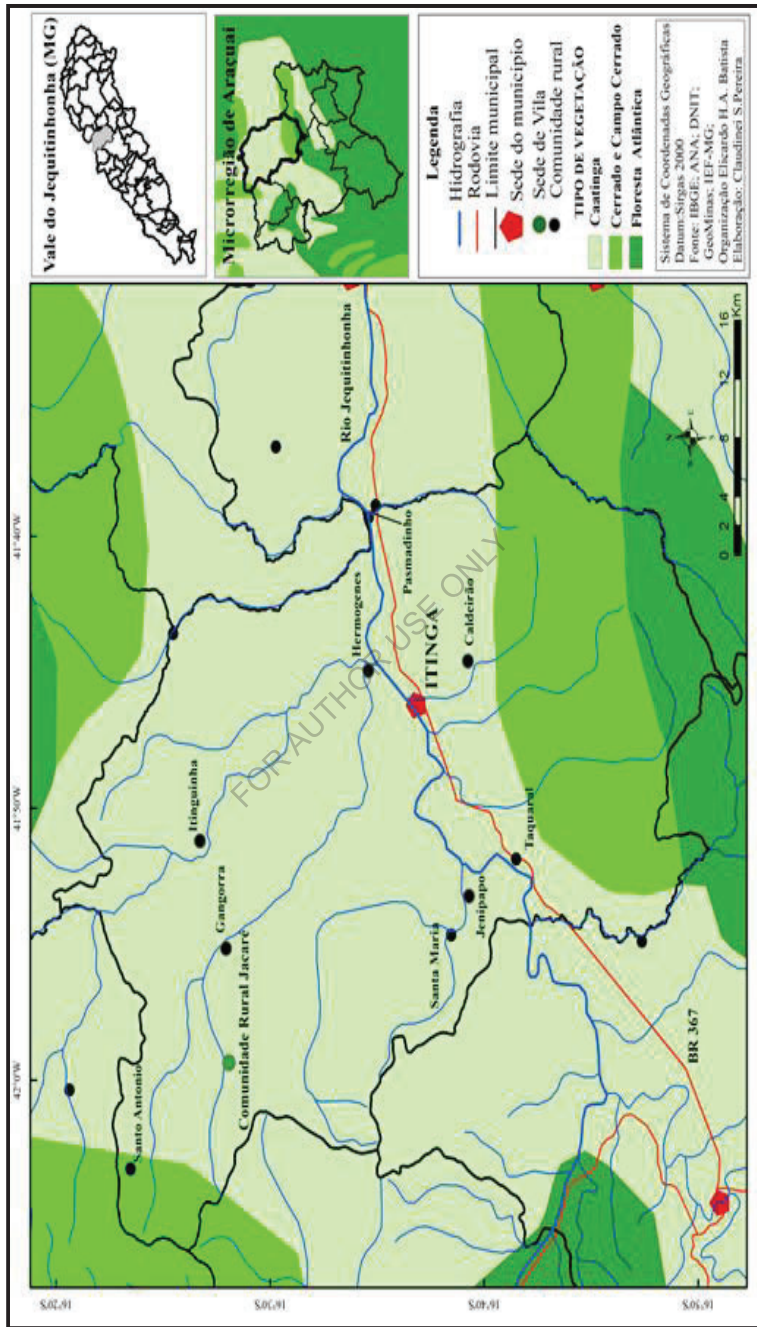
VIII- Comunidade Rural de Santana das Pindobas: marcada pela forte migração de famílias para a sede do município de Itinga (MG). Nos últimos anos (sobretudo após 2003), a migração campo-cidade diminuiu, em grande parte, devido à chegada do Programa Bolsa Família e à instalação de infraestrutura mínima, como poços artesanais, que reduz o problema da falta de água nos períodos de estiagem/seca.

Essas comunidades estão localizadas em distintos biomas existentes no município de Itinga (mapa 4), e este fator interfere consideravelmente nos modos de vida e nas atividades econômicas, como por exemplo, se o lugar sofre maior incidência de falta d'água. Há uma forte concentração do

cultivo de hortifrutigranjeiros em comunidades localizadas nas áreas com manchas de mata atlântica, sobretudo na Comunidade da Gangorra. Esses cultivos se concentram principalmente nas grotas que, localizadas às margens dos pequenos cursos d'água, são áreas propícias ao cultivo de produtos alimentícios. As grotas continuam sendo importante lugar de morada e trabalho, com um forte peso da produção para o autoconsumo e de excedentes de hortaliças, rapadura e frutas, que são comercializadas nas feiras locais. Em comunidades rurais localizadas em áreas de caatinga ou mata seca, há um forte predomínio da pecuária extensiva. Nas áreas de cerrado e, sobretudo nas chapadas, é grande a presença de plantação de espécies exóticas, notadamente *pinus* e eucalipto.

FOR AUTHOR USE ONLY

Mapa 1: As comunidades rurais pesquisadas e os biomas.



As comunidades envolvidas na pesquisa apresentam diferentes dimensões populacionais, mas têm como característica comum constituírem uma sociedade rural, onde, por limitação de oportunidades, as pessoas estão fortemente ligadas à agricultura (produção animal e vegetal). Ou seja, há o predomínio de famílias que se reproduzem socialmente por meio da atividade agrícola, o que ocorre na totalidade dos casos analisados. Nos aglomerados populacionais, sobretudo em Jacaré e Ponte dos Pasmados, há escolas que ofertam ensino do nível pré-escolar até o médio, representando aqueles que a elas têm acesso, a possibilidade de obter no futuro uma ocupação fora das atividades agrícolas, empregos em geral ocupados por pessoas “de fora” das comunidades. As professoras, por exemplo, são da “rua”, ou seja, residem em Itinga e se deslocam cotidianamente para lecionar.

A centralidade das atividades agrícolas é resultado do ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas. A análise das trajetórias sociais demonstra haver uma baixa mobilidade ocupacional. Exceto os indivíduos ou famílias que migraram do campo para a cidade, as pessoas que permaneceram em suas comunidades de origem continuavam, e continuam na condição de agricultores. O lugar que essas pessoas ocupam na sociedade não é determinado essencialmente pelo lugar que ocupam os seus pais [de agricultores]. A baixa mobilidade do trabalho está muito mais relacionada à falta de alternativas para mudar essa situação.

Ao contrário da realidade das médias ou grandes cidades mineiras, ou de outras regiões do país, onde há um número maior de ocupações e possibilidades de empregos em distintas áreas, nas comunidades rurais, as pessoas que não migram têm como opção o trabalho na agricultura e, raras vezes, algumas ocupações não agrícolas, como certos cargos no funcionalismo municipal, ou no comércio, na sede do município. Esses empregos, todavia, requerem no mínimo um nível médio de escolaridade, e as vagas existentes são poucas e não atendem a demanda. Além disso, o comércio local é marcado pela informalidade e pelo descumprimento de direitos trabalhistas, sobretudo o registro e o pagamento de salário mínimo, configurando uma precarização do trabalho.

Nesse cenário, para as pessoas que não desejam permanecer na atividade agrícola, a migração é a melhor alternativa e, com frequência, a única possibilidade para uma mobilidade profissional. A limitação de alternativas ocupacionais é, portanto, aspecto indutor da mobilidade espacial, principalmente para os jovens. A questão que

se coloca não é o simples abandono da atividade agrícola pelos indivíduos ou famílias. O que está em pauta é que o desejo de deixar a agricultura e, ao mesmo tempo, permanecer no local de origem, é possibilidade consideravelmente limitada devido ao ambiente em que essas famílias estão inseridas, um dos fatores fundamentais, portanto, no dilema entre ficar e sair. Geralmente, uma experiência de vida marcada pela imobilidade social está intrinsecamente relacionada a outros elementos, tais como: condição de extrema pobreza, ausência de nutrição suficiente, com consequências no desempenho físico e mental, exclusão do mercado de trabalho com rendimentos regulares, ou impossibilidade de assumir atividades intelectuais, como na educação, por exemplo.

Entre as famílias de agricultores pobres, os filhos tendem a permanecer de geração em geração como agricultores, devido ao limitado campo de possibilidades, o que nem sempre ocorre dependendo dos grupos sociais em questão. Se entre as famílias de agricultores, a mobilidade profissional é extremamente rara, o mesmo não se dá entre famílias rurais que detêm certo patrimônio. Um fenômeno comum no Vale do Jequitinhonha e no Norte do Estado de Minas Gerais é a mobilidade estudantil, que leva jovens rurais com idades entre 15 e 20 anos a migrar para cidades com melhores escolas para a progressão nos estudos, seja para a conclusão do ensino médio, para cursar o pré-vestibular ou o ensino superior. No caso do norte de Minas Gerais, os destinos são Montes Claros, Araçuaí, Diamantina, Teófilo Otoni e Belo Horizonte. São jovens oriundos de famílias rurais cuja renda advém de mais de uma fonte – comércio e agricultura, comércio e prestação de serviços, agricultura e trabalho no funcionalismo público – ou de famílias grandes proprietárias rurais, especializadas na pecuária leiteira ou no cultivo de feijão e capim. Trata-se de um tipo de migração de estudantes que causa um considerável impacto no grupo familiar: a saída de uma força de trabalho de que a família dispõe gera a necessidade de contratação de mão de obra extrafamiliar para os trabalhos na atividade agrícola ou na atividade comercial da família. Além disso, os custos com a migração (aluguel, transportes, alimentação, mensalidades dos cursos etc.) são assumidos pelas famílias.

Essa mobilidade estudantil possibilita uma ampliação das relações sociais e culturais, além de realizações pessoais e, geralmente, representam uma oportunidade de mobilidade profissional. São jovens que *nos* e *entre* os múltiplos espaços e tempos de vida, com rendas oriundas da atividade agrícola, dificilmente permanecerão como

agricultores. Tanto no Norte de Minas Gerais quanto no Vale do Jequitinhonha, a migração para progressão nos estudos é um projeto de famílias residentes no meio rural ou em pequenas cidades, que detêm uma renda um pouco melhor e desejam que os filhos tenham acesso às instituições de ensino como meio de ampliar as opções de escolhas profissionais. Para as famílias agricultoras, essa migração para os estudos é uma alternativa para a saída dos filhos da própria atividade agrícola. É possível concluir, assim, que a dificuldade de mobilidade entre os jovens rurais está mais relacionada a um fator financeiro que a uma questão geográfica, o fato de terem nascido no meio rural.

A dinâmica de migração dos jovens estudantes é um fenômeno importante para entender privilégios e oportunidades que apontam para as assimetrias nas condições de vida das famílias residentes nas comunidades rurais. Expressa também um tipo de mobilidade espacial que se amplia consideravelmente a cada geração, que acaba por vivenciar uma experiência singular. A mobilidade estudantil de jovens rurais é um fenômeno recente no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas Gerais. Por um lado, está relacionado à crescente valorização que as famílias rurais atribuem à educação formal e, por outro, à maior possibilidade de migração do campo para a cidade, viabilizada pelos rendimentos da família de origem. Ressalta-se também que a abertura de estradas e rodovias, após a década de 1970, e as tecnologias de comunicação, especialmente a televisão e a internet, acessíveis até mesmo nas pequenas cidades do Vale do Jequitinhonha, permitem aos jovens visualizar outras dinâmicas, outros modos de vida e experiências que extrapolam as relações sociais da/na comunidade, levando-os ao conhecimento de outra realidade, onde são outros os comportamentos sociais. A migração para progressão nos estudos como um privilégio ficou bastante evidente nas conversas informais com as pessoas do lugar no decorrer da pesquisa de campo entre 2014 e 2016.

A partida de jovens, filhos de agricultores, em direção às cidades tem se intensificado nos últimos anos (após a década de 1990), inclusive daqueles que desejam seguir a profissão dos pais (agricultor), mas têm dificuldade de viver na/da agricultura. A decisão pela migração ganha complexidade se analisada da seguinte perspectiva: a decisão da saída não é estritamente individual, e as famílias preferem diminuir os investimentos na atividade agrícola para sustentar os filhos em cidades onde possam receber um ensino que entendem ser de qualidade. São jovens rurais de

classe média que são impelidos a sair do rural e da atividade agrícola. O objetivo é construir um futuro profissional fora da agricultura, ou mesmo permanecer na atividade agrícola, porém, na condição de profissional especializado, uma vez que um número considerável de jovens opta por cursos ligados às ciências agrárias, como agronomia, medicina veterinária e zootecnia. Se a saída e o retorno são lados de uma mesma moeda, não são também excludentes. Jovens de classe média, com uma situação social mais privilegiada e bem formados, dificilmente retornam às suas localidades de origem.

No entanto, há entre os jovens o desejo de permanecer em suas comunidades rurais de origem, motivado, entre outros elementos, pelas relações sociais mais diretas e contínuas entre famílias, amigos e vizinhos, e pelos espaços de sociabilidade, sobretudo as festas. A mobilidade espacial para a progressão nos estudos é desenhada em função das condições materiais e econômicas das famílias. Ocorrem também casos de jovens que, embora as famílias tenham recursos (sobretudo terra e renda) para apoiar sua migração para a progressão de estudos, optam pela permanência no meio rural e na atividade agrícola, o que é visto pelo grupo familiar e vizinhança como atitude negativa, ou seja, um indivíduo que não deseja um futuro melhor, fora da atividade agrícola.

A família incentiva a migração desses jovens mesmo que isso represente aumento de custos. Essa migração tem um significado específico, na medida em que representa uma diferenciação social tanto para a família, que detém recursos para coletivamente financiar um projeto individual, quanto para os jovens que migram como uma possibilidade de ampliação de seu capital cultural. Nesse sentido, essa migração pode também significar diferenciações sociais, econômicas e culturais das famílias rurais residentes nas regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, essa mesma opção de mobilidade profissional visando a mobilidade social não é parte das dinâmicas das famílias pobres ou extremamente pobres, menos em decorrência da questão geográfica, do que resultado da desigualdade, presente inclusive entre as próprias famílias rurais. Uma alternativa muito específica que se coloca para os jovens dessas famílias é viabilizada por redes religiosas que incentivam sua migração para a cidade (sobretudo, Diamantina) para estudarem filosofia em seminários. Trata-se da existência de outros tipos de redes, para além das sociais, que englobam um número reduzido de jovens do sexo feminino, atraídas para esse tipo de

formação como uma tentativa de sair da pobreza do seu grupo doméstico e ampliar sua educação formal, mesmo que em áreas não tão desejadas.

Enquanto as de classe média têm condições que permitem aos filhos migrar, dedicando tempo integral aos estudos, o que futuramente possibilitará melhores opções de trabalho e meios de se sustentarem, para as famílias mais pobres, sem acesso a recursos monetários, a escolha em relação aos filhos se resume em migrar, ou com o apoio das redes religiosas para estudar, ou para ocupar postos de trabalho precários (cortadores de cana, construção civil, atendentes de supermercado), que dificilmente poderão ser conciliados com uma vida estudantil (devido aos preços dos cursos, ao tempo, à disponibilidade etc.), perpetuando a vulnerabilidade social e econômica.

Quatro falas de jovens residentes em distintas comunidades rurais corroboram essa dificuldade:

Eu queria ir embora da comunidade [...] queria mudar para Itinga ou Araçuaí, mas não temos condições de comprar uma casa. Não gosto da comunidade porque fica muito isolada. Não tem transporte, e sinto falta de ter telefone. Quando fui visitar minha tia [em Belo Horizonte], era tudo mais fácil: tinha telefone e ônibus na porta. Se pai passa mal, tem que ir na “rua” [Itinga] atrás de médico [...] às vezes, nem Itinga tem médico e temos que ir para Araçuaí ou Itaobim. O que segura pai aqui é esse pedacinho de terra de onde tiramos nosso sustento, mas não quero ficar nessa vida de roça direto, não. (Diadorim, 16 anos, comunidade Rural do Jacaré, filha de agricultores, estudante do ensino médio).

Eu estou aqui [na comunidade] não é porque estou bem, mas porque não posso sair. Se pudesse, ia embora buscar oportunidade. Quero sair em busca de emprego e de uma vida melhor. Gosto de morar aqui [na comunidade], mas não quero ficar a vida toda na roça. Roça não dá futuro. Planta as coisas e não dá. Nunca tem certeza se vai colher, ou se vai render que dá pra vender na feira. As coisas não rendem [...] quero ir embora para ganhar meu dinheirinho. (Otacília, 17 anos, Comunidade Rural Santo Antônio das Pimbobas, estudante do ensino médio).

Só moro aqui porque nasci aqui, mas quero mudar. [...] quero ir pra Itatiaia (RJ) morar com minhas tias. Eu gosto da roça, da tranquilidade, da vida aqui, mas viver da roça é muito sofrido. Nunca tem dinheiro pra nada. Queria ter minhas roupas, comprar um sapato novo, mas nunca sobra [...] quero sair daqui. (Emílio, 15 anos, comunidade Rural do Jacaré, filho de agricultores, estudante do ensino médio).

Nós não temos condições de morar na cidade, mas eu gosto de morar na comunidade. Aqui é tranquilo. Só é ruim porque falta transporte e é longe de tudo. [...] falta assistência dos vereadores e do prefeito. Nós precisamos de um monte de coisas e não podemos contar com eles. Se eu pudesse eu ia embora para ajudar meus pais. Eu queria ter uma vida melhor. [...] quero estudar para ser professora [...] se tivesse emprego e estudo queria ficar na comunidade [...] aqui é tranquilo, bem sossegado e dá pra plantar o alimento [feijão, milho e mandioca] (Doralda, 15 anos, comunidade rural Santo Antônio, estudante do ensino médio).

Os depoimentos dos jovens expressam dois significados para a palavra roça: primeiramente, o lugar de morada, onde residem e estudam; em segundo lugar onde são praticadas as atividades agrícolas, o que remete a uma ligação com o mundo rural agrícola, em que seus dias são dedicados às atividades agrícolas na pequena propriedade da família. As entrevistas e o contato com esses jovens revelam um desejo de viver o melhor dos dois mundos: a tranquilidade, os amigos, a vizinhança e as festas na roça, mas também a possibilidade de ter um emprego e uma renda própria, ambição que em seu imaginário só pode ser concretizada com a migração para as cidades. Não há uma visão negativa da roça como lugar de morada. Há uma negação da roça como local de trabalho, pois pequenas produções agrícolas e rendimentos incertos não são atrativos para esses jovens.

A escola, ao mesmo tempo em que amplia, ainda que temporariamente, a permanência dos jovens em suas localidades de origem, é também um forte elemento impulsionador da migração. Pode-se perceber que em comunidades rurais onde há estabelecimentos de ensino que oferecem até o ensino médio, muitos jovens permanecem nas propriedades rurais, e residindo com a família. Contudo, a conclusão do ensino médio é vista por eles como uma possibilidade de migrar, de ter uma renda e uma autonomia – “quero ir embora para ganhar meu dinheirinho” – autonomia associada à mobilidade espacial, do campo para a cidade, como uma ampliação de possibilidades, entre elas, outras opções de emprego, de sociabilidade e liberdade.

As comunidades rurais, apesar de ter amplos espaços físicos, oferecem limitadas possibilidades de uma vida mais dinâmica, sob a ótica do trabalho e da sociabilidade. Ainda que os jovens agricultores gostem de morar no campo, preferem uma dinâmica social urbana. A partir das comunidades rurais e de seu modo de vida, avaliam seus projetos de vida reais e os desejados. Para eles, não há uma negação por

completo do mundo rural, mas almejam ter acesso a bens e serviços da vida moderna, o que só pode ocorrer através da migração para as cidades. Mas, as cidades, sobretudo as cidades grandes, que ampliam as oportunidades de empregos, ampliam também as ameaças às liberdades, seja pela violência urbana ou pela impossibilidade de atingir seus objetivos, pela falta de dinheiro, de emprego ou de tempo.

Com a vivência nas comunidades rurais, esses jovens desenvolvem sentimentos e projetos de vida que, obviamente, são resultado das diversas experiências vividas em suas trajetórias. Se as comunidades rurais são o lugar de trabalhar e de estudar, são também lugar das festas, das paqueras, dos amigos, da vizinhança e amizade, ou seja, é lugar da liberdade dos encontros e de uma sociabilidade.

São jovens que constroem seus projetos de vida em um contexto que o meio rural é um dos elementos centrais em suas vidas. Essa centralidade se materializa pela residência no campo e pode se expressar também pelo trabalho na atividade agrícola. Conhecem poucas cidades, geralmente Itinga (sede urbana do município) ou outras cidades regionais, tais como Itaobim, Araçuaí ou Rubelita, que possuem baixa densidade populacional e são caracterizadas por uma forte presença do mundo rural em suas dinâmicas, não têm muito claro como seria a experiência de viver em cidades maiores. Fica evidente, porém, a vontade desses jovens de experimentar um novo modo de vida, que passa pela mudança da comunidade, possibilitada pela mobilidade espacial.

É certo que não se pode, sociológica ou geograficamente, definir as comunidades rurais com base em uma única característica, seja o tamanho de sua área, a densidade populacional, a composição ocupacional da população, ou os indicadores de renda. De fato, elas são constituídas por um conjunto de elementos que lhes conferem semelhanças ou diferenças. No entanto, o cotidiano de incertezas em relação a rendimentos e a precária condição material de existência são o que tem em comum uma população, composta predominantemente por pessoas negras ou pardas, cujos históricos estão ligados à agricultura e à pecuária e, em casos específicos, à mineração.

Outro elemento comum às comunidades rurais é que elas remetem a um lugar de pertencimento geográfico dos indivíduos e famílias. Como são lugares de morada, as pessoas se identificam como pertencentes àquele determinado grupo. Nas comunidades mais isoladas, tais como Santo Antônio das Pimdobas, Jacaré e Gangorra, as pessoas são, na maioria, parentes de sangue, e é comum o casamento entre parentes,

sobretudo primos. São comunidades com pequenas populações, ora agrupadas em distrito (Jacaré), povoado (Ponte do Pasmado) ou mais dispersas (Santo Antônio dos Pasmados).

Não há uma grande diferenciação ou estratificação social. Numa mesma comunidade, as relações sociais são marcadas pela proximidade social e pessoal e pela intimidade (harmonias e conflitos são elementos constitutivos das relações sociais). Mesmo considerando a hierarquia pautada em idade ou no *status* de determinados moradores, como por exemplo os que detêm maior patrimônio territorial fundiário, as relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade rural tendem a ser mais próximas, não raro informais (por exemplo, se conhecem por apelidos), nas mais diversas interações sociais, marcadas por um sistema interativo, caracterizado por relações face a face, primárias e diretas.

Não há diferenças notáveis quanto à linguagem, às crenças, aos padrões comportamentais e às tradições. De certa forma, essa relativa homogeneidade está relacionada ao isolamento, ainda que a abertura de estradas vicinais e o acesso aos meios de transportes (ônibus, motos etc.) e telefones celulares o tenham reduzido. Entretanto, o isolamento, a dispersão populacional e o menor contato com as cidades regionais não implicam um enfraquecimento da convivência e do contato entre pessoas da mesma comunidade ou das mais próximas.

Uma vida social fortemente marcada pelos encontros e festas religiosas é mais uma das características das comunidades. As festas de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro), as missas, os leilões e as novenas são eventos de grupos de vizinhança e parentesco, mas que agregam também pessoas de outras comunidades. Com isso, não há, mesmo no caso de comunidades mais isoladas, um empobrecimento da vida social.

As festas, os trabalhos na roça, a construção de casas, entre outras, são atividades realizadas em comunidade. Numa sociedade composta quase em sua totalidade de indivíduos (inclusive mulheres e crianças) ativamente envolvidos em uma atividade agrícola (agropecuária), é recorrente o trabalho trocado entre as pessoas. Ou seja, vizinhos e parentes se organizam para a ajuda mútua, tendo como troca a força de trabalho. Em um sistema de mutirão, todos trabalham nas terras de todos, sem remuneração em dinheiro. As trocas de dia dos camaradas foi e ainda continuam presentes no cotidiano das famílias das comunidades rurais, ainda que cada vez menos comum, devido à presença de relações capitalistas materializadas na figura do diarista.

A própria centralidade das atividades agrícolas no mundo do trabalho dessas sociedades, a carência de recursos monetários que impede a contratação de mão de obra fora da família nuclear e a dependência dos tempos da natureza (tempos da chuva) forçaram essas pessoas a se ajudar mutuamente no preparo da terra para o cultivo, ou nos momentos da colheita.

A construção de casas para abrigar os novos casais após o casamento também é realizada com a ajuda dos vizinhos. Nesse sentido, a carência material e monetária possibilita a existência de outras relações, não monetizadas, que intensificam a vida em comunidade e até mesmo fortalecem laços e relações sociais. Os mutirões, baseados na reciprocidade e na ajuda mútua, além de caracterizar prática que não envolve pagamento, representam também o interesse da coletividade e não de um beneficiário particular. São outros os valores morais, fundados na palavra, no respeito e na reciprocidade e que, no limiar, apresentam relações sociais pautadas na igualdade, pois, ainda que haja diferenças em relação a determinados bens (como exemplo, o patrimônio fundiário), essas relações são entre pessoas que se encontram na mesma posição, ou seja, na ajuda mútua.

Entre as famílias rurais mais carentes, não há uma grande discrepância em relação à posse de bens materiais e de rendimentos monetários. Não é fácil estabelecer uma faixa de renda, devido à incerteza e à inconstância dos ganhos, mas todas as famílias têm em comum o fato de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Pelo baixo valor pago pelo programa, em média R\$ 250,00/mês por família, esse rendimento representa, frequentemente, um complemento a outras fontes de rendimentos. Entre as famílias envolvidas na pesquisa, 28 somavam os recursos do PBF à renda da lavoura; cinco (5), à renda de atividades não agrícolas, sobretudo na função de pedreiro e de pequenos comerciantes; e dois (2), à renda da lavoura e da aposentadoria.

A considerável incidência de rendimentos atrelados a políticas sociais, notadamente o Programa Bolsa Família, rendas (irregulares e incertas) advindas das atividades agrícolas (produção animal e vegetal), com a comercialização dos produtos nas feiras e o trabalho de diarista (média de R\$ 35,00 ao dia), são os principais formas de ganho de rendimentos que favorece o acesso das famílias aos bens que possuem em seus lares (tabela 2).

Tabela 2: Bens e infraestrutura das famílias residentes nas comunidades

Bens	Total	Porcentagens (%)
Casa própria	32	91,0
Casa cedida/alugada	3	9,0
Casa de alvenaria	20	57,0
Casa de barro/ pau a pique	5	14,0
Casa mista- Alvenaria e pau a pique	10	29
Energia elétrica	35	100
Água encanada	35	100
Água tratada	0	0
Fossa séptica	35	100
Máquina de lavar	8	23
Chuveiro elétrico	8	23
Geladeira	31	89
Televisão	30	86
Antena parabólica	26	74
Aparelho de DVD	2	6
Rádio	10	29

Computador	2	6
Computador com internet	1	3
Telefone	0	0
Telefone celular	8	23
Carro	2	6
Moto	9	26
Bicicleta	16	46
Fogão a gás	30	86

Fonte: Pesquisa de campo (2013 e 2015).

A existência de um conjunto de políticas públicas nas comunidades rurais, tais como “Minas sem Fome” (governo de Minas Gerais), “Luz para Todos” (governo federal) e programas de habitação rural (da prefeitura local), incidem consideravelmente sobre as famílias e definem as condições de vida.

O “Minas sem Fome” tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional da população, com a redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. Esse programa tem tido como uma de suas principais ações, a abertura de cisternas para que as famílias possam ter acesso à água para consumo ou para ser utilizada na criação dos animais e das plantações. Outra medida é a instalação de sistemas comunitários de abastecimento de água, com a construção de reservatórios com motobombas hidráulicas, tubulações, cloradores, hidrômetros etc., que tem ajudado a diminuir o problema da falta de água. Com o programa “Luz para Todos”, que é uma reformulação do “Luz no Campo”, houve a extensão da energia elétrica para as comunidades rurais, inclusive as mais remotas, abrindo a possibilidade de as famílias terem em seus lares outros bens, tais como televisão e geladeira, entre outros.

Devido à chegada do programa “Luz Para Todos”, houve inclusive, por questões de segurança, melhorias nas casas, com a troca das coberturas de palha de coqueiro por telhas, para evitar incêndio em casos de curto-circuito.

Considerando que o meio rural do Vale do Jequitinhonha sempre foi caracterizado pela construção de residências de pau a pique, a prefeitura de Itinga segue a tendência de outras prefeituras municipais de facilitar o acesso das famílias a materiais de construção para a melhoria de suas residências e construção de casas de alvenaria. Casas de pau a pique são propícias a hospedar o “barbeiro” (*Triatoma infestans*), inseto que dissemina a doença de Chagas que, comum na região, reflete, entre outros fatores, as condições de pobreza de habitações, como as casas de barro (fotografia 1). A construção de banheiros nas residências, pela prefeitura, também é outro fator que tem promovido a melhoria das residências. Os programas citados têm, dessa forma, facilitado a todas as famílias o acesso a água encanada, energia elétrica e fossa séptica.

FOR AUTHOR USE ONLY

Fotografia 1 : Abrigo físico e redes de comunicação e informação - Parte externa de uma residência de uma família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural Ponte dos Pasmados.



Fotógrafo: Elicardo Heber, 2013.

Entre as famílias rurais das comunidades, sobretudo as mais isoladas ou distantes da sede urbana do município, permanece sendo comum a existência de residências construídas com materiais disponíveis na natureza, principalmente o barro e a madeira. As autoconstruções de residências e a precariedade das estruturas indicam a carência material de existência das famílias, mas as casas são predominantemente próprias e construídas pelas famílias com a ajuda de parentes e vizinhos (fotografia 2).

Fotografia 2: Parte externa de uma residência de família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas. Foto tirada nos “tempos das águas”, ou no período das chuvas, entre novembro e fevereiro.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Possuir uma casa de alvenaria representa certa diferenciação social. Casas de barro são habitadas pelas famílias mais empobrecidas, construídas em geral para abrigar um novo par conjugal conformado a partir do matrimônio. Moças ou rapazes que conseguem juntar recursos com a migração pré-matrimonial têm uma reserva em dinheiro que viabiliza a construção de residências melhores. Geralmente, as áreas onde se constroem as casas são doadas pela família do noivo ou da noiva. Com a proximidade do casamento, parte das terras da família é separada, para que o futuro casal possa ter sua residência e trabalhar nas atividades agrícolas, no roçadinho.

Nas comunidades, todos, pelo próprio isolamento e/ou intenso convívio, são parentes de sangue ou de consideração, e as “pessoas de fora”, são as que chegam após o casamento com alguém do lugar. As doações de terras da família para o novo casal formado pelo matrimônio não segue uma lógica de gênero. Os pais do noivo ou da noiva podem e fazem essas doações, ainda que seja mais comum o noivo residir nas

terras do futuro sogro. Por certo, isso depende exclusivamente da área disponível de cada família.

As casas autoconstruídas têm comumente o mesmo padrão: são de barro, com sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal, onde se cultivam frutas e hortaliças e os roçadinhos de feijão, milho e fava. O crescimento da família, em virtude do nascimento dos filhos, não é acompanhado, porém, da ampliação da casa. A família é distribuída nos espaços já existentes ou nos “puxadinhos”. Quando é muito numerosa, por exemplo, e a casa tem apenas dois quartos, os filhos mais novos dividem o quarto com os pais, e os mais velhos compartilham outro ambiente da casa. A disposição dos membros pela casa e o uso de certos bens, tais como roupas, sapatos e chinelos, são definidos a partir do que está disponível, sem a noção de posse individual do que quer que seja.

Fotografia 3: Família na parte frontal de uma casa na Comunidade rural dos Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Parte das residências da Comunidade dos Hermógenes foi apresentada ao país por uma revista de circulação nacional sob o título “Miséria, o grande desafio do Brasil”. No ano de 2002, dois filhos de uma das famílias foram fotografados deitados em uma cama de palha, sintetizando a condição de 23 milhões de brasileiros que

viviam, então, em condições de pobreza absoluta. As crianças foram escolhidas para estampar a capa da edição, por estarem desnutridas e serem portadoras do mal de Kwashiorkor, doença associada à má alimentação. Kwashiorkor é uma doença resultante da carência de proteínas e vitaminas. A palavra é originária de um dialeto ganês (África) e significa “mal do filho mais velho”, devido ao fato de os filhos mais velhos serem desmamados precocemente e passarem a ter uma dieta precária, resultando em deficiências energéticas e de nutrientes, que caracterizam a referida doença.

Imagem 1: A questão da pobreza extrema e a desnutrição infantil



Fonte: Revista Veja, edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

Na foto, os irmãos estampavam as condições de precariedade em que viviam. No interior da casa, havia o problema da fome e da desnutrição e, diferentemente das crianças do lugar que se tornaram “os querubins”, estes sobreviveram. No Vale do Jequitinhonha é comum a existência de cemitérios para crianças. Quando faleciam por fome ou doenças, sem serem batizadas na igreja católica, a população local acreditava que se transformavam em “querubins”. Para as crianças que viviam na extrema miséria, a fome era a associada a outros elementos que amplificam a pobreza, sobretudo a impossibilidade de acesso a creches ou a outros tipos de estabelecimentos de ensino.

De 2002 a 2013, as famílias do Hermógenes pouco tem melhorado suas condições materiais de existência. Vivem basicamente das transferências diretas de renda e da produção para o autoconsumo (feijão, milho, abóbora, hortaliças e árvores frutíferas), em uma área de três hectares, espremidos entre grandes fazendas de criação de gado e o rio Jequitinhonha. Ao longo de sua trajetória, a família, que sempre residiu no mesmo lugar, viu progressivamente suas terras sendo ocupadas pelo capim e pelo gado. Sem documentação, esses descendentes de um quilombo foram sendo expropriados por grandes fazendeiros locais. Com a renda do Bolsa Família, os Hermógenes conseguem comprar alimentos e financiar certos bens para a família (televisão, alguns móveis e roupas). Com a existência de transporte estudantil ofertado pela prefeitura, ainda que precário, os filhos estudam em colégios públicos na sede urbana do município. Para os jovens da família, o desejo maior é a migração e a vontade de melhorar de vida. As carências sociais, materiais e econômicas são fatores que tornam a vida na comunidade rural difícil e menos desejada.

Entretanto, a pobreza econômica dificulta a migração dos jovens que tem sua própria liberdade de escolha tolhida, de forma que a permanência na localidade de origem acaba resultando da falta de oportunidades para a saída. A migração dos homens do Hermógenes sempre esteve atrelada à mobilidade do trabalho e a um tipo muito específico de trabalhador: os cortadores de cana. Tratava-se de um tipo de migração por temporada, pois, com o fim das safras, eles retornavam para os seus espaços de vida. Mas, com o pouco dinheiro ganho, traziam junto problemas de saúde decorrentes desse tipo de trabalho, tais como dores nas costas e pulmões comprometidos. Muitos homens do Hermógenes deixaram de migrar, seja pela saúde debilitada, seja pela ausência de empresas contratantes dos cortadores de cana. Agora,

mesmo na pobreza material evidente, com o Programa Bolsa Família e o trabalho na roça, conseguem ter acesso ao alimento que vai para a mesa.

Fotografia 4: Utilização de fogão a lenha pela família da comunidade do Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Entre as famílias mais carentes, é comum a utilização de fogões de lenha, devido ao menor custo em relação ao fogão a gás, considerando que a lenha é mais acessível e mais barata. Em suas casas, a cozinha é separada dos outros cômodos por questões de segurança e para que a fuligem resultante da queima da lenha não escureça

as paredes de barro. Apesar de ficar fora da casa, é na cozinha que acontece a socialização entre os membros da família ou com as visitas. Em residências onde os fogões ficam fora, há outro cômodo que é destinado a guardar, dispostas em prateleiras, as vasilhas que são compradas ou produzidas pela família com madeiras disponíveis nas proximidades, o filtro de barro para a água potável e uma mesa que é usada para preparar os alimentos e tomar as refeições. Para as reuniões familiares ou para receber os “de fora”, utilizam a sala da residência ou a sombra das árvores. Nas casas das famílias com mais recursos, há sempre uma varanda, que é o local de descanso, das visitas e da confraternização. Entre as famílias que têm fogão a gás, a cozinha é anexa à residência e não tem a finalidade de receber visitas. Ela é restrita à família e a vizinhos que têm maior familiaridade e afinidade com os moradores. As visitas são recebidas na varanda e na sala da casa.

Dentre um conjunto de significados das comunidades rurais, destaca-se:

I – Onde se tem um lar. O lar, mesmo precário (de adobe ou pau a pique), é lugar de abrigo, de proteção contra a chuva, o vento, o sol, enfim, uma forma concreta de abrigar a família. É no lar, onde há experiências únicas, particularizadas, onde há história(s) e um significado(s). É referência para a rotina do cotidiano. Nos lares, é lugar de cuidado com as vasilhas, com as mobílias, com as flores nos quintais e com as pessoas;

II - É o lugar do convívio e solidariedade - As pessoas, sobretudo, as residentes nas comunidades convivem intensamente entre si. Geralmente, os vizinhos são parentes de sangue ou por consideração. São pessoas que se conhecem por nomes, não raro se tratam por apelidos. Se ajudam mutuamente nos trabalhos nas roças, nos roçados, nas construções das casas, na melhoria das cercas e nas festas (sagradas e profanas). Enfim, uma rede de solidariedades que pode ser entendida com uma riqueza das relações humanas nas tramas no/do cotidiano. Convivem intensamente em distintos lugares, sobretudo nas escolas, nas igrejas (católicas e neopentecostais), nas roças e roçados;

III- Lugar onde há uma hierarquia familiar fortemente centrada e materializada na figura do pai e uma dominação masculina que se expressa de distintas formas, dentre elas, sobre os usos dos recursos da família (geralmente com exceção para a renda do Programa Bolsa Família), ou na permissão para receber e conversar com pessoas de fora, dentre esses, os pesquisadores das universidades. Na migração de

membros da família, por exemplo, tendem a migrar primeiro os filhos homens e depois as filhas. As filhas apenas migram primeiro que os filhos quando há nos empregos nos lugares de destino uma seletividade de gênero, como exemplo, as domésticas e as babás. Quando é possível a migração temporária do pai (chefe da família), os filhos permanecem nos lugares de vida, entretanto, não é rara, uma migração dos pais com os filhos, mas é consideravelmente rara uma migração dos pais com as filhas, sobretudo, devido a um elemento objetivo, uma vez que se trata de empregos precários e pesados (construção civil, carvoarias, vaqueiros, etc) que esses migrantes do trabalho irão assumir nos trechos (lugares de destino/trabalho). Mulheres casadas não migram. O casamento é um forte indutor da permanência dessas mulheres nas comunidades rurais. É entendido que é papel do homem migrar para buscar o sustento da esposa e dos filhos, tendo ela o papel de permanecer cuidando do lar, do roçado e dos membros da família que permanecem;

IV – Lugar de trabalho nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal);

V – Lugar de exclusão e de difícil acesso a um conjunto de serviços e infraestruturas (sobretudo escolas e hospitais);

VI – O lugar como encontro de história de grupos e como produto de um conjunto de intra e inter-relações, conformado por diversas relações, desde as globais até as mais locais, ora conflitantes, ora de cooperação. Lugar de conflitos entre as pessoas do lugar e a presença de grupos nacionais e internacionais, de grandes proprietários de terra, que apropriam do lugar para prática da pecuária extensiva, mineração (o lugar apenas como recurso) e plantio de *pinus* e eucaliptais (os desertos verdes). A chegada das grandes empresas, que apropriam dos recursos (sobretudo as terras), interfere diretamente nos fenômenos, no cotidiano das pessoas, ora retirando os não proprietários da terra (sem a titularidade da terra) dos seus lugares de vida, que historicamente utilizavam as chapadas e grotas para o trabalho na agricultura, criação dos filhos, etc, ora limitando os trânsitos das pessoas das comunidades, principalmente, devido a privatização das áreas de usos comum (sobretudo as chapadas) que passam a ser o controladas por essas empresas. Até mesmo as comunidades rurais mais isoladas, ficam vulneráveis à influência e interferência direta do mundo mais amplo, por exemplo, as áreas propícias ao cultivo de *pinus* e eucaliptais, que são de interesse das empresas de reflorestamento. Estar no lugar é um processo contínuo de luta e resistência. Neste sentido, há pelo menos dois grandes grupos: I- **pequenos**

proprietários de terras nas grotas e chapadas (com a titularidade) e; II – **Famílias que não tem a propriedade da terra**, ou seja, famílias que ocuparam as grotas e chapadas, repassando as terras aos seus descendentes, mas **sem uma titularidade da propriedade**. De fato, famílias que não são titulares da terra são cada vez menos comum no meio rural de Itinga. Em grande medida, o aumento da população residente nas Vilas, povoados e sede urbana do município muito se deve a expulsão dessas famílias dos seus lugares de vida, seja baseada em violência física, simbólica ou ambas. O fim dos agregados nas grandes fazendas locais (residência “por favor”, mas com obrigações, dentre elas, trabalho e ajuda dos membros das famílias de agregados nas fazendas dos donos da terra), também justifica o aumento desse deslocamento da população do meio rural para os aglomerados urbanos, sobretudo no período pós década de 1980;

VII- Comunidades rurais como referência para atuação de instituições religiosas, sobretudo, a igreja católica) e de órgão públicos, principalmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e a prefeitura;

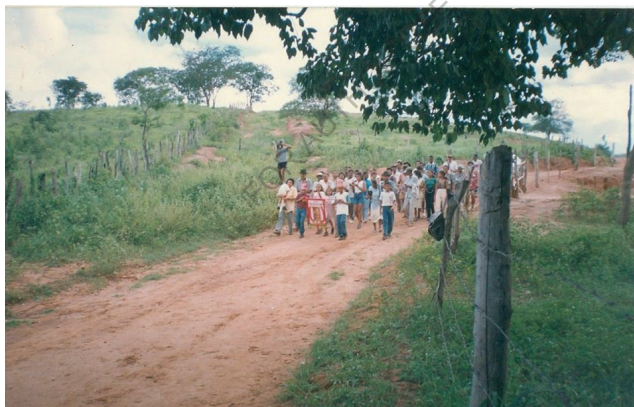
VIII - O lugar como a possibilidade de existência de um grupo de pessoas, famílias e instituições (públicas e privadas), que o apropriam com sentidos diversos, ora como recurso (sobretudo as empresas) ora com um sentido material-simbólico-identitário (as pessoas do lugar);

IX – Lugar das festas sagradas e profanas. No lugar o sagrado e o profano formam pelo menos duas formas de ser no mundo. São situações existência assumidas pelas pessoas ao longo de suas trajetórias. Nas comunidades rurais, as duas formas de estar no mundo, o profano e o sagrado, se imbricam e as fronteiras entre ambas não estão muito claras. De fato, os encontros nas comunidades estão muito baseados no sagrado. Encontram-se para as rezas, mas não apenas. O profano é também parte dos encontros para as festas sagradas. Exceto o carnaval, que se concentra nas praias do Rio Jequitinhonha próxima a sede urbana do município, as principais festas ocorrem nas comunidades rurais de Itinga, principalmente, mas não apenas, a Folia de Reis, São Sebastião, Semana Santa, Festas Juninas, sobretudo, de Santo Antônio e São Pedro com as missas, novenas, leilões (para angariar recursos para as igrejas católicas das comunidades), levantamentos de mastros, os forrós e Vaquejadas. No mês de setembro ocorre a festa de Nossa Senhora D’ajuda, com quermesses, liturgias e, após os

encontros religiosos, os forrós.

Nas festas do sagrado, há uma paralização do tempo das práticas cotidianas para entrada no tempo mítico. Se há o carnaval na sede do município que atrai pessoas das cidades próximas e são incrementadas com a chegada dos migrantes, as festas religiosas mudam a rotina das crianças, dos jovens e dos idosos, atraindo pessoas de “fora” das comunidades para os festejos. As novenas de festas juninas são um dos exemplos dessas mudanças. Diariamente, as famílias deslocam-se para a casa dos vizinhos para as rezas. A família que recebe os vizinhos deve se preparar. As preparações para receber a vizinhança ocorrem ao longo de todo o dia: na arrumação da casa, na varredura do quintal, na preparação das comidas e do altar, que receberá os santos que chegarão juntamente com os vizinhos que participarão do ato.

Fotografia 5: procissão das festas do sagrado



Fotógrafo: Elicardo Heber (2015).

Toda a arrumação do cenário para as festas do sagrado conta com a ajuda das mulheres, seja da família ou não. Enquanto as mulheres preparam a casa para receber os convidados, os homens tocam violão, cantando músicas (profanas) acompanhados por bebidas alcoólicas (ou não). Os homens não ajudam na preparação das comidas ou na arrumação da casa. Permanecem, geralmente, debaixo das árvores ou em locais

onde não atrapalhem as arrumações dos lugares para os festejos, geralmente, pausando a cantoria no momento em que chegam os convidados para as rezas. Ao término da reza, retornam as cantorias e as bebidas, ou se reúnem em rodas para as conversas e “causos”. No geral, seja o carnaval (na cidade) ou as festas sagradas e profanas, principalmente nas comunidades rurais, tem-se a impressão que as pessoas estão todo o tempo celebrando algo, mas, sobretudo uma aproximação com o sagrado, com Deus. Para essa sociedade rural, os lugares têm uma função de abrigo e base de “recursos”, sobretudo para o trabalho na agricultura, mas há também um conjunto de referências simbólicas que são fundamentais para a manutenção de sua cultura e denota os lugares de outros significados.

X – Lugar como referência para as partidas e retornos para os migrantes, seja de forma temporária ou definitiva.

4. Considerações finais

Esse texto tratou de uma perspectiva de lugar. Em linhas gerais, a permanências transitórias e as saídas também transitórias marcam uma possibilidade de permanência: permanecer nesse lugar. A permanência dessas famílias em seus lugares de vida foi consideravelmente sustentada pelos recursos dos migrantes temporários do trabalho precário. As migrações temporárias de trabalhadores locais também não apontam para um esvaziamento populacional nos lugares de vida desses migrantes, na medida em que, a própria permanência teve grande peso na sustentação, sobretudo antes da chegada das transferências diretas de renda direcionadas as famílias mais pobres no Brasil.

A intensificação da migração temporária do trabalho precário é, em grande medida, uma resposta a constante expropriação dessas pessoas, forçando-as a buscarem outras alternativas de vida, ou de forma mais profunda, outras estratégias de reprodução social. Para as famílias residentes no meio rural, em seus lugares de vida, rodeados por grandes plantações de capim ou de *pinus* e eucaliptais, houve e permanece ocorrendo uma resistência. Resistir para permanecer. Resistir para ficar em seus lugares de vida. A própria migração temporária do trabalho precário tem como

um dos objetivos a possibilidade de retorno e permanência (ainda que transitória) no lugar de origem.

Essa transitoriedade do estar nos trechos (lugares de destino) está intrinsicamente ligada aos processos que ocorrem no lugar de origem. A expropriação, intensificação da pobreza e falta de oportunidades no lugar, os forçam a migrar para buscar a ampliação do campo de possibilidade, notadamente, em relação ao trabalho.

A intensa fragmentação (herança igualitária) ou a expulsão da terra, a dificuldade de viver exclusivamente da atividade agrícola, o limitado campo de possibilidades de ocupação (agrícola e não agrícola) e o tamanho das famílias (grande número de trabalhadores disponíveis) são alguns elementos que contribuem para a escolha pela partida transitória, mas pensada como um projeto coletivo: migrar para adquirir recursos para o grupo familiar. Entretanto, entre as famílias extremamente pobres, o fator econômico é fundamental na conformação do fenômeno da permanência e há até mesmo uma imobilidade espacial, exceto, quanto há uma rede empresarial que financia a migração temporária de trabalhadores precários. Entre os mais pobres, mesmo quando desejam partir em busca de melhorias de vida, este fenômeno não ocorre, devido à impossibilidade de arcar com os custos do deslocamento e de vida no lugar de destino (moradias/aluguéis, transportes, alimentação, etc.). A permanência e/ou a migração de apenas alguns membros do grupo familiar, especialmente os jovens, mas não apenas, é consideravelmente influenciada pela pobreza.

A migração dos mais pobres ocorre como dito, sobretudo, quando há o apoio de redes empresariais que necessitam de pessoas dispostas ao trabalho precário, antes as usinas de cana, atualmente, as carvoarias e as empresas da construção civil. Nesse sentido, a pobreza é um elemento fundamental que contribui para a permanência em um contexto de pessoas que têm limitadas suas escolhas entre ficar ou partir. Nas comunidades rurais, marcadas por uma dinâmica populacional com intensa circularidade de pessoas, há indivíduos com trajetória social de imobilidade, residindo sempre no mesmo lugar, como resultado de sua pobreza econômica, exceto quando são retirados de seus lugares de vida e se deslocam precariamente para a sede urbana, ou para pequenos aglomerados populacionais no meio rural. Se a permanência no meio rural pode ser, em alguns casos, decorrente da falta de oportunidade de sair, existe, por outro lado, uma imobilidade que retém as pessoas no lugar, motivada, em

grande medida, pela falta de recursos para partida.

Entre as famílias mais pobres, a migração tende a ser de curta distância. Geralmente, dos sítios para os pequenos aglomerados urbanos (vilas, distritos e povoados) e em situações mais extremas, seja pelas secas ou pela expropriação. Em deslocamentos de curtas distâncias, prevalece a migração da família e em deslocamentos de longas distâncias prevalece a migração de indivíduos.

A migração e seus diversos tipos (mais longos, mais curtos, de média e longa distância) e a expulsão das terras são dois pontos comuns entre as famílias, que dentre outros fatores, contribuíram para distintos tipos de pobreza, seja a material ou pela ausência de membros da família que tiveram que partir em busca dos recursos para os que permanecem no lugar de origem. Para as famílias que permaneceram em suas pequenas propriedades, a chegada das grandes empresas e ocupações das chapadas, sobretudo pelos eucaliptais, houve uma limitação dos usos desses lugares para a retirada de ervas medicinais, frutos, animais de caça e lenha. Por um lado, há a restrição da circulação das pessoas por esses lugares, por outro, houve uma diminuição da diversidade da fauna e flora com a substituição de uma biodiversidade pelos “desertos verdes”.

Com a expropriação de suas terras, limitação de uso das terras comuns (as chapadas) e um limitado campo de possibilidades profissionais, a migração surgiu com uma possibilidade de melhoria nas condições de vida para as pessoas do lugar. Nesse sentido, com a migração dos trabalhadores, principalmente para o trabalho precário, a ausência passou a fazer parte da dinâmica das famílias. Sobretudo os homens chefes de família e os jovens homens que migraram para diversos destinos com intuito de enviar dinheiro aos que ficaram. Cortadores de cana, pedreiros, vaqueiros, enfim, distintos trabalhos precários eram realizados como parte das estratégias de reprodução social das famílias.

Até mesmo entre os jovens, que a literatura sempre apontou a saída de casa e a migração com forte significado de ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família e não raro, a migração como um projeto individual, o que se percebe entre as famílias rurais em Itinga, é uma saída com forte intuito de ajudar a família. A migração como um compromisso com a família. Entre os jovens com maiores índices de escolaridade, a frequência nas escolas locais e a progressão nos estudos aponta para novas redes de sociabilidade, que ampliam o debate sobre o futuro

que passa por projetos de vida nas grandes cidades e a tentativa de saída da atividade agrícola.

A própria saída da atividade agrícola, por parte de jovens, é até mesmo apoiada pelas famílias que veem a migração como uma forma de mobilidade social e profissional, ou seja, “serem alguém na vida”. Como uma fase de transição, a migração dos jovens é importante na medida em que são eles que deveriam dar continuidade à propriedade familiar. Entretanto, os jovens desejam o melhor dos dois mundos: as possibilidades de melhoria que as cidades teoricamente podem oferecer (maiores opções de empregos, bens, serviços e lazer) e as relações sociais (amizade, vizinhança e parentesco) que são estabelecidas nas comunidades de origem, inclusive com um apego ao lugar que é parte de sua experiência de vida.

Pelo próprio ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas, grande parte marcado por um isolamento social, econômico e um mercado de trabalho pouco dinâmico, há a dificuldade de diversificação das ocupações e das fontes de rendas (agrícola e não agrícola) nas comunidades rurais. Se há nas famílias, membros disponíveis para o mercado de trabalho, sobretudo, porque a atividade agrícola não os absorve satisfatoriamente, uma diversificação das fontes de renda e dos ingressos só é, muitas vezes viabilizada, pela migração temporária ou definitiva. Para os que ficam, a permanência na atividade agrícola passa a ser o principal ocupação no contexto de um limitado campo de possibilidades.

Um campo de possibilidades limitado no lugar passa a ser considerado pelos jovens no dilema entre ficar ou sair. Entretanto, as comunidades rurais são compostas por unidades familiares que são também unidades de produção agrícola (alimentos e matérias primas). Mais que isso, são lugares de vida dessas pessoas, onde se relacionam com a natureza, com vizinhos e parentes, onde têm seu lazer, sua identidade cultural, ou seja, um conjunto de elementos até mesmo imateriais que pesam fortemente no desejo pela permanência, mas que esbarram nestas limitadas possibilidades ocupacionais, sobretudo no caso dos jovens escolarizados.

Os migrantes mais escolarizados tendem a ter melhores salários e serem mais seletivos nas escolhas das ocupações que os migrantes analfabetos. A progressão nos estudos, por fim, é um forte elemento que impulsiona a migração dos jovens, mesmo em situações em que há um desejo dos pais que permaneçam no meio rural e nas atividades agrícolas. A migração, ao mesmo tempo em que surge como uma

possibilidade de mobilidade social é percebida também como algo negativo. Por um lado, são pessoas se deslocando e se distanciando de seus parentes, amigos e vizinhos, por outro, mesmo entre os mais escolarizados, há ocupações nas cidades que não trazem um considerável retorno financeiro. Com os gastos nas cidades, a violência, a pobreza e a exclusão social, a migração passa a representar uma ilusão. Ilusão de uma mobilidade social. No insucesso da empreitada migratória, os jovens tendem a retornar as suas comunidades rurais.

Para os migrantes temporários, chefes de famílias, as migrações, mesmo as de longa distância, tendem a ser mais curtas temporalmente. Não há entre os chefes de família uma migração planejada por um longo tempo. Trabalham nas safras agrícolas, nas empreitadas da construção civil, nas vendas nas praias baianas e após a temporada, retornam aos seus lares. Entretanto, são cada vez mais raras, as “viúvas de marido vivo”, uma vez que, com fim da migração dos cortadores de cana e a possibilidade de ter uma renda dos programas de transferência direta de renda, os esposos tendem a migrar cada vez menos de forma temporária. As migrações temporárias, com as permanências transitórias e os trânsitos permanentes, são um dos elementos que possibilitam afirmar que para este universo não está ocorrendo um esvaziamento do meio rural. Inclusive, a permanência no meio rural se apoia nas passagens, ainda que precária, desses trabalhadores pelo mercado de trabalho precário urbano.

O próprio migrante do trabalho precário, ao se deslocar em tempos e espaços distintos não necessariamente encontra no local de origem uma integração ao mercado de trabalho formal, a cultura e na economia. Dessa forma, o indivíduo migrante insere-se em uma condição de exclusão social. A precariedade das condições de vida no local de destino, a ausência de empregos ou os subempregos (em grande medida em decorrência da ausência de educação formal/capital cultural) empurra os migrantes pobres para a exclusão social, reforçando a importância do retorno às localidades de origem e a transitoriedade nas localidades de destino. A migração nem sempre representa um processo de integração social. Em um universo social com poucas oportunidades de inserções laborais, a migração passa a ser percebida como uma possibilidade para a ascensão social, tanto para os que partem, quanto para os que permanecem, principalmente pelas remessas em dinheiro. Entretanto, entende-se que a migração é um aspecto constitutivo da cultura local, mesmo que a partida possa representar uma intensa exclusão social.

As necessidades de sobrevivência da família orientavam este tipo de mobilidade espacial, ou seja, a migração como uma tentativa de melhora nas condições de vida. Em parte, essa migração é resultado da dificuldade de aquisição de bens de consumo considerados necessários para as despesas da casa e da família como resultado do trabalho na atividade agrícola ou como camarada para os não proprietários da terra. Entretanto, há a atividade agrícola (produção animal e vegetal) que é um dos elementos centrais nos modos de vida das famílias do lugar.

No geral, nas conversas com os jovens do lugar, era recorrente a palavra esperança, “tenho esperança de conseguir”, “tenho esperança que dê certo”, “tenho esperança que as coisas vão melhorar”. Se o presente era de incertezas e medo, o futuro aparece como a possibilidade de uma vida melhor, seja em seus lugares de vida ou em outros lugares após a concretização do desejo pela migração.

Referências

BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer: um estudo** sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CAVACO, C. Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (Orgs.). **Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Ed. IPC, 2003. p. 25-38.

_____. Habitares dos espaços rurais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, vol. 1, série1, 2003.

_____. Os espaços rurais como espaços de vida: Mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. In: BAPTISTA, F. O.; JACINTO, R.; MENDES, T. (Orgs). Proença Nova - Portugal: Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009.

COMERFORD, J. Comunidade Rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DE PAULA, A. M. N. **Travessias destinos migratórios em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia.

OLIVEIRA, L. O Sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RELPH, E. C. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In:

MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MASSEY, D. S. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v.56, n1, p. 3-26, 1990.

SHANIN, T. **The Awkward Class: Political Sociology of Peasantry in Developing Society**: Russia 1910 – 1925.. London: OUP, 1972. 253 p.

SOUZA, J. V. A. **Igreja, Escola e Comunidade**: elementos para a história cultural do município de Turmalina. 1. ed. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2005.

STOCK, M. **Théorie de l'habiter**. Paris: La découverte. 2007.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, V. (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. London: Oxford University, 1990. 342p.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

FOR AUTHOR USE ONLY

CAPÍTULO 2

A EMERGÊNCIA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E SEUS EFEITOS SOBRE O ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E AMBIENTAL DA ILHA DO MARAJÓ, PARÁ, BRASIL⁴

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo⁵; Carlos Augusto Pantoja Ramos⁶

Introdução

Com a publicação da Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012 — conhecida como Código Florestal —, instituiu-se um novo marco regulatório sobre a proteção dos recursos naturais e o combate ao desmatamento, influenciando decisivamente no uso das florestas e na produção agropecuária nacional. Nesse sentido, o Código, portanto, sela um novo pacto entre a sociedade brasileira em torno do uso dos distintos biomas brasileiros.

Um dos principais instrumentos de controle para obtenção de regularidade ambiental e direcionamento para programas de recuperação de áreas desmatadas é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro eletrônico que possui informações georreferenciadas do imóvel rural e que atualmente é realizada por meio de autodeclarações no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), gerenciado nacionalmente pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente — MMA (BRASIL, 2016).

⁴ Este artigo busca articular algumas ideias desenvolvidas pela primeira autora na dissertação de mestrado e tese de doutorado, com a observação direta dos processos de ordenamento territorial e manejo florestal comunitário na Ilha do Marajó (PA), levantados pelo segundo autor.

⁵ Bacharel e Licenciada Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas dessa instituição (GEMAP/CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: icamiaba@gmail.com

⁶ É um profissional socioambiental, formado em Engenheiro florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará — FCAP (atual Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA), com 15 anos de experiência em manejo florestal sustentável. Suas principais áreas de atuação são: elaboração de projetos de desenvolvimento local nos municípios do Marajó; regularização fundiária de comunidades rurais; manejo florestal sustentável em áreas de terra firme e várzea a partir da abordagem de bens e serviços gerados pela floresta; implantação de tecnologias sociais que busquem a autonomia das famílias agro extrativas. Belém, Pará, Brasil, E-mail: pantojaramos@gmail.com

O estado do Pará, cuja Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) foi uma das pioneiras na constituição de um sistema próprio de cadastro e monitoramento ambiental (SILVA, 2015), a partir de 2016 integrou sua plataforma ao sistema nacional coordenado pelo SFB.

No Marajó, que é o maior arquipélago fluvial-marítimo do mundo, localizado no estuário do rio Amazonas, possuindo uma área de 10,4 milhões de ha, foi alvo no período recente de ações de ordenamento territorial realizadas sobre 47,5% de suas áreas habitáveis (RAMOS, FERREIRA, SILVA, 2020). A busca por informações relativas ao CAR também aumentou muito nos últimos anos, não apenas em virtude da obrigatoriedade deste instrumento ante a regularidade ambiental, mas por várias denúncias de intimidação de famílias e tentativas de grilagem de terras por empresas ou pessoas não ocupantes das terras (CAMPELO, 2017).

Desde 2018, este arquipélago está contido no Sítio Internacional RAMSAR Estuário Amazônico e seus manguezais, e possui índices de desenvolvimento humano (IDH) desafiadores para o Estado Brasileiro, com isso, entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região e órgãos de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a denunciar os conflitos ocasionados pelos maus usos do CAR, bem como buscaram compreender melhor a utilização dessa ferramenta de gestão territorial e sua capacidade de responder aos desafios da inclusão social e proteção ambiental no arquipélago marajoara.

Para contribuir com esse debate, neste artigo busca-se, de forma exploratória, identificar e caracterizar elementos do contexto como o “caos fundiário”, o aumento crescente do desmatamento e estrangulamento no setor madeireiro na Amazônia Legal, que ajudaram o tema da regularidade ambiental a se tornar um problema público, bem como levaram a emergência do CAR como um elemento compulsório de comprovação da regularidade ambiental no país. Discute-se ainda as tensões entre as intenções presentes na criação do CAR e na sua implementação, que podem evidenciar problemas de concepção da política pública, fragilidades do próprio processo decisório e também a atuação de grupos de interesse que conseguiram afrouxar as exigências da legislação ambiental e se sobrepor as ações com lógica não mercantil e protetiva que vinham sendo desenvolvidas pelos órgãos fundiários na Ilha do Marajó visando garantir à estabilidade na terra pelas comunidades tradicionais que historicamente as vem ocupado.

Para tanto, utilizam-se dados primários de duas fontes principais: o Portal do Sistema CAR do estado do Pará e do SICAR. Também foi realizado o levantamento bibliográfico e de dados documentais publicados, por meios físicos e eletrônicos, tais como: artigos científicos, livros, teses e dissertações acadêmicas, relatórios de pesquisa e outros documentos sobre análise de políticas públicas, regularização fundiária e ambiental.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo possui mais quatro partes que procuram dar uma visão qualitativa e ainda exploratória dos fenômenos observados. No primeiro segmento, discute-se brevemente o contexto econômico, político e social que interferiram no tema do desmatamento na Amazônia Legal e levaram a compreensão do tema da regularidade ambiental como um problema público. Em seguida, aborda-se a aprovação do novo Código Florestal e a trajetória da ideia de constituição de um cadastro ambiental rural indispensável para a gestão ambiental regional, bem como alguns dados relativos a execução do CAR no Ilha de Marajó. No terceiro segmento, apresentam-se alguns conflitos entre as diretrizes e objetivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e o novo Código Florestal. Por fim, problematiza-se a captura desse importante instrumento de regularização ambiental por mecanismos de manejo florestal e de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD), bem como sua potencial utilização como instrumento de grilagem de terras públicas, especulação fundiária e exploração predatória dos recursos naturais.

1. O problema público da regularidade ambiental

Em meados de 2003, o tema da acelerada mudança do uso do solo na Amazônia Legal catalisou as atenções da opinião pública. Isto, de um lado, deveu-se mudança de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental representado pela assunção ao poder do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Este trazia a feição de um projeto “democrático popular”, a participação em vários escalões de dirigentes e lideranças dos movimentos sociais e contava ainda com o apoio de instituições historicamente identificadas com as lutas sociais (FERREIRA, 2010); de outro, a percepção de que com o alto escalão do MMA — agora composto por

representantes do socioambientalismo brasileiro — implicava na necessária incorporação do tema do desmatamento na região na agenda governamental (ANTELO, 2018).

De acordo com os dados registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no período de agosto de 2001 e julho de 2002 foi observado um crescimento do desmatamento de aproximadamente 19% em relação ao período anterior. A divulgação destes indicadores elevados em um momento de contração da economia brasileira, combinada a interpretação de que o país experimentava uma fase de aquecimento econômico, provocou um temor no governo federal quanto ao aumento futuro desses índices (BRASIL, 2004).

Com a divulgação de indicadores elevados de desmatamento na Amazônia Legal e a percepção quanto a sua tendência inercial, os gestores públicos passaram a reconhecer o desmatamento em curso como um prenúncio de uma possível crise para a qual deveria ser apresentada uma solução governamental. Isto ocorreu também porque o aumento nos índices de desmatamento na Amazônia estava em contradição com os compromissos assumidos pelo país na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e com a percepção de uma parcela significativa da sociedade brasileira sobre a importância dessa região.

No período de 1988 a 1990, o desmatamento na Amazônia Legal estava associado à história de ocupação da Amazônia, com a abertura de rodovias federais, a implantação de projetos de colonização (públicos e privados) e a projetos hidro-minério-metalúrgicos que ocorriam de forma concentrada no chamado “Arco do desmatamento”, abrangendo principalmente os estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia. A partir de 2000, passaram a ser identificadas novas frentes de desmatamento, localizadas e comandadas por dinâmicas regionais endógenas, caracterizadas pela participação de variados atores locais com o concurso de capital privado (BECKER, 2004).

Ainda a partir desse diagnóstico, concluiu-se que o desmatamento na Amazônia Legal era resultado da trajetória histórica de expansão da fronteira agrícola que, em geral, costuma ocorrer pela implementação de políticas públicas que estimulam a apropriação privada de terras devolutas, a extração predatória dos recursos madeireiros, o acúmulo de capital para investimento em pecuária extensiva e,

por fim, o desenvolvimento da produção agropecuária. Essas atividades econômicas proporcionariam a renda e legitimariam a apropriação da terra em curto prazo, sem a necessidade de realização de grandes investimentos financeiros. No longo prazo, as terras permaneciam como áreas de pecuária mais intensiva ou, no caso de haver demanda, poderiam ainda ser convertidas em áreas para produção de *commodities* ou destinadas ao desenvolvimento de outras atividades econômicas (BRASIL, 2004).

Com a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o desmatamento na região passou a ser compreendido pelo governo federal como um fenômeno com origens e consequências (econômicas, sociais e ambientais) complexas (ARAÚJO; VIEIRA, 2019). Nesse sentido, a maneira mais efetiva para se combater o desmatamento na região seria vincular a execução de novos investimentos do governo federal e os repasses aos governos estaduais a um planejamento prévio. Desse modo, buscava-se estabelecer a maior presença do Estado na Amazônia, regulando a dinâmica de apropriação do solo e sua transformação produtiva, mas principalmente oferecendo serviços públicos demandados pela população regional, tais como: saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, regularização fundiária e ambiental, etc. (BRASIL, 2004).

Naquele contexto, o governo federal propôs que o enfrentamento do problema do desmatamento na região ocorresse por meio da aplicação de medidas de monitoramento e controle ambiental, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de ações interdisciplinares e estruturantes voltadas ao ordenamento territorial e fundiário e ao fomento da produção sustentável. Estas ações estariam sob a responsabilidade de um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) criado para deliberar questões estratégicas relativas ao combate ao desmatamento na região, ficando sua coordenação subordinada à Casa Civil da Presidência da República e contando com a participação de 11 ministérios (BRASIL, 2004).

Essa proposta foi inspirada em proposições de segmentos da comunidade de políticas que argumentavam que o Estado possui um papel indutor no processo de desmatamento e, portanto era necessário conduzir um conjunto de políticas de controle ambiental e incentivo ao desenvolvimento sustentável capaz de envolver — de forma continuada, e não apenas emergencial — entes governamentais, segmentos produtivos e sociedade civil organizada (ALENCAR *et al.*, 2004).

Nessa esteira, o MMA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) — entes governamentais mais afetos as temáticas ambiental e fundiária —, anunciaram medidas com grandes implicações sobre o ordenamento regional. Uma delas se trata de uma negociação junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que disponibilizou os dados digitais de mapeamento e monitoramento da cobertura do solo na Amazônia Legal, produzidos pelo Prodes para instituições públicas e privadas que operavam sistemas de geoprocessamento. Essas informações digitais até então eram restritas ao Inpe que opera o sistema e que produzia relatórios anuais com dados agregados, nos quais podiam ser visualizados dados relativos ao desmatamento acumulado, mas que não podiam ser utilizados na condução de ações de fiscalização ambiental da região (ANTELO, 2018).

Outro dispositivo importante de fomento do tema fundiário e ambiental na agenda governamental, especialmente no que se refere ao estabelecimento de diretrizes e normas para o acesso à terra e à exploração dos recursos naturais na região foi a publicação da Portaria Conjunta Incra/MDA nº. 10/2004, que suspendeu a emissão das declarações de posses e estabeleceu a obrigatoriedade da apresentação dos documentos legitimadores dos imóveis rurais em situação de posse por simples ocupação, localizados em municípios selecionados da Amazônia Legal, sob pena de bloqueio do registro do imóvel. Embora esses documentos cadastrais não possuíssem nenhum amparo legal como prova de propriedade, até então, eles eram utilizados em um amplo leque de operações na região, tais como autorizações de desmatamento, planos de manejo florestal e operações de crédito rural (ANTELO, 2018).

Outras duas medidas importantes foram a publicação do Decreto nº. 6.321/2007 e da Portaria MMA nº. 28/2008, que reforçaram e sofisticaram as ações de enfrentamento do desmatamento na Amazônia Legal. Segundo Lima, Capobianco e Moutinho (2009), a partir de então, as ações de enfrentamento do desmatamento ilegal na região passaram a ser divididas em dois campos de estratégia: de um lado, passa-se de uma ação mais generalizante para uma busca por maior controle e racionalização do uso do solo em pontos críticos da região sob os quais passam a incidir um conjunto de ações mais rigorosas destinadas a conter a degradação ambiental. De outro, a publicação dos locais prioritários para desenvolvimento dessas ações é um mecanismo que busca envolver e atribuir responsabilidades políticas, jurídicas e administrativas às distintas esferas governamentais, assim como aos segmentos

privados, na adoção de medidas para solucionar o problema dos altos índices de desmatamento na Amazônia Legal. De acordo com Pires e Savian (2006), ainda que proposta de um cadastro ambiental das unidades produtivas tenha sido substituída pela ideia de recadastramento das propriedades rurais, ela já estava presente durante a construção dessas estratégias.

Naquele contexto foram estatuídas medidas como: i) a identificação de municípios prioritários para a intensificação das ações de prevenção e controle do desmatamento a partir dos dados gerados pelo Inpe; ii) a obrigatoriedade do recadastramento das propriedades rurais localizadas nos trinta e seis municípios com maior índice de desmatamento na região; iii) o controle sobre a destinação do crédito oficial; iv) o embargo compulsório pelo agente fiscalizador do uso econômico das áreas desmatadas ilegalmente, excetuando-se àquelas utilizadas para atividades de subsistência; v) o controle das cadeias produtivas pela corresponsabilização dos compradores de produtos oriundos de áreas de desmatamento ilegal embargado (ANTELO, 2018).

Com base nestes dispositivos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central (Bacen) aprovou a Resolução nº 3.545/2008, que estabeleceu a necessidade de comprovação de regularidade ambiental e fundiária como condição para a obtenção de financiamento público e privado para imóveis situados nos municípios do Bioma Amazônia (ANTELO, 2018).

Como a invalidação de reivindicação de direito sob terras públicas na Amazônia Legal que estivesse assentada em documentos precários, os planos de manejo florestal que vinham sendo executados sob terras públicas foram suspensos e a aprovação de novos planos passou também a ser condicionada à apresentação de títulos de domínio pelos requerentes.

Como consequência direta da exigência de comprovação da regularidade fundiária e ambiental das áreas ocupadas prevista pela Resolução do Bacen, Assunção *et al.* (2013), estimam que um terço do crédito previsto para o período 2009-2011 não foi alocado, o que corresponderia a aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, sendo que 90% deste montante estaria relacionado aos segmentos mais dependentes de crédito subsidiado, como as atividades pecuárias.

Desta maneira, os problemas da regularidade fundiária e ambiental capturaram

a atenção do governo Lula naquele período. Isto ocorreu porque as medidas adotadas pelo PPCDam — que ajudaram a reduzir em aproximadamente 77% o desmatamento na Amazônia Legal entre 2003-2010 (KAGEYAMA; SANTOS, 2012), também ajudaram a colocar em evidência um conjunto de problemas relativos a apropriação e ao uso da terra e dos recursos naturais, bem como um conjunto de atores sociais envolvidos nessas práticas e que não conseguiam formalizar direitos de propriedade e conseqüentemente obter licenciamento para exploração econômica de suas unidades produtivas.

Naquele contexto, teve início uma mobilização de alguns segmentos produtivos regionais. Na ocasião, as narrativas em defesa do ordenamento fundiário e ambiental foram angariando espaço no debate de ideias que envolvia atores visíveis (i.e. como governadores e prefeitos amazônicos, etc.), e invisíveis (especialistas, assessores parlamentares, burocratas e analistas de grupos de interesses) (ANTELO, 2018). Esses atores que apontavam esses temas como temas prioritários para o desenvolvimento regional e buscavam promover flexibilizações nos marcos legais de regularização fundiária e ambiental.

Como efeito das mobilizações em torno da questão fundiária e ambiental, foi sancionado um conjunto de normatizações: a Lei nº. 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (BRASIL, 2006); a Lei nº. 11.952/2009, que instituiu uma ambiciosa política federal de regularização fundiária das ocupações até 15 módulos fiscais incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal (BRASIL, 2009b); e anos depois foi instituída a Lei nº. 12.651/2012, que estabeleceu o novo Código Florestal, estabelecendo novas regras para a proteção da vegetação nativa nos distintos biomas brasileiros (BRASIL, 2012b).

2. Ideias institucionalizadas: soluções propostas pelo CAR

O período de 2008 a 2012 abrangeu o debate no Congresso Nacional em torno da revisão do Código Florestal brasileiro. Durante o período puderam ser observadas ideias distintas sobre a importância das florestas e demais formas de vegetação para o desenvolvimento do país. A grosso modo, essas visões podem ser sintetizadas em dois polos que se opuseram: de um lado, socioambientalistas argumentavam que, embora o

Código Florestal tivesse problemas, era fundamental avançar na sua implementação. De outro lado, os ruralistas que defendiam a ideia de que esse marco legal prejudicava a produção de alimentos em larga escala e colocava na ilegalidade milhares de produtores agropecuários, tendo sido estes últimos os maiores vitoriosos dessa etapa de disputas na agenda pública sobre as florestas brasileiras (PIRES; SAVIAN, 2016).

No que se refere aos objetivos deste artigo, cabe recordar que a Lei nº. 12.651/2012, instituiu também o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma espécie de registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais e que conforma a base de informações ambientais das propriedades e posses rurais com fins de monitoramento, planejamento econômico e ambiental, e combate ao desmatamento nos biomas brasileiros.

Conforme mencionado anteriormente, o novo Código Florestal tem nas suas origens a necessidade do governo brasileiro de enfrentar o problema público do avanço da taxa do desmatamento na Amazônia Legal. Embora o governo já contasse, desde 1988, com um avançado sistema de mapeamento e monitoramento da cobertura do solo na região, a partir dessas informações ainda era muito difícil identificar e atribuir responsabilidade aos atores responsáveis pelos desmatamentos registrados e analisados a partir de imagens de satélite.

De acordo com Azevedo (2009) e Pires e Savian (2016), a construção do CAR foi inspirada no antigo Sistema de Licenciamento Ambiental das Propriedades Rurais (SLAPR) da extinta Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA) do estado do Mato Grosso. Este sistema, criado em 2000, utilizava-se de um banco de dados informatizado que combinava o uso de sensoriamento remoto, sistema de informações geográficas e tecnologia da informação para controlar atividades indutoras da degradação ambiental nos imóveis rurais mato-grossenses.

Baseado no Código Ambiental do Mato Grosso, o SLAPR tentava integrar as atividades de licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização na mesma plataforma e no mesmo processo administrativo. Naquele contexto, os proprietários rurais, para obterem as licenças ambientais das atividades econômicas em seus imóveis, deveriam apresentar ao órgão ambiental estadual as informações sobre sua unidade produtiva, inclusive das áreas de preservação permanentes (APPs) e das reservas legais (RLs). À medida que essas informações georreferenciadas eram

inseridas no sistema — notadamente de imóveis cujos donos podiam arcar com os custos desse levantamento —, o banco de dados se expandia, permitindo maior conhecimento sobre o território e a dinâmica do desmatamento no estado (AZEVEDO, 2009; PIRES e SAVIAN, 2016).

Neste sistema, o licenciamento em propriedades rurais ocorria mediante o georreferenciamento do perímetro dos imóveis, com a delimitação das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Por sua vez, o monitoramento do desmatamento, no território e em cada propriedade rural era realizado a partir de imagens de satélite sobrepostas aos polígonos georreferenciados dos imóveis rurais licenciados. A fiscalização era realizada a partir da detecção dos desmatamentos irregulares pelas cartas-imagens anuais de desmatamento (ISA, ICV, 2006).

Cabe mencionar que a implantação do SLAPR não foi acompanhada de um esforço de monitoramento ambiental, fiscalização e responsabilização dos agentes desmatadores. Nesse sentido, o estado de Mato Grosso despontou no início da década de 2000 como um dos estados campeões do desmatamento na Amazônia Legal (AZEVEDO, 2009). A despeito disso, este sistema foi reconhecido como o “mais avançado mecanismo de controle e monitoramento de imóveis rurais no país ao conjugar a atividade de licenciamento ambiental com monitoramento de desmatamento por imagens via satélite e fiscalização” (PACKER *et al.*, 2018, p. 4) e posteriormente o próprio MMA passou a endossá-lo como política pública para os demais estados da Amazônia Legal.

Naquele contexto, outros estados amazônicos iniciaram a implantação de seus sistemas remotos de monitoramento, licenciamento e fiscalização de atividades agropecuárias e florestais desenvolvido com o apoio financeiro do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e outras fontes (AZEVEDO, 2009; PIRES e SAVIAN, 2016).

Nessa esteira, em 2004, o estado do Pará constituiu o seu Licença Ambiental Rural (LAR) no intuito de regularizar ambientalmente os produtores rurais do estado. No intento de reduzir os custos e a demora observados no processo de licença ambiental no Mato Grosso, o governo paraense desvinculou a verificação do cumprimento da legislação florestal da avaliação do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Compreendia-se que nem todas as propriedades

rurais deveriam ter suas atividades produtivas obrigatoriamente como objeto de licenciamento. Nesse sentido, o Decreto estadual nº 2.593/2006, formalizou o termo Cadastro Ambiental Rural, então definido como um instrumento de identificação do imóvel rural, essencial para todas as licenças, autorizações e demais documentos de regularidade ambiental emitidos, independentemente de transferência de titularidade. Por fim, em 2008, foi publicado o Decreto estadual nº. 1148, que instituiu o CAR-PA como um instrumento da Política Estadual de Florestas e Meio Ambiente, tornando obrigatório o cadastramento de todos os imóveis rurais localizados no território paraense, mesmo aqueles que não exercessem qualquer atividade rural economicamente produtiva (PARÁ, 2008).

Mais ou menos no mesmo período, o governo mato-grossense modificou o antigo SLAPR e assimilou o conceito de CAR, proveniente da experiência paraense, definindo-o como etapa prévia da obtenção do licenciamento ambiental. Nessa época, foram também estabelecidas negociações visando ao reconhecimento dessa iniciativa pelo MMA, o que abriria caminho para a suspensão das multas e embargos ambientais lavrados pelos fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — Ibama (PIRES e SAVIAN, 2016).

Tanto na iniciativa mato-grossense quanto a paraense tiveram como grandes apoiadores as empresas vinculadas ao chamado agronegócio da soja e organizações não governamentais socioambientalistas, que compreendiam que era necessário conciliar a produção agrícola com preservação ambiental. Isto seria realizado por meio de sistemas de georreferenciamento que ajudariam a mapear áreas de produção da soja brasileiras e demonstrar aos consumidores externos que era possível conciliar atividades agropecuárias e proteção ambiental. Nesse sentido, pode-se citar o experimento com cadastro ambiental rural destinado a promover a adequação ambiental do município paraense de Paragominas e retirá-lo das áreas críticas em termos de desmatamento na Amazônia Legal (MARTINS; SOUZA Jr, 2011).

Em 2009, este modelo de cadastramento ambiental obteve alcance nacional com a publicação do Decreto nº. 7.029, que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (também conhecido como “Programa Mais Ambiente”) (BRASIL, 2009a). Mais tarde, em 2012, foi instituída a Lei nº. 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal e o substituiu por um novo que, entre outras inovações, estabeleceu o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do

Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima).

De acordo com o artigo 29 do Código Florestal de 2012, o CAR é um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (BRASIL, 2012b). Para o país, trata-se de uma das principais ferramentas para que o Brasil cumpra suas metas do Acordo de Paris sobre o clima, firmado em abril de 2016 (BARROS; VASCONCELOS, 2016).

O CAR, de caráter auto declaratório, consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel com o objetivo de se construir um mapa digital por meio do qual serão informados ao órgão ambiental responsável a localização e o tamanho de: i) APPs (vegetação no entorno de nascentes, cursos d’água, lagos, encostas, topos de morro etc.); ii) Área de RL e Remanescente de vegetação nativa; iii) Áreas de uso consolidado; e, iv) Áreas de uso restrito.

Como ferramenta de gestão ambiental e fonte de informação para o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) do governo federal, o CAR passou a ser considerado como uma tecnologia indispensável para a gestão florestal no país. É também condicionante de financiamentos bancários ou subsidiados — i.e. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) —, além de ser requisito quando da emissão de atestados de circulação de produtos agrícolas e florestais e até mesmo acesso a benefícios sociais a partir da localização geográfica que informa.

Como implementação do CAR, que possui uma tendência fundamentalmente simplificadora e expedita, surgiu a faculdade de lançamento de dados no sistema eletrônico *on-line* por parte dos proprietários e posseiros, retirando com isso a obrigatoriedade da participação de um técnico nesse registro. Com isso, uma das expectativas o processo de licenciamento ambiental fosse mais ágil, pois a comprovação da regularidade da propriedade aconteceria por meio da inscrição e aprovação do CAR por meio de análise do técnico e o cumprimento dos disposições previstas no PRA dos estados, não havendo mais a necessidade de averbação em matrícula de RL das propriedades (VIEIRA, 2019).

A procura por esse cadastramento foi tamanha que, até novembro de 2019, dos cerca de 97,7 milhões de ha cadastráveis na Região Norte, haviam sido cadastrados

152,6 milhões de hectares (BRASIL, 2019), o que representa 156% da área disponível para cadastro em toda a região, conforme pode ser observado no **Quadro 1**, abaixo:

Quadro 1 – Áreas cadastradas no sistema CAR na Região Norte, estado do Pará, Ilha do Marajó e município de Gurupá

Área de abrangência	Área Cadastrável (ha)	Área Cadastradas (ha)	Fonte da Informação
Brasil	397.836.864	543.032.438 ha	Boletim SFB (2019)
Região Norte	93.717.515	152.673.351	Boletim SFB (2019)
Estado do Pará	56.836.278	71.062.504 ha	Boletim SFB (2019)
Ilha do Marajó	10.408.619,14	8.111.207,45	IBGE Cidades; SICAR PA (2020)
Gurupá	854.011,31	984.423,77	IBGE Cidades; SICAR PA (2020)

Fonte: elaboração própria a partir de dados de BRASIL (2019, 2020), PARA (2020).

De acordo com dados do painel nacional sobre o CAR do SFB, até 31 de janeiro de 2020, 6,5 milhões de imóveis rurais já haviam sido cadastrados, totalizando uma área de 543.703.650,46 ha inseridos na base de dados do sistema (BRASIL, 2020), equivalente a 63% do território nacional.

Segundo o Portal do Sistema CAR do Estado do Pará, informações de 7 de setembro de 2020, já haviam sido efetuados 229.755 cadastros em território paraense. Na Ilha do Marajó, com base na sistematização realizada por Ramos, Ferreira e Silva (2020), desta vez até julho de 2020, haviam sido inscritos 7.113 CARs, somando uma área de 8.111.207,45 de hectares cobertos por CAR, o que equivale a 73% do território marajoara.

Tabela 1 — Cobertura do Cadastro Ambiental Rural nos municípios do Marajó

Municípios	Área Total*	Área Coberta com CAR **	Número de inscrições no Sistema CAR**	% de Área Municipal Coberto pelo CAR
Afua	837.285,21	797.019,56	479,00	95,19
Anajás	691.296,50	428.273,13	625,00	61,95
Bagre	439.733,89	290.964,89	89,00	66,17
Breve	950.899,90	875.236,99	410,00	92,04
Cachoeira do Arari	310.026,42	277.611,34	128,00	89,54
Chaves	1.308.470,90	741.875,87	626,00	56,70
Curralinho	361.728,20	74.796,34	223,00	20,68
Gurupá	854.011,31	984.423,77	761,00	115,27
Melgaço	677.400,49	501.209,57	55,00	73,99
Muaná	376.332,97	227.930,05	497,00	60,57
Ponta de Pedras	336.383,44	244.681,55	917,00	72,74
Portel	2.538.510,63	2.137.833,47	1.990,00	84,22
Salvatera	103.904,75	49.969,25	62,00	48,09
Santa Cruz do Arari	107.667,19	74.610,54	71,00	69,30
São Sebastião da Boa Vista	163.228,66	148.047,92	61,00	90,70
Soure	351.738,68	256.723,21	119,00	72,99
Total no Marajó	10.408.619,14	8.111.207,45	7.113,00	

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SICAR-PA, em 1 de julho de 2020.

Do ponto de vista de número de registros realizados, conforme demonstrado anteriormente, não há dúvida que o sistema CAR logrou êxito em promover uma aceleração do número de cadastros para obtenção de prova de regularidade ambiental. O que *a priori* confirmaria os propósitos de criação do CAR, que seria a busca por alternativas que simplificassem e tornassem mais expedito os processos de regularização ambiental dos imóveis rurais, visto que os métodos anteriores de cadastramento apresentavam morosidade procedimental e baixo número de processos legalizados (VIEIRA, 2019).

Ocorre, no entanto, que inúmeros cadastros ambientais individuais foram realizados em sobreposição com outros imóveis rurais e inclusive com áreas especialmente protegidas, tais como Territórios Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral, que são áreas pertencentes à União e que, portanto, não permitem a apropriação e exploração direta por particulares. A esse respeito, em levantamento do realizado em 2016, no estado do Pará, Barcelos, Barros e Gallo (2016) identificaram 108 mil imóveis com algum tipo de sobreposição com outros imóveis

rurais, em um universo de 150 mil cadastros, ou seja, 72% do total. Além disso, na Amazônia Legal e, em particular na Ilha do Marajó, são vários os relatos de pressões sobre comunidades tradicionais, bem como de expulsões e despejos judiciais de pequenos agricultores e suas famílias a partir da utilização do CAR como documento fundiário (CAMPELO, 2017a e 2017b, 2018; PIRES, 2017; EMPRESÁRIOS..., 2019).

Neste sentido, existe hoje uma grande preocupação por parte das organizações de representação e apoio do campesinato regional em relação à boa fé ou não destes registros, visto que o território marajoara está recoberto com 73% de CARs, enquanto que o arquipélago detém apenas 47,5% do seu território em áreas habitáveis com destinação fundiária, de acordo com estudos de Ramos, Ferreira e Silva (2020). Cabe então perguntar: quem fez esses cadastros vive do uso terra ou está especulando?

Como compreender que uma política pública emergida do debate sobre a necessidade de uma ação governamental destinar a promover o controle do desmatamento e a proteção das florestas na Amazônia Legal pode conduzir a apropriação privada de terras públicas e dos recursos naturais?

3. Disputas entre CAR e normas afins ou correlatas

Para entender a política que envolve a aplicação do CAR como elemento de regularidade ambiental, é preciso atentar para uma lei anterior — também instituída no bojo das discussões sobre o PPCDAm — que tratava da proteção de florestas no país; a Lei nº. 11.284/2006, conhecida como de Gestão de Florestas Públicas (LGFP).

A partir desta legislação foi criado o conceito de “floresta pública”, que consiste em área natural ou plantada localizada nos diversos biomas brasileiros e sob o domínio da União, dos Estados, Distrito Federal e municípios, que poderia ser concedida as empresas florestais, nacionais ou estrangeiras, para o manejo sustentável (BRASIL, 2006).

Na ocasião, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com o intuito de liderar a política florestal à luz da Lei nº. 11.284/2006. Entre suas principais ferramentas consta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), fonte fundamental de informações das áreas públicas para a tomada de decisão quando da elaboração dos Planos Anuais de Outorga Florestal (PAOF). Deste modo, é de

responsabilidade do SFB, segundo BRASIL (2006): a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União; b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional. Significa dizer que o CNFP permitiria ao SFB conhecer a localização de áreas com ordenamento territorial avançado como as reservas extrativistas, terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamentos agroextrativistas e territórios quilombolas reconhecidos pelos estados e pela União.

Apesar deste instrumental, com a publicação da Lei nº. 12.651/2012, que estatuiu o novo Código Florestal, o CNFP pouco tem sido considerado como fonte de informações para auxiliar no gerenciamento do CAR como será visto a seguir.

De acordo com o Decreto nº. 7.830, de 17 de outubro de 2012, em seu Art. 6º, “a inscrição no CAR, obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural, conforme o disposto no art. 21” (BRASIL, 2012a). Tal caráter auto declaratório no sistema permitiu que milhares de imóveis fossem inscritos na Amazônia e especificamente na mesorregião do Marajó sem necessariamente atestarem se havia histórico de ocupação da terra ou se essa inscrição não incidia sobre floresta pública destinada.

Muito embora não tenha sido criado com objetivos fundiários, observa-se que em inúmeros casos, o CAR seguiu para o caminho da especulação fundiária. Isto porque muitos atores sociais se aproveitaram das disposições presentes nas normas de aplicação do CAR para se enquadrarem na política pública e utilizá-la para o atendimento de seus interesses pessoais, no caso a apropriação privada de terras públicas. A este respeito afirma Moreira (2016), “o CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental. Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válidas sobre as quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir-se de instrumento para grilagem...”.

O MMA, por meio da Instrução Normativa (IN) nº. 2 de, de 6 de maio de 2014, estabeleceu os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural — SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural — CAR (BRASIL, 2014). De acordo com esta IN, a

inscrição e o registro do imóvel rural no CAR é gratuita e deve conter: i) identificação do proprietário ou possuidor do imóvel rural; ii) comprovação da propriedade ou posse rural; e iii) planta georreferenciada da área do imóvel, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel e o perímetro das áreas de servidão administrativa, e a informação da localização das áreas de remanescentes de vegetação nativa, das APPs, das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, a localização da RL.

Cabe mencionar que o registro do CAR é também obrigatório para os povos e comunidades tradicionais, sendo esta inscrição também regulamentada pela IN nº. 02/2014, em seus arts. 58 a 60, os quais estabelecem as responsabilidades pelo registro dessas comunidades no CAR, a responsabilização solidária de instituição competente ou entidade representativa no caso de existência de passivo ambiental e os critérios para recuperação ambiental desses passivos, no entanto há questões que dificultam a inscrição dos territórios tradicionalmente ocupados no SICAR.

A título de exemplo, no artigo 14, aponta-se para a exigência simplificada das informações acima listadas “no CAR da pequena propriedade ou posse rural familiar, que desenvolva atividades agrossilvipastoris, bem como das terras indígenas demarcadas e das demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais, que façam uso coletivo do seu território...”. Mas em se tratando de comunidades tradicionais e de terras públicas destinadas coletivamente, não deveria ser papel do Estado realizar a inscrição desta área na sua totalidade no SICAR, com seus devidos detalhamentos? Ao adotar essa forma de regulamentação da auto declaração não estaria o Estado brasileiro colocando em um patamar de igualdade apenas formal as áreas privadas e áreas públicas comunitárias (e suas instituições governamentais gestoras)?

Concebido a partir de uma lógica privada da terra, o CAR foi criado por técnicos que tomaram como base para o cadastro os imóveis individuais. Neste sentido, ele torna obrigatório para todos os imóveis rurais sejam cadastrados com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Inclusive as formas existentes territórios tradicionais ou de gestão comunitária, onde é possível observar múltiplas formas de cultivo do solo e preservação ambiental. Isto ocorreu porque, segundo Souza Filho e Rosito (2016), na elaboração do instrumento se concebeu que quando completado o CAR, todas as terras rurais do Brasil estariam a

ele integradas, excluídas as áreas consideradas urbanas, porque mesmo as urbanas com uso rural estariam sujeitas a esta mesma obrigatoriedade.

Nesse sentido, cabe também perguntar se esta lógica deveria ou não ser aplicada a essas áreas com grande biosociodiversidade e baixo impacto ambiental decorrente do uso tradicional (por exemplo, terras indígenas, unidades de conservação de uso sustentável e territórios quilombolas), sob pena de induzir desmatamento (SOUZA FILHO e ROSITO, 2016) ou se o modelo dos sistemas de cadastramento deveria ser revisto, de forma a incorporar estas múltiplas formas de gestão coletiva dos territórios e da biodiversidade.

4. Cadastro Ambiental Rural no Marajó: a quem serve este instrumento de regularização ambiental?

No final da década de 1990, quando o governo brasileiro realizou os primeiros estudos mais sistemáticos sobre a grilagem de terras públicas e passou a enunciar este fenômeno como um dos principais problemas da agenda nacional de políticas públicas, o tema da sobreposição de cadastros rurais, com diferentes finalidades e administrados por órgãos com competências distintas e sem coordenação entre eles, logo se sobressaiu como um dos principais assuntos em debate. Nas narrativas, a inexistência de um cadastro único de terras e a natureza autodeclaratória do cadastro federal de terras aparecem como alguns dos principais desafios no que se refere ao ordenamento fundiário e ambiental do país (ANTELO, 2018).

Conforme pode ser percebido ao longo do texto, com o novo Código Florestal criou-se mais um cadastro rural a ser somado a outros já existentes, sem que, no entanto, sejam previstos mecanismos de integração entre eles. Nesse sentido, uma das inúmeras críticas endereçadas ao CAR é o fato de não ter sido prevista a obrigatoriedade de informação, no ato da inscrição, do número do imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Esse cuidado, aparentemente simples, possibilitaria maior segurança jurídica das áreas sob cadastramento. Isto porque o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra possui uma grande base de imóveis rurais que foram objeto de georreferenciamento e certificação, segundo o estabelecido pela Lei nº. 10.267/2001 e o seu decreto regulamentador (nº. 4.449/2002), o que possibilitaria identificar e solucionar problemas de sobreposição entre imóveis rurais,

e também ajudaria a combater a prática da grilagem de terras públicas.

No que se refere especificamente a proteção das florestas públicas e das populações que ali residentes, a falta de integração entre os recém-criados cadastros nacional e estaduais de florestas públicas e do CAR tem tido sérias consequências na Amazônia e, em especial, na Ilha do Marajó, principalmente no que se refere a sobreposição de áreas de pretensos particulares sobre unidades de conservação, projetos de assentamentos agroextrativistas e territórios quilombolas. Casos estes que contam com a participação dos próprios governos estaduais, como é o caso do paraense, que vem negligenciando a aplicação da LGFP. Atente-se para o caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Grande do Laguna, em Melgaço, município indicado como de pior IDH do Brasil no último censo demográfico (BRASIL, 2010).

Criado pela Portaria do Incra nº. 71, de 9 de dezembro de 2008, o PAE Ilha Grande do Laguna possui uma área de 178.749,8174 ha (BRASIL, 2008), onde vivem 1.184 famílias segundo a relação de beneficiários do Incra (BRASIL, 2017).

Este PAE possui um Plano de Utilização (PU), aprovado em 2009, que estabelece em sua cláusula 21 que “...Fica permitido ao morador do PAE a extração de madeira de lei existente em sua ‘propriedade’, desde que para atividades de uso comum ou inerente a sua sobrevivência, a exemplo de cercas, trapiches, pontes, canoas, dentre outras...”. Para fins comerciais, é permitido que as famílias usem a madeira nativa, desde que seguindo os procedimentos constantes no Plano de Manejo Florestal aprovado por órgãos ambientais. O PAE Ilha Grande do Laguna possui ainda um CAR na modalidade Coletiva, cujo registro foi realizado pelo Incra sob o recibo nº. PA-1504505-49AB.36CA.CFA0.4E0B.AD99.4D37.7FC2.34273 (BRASIL, 2020).

Apesar do estágio avançado de ordenamento territorial do PAE Ilha Grande do Laguna, em 20 de setembro de 2017, a empresa I. DE ARAUJO ALVES – EPP recebeu da SEMAS a Autorização de Exploração de Madeira (AUTEF) nº. 2730874, com validade até 24 de agosto de 2019 (PARÁ, 2017). A área de manejo florestal desta empresa está localizada na chamada Fazenda Tonelada, de suposta propriedade da COPAM que possui CAR sob o nº. PA-1504505-CA2C29F49C4F4AABBF92EB6171D9F19D (PARÁ, 2020), sobreposta ao PAE Ilha Grande do Laguna.

O CAR da COPAM possui 2.389,25 ha, sob a qual está assentada a licença de exploração de madeira da I. DE ARAUJO ALVES – EPP, cujo volume de madeira é de 52.694 metros cúbicos envolvendo 10.028 árvores de 31 espécies da flora nativa marajoara.

Figura 1 — Mapa da sobreposição do PAE Ilha Grande do Laguna e da Fazenda Tonelada



Fonte: Google Earth, elaboração própria a partir da base de dados do SICAR PA

Considerando que a LGFP, estabeleceu em seu artigo 3º que as florestas públicas são aquelas vegetações “naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta”. Como o PAE Ilha Grande do Laguna se trata de uma modalidade fundiária sob a gestão de uma instituição federal, no caso o Inbra, suas florestas são, portanto, públicas.

Para o uso de comunidades que a habitam, a LGFP prevê que “...a destinação de que trata o caput deste artigo será feita de forma não onerosa para o beneficiário e efetuada em ato administrativo próprio, conforme previsto em legislação específica. ”, ou seja, seu uso florestal será gratuito para as comunidades locais. Não se tratando de comunidades tradicionais, o uso florestal por empresas em florestas públicas se dará por meio de concessão florestal, explicado nesta lei como “delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para

exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado...”.

Deste modo, soa minimamente estranho que se aprove um Plano de Manejo Florestal Madeireiro (PMFM) em uma área destinada para comunidades tradicionais, no caso de Melgaço. Também é questionável o fato da SEMAS tenha aprovado o manejo de florestas públicas sem o conhecimento do órgão gestor do PAE, no caso o Inkra, que tem o domínio real da área; e do Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (Ideflor-bio), que trata da gestão de florestas públicas no Pará (PARÁ, 2007). Ao que parece, somente teria conhecimento o SFB que gerencia o CAR no país, apesar deste órgão também deter no CNFP o registro do PAE Ilha Grande do Laguna como floresta pública.

Também é questionável todo esse processo envolvendo os órgãos que gerenciam o CAR, uma vez que o Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA) recomendou por meio do Inquérito Civil 24/2017 (SIMP N.º 005441-040/2017), por intermédio da Promotoria de Justiça da Vara Agrária do Estado do Pará (Castanhal), que a SEMAS adotasse providências urgentes para o cancelamento de CAR's individuais registrados em sobreposição aos territórios de povos e comunidades do Marajó com situação regularização já regularizada.

Como nada foi feito pelos órgãos executivos no intuito de coibir esses equívocos à lei e punir seus infratores, a AUTEF da I. DE ARAUJO ALVES – EPP continuou válida e em operação, pelo menos, até agosto de 2019.

Outro caso emblemático de apropriação de terras com o concurso do CAR ocorreu na Reserva Extrativista Mapuá, no município de Breves. Nessa UC, a empresa Ecomapuá Conservação Ltda registrou um CAR de 58 mil ha que se sobrepõe as Resex Mapuá e Terra-Grande Pracuúba. Seu intuito, além de “registrar ambientalmente” uma área supostamente de sua propriedade, foi submeter esses 58 mil ha ao mercado de carbono, crescente em todo mundo (RAMOS, 2020). A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Limited, sediada em Nova York, que atua no mercado de crédito de carbono confirmou a compensação de 14 mil toneladas de carbono, cujo montante financeiro foi repassado à Ecomapuá Conservação Ltda. O que sinaliza que aparentemente, a curto prazo, parece ser mais vantajoso economicamente para essa

empresa manter a área preservada ao invés de proceder a exploração das espécies madeiras ali existentes, mas que a médio e longo prazo representa também um risco de expropriação dessas terras tradicionalmente ocupadas. Atualmente, corre uma ação judicial da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (Amorema) contra a Deloitte (RAMOS, 2020).

Por fim, para ilustrar os efeitos da sobreposição do CAR sobre terras ocupadas por comunidades tradicionais, muitas delas com pouco acesso a comunicação e sem familiaridade com as regras e o funcionamento desse cadastro, cita-se o caso da família da senhora Valdely de Souza, que foi vítima de processo de reintegração de posse em favor de um morador de Macapá (AP), mesmo ela, seu esposo e filhos sendo moradores do PAE Ilha do Carás, no município de Afuá (CAMPELO, 2018). Com base em um CAR apresentado por esta moradora de Macapá, um juiz local determinou a retirada de Valdely e de sua família, cuja registro em vídeo do momento do despejo e da derrubada de sua casa foi bastante divulgada nas redes sociais.

Aparentemente, dois fatores que podem ajudar a explicar os casos de conflitos envolvendo o CAR na Ilha do Marajó, são: i) as expectativas de que esses cadastros ambientais possam futuramente gerar direitos sobre as terras cadastradas, como já aconteceu em outros períodos históricos (i.e., os cadastros fundiários realizados pelo Incra); ii) a demora ou mesmo ausência de fiscalização em campo, a qual permite que CAR's realizados em sobreposição com territórios indígenas, unidades de conservação, projetos de assentamentos agroextrativistas e territórios quilombolas, e, portanto, indevidos sejam mantidos na base de dados do sistema, mesmo que em situação pendente, enquanto seus detentores continuam tentando usá-los para legitimar grilagens de terras ou ocupações irregulares (MOREIRA, 2016). Isso se reflete em pressão sobre antigos ocupantes dessas terras, muitos deles sem conhecimento ou familiaridade com essa forma de cadastramento.

Neste sentido, pode-se dizer que, atualmente, o CAR é um dos principais componentes do cenário de violações de direitos no meio rural marajoara. Isto ocorre porque, se de um lado, existe um arcabouço fundiário e ambiental bastante sofisticado do ponto de vista político e tecnológico — que inclusive permite a existência de mosaico com distintas de formas de acesso e uso do território —, de outro, subsiste uma lógica da apropriação privada de grandes extensões de terras e o arrasto de recursos naturais nele inseridos e, em alguns casos, com a facilitação por parte do

Estado brasileiros para que isso aconteça em uma lógica relativamente semelhante a do passado,

FOR AUTHOR USE ONLY

5. Considerações finais

Sancionado por meio da Lei nº. 12.651/2012, que o institui o novo Código Florestal, o CAR desde a sua concepção foi aclamado como um instrumento capaz de promover não apenas a regularização ambiental das áreas de vegetação nativa das propriedades particulares do país, mas também de proporcionar as condições gerenciais para o combate ao desmatamento nos distintos biomas brasileiros e até mesmo para o atendimento das metas de controle e redução de emissões de gases de efeito estufa previstos no âmbito do Acordo de Paris.

No entanto, cabe recordar que, embora a ideia de constituição do CAR tenha surgido dentro de um debate sobre as estratégias integradas para conter o avanço dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, a sua lógica de normatização e execução acabou conduzindo exatamente ao oposto. Isto ocorre porque a proposta de demarcação georreferenciada das áreas de APPs e RL aparentemente acaba por favorecer a ideia de preservação de apenas uma pequena fração da vegetação nativa existente no interior dos imóveis rurais, e autorizando o corte e a queima de todo o restante.

Considerando ainda que, esta legislação anistiu e impediu que os órgãos ambientais aplicassem quaisquer autuações pelas infrações cometidas após a sanção da lei e até a implantação dos PRAs pelos estados; e que a inscrição no CAR é a condição compulsória para a adesão ao PRA; e que o prazo final de realização do CAR foi prorrogado inúmeras vezes desde a edição da Lei, prevalece também a ideia de esquecimento e perdão das volumosas e graves infrações ambientais cometidas.

Concebido a partir da lógica privada e individualista, sobretudo do chamado agronegócio, e não contando com a participação na sua concepção e formulação, dos povos indígenas e comunidades tradicionais, o CAR não admitia formas de cadastramento coletivas em sua origem e até hoje muitos gestores e técnicos envolvidos ainda encontram muitas dificuldades, em incorporar essas outras formas de gestão territorial comunitária.

Finalmente, a despeito dos investimentos técnicos e financeiros realizados, prevalece a sobreposição de cadastros rurais e a desarticulação entre as iniciativas de regularização fundiária e ambiental em curso, o que acaba emperrando as ações de

validação desses cadastros ambientais e potencializando a ocorrência de conflitos pela terra.

FOR AUTHOR USE ONLY

Referências bibliográficas

ALENCAR, Ane *et al.* **Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”**. Belém: IPAM, 2004.

ANTELO, Fernanda do Socorro Ferreira Senra. **Regularização fundiária na Amazônia**: uma análise de políticas de ordenamento fundiário a partir da abordagem cognitiva de políticas públicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

ARAÚJO, Roberto; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustainability in Debate**. Brasília, v. 10, n.3, p. 366-378, dec/2019.

ASSUNÇÃO, Juliano *et al.* Does Credit Affect Deforestation? Evidence from a Rural Credit Policy in the Brazilian Amazon. **Climate policy initiative**. CPI Technical Report, 2013. Disponível em: <https://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2013/01/Does-Credit-Affect-Deforestation-Evidence-from-a-Rural-Credit-Policy-in-the-Brazilian-Amazon-Technical-Paper-English.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

AZEVEDO, Andréa Aguiar. **Legitimação da insustentabilidade?** Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedade Rurais — SLAPR (Mato Grosso). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri; GALLO, João Otávio. As falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural. **Agência pública**, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto nº. 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 dez. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7029.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.029%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20o%20Prog

rama%20Federal%20de,%E2%80%9D%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provi
d%C3%AAncias. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. Decreto nº. 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularizaçã o Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 out. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20de,2012%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 9 set. 2020.

_____. Lei nº. 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 3 mar. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11284.htm. Acesso em: 9 set. 2020.

_____. Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 jun. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fundi%C3%A1ria,1973%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 maio 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2004a. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAM_fase1.pdf.

Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. **O que é o Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. 2016. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Números do Cadastro Ambiental Rural**. 2020. Disponível em <http://www.florestal.gov.br/numeros-do-car>. Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CAMPELO, Lilian. Cadastro Ambiental é usado para legalizar grilagem na Ilha de Marajó. **Brasil de fato**, 12 abril 2017a. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/04/12/cadastro-ambiental-e-usado-para-legalizar-grilagem-na-ilha-de-marajo/>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. Justiça “atropela” Incra e despeja ribeirinhos assentados no Marajó. **Brasil de fato**, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2018/06/21/justica-atropela-incra-e-despeja-ribeirinhos-assentados-no-marajo/>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. Pará: Agricultoras agroextrativistas devem deixar terra após décadas de posse. **Brasil de fato**, 17 abril 2017b. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/04/13/para-agricultoras-agroextrativistas-devem-deixar-terra-apos-decadas-de-posse>. Acesso em: 11 set. 2020

EMPRESÁRIOS denunciados por tentar obter o Cadastro Ambiental Rural nas áreas indígenas Andirá/Marau. **Repórter Parintins**, 24 abril 2019. Disponível em: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-101979-empresarios-denunciados-por-tentar-obter-o-cadastro-ambiental-rural-nas-areas-indigenas-andira-marau>. Acesso em: 11 set. 2020.

FERREIRA, Fernanda do Socorro Santos. **Políticas públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, RJ, 2010.

KAGEYAMA, Paulo; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revistafaac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

LIMA, André.; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; MOUTINHO, Paulo. **Desmatamento na Amazônia**: medidas e efeitos do Decreto Federal nº 6.231/2007. Brasília: Ipam, 2009 (mimeo).

MARTINS, Heron; SOUZA Jr., Carlos. Avaliação do desmatamento e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pará: bases para o Programa Municípios Verdes. **O Estado da Amazônia**. Belém: Imazon, 2011.

MOREIRA, Eliane. O Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia. **Abrampa**, 7 jul. 2016. Disponível em: <https://abrampa.org.br/abrampa/site/index.php?ct=conteudoEsq&id=230&modulo=N%OT%C3%8DCIA>. Acesso em: 8 set. 2020

PACKER, Larissa A. *et al.* **CAR Pra Quem? Pra Quê?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/cartilha_car_web-01.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

PARÁ (Estado). Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e alterações da Lei Estadual nº 8.633, de 19 de junho de 2018). **Diário Oficial (do) Estado do Pará**. Belém, PA, 16 abril 2007. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Lei-Estadual-N%C2%BA.-6.963-de-16-de-abril-de-2007.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PARÁ (Estado). Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Autorização para Exploração Florestal 273087/2017 (mimeo)**.

_____. Decreto estadual nº. 1148, de 17 jul. 2008. Institui o Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA como um instrumento da Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente. **Diário Oficial (do) Estado do Pará**. Belém, PA, 17 jul. 2008. Disponível em: <https://www.semam.pa.gov.br/2008/07/17/9687/>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Sistema do Cadastro Ambiental do Estado do Pará**. 2020. Disponível em <http://car.semam.pa.gov.br/#/>. Acesso em: 7 set. 2020.

PIRES, Victor. Tentativa de regularizar terras com CAR causa polêmica. **Instituto Socioambiental**. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tentativa-de-regularizar-terras-com-car-causa-polemica>. Acesso em: 12 set. 2020.

PIRES, Mauro Oliveira; SAVIAN, Gabriela Canto Pires Santos. In: SILVA, Ana Paulo Moreira da; MARQUES, Henrique Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (Org). **Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 79-106.

RAMOS, Pantoja. Pagamento por serviços ambientais - parte 3/ "uberização" da floresta?? 2020. **Canal Estuário Ramos**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=o3VOPAcSW8&t=747s>. Acesso em: 10 se. 2020.

RAMOS, Pantoja; FERREIRA, Fernanda; COSTA, Antonia. **Marajó: Cobertura do Solo e Ordenamento Territorial**. 3 jul. 2020. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6994817>. Acesso em: 7 set. 2020.

SILVA, Daniele Fonseca. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de informação e monitoramento da reserva legal no Estado do Pará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA, 2015.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés; ROSITO, Flávia Donini (Org). **Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia**. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

VIEIRA, Sérgio de Jeus. Cadastro Ambiental Rural (CAR): aspectos negativos do registro. **Migalhas**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/305656/cadastro-ambiental-rural-car-aspectos-negativos-do-registro>. Acesso em: 9 set. 2020.

FOR AUTHOR USE ONLY

CAPÍTULO 3

UM NOVO PERFIL PARA OS EXTENSIONISTAS RURAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA E DA AJUDA METODOLÓGICA PARA OS CONTEXTOS BRASILEIRO E FRANCÊS⁷

Karine Nunes⁸, Oscar José Rover⁹

⁷ Versão anterior deste texto foi encaminhada para publicação na obra “Dimensões e Interfaces do Rural” (2020) junto à Editora Barlavento.

⁸ Estudante de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Bordeaux Sciences Agro (França) e mestranda no Programa de Desenvolvimento do territórios, origem e qualidade de produtos na Universidade de Bordeaux Montaigne (França).

⁹ Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas na UFSC.

Introdução

A extensão rural esteve historicamente baseada na teoria de difusão de inovações, o que fez com que os extensionistas concentrassem sua atuação na transferência de tecnologias. No caso brasileiro, o objetivo era cumprir com as proposições do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, no qual a agricultura apresentava-se como fornecedora de força de trabalho e consumidora de serviços e produtos industrializados (CAPORAL; RAMOS, 2006). De acordo com Caporal e Ramos (2006), este modelo baseado na Revolução Verde, processo também conhecido como “modernização conservadora da agricultura”, implementado no Centro-Sul do Brasil nas décadas de 1960-70, continua sendo responsável por processos de concentração da terra, êxodo rural, baixa escolaridade no campo, redução da biodiversidade, poluição, aumento na utilização de agrotóxicos e consequente contaminação dos alimentos, exclusão social, desvalorização do trabalho na agricultura, empobrecimento no meio rural, entre outros problemas.

Na França também houve um processo de modernização da agricultura no contexto pós-guerra. De acordo com Ruault (2017), as primeiras atividades de extensão rural começaram neste período, sob o objetivo de reconstrução das economias e sociedades europeias. Tratava-se de produzir mais para alimentar a França e contribuir para a recuperação econômica. Concretamente, significava aumentar a produtividade do trabalho através da mecanização e do uso de novas tecnologias resultantes de pesquisas, como sementes, seleção genética de animais, fertilizantes e agrotóxicos.

Diante das críticas feitas a esses modelos de desenvolvimento, novos desafios são colocados às instituições que prestam o serviço de extensão rural no Brasil e na França. Cabe a estas reverem sua atuação e adequarem-se a um novo perfil profissional, também sensível e comprometido com as questões ambientais e sociais (FAVERO; SARRIERA, 2009; MUSSOI, 2011). A este novo perfil, exige-se também que trabalhe de maneira participativa e democrática, desempenhando um papel educativo e atuando como animador e facilitador de processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; RAMOS, 2006; FAVERO; SARRIERA, 2009). Além disso, também se provoca o debate sobre a necessidade de repensar o papel dos

serviços públicos de extensão rural (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Embora a discussão sobre a necessidade de incorporar componentes de cuidado ambiental e social possa parecer superada e unânime entre as instituições que fornecem serviços de extensão rural, Darré (1996) aponta grandes diferenças entre o discurso e a ação extensionista, e indica que proposições práticas ainda merecem ser trabalhadas.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir, para os contextos brasileiro e francês, novos modos de ação e perfil exigidos aos profissionais da extensão rural. Para abordar estes temas, as próximas páginas estão organizadas em três partes. Na primeira, sob o objetivo de situar o leitor, se apresenta o histórico da extensão rural no Brasil e na França. Na segunda, abordam-se duas teorias que propõem mudanças práticas na ação extensionista. Por fim, sintetizam-se os perfis e ações que os autores consideram necessários aos extensionistas e às instituições frente aos novos desafios postos ao mundo rural.

O histórico da extensão rural nos contextos brasileiro e francês

A extensão rural brasileira: uma trajetória em direção à incerteza institucional

A extensão rural teve duas fases distintas de implantação no Brasil: a primeira promovida por orientação do Grupo Norte Americano da Família Rockefeller, detentora de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, e a segunda pelo Governo Brasileiro, em associação com o *Institute of Interamerican Affairs*, em conexão com o *United States Department of Agriculture* (USDA) (PINTO, 2008). A boa recepção do Governo Mineiro ao programa de extensão rural elaborado pelo Grupo Rockefeller culminou na criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo objetivo era atuar em prol da melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural (PINTO, 2008). Mais tarde, em 1956, o serviço de extensão rural foi nacionalizado, através da fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que passou a coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) até a sua extinção em 1974 (OLIVEIRA, 2013).

O Estado brasileiro instituiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974, como empresa pública. Entretanto, ela foi extinta em 1990, delegando a competência dos serviços para os estados e municípios e, com isso, desorganizando o sistema oficial e nacional de assistência técnica e extensão rural (Ater) (SILVA, 2016). Paralelamente, a partir dos anos 1980 ganhou força o serviço privado de Ater, impulsionado pela consolidação dos sistemas agroindustriais e limitação de políticas voltadas para essa área. O acesso ao serviço privado era limitado a cooperados, associados e empresas que tinham parcerias com produtores e os assistiam, a fim de garantir um produto de melhor qualidade, seguindo um padrão de transferência de tecnologia e crescente mercantilização do agro brasileiro. Além de limitar o acesso, o serviço privado de Ater não atendeu a um objetivo central da política pública, que consistia em construir soluções a partir das necessidades e potencialidades de cada família e agroecossistema. Diante deste cenário e a partir da criação e consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, a demanda dos movimentos sociais por um serviço público de Ater, gratuito e de qualidade aumentou (SILVA, 2008).

Caporal (2007a) ressalta que, sem se dar conta de que estava contribuindo para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura, a Ater continuava propondo trabalhos de assistência técnica com grandes e médios estabelecimentos, enquanto aos agricultores de baixa renda restava um trabalho de cunho social e assistencialista.

Nos debates acerca da extensão rural, os resultados negativos e os problemas decorrentes dos modelos convencionais de difusão de inovações são constantemente citados como críticas principais (FAVERO; SARRIERA, 2009; MUSSOI, 2011). A reflexão sobre essas críticas foi responsável por ditar os novos rumos da extensão rural no Brasil do início do século XXI.

Em 2003, se iniciou um processo de revalorização da Ater pública, com a retomada de diretrizes nacionais para sua formulação e implementação, delegando ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário a coordenação do Sistema Brasileiro de Ater (BRASIL, 2003). Em 2004, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi responsável por definir as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), em 2005. Desde então, o Governo Federal passou a estimular os

estados a elaborarem programas estaduais de Ater (SILVA, 2008). Seguindo este processo, instituiu-se a lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (lei nº 12.188) em 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). Tanto a PNATER quanto a lei de Ater procuram romper com a proposta difusionista historicamente praticada, além de basear seu paradigma tecnológico nos princípios da agroecologia. Assim, uma importante mudança de abordagem foi observada. Os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos, dentre outros povos e comunidades rurais foram o público preferencial do serviço de Ater nessa nova fase (MDA, 2004; BRASIL, 2010).

Em 2014, a Presidência da República publicou o Decreto Nº 8.252, que instituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) (BRASIL, 2014). A partir de sua regulamentação, esta agência ficaria responsável pela formulação da política de Ater e cuidaria da sua implementação, sob o objetivo de:

“promover a execução de políticas de desenvolvimento da Ater, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural e, ainda, promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a inovação tecnológica e a apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social.” (ANATER, 2020)

Apesar de sua regulamentação em 2014, somente em abril de 2016 foi firmado o Contrato de Gestão entre a ANATER e o Governo Federal. A partir de então, a ANATER iniciou o processo de contratação da equipe técnica, começou a construir os instrumentos e a se estruturar e planejar os projetos que seriam posteriormente lançados para serem executados de forma descentralizada (ANATER, 2020).

Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, deixando incerto o futuro da política pública nacional de Ater. Com novos governos e novas prioridades, se passou a incorporar os médios produtores como público alvo, assim como reduzir o lugar da agroecologia na proposta. Considerando os impactos ambientais e o déficit social deixados pelo modelo difusionista, o novo cenário nacional da Ater brasileira gerou uma incerteza institucional.

FOR AUTHOR USE ONLY

Extensão rural na França: do projeto de reconstrução pós-guerra à paisagem fragmentada

As primeiras atividades de extensão rural na França começaram com massivos investimentos públicos após a Segunda Guerra Mundial, sob o objetivo de modernizar a agricultura e promover inovações agronômicas (RUAULT, 2017; FAURE et al, 2018).

Em 1955, os Centros de Estudo Técnico Agrícola (*Centres d'Étude Technique Agricole* - CETA) e os Centros de informação e divulgação agrícola e doméstica (*Centres d'information et de vulgarisation agricole et ménagère* - CIVAM) começaram a ser implantados no território francês, através de professores itinerantes num movimento de educação popular. Os CIVAM ficaram posteriormente conhecidos como Centros de iniciativas para valorizar a agricultura e o meio rural (*Centre d'initiatives pour valoriser l'agriculture et le milieu rural*) (RUAULT, 2017). Os CETA criaram um método pedagógico baseado em pequenos grupos autônomos de cerca de uma quinzena de agricultores, constituídos na Lei de Associação 1901, que “enfrentam seus problemas e compartilham suas experiências individuais em seus estabelecimentos agropecuários, a fim de elaborar questões que serão posteriormente submetidas a um profissional de extensão rural (geralmente um especialista) remunerado pelo grupo” (BRIVES, 2008, p. 211, tradução nossa).

Em 1959, por iniciativa do sindicalismo agrícola que criticava o elitismo dos CETA, criaram-se Grupos de Divulgação Agrícola (*Groupes de Vulgarisation Agricole* - GVA) em todo o território francês. Cada GVA possuía cerca de cem membros, em associação, vinculados por convenção à Câmara de Agricultura (*Chambre d'agriculture* - CA). Estes grupos desenvolveram-se gradualmente até chegarem à marca de mais de 2000 em 1966. Em paralelo, os CETA e CIVAM continuaram se desenvolvendo. Com isso, observou-se significativo aumento da demanda de profissionais técnicos de extensão rural no país (RUAULT, 2017).

Durante os anos 1950 e 60, a extensão rural contribuiu para o desenvolvimento agrícola através de um sistema de "co-gestão": o financiamento era fornecido pelo Estado e pelos sindicatos agrícolas (impostos cobrados sobre a venda de produtos) e o serviço era fornecido gratuitamente (RUAULT, 2017).

O decreto nº 59-531 de 1959 representou um importante marco legal nacional para a extensão rural francesa. Ele definiu que o papel da extensão rural é: "difundir conhecimentos técnicos, econômicos e sociais necessários aos agricultores para melhorar a produtividade dos estabelecimentos agropecuários e elevar o padrão de vida dos agricultores, (...) promover a adoção pelos agricultores de inovações resultantes da pesquisa fundamental" (FRANÇA, 1959). Nele está embutida uma concepção difusionista da mudança e linear dos vínculos entre pesquisa, desenvolvimento e implantação pelos agricultores. Ele foi responsável por estruturar a organização do desenvolvimento agrícola francês por trinta anos e por delegar para a profissão de extensionista a total responsabilidade pela extensão rural.

Neste período, as Câmaras de Agricultura (CA) fortaleceram seus sistemas de extensão e consolidaram a profissão de extensionista. Os Serviços de utilidade agrícola e de desenvolvimento (*Services d'utilité agricole et de développement* - SUADs) gerenciavam os créditos departamentais, que eram parcialmente pagos aos grupos e que remuneravam os extensionistas. O extensionista local e seu grupo de trabalho formavam a espinha dorsal das ações realizadas localmente (RUAULT, 2017). Durante a década de 1960, foram implementados institutos técnicos, focados na produção de referências e ferramentas, servindo à disseminação de técnicas e ao desenvolvimento das chamadas "fazendas de referência" (RUAULT, 2017).

Em 1983, a Assembleia dos Estados Gerais do Desenvolvimento Agrícola (*États Généraux du Développement Agricole*) questionou o modelo praticado até então, em decorrência do baixo número de agricultores que se beneficiavam do serviço de extensão (apenas 20%) e da crítica à especialização (RUAULT, 2017). Nesta época surgiram os conceitos de agricultura diversificada, de diversificação e de abordagem global (sistêmica) do estabelecimento agropecuário. Ruault (2017) afirma que esse período focou no desenvolvimento da extensão para o conjunto das atividades dos estabelecimentos, assim como em operações como os programas "*blé conseil*" ("trigo extensão") e "*lait plus*" ("leite mais"), sob o objetivo de expandir o público dos programas de desenvolvimento agrícola.

Nos anos 1990, o reconhecimento da natureza multifuncional da agricultura e sua contribuição para o desenvolvimento de cada território local surgiu em toda a Europa, corolário do surgimento de novas expectativas da sociedade em relação à agricultura. Ao mesmo tempo, assistiu-se ao desenvolvimento da extensão estratégica

e de uma oferta individualizada do serviço (RUAULT, 2017).

Durante a década de 2000, surgiu a noção de "extensão rural territorial". As CA se reorganizaram para serem interlocutores das comunidades locais e se beneficiarem de recursos que compensassem uma diminuição nas contribuições financeiras do Estado Central Francês. As autoridades locais investiram em projetos territoriais que respondessem a novos desafios do desenvolvimento sustentável e na criação de empregos de animador agrícola, responsável pela ajuda metodológica junto a um grupo de agricultores (FNSEA, 2016). A extensão rural técnica especializada diminui nas CA, sendo então ofertada por empresas ou por particulares. Ao mesmo tempo, grupos locais (como os GVA ou os CETA) perderam força, principalmente devido à redução no número de extensionistas da CA que os apoiavam (RUAULT, 2017).

Ruault (2017) ressalta que esta dispersão de intervenções de acordo com lógicas diversas e às vezes contraditórias continuou na década de 2010, com três figuras principais: extensionistas trabalhando com a extensão de abordagem global, levando em consideração aspectos econômicos, técnicos, ambientais e sócio-territoriais, frequentemente no contexto de projetos (instalação, conversão para agricultura orgânica); técnicos especializados; e animadores de grupos de agricultores. Num cenário de pouca ou nenhuma coordenação e intensa concorrência entre estes atores nos territórios, caberia ao agricultor encontrar a melhor opção para o seu caso dentro dessa paisagem fragmentada e, por vezes, contraditória.

Novas proposições: uma extensão rural adaptada aos novos desafios do mundo rural

A extensão rural agroecológica

Diante das críticas à extensão rural quanto ao seu caráter difusor e economicista, no contexto de reflexão sobre a Nova Ater brasileira, Caporal (2007a) apontou como necessário revolucionar suas bases teóricas, rever seu público prioritário e apoiar-se de um novo referencial metodológico. Ele indica que isto levaria a uma extensão rural que poderia ainda mostrar-se socialmente útil. Em cenários de fragmentação da ação extensionista não se poderia esquecer o papel articulador que deveria ser desempenhado para fazer chegar ao público outros serviços do Estado, tais

como alfabetização, orientações à saúde e habitação (CAPORAL, 2007a). Viu-se, no caso brasileiro, uma Ater predominantemente difusionista para aqueles já integrados a lógicas mercantis e assistencialista para os outros, mormente os pequenos agricultores. Para estes e demais agricultores familiares se propõe uma prática sócio-técnica transformadora, que articule demandas sociais, condições ambientais e capacidades locais, gerando uma economia do cuidado com a natureza e as pessoas. Evidencia-se a necessidade imediata de um enfoque extensionista orientado a contribuir para o enfrentamento da problemática socioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento. Os ensinamentos da agroecologia, neste sentido, poderiam se tornar necessidades inadiáveis, com vistas a promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção (CAPORAL; COSTABEBER, 1994).

De acordo com Altieri (1989), a agroecologia pode ser definida como:

“uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis.”

Caporal e Ramos (2006) propõem a reflexão sobre uma nova extensão rural, que pode ajudar a reverter o quadro de crise socioeconômica e ambiental, assim como contribuir para a revalorização do espaço rural e. Para isto, Caporal (2007b), baseando-se na experiência do estado do Rio Grande do Sul, propõe uma “Extensão Rural Agroecológica”, também denominada “Nova Extensão Rural” pelo autor. O objetivo deste novo enfoque seria buscar a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis, através de um esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar, na participação popular e nos princípios da agroecologia. Nesta nova proposta, as ações extensionistas deveriam orientar-se no sentido de buscar a segurança alimentar e a produção de alimentos limpos para as populações urbana e rural (CAPORAL, 2007b). Baseada nos conceitos da agroecologia e nas proposições de Paulo Freire (1969), a missão da Nova Ater seria de atuar em apoio à construção do desenvolvimento rural sustentável, através de ações continuadas de assistência técnica e extensão rural e que, através de processos educativos e participativos, contribuíssem para o fortalecimento da agricultura familiar

e suas organizações, buscando melhor qualidade de vida e incentivando o pleno exercício da cidadania (CAPORAL, 2007b).

Uma Extensão Rural Agroecológica, portanto, poderia ser conceituada como:

“uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo.” (CAPORAL, 2007b)

Este conceito inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e implica reconhecer a existência de diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e de implantação de agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017).

Uma nova estratégia de extensão rural, considerando os elementos apresentados, seria potencializadora das diversidades ecológica e sociocultural, as quais estão estreitamente relacionadas com a noção do desenvolvimento sustentável. Ela não poderia ser implantada através de simples transferências de tecnologias, uma vez que ela carrega em seus princípios fundadores aspectos ecológicos e de valorização do local e do humano. Ela exigiria, portanto, que a extensão rural operasse por uma lógica não difusionista, mas de articulação entre saberes empíricos, populares e locais com os saberes científicos.

De acordo com Caporal (2007b), a Nova Extensão Rural deve levar alguns fatores em conta:

- 1) a ideia de “sistemas” e o “enfoque holístico” requerido pela agroecologia: a necessidade de uma visão de cada agroecossistema como uma totalidade, exigindo uma abordagem interdisciplinar, uma nova formação técnico-social dos extensionistas e uma consciência sobre a importância dos atores sociais como parte desse todo.
- 2) a existência de uma estreita relação entre a evolução das diferentes culturas (dos grupos humanos) e do ambiente natural: exigindo que as ações

extensionistas partam de estudos das realidades locais e da recuperação da história de vida dos diferentes grupos sociais com que atua. Isto exigiria preparação do agente de extensão quanto à diversidade social do meio rural no qual ele será inserido profissionalmente.

- 3) o desenvolvimento de um tipo de conhecimento próprio das sociedades (grupos ou comunidades): exigindo partir dos saberes locais como potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável.
- 4) a natureza do desenvolvimento proposto pela agroecologia: exigindo uma crítica “científica” à simplificação da diversidade biológica e cultural operada pela modernização da agricultura.

As estratégias de desenvolvimento de uma Extensão Rural Agroecológica não poderiam orientar-se pela simples acumulação de metas de crescimento econômico, produção e produtividade, devendo assumir uma orientação “pluridimensional”, que incluísse:

“os desejos e necessidades de mudança das condições econômicas, ao mesmo tempo ocupando-se das condições que levem à segurança alimentar, a melhores níveis de educação, de saúde e de bem estar, ao mesmo tempo em que introduzem uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental no manejo dos sistemas agrícolas” (CAPORAL, 2007b).

A reflexão até aqui posta se alinha com a visão de Paulo Freire (1969), para quem a prática da extensão rural deveria assegurar um processo educativo capaz de emancipar os sujeitos sociais, fortalecendo suas capacidades individuais e coletivas, permitindo compreender e transformar sua realidade. Para isso, o extensionista desempenharia um papel como animador e problematizador, a fim de potencializar o diálogo de saberes.

O dispositivo Gerdal e a ajuda metodológica

Diante da imposição de novos desafios à extensão rural, Diniz (2018) considera chave a formação de redes constituídas a partir da coletividade de distintos atores sociais, oriundos de diferentes contextos socioespaciais e socioeconômicos, e articulados com diversos outros atores e agentes sociais. O autor indica a formação destas redes como estratégica para auxiliar os agricultores a superarem as dificuldades encontradas durante a implantação de projetos que visam à manutenção, aprimoramento e expansão de suas atividades produtivas e à transição para modelos de produção mais ecológicos. O papel do extensionista rural na consolidação destas redes de cooperação entre atores é amplamente discutido por Ruault (1996) e Darré (1996), a partir da experiência do Grupo de Experimentação e Pesquisa: desenvolvimento e ações localizadas (*Groupe d'expérimentation et de recherche: développement et actions localisées* – Gerdal). Este grupo foi criado em 1984 no departamento do Cantal na França, por pesquisadores em sociologia. O grupo tem por objetivo permitir a participação do maior número possível de agricultores enquanto atores do desenvolvimento e aumentar suas capacidades e possibilidades individuais e coletivas (RUAULT, 1994). De acordo com Trébuil (2018), o Gerdal foi criado num contexto no qual a pesquisa agrônoma e as organizações agrícolas sinalizavam a necessária diversificação dos modelos de desenvolvimento em agricultura, em resposta aos impasses da modernização agrícola e da organização da extensão rural aos agricultores.

De acordo com Ruault (1994), os objetivos do dispositivo são de:

“aumentar a participação e a proporção dos agricultores que se envolvem no processo de desenvolvimento; dirigir-se aos agricultores enquanto membros de grupos profissionais locais, produtores de conhecimentos através de redes de relações profissionais, cuja dimensão local permanece sendo um fator de estruturação essencial; desenvolver sua autonomia de reflexão para a resolução de um problema e para a criação e implantação de um projeto; aumentar suas capacidades de negociação com o seu meio, de discutir com especialistas e de utilizar-se das informações disponíveis.” (tradução nossa)

Além dos objetivos, Ruault (1994) também ressalta os três princípios fundantes do dispositivo:

“1. os agricultores são os mais bem colocados para falar das suas

preocupações e para resolverem seus problemas, por isso seu discurso ocupa um lugar central no dispositivo; 2. o interlocutor dos agentes de desenvolvimento é constituído por um grupo de agricultores constituindo uma rede estável de interconhecimento, correspondente geralmente a uma escala local; 3. o papel dos extensionistas membros da chamada “equipe de ajuda” é antes de qualquer outra coisa de um apoio metodológico baseado na ajuda à formulação dos problemas, à reflexão, à busca e à utilização das informações, até a implantação das soluções.” (tradução nossa)

Para a constituição do Gerdal, seus membros partiram de uma análise crítica sobre a divisão social do trabalho na organização do desenvolvimento agrícola (separação entre os que pensam e os que executam) e da constatação de que os agricultores sofrem uma forma de dominação exercida pelos extensionistas rurais, difusores de conhecimentos técnico-científicos (DARRÉ, 1996). A partir desta constatação, a abordagem proposta e aplicada pelo grupo procura reforçar, através do diálogo e da reflexão coletiva entre pares, a atividade de produção e de transformação de conhecimentos, a fim de elaborar pistas de soluções adaptadas e ser capaz de discuti-las com outros atores (TRÉBUIL, 2018).

Esta reflexão coletiva potencializa uma dupla forma de cooperação (RUULT, 1994): uma no plano material, que pode se traduzir em estratégias coletivas de melhoria das condições de trabalho e rendimento dos agricultores (compras e vendas coletivas, ajuda mútua, entre outras iniciativas) e outra no plano das ideias, já que possibilita trocas de ideias. O potencial transformador desta troca não deve ser negligenciado, já que constitui um modo essencial de passar de uma situação na qual os agricultores não sabem como agir a uma situação onde eles sabem, podendo ou não terminar por uma ação coletiva.

Diante disso, Ruault (1994) reforça a razão de ser do grupo, que repousa sobre o fato de que a troca de ideias e a consequente confrontação de argumentos ou a simples expressão oral de desejos, dúvidas e preocupações através do diálogo constituem a base da construção de conhecimentos. Esta produção de conhecimentos e soluções não é resultado da soma do que pensa cada um dos membros do grupo, mas resultado de um novo discurso enriquecido, produzido através da interação verbal entre os membros. Esses conhecimentos permitirão, por sua vez, refletir e analisar as possíveis soluções, desenvolvendo-as ou adaptando proposições que vêm do exterior à sua realidade. O papel desempenhado pelo extensionista neste contexto é de intervir e

organizar os discursos de modo a formular questões ou pistas de reflexão, provocando novas interrogações ou decisões, colocar em evidência os impasses e propor maneiras de continuar, de modo geral, caminhando no sentido dos objetivos do grupo.

Cabe ainda ao extensionista levar em conta o quadro social e cognitivo do grupo no qual ele age. Deste modo, o profissional será capaz de repousar sua ação, de uma parte, sobre a expressão das preocupações dos agricultores e sobre o seu sistema de referências e, de outra, sobre os sistemas de relações próprios ao grupo local, levando em consideração a organização dessas relações, além das posições dos agricultores do seio da estrutura social (RUAULT, 1994). Não se trata mais de “como fazer passar a mensagem” (DARRÉ, 1996), mas de como assegurar uma ajuda metodológica adaptada à realidade do grupo local de agricultores.

O dispositivo Gerdal recomenda que os grupos de trabalho sejam constituídos levando em consideração as estruturas sociais já estabelecidas nos territórios. Quanto mais o que se passa nos grupos é próximo das preocupações dos agricultores em seu cotidiano, maior será a chance de existir uma participação importante e durável (RUAULT, 1996).

Para isso, Darré (1996) propõe os conceitos de “Grupo profissional local (GPL)” e “rede de diálogos profissionais”. O GPL é definido como “o conjunto dos agricultores que trabalha em condições semelhantes e que tem numerosas e repetidas ocasiões de se encontrar, conversar, cooperar em ações diversas e que tem um conhecimento compartilhado da composição e dos limites do grupo”. A rede, por sua vez, é o meio de descrever o sistema de relações de diálogo no grupo, procurando saber quem fala com quem sobre questões profissionais (ideias e experimentações), podendo qualificar as relações em “fortes”, “fracas” ou “atípicas”, conforme proposto por Françoise e Coquereau (1994). De acordo com Darré (1996), a forma da rede de diálogo é, em resumo, a forma social da produção de conhecimento para a ação.

Além dos potenciais já mencionados de reflexão coletiva e busca por soluções adaptadas, Ruault (1996) afirma que a implantação e funcionamento dos grupos locais possuem potencial de evolução da estrutura socio-profissional local. De acordo com a autora, nas pesquisas de campo conduzidas pelo grupo Gerdal foi possível observar um reequilíbrio das posições sociais no seio das redes de relações, o estabelecimento de novas relações de cooperação local entre os agricultores, favorecendo um aumento do campo da reflexão e das possibilidades de iniciativa.

Além disso, o clássico sentimento de que “juntos somos mais fortes” também é favorecido numa condição de trabalho de grupo, sobretudo no caso de processos que envolvem riscos, como os de transição para sistemas mais ecológicos ou diversificação produtiva, ou quando a solução depende de processos de negociação com organizações exteriores. Embora subjetivo, este fator não pode ser negligenciado num contexto no qual os agricultores são cada vez menos numerosos diante de parceiros econômicos cada vez mais organizados e poderosos (RUAULT, 1996).

O acompanhamento dos grupos por um técnico pode contribuir para a capacidade de iniciativa dos agricultores, através do trabalho em grupo e da escala local de intervenção. Neste contexto, o grupo de trabalho não constitui uma estrutura formal com limites e funcionamento definidos, mas um espaço de diálogo em interseção com o espaço onde se desenvolve o debate profissional (conjunto dos agricultores da comunidade ou outra escala territorial correspondente à rede local de relações) (RUAULT, 1996).

De acordo com Ruault (1996) o que muda concretamente para os extensionistas é:

“a) prestar atenção e dar valor à maneira dos agricultores de dizer as coisas que geralmente não se expressam, num primeiro momento, sob forma de proposições construídas e argumentadas que poderiam levar a ações possíveis, mas sob forma de constatações mais ou menos negativas, que podem também ser chamadas de “preocupações”; b) ir mais longe do que a simples “escuta”, para intervir de maneira ativa, não sobre o conteúdo da solução, mas sobre os meios de fazer avançar a busca pelas soluções.” (tradução nossa)

Este modo de acompanhar os agricultores exige um exercício de empatia e respeito ao seu modo de viver e conceber as coisas, o que constitui a base de uma modificação das relações entre agricultores e extensionistas, no sentido de uma cooperação interprofissional.

Novos modos de ação e novas atribuições: qual perfil para os extensionistas rurais e quais desafios para as instituições?

A orientação pluridimensional da extensão rural proposta por Caporal (2007b)

demonstra a coerência e complementaridade das abordagens propostas por ele e o dispositivo Gerdal. Na atitude de levar em consideração desejos e necessidades de mudanças dos agricultores e a preocupação com aspectos como segurança alimentar, educação, saúde, bem estar, equidade social e sustentabilidade ambiental, está o perfil desejado do extensionista rural.

A busca pela segurança alimentar e a produção de alimentos limpos deve contar com a participação e diálogo entre os sujeitos envolvidos. Para que isto ocorra, baseando-se na interface entre as proposições de extensão rural anteriormente apresentadas, deve-se assegurar o caráter pedagógico do trabalho extensionista, baseado no diálogo de saberes e experiências entre agricultores e agentes de extensão rural. Este processo contribui para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos agricultores, para seu crescimento como cidadãos, além de inserir os extensionistas como agentes ativos num processo de transformação dialogada.

Neste sentido, o exercício de uma função de ajuda metodológica à reflexão em grupo, como a proposta pelo dispositivo Gerdal, supõe que o extensionista disponha ele mesmo de uma real autonomia, de uma liberdade de pensar e de agir, tanto em relação aos agricultores quanto no seio de sua instituição. Em relação aos agricultores, se coloca a capacidade do extensionista afirmar e dialogar seu ponto de vista, enquanto agente de desenvolvimento, sobre as questões que dizem respeito ao desenvolvimento rural do território no qual ele trabalha. Em relação à instituição na qual ele trabalha, sua autonomia estará expressa por sua posição e liberdade de atuação. Sua autonomia se refere à possibilidade e à capacidade do agente de extensão rural conceber e colocar em prática os meios que lhe permitem participar na definição de seu trabalho, das ferramentas metodológicas e da organização material das tarefas cotidianas (RUAULT, 1996). Limites institucionais para participação na definição dessas orientações e de seus próprios métodos de trabalho, orientado pelo diálogo de saberes com os atores locais, dificulta uma mudança substancial do trabalho do extensionista rural, mesmo que esta seja sua vontade. Caberia à instituição onde atua o extensionista: a) convida-lo a participar das decisões e definições sobre as orientações para o seu trabalho, dando a ele a oportunidade de se posicionar em relação à sua realidade profissional; b) promover espaços de diálogo entre os colegas extensionistas, incentivando a troca de ideias entre aqueles que trabalham com grupos diferentes de agricultores, e com outros agentes de desenvolvimento externos, ampliando sua

imaginação para a atuação profissional.

A dimensão local para a ação coletiva figura no centro das duas proposições teóricas aqui apresentadas. Diante disso, para o trabalho junto aos agricultores é aconselhável ao extensionista se apoiar sobre dinâmicas sociais locais, inicialmente reunindo os agricultores a partir de suas redes de relações já existentes. O objetivo seria situar o grupo de agricultores numa escala que corresponda a um nível sobre o qual eles poderiam se mobilizar coletivamente. Esta é também a melhor estratégia para alcançar agricultores que estão em diferentes estágios de reflexão, estimulando a troca de ideias e problematização entre eles, assim como aprendizados compartilhados sobre boas práticas e iniciativas.

Estes grupos, necessariamente locais e de pequeno tamanho, só poderiam funcionar através de novas regras, diferentes das regras definidas pelos projetos de desenvolvimento convencionais. Elas devem inicialmente permitir a preservação de uma grande flexibilidade quanto à participação de seus membros, à forma e ao conteúdo do trabalho (RUAULT, 1996). Caberia ao extensionista estar atento e promover a atenção coletiva a elementos naturais, sociais e econômicos locais, assim como à disponibilidade ou limitação de diferentes fatores de produção e organização. Caberia também a ele a capacidade de mediar relações e conflitos, tendo em vista as mudanças contextuais dos territórios rurais, evidenciadas pelo grande número de organizações, movimentos e instituições ali presentes, além de uma grande diversidade de possibilidades tecnológicas e organizativas.

De acordo com Ruault (1996), um grande obstáculo à atividade extensionista proposta pelo dispositivo Gerdal foi a dificuldade do extensionista em se posicionar como ator permanente e em longo prazo do desenvolvimento do território no qual ele intervém. Um dos possíveis motivos dessa dificuldade é a ausência de uma imersão mais intensa na realidade onde trabalha, condição proposta por Caporal (1998). Deste modo, entre a profissão e a instituição que ele representa, é geralmente percebido como simples fonte de informações ou como intermediário entre os conhecimentos produzidos pelas instituições de pesquisa e sua aplicação pelos agricultores (RUAULT, 1996). Diante deste cenário, a instituição e o extensionista devem agir conjuntamente procurando maneiras de assegurar uma maior imersão do agente no seu território de ação. Isto poderia se dar pela divisão de territórios de trabalho entre os extensionistas, pela proposição de estágios e formações junto aos agricultores, entre outras estratégias.

No que diz respeito à prática extensionista, caberá ao agente buscar um enfoque holístico desde o início, entendendo cada unidade produtiva como um agroecossistema, mas também procurando complementaridades agroecossistêmicas entre diferentes unidades. Neste sentido seria central convidar os agricultores a explorarem aspectos não só produtivos e econômicos da sua realidade, mas também ambientais, sociais e culturais. Diante disso, é exigida do agente a percepção de que os problemas e suas soluções carregam componentes interdisciplinares, e que por mais interdisciplinar que seja sua formação é necessária uma atuação articulada com profissionais de outras áreas.

Isso demanda dos extensionistas rurais capacidade de se articular em redes, em função da diversidade de organizações, movimentos e instituições presentes em cada território, assim como da necessidade de mobilizar diferentes formações profissionais para contribuir no diagnóstico de problemas e alternativas, bem como no planejamento participativo das ações.

Considerando que as coisas são raramente expressas pelos agricultores sob forma de objetivos e proposições de ações, mas através de preocupações e desejos associados a uma vontade de melhora, espera-se do extensionista rural uma capacidade de escuta, provocação e reformulação do discurso dos agricultores, com respeito aos seus pontos de vista. Uma situação artificialmente consensual, quando se apagam as diferenças de pontos de vista, apagam-se também as bases conceituais e sociais sobre as quais repousa um potencial de ideias e de ação (RUAULT, 1996).

No processo de escuta, problematização e planejamento coletivo de ações é importante incluir os agricultores que não ocupam posições de liderança, aqueles que se posicionam menos em grupo. Para isso, o extensionista pode fazer uso de métodos participativos para trabalhos em grupo. Grupos que têm seus discursos historicamente negligenciados, como mulheres e jovens, também devem ser convidados e instigados a uma participação ativa.

Outro papel desempenhado pelo novo perfil do extensionista é o de mediação dessas trocas, conduzindo o diálogo em direção aos objetivos definidos coletivamente no seio do grupo. É nesta ocasião que o extensionista passa a desempenhar também a função de coordenação do grupo, favorecendo a troca entre os atores e a coerência dos múltiplos projetos que possam existir em torno de um programa comum.

A transformação das constatações avaliativas (desejos, preocupações, problemas, arrependimentos) em questões tratáveis visando à ação, representa um nível de apoio metodológico essencial que condiciona a continuação do trabalho (RUAULT, 1996). Isto porque as questões tratadas pelo grupo possibilitarão a busca por soluções baseadas na troca de saberes entre os agricultores e os profissionais envolvidos com o processo de extensão.

De acordo com Ruault (1996), para os extensionistas rurais, a evolução de suas funções pode ser traduzida pela mudança de uma competência em termos de saber técnico especializado para uma competência metodológica, ainda que esta competência corresponda a funções e a saberes técnicos. Neste contexto, a ajuda metodológica e o aporte de informações técnicas especializadas não são contraditórios, mas complementares.

Conclusão

As evoluções históricas da extensão rural, em termos legais e institucionais, no Brasil e na França, bem como as críticas levantadas sobre seu caráter difusionista e desenvolvimentista, indicam a necessidade da continuação do processo de mudança que vem sendo discutido e aplicado em maior ou menor medida nos dois países. Esta transformação da extensão rural passa necessariamente por aspectos técnicos, mas também por aspectos da interação dos atores que contribuem com os processos de desenvolvimento local. Esta realidade desafiadora exige um novo perfil aos agentes de extensão rural. Escuta, interdisciplinaridade, organização, mediação, questionamento, articulação em rede e coordenação são algumas das capacidades que fazem parte deste perfil adaptado aos novos desafios dos territórios rurais.

Este processo de transformação também depende de uma nova organização institucional, na qual se permita ao agente se posicionar e participar ativamente das decisões que dizem respeito à sua prática profissional no seio da instituição, além de permitir certo grau de autonomia no seu trabalho junto aos agricultores. Tanto na dimensão individual como na institucional, um longo caminho ainda precisa ser trilhado e é necessário encontrar formas de encurtá-lo.

Bibliografia

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANATER. **Histórico da ANATER**. Disponível em: <http://www.anater.org/historia.jsp>
Acesso em: julho de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014**: institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**: institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003**: transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRIVES H. L'évolution du conseil agricole et du rôle des chambres d'agriculture. **Revue POUR** nº196-197, mars 2008. p. 208-219.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. p. 275-297.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 2007a.

_____. A Extensão Rural no Rio Grande do Sul: do modelo "made in USA" ao paradigma agroecológico. In: CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2007b. p. 83-101.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D.; MONTEIRO, M. **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. Belém: UFPA, 2006.

_____. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v. 24, n. 3, set./dez. 1994.

DARRÉ, J.-P. **L'invention des pratiques dans l'agriculture** : Vulgarisation et production locale de connaissance. Paris: Karthala, 1996.

DINIZ, R. F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018. 489 p.

FAURE, G.; TOILLIER, A.; HAVARD, M.; REBUFFEL, P.; MOUMOUNI, I. M.; GASSELIN, P.; TALLON, H. Le conseil aux exploitations agricoles pour faciliter l'innovation: entre encadrement et accompagnement. In: FAURE et al (Coord.). **Innovation et développement dans les systèmes agricoles et alimentaires**. Versailles: Éditions Quæ, 2018. p. 163-177.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos deságios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 12, n. 1, 2009. p. 1-16.

FNSEA - Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles. **Guide de l'animateur**. Janvier 2016.

FRANÇA. **Décret n° 59-531 du 11 avril 1959 portant statut de la vulgarisation agricole**. Paris, 1959.

FRANÇOISE; COQUEREAU, J.-A. Réseaux de dialogues et utilisation des prairies. Étude comparative dans deux communes du pays d'Auge. In: DARRÉ, J.-P. **Pairs et experts dans l'agriculture** : dialogues et production de connaissance pour l'action. Ramonville-Saint-Agne : Éditions Erès, 1994. p. 31-48.

FREIRE, P. **Extensión o Comunicación?** Santiago: Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria. 1969. 76 p.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: versão final: 25/05/2004. Brasília, 2004. 22 p.

MUSSOI, E. M. **Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales**. 2011. 413 f. (Pós-Doutorado em Extensão Agroecológica) – Universidade Internacional de Andalucía e de Córdoba, Espanha, e Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2011.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. Dissertação (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013. 163 p.

PINTO, E. S. L. A Extensão Rural no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**. Vols. 5 e 6, p.35-43. Recife, PE, 2008-2009.

RUAULT, C. L'évolution du conseil en agriculture et les enjeux d'aujourd'hui. In: **SÉMINAIRE INTERNATIONAL « CONSEIL AGRICOLE : COOPÉRER POUR AMÉLIORER LA RÉSILIENCE DES EXPLOITATIONS »**. CSA e FWA-UAW-FJA, nov. 2017.

RUAULT, C. **L'invention collective de l'action** : initiatives de groupes d'agriculteurs et développement local. Paris; Montréal: L'Harmattan, 1996.

_____. L'aide à la production de connaissance dans les groupes de pairs, un nouveau rôle pour le technicien. L'exemple du Cantal. In: DARRÉ, J.-P. **Pairs et experts dans l'agriculture** : dialogues et production de connaissance pour l'action. Ramonville-Saint-Agne : Éditions Erès, 1994. p. 155-172.

SILVA, R. O. P. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. V. 11, n. 5. São Paulo, SP, maio/2016.

TRÉBUIL, G.; RUAULT, C.; SOULARD, C.-T.; BOUSQUET, F. Les démarches ComMod et Gerdal d'accompagnement de collectifs multi-acteurs pour faciliter l'innovation dans les agro-écosystèmes. In: FAURE et al (Coord.). **Innovation et développement dans les systèmes agricoles et alimentaires**. Versailles: Éditions Quæ, 2018. p. 179-193.

FOR AUTHOR USE ONLY

CAPÍTULO 4

“PARA ALÉM DA AGRICULTURA”: DE ESPAÇOS AGRÍCOLAS A ESPAÇOS DE CONSUMO NA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Elicardo Heber de Almeida Batista¹⁰

Introdução e breve explanação teórica

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os processos sociais no meio rural português no contexto de transição de um progressivo declínio das atividades agrícolas à sua identificação enquanto um espaço de consumo em experiências locais em Portugal. Os processos que ocorrem no denominado mundo rural e as mudanças baseadas em um conjunto de processos sociais, exigem a necessidade de reflexão e superação sobre as oposições entre o campo e a cidade como universos marcados como “mundos” sociais e espaciais descontínuos. Neste sentido, haverá no artigo, uma discussão sobre o rural contemporâneo português enquanto objeto de uma leitura, concluindo que as dinâmicas que ocorrem naquela específica experiência associam o mundo rural como um espaço a ser consumido e organizado para atender distintas demandas, dentre elas, das sociedades urbanas.

Para destrinchar a ideia de rural enquanto espaço de consumo, o texto trará três experiências locais em Portugal: I – Aldeias nos arredores de Coimbra (norte-litoral); II – Aldeias e pequenas propriedades rurais nos arredores de Montemor-o-Novo (sul – interior); e, III - Algarve (Sul-Litoral). Entre os Antropólogos e Geógrafos portugueses há uma afirmação que o entendimento dos processos em Portugal passa o entendimento de 3 (três) dicotomias complementares: o Norte/Sul, litoral/interior e o rural/urbano. Dessa tríade, certamente o mais difícil é estabelecer as fronteiras entre o rural e o urbano pelas intensas trocas materiais e simbólicas entre ambas. O texto traz

¹⁰ Doutor em Geografia na Universidade Estadual Paulista/Campus Presidente Prudente.

um debate baseado na bibliografia sobre o rural e pesquisas de campo (evidências empíricas) nas referidas localidades portuguesas.

As pesquisas sobre os universos sociais rurais e urbanos têm apresentado dinâmicas sociais, econômicas e culturais que apontam para as fragilidades (presentes, por exemplo, nos princípios da sociologia rural) sobre uma determinada natureza dual dos mundos rurais e urbanos, sustentados em um conjunto de oposições. Dentre essas oposições haveria principalmente um conjunto de atividades agrícolas (praticadas no meio rural) e atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços (concentrados no mundo urbano).

Em determinados estudos “clássicos” sobre a natureza das relações entre os mundos rurais e urbanos, a sociedade rural é entendida como uma sociedade específica em que os indivíduos trabalham em atividades agrícolas, ou seja, na exploração do cultivo de plantas e animais. Essas inserções laborais configurariam o centro das ocupações dos indivíduos residentes ou trabalhadores no “mundo rural”. Grosso modo, as ocupações (ou os tipos de ocupações) marcariam uma diferenciação essencial entre uma sociedade urbana e a sociedade rural. Além disto, haveria o acréscimo das diferenças ambientais considerando que “(...) a população rural encontra-se, pois, em relação direta com a terra, porque a mãe terra é, definitivamente, a única criadora e manufatureira das plantas e dos animais” (SOLARI, 1979, p.6), o que demarcaria outra diferenciação (e até mesmo “fronteiras”) entre o campo e a cidade, ou seja, o mundo rural seria marcado por uma relação mais próxima com a natureza.

A natureza das ocupações rurais faz com que os homens que se dedicam a elas trabalhem ao ar livre em uma proporção maior do que na maioria das ocupações urbanas. (...) o habitante rural está muito mais exposto às condições do meio físico, as variações dessas condições, em contato muito mais estreito com a natureza. (...) o habitante urbano vive rodeado de um ambiente artificial, conhecendo a Natureza na maioria dos seus aspectos – através do cinema, dos livros, ou de eventuais saídas ao campo, o que da origem – como se verá oportunamente – a grandes diferenças psicológicas (SOLARI, 1979, p.6).

O tamanho das comunidades (menores nas sociedades rurais), a correlação negativa entre o volume demográfico de uma comunidade e sua percentagem de habitantes dedicados às atividades agrícolas, a homogeneidade (das sociedades rurais), a baixa densidade demográfica, responsável por sustentar relações sociais pautada no interconhecimento e heterogeneidade (das sociedades urbanas), dentre outros, seriam

outros elementos conformadores de uma diferença entre o rural e urbano e demarcariam fronteiras (inclusive imaginárias) entre ambas.

Haveria uma marca de oposição entre o campo e a cidade que comporiam universos sociais (econômicos e culturais) descontínuos e distintos, mas marcado por uma relação de subordinação e de complementariedade do campo em relação à cidade. O campo e a cidade conformariam dois universos substancialmente distintos. Com um universo rural centrado na produção agrícola, ou seja, uma sociedade rural ocupacional nas produções animais e vegetais e o urbano com o trabalho industrial, comercial e de serviços, se trataria não apenas de realidades homogêneas, mas marcadas por contraposições (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

Nas relações marcadas pela dualidade/dicotomias, as diversas diferenciações existentes entre o mundo rural e o urbano desapareciam mediante um processo de urbanização (processo natural e inevitável). O desenvolvimento do rural se daria nos moldes do urbano (resultado de um processo de expansão e generalização do urbano).

Determinadas características próprias de universos distintos (o campo/atividades agrícolas/desenvolvimento agrícola e a cidade/ indústria e prestação de serviços) seriam elementos verificáveis empiricamente e marcariam um mundo rural caracterizado pela escassez e pelo atraso, com uma posição central das ditas atividades agrícolas na organização da vida econômica e social das populações rurais (elemento que as diferenciariam de outras populações).

As populações das comunidades rurais tende a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais do que a população das comunidades urbanas. Por homogeneidade é entendido, em primeiro lugar, similaridade de características psico-sociais adquiridas tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento, etc. (...) as populações citadinas tem sido sempre "um cadinho" em que se misturam indivíduos de nacionalidades, religiões, culturas, tradições, costumes, condutas e gostos diferentes. (...) a cidade é uma comunidade na qual coexistem os tipos humanos os mais opostos e contrastantes: gênios, idiotas, brancos e negros; os mais sadios e os mais doentios; multimilionários e indigentes; imperadores e escravos; santos e criminosos; ateus e crentes ardentes; reacionários radicais e revolucionários radicais. (...) a cidade é uma co-residência dos tipos de personalidades humanas as mais heterogêneas e contrastantes, enquanto a comunidade do campo contém tipos mais nivelados, homogêneos e uniformes (SOLARI, 1979, p.204).

Considerando a dinâmica do mundo rural nas ditas sociedades contemporâneas há correntes analíticas que defendem que a natureza dos processos sociais referentes à

diminuição da população que trabalha nas atividades agrícolas é uma consequência da hegemonia de um modelo produtivista. Esse referido fenômeno seria resultado do processo de urbanização das localidades rurais, ou seja, a generalização de um padrão de vida urbana e a dissolução das especificidades que distinguia o rural do urbano. A urbanização dos mundos rurais seria em decorrência de um processo natural e inevitável de modernização da sociedade (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

Como um contraponto ao processo de esvaziamento social, econômico e até mesmo cultural do mundo rural, há correntes interpretativas que defendem a necessidade de entender os processos não no sentido de determinação do fim do rural, mas as características que o rural está assumindo nas sociedades contemporâneas e qual é a natureza das relações entre os mundos rurais e urbanos além das dinâmicas atuais das sociedades rurais. Ou seja, a modernização do rural em padrões das cidades, não estaria definindo o fim do rural, mas a conformação de novas formas de sociabilidades e de relações sociais baseadas em uma rede complexa de atores sociais que não apontariam para um processo de urbanização que representaria uma homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

Após propagação do desaparecimento do rural agrícola e campesino na França, alguns pesquisadores identificaram um retorno da população ao meio rural. Em grande medida, um retorno marcado por uma desconexão entre as pessoas/famílias e as atividades agrícolas, com forte peso do rural como lugar de morada/espacos de vida, e instigado por fatores como a busca por uma qualidade de vida ou até mesmo o acesso a uma moradia (KAYSER, 1990). Na experiência inglesa, outros autores afirmaram haver os fenômenos da “ambientalização do rural” e de uma diversificação das atividades econômicas de orientação distinta do produtivismo agroindustrial (MARSDEN, 1995).

A desconexão da noção de rural de alguns traços ou características tais como a atividade agrícola e a comunidade, redirecionou a novas abordagens ou novas concepções sobre o rural. Neste sentido, entrou no debate sobre o mundo rural uma dimensão identitária, das relações sociais e das relações entre atores e espaços (MORMONT, 1989) e das representações que os atores criam e reproduzem sobre o rural (MATHIEU, 1998; DE PAULA, 2001) ou até mesmo os entrelaces entre distintas dimensões, sobretudo espacial, relacional e representacional. No mais íntimo, este debate

tinha como proposta a superação da dicotomia rural-urbano ou até mesmo o deslocamento do rural para outras categorias mais neutras, tais como o local ou a localidade rural.

Contrapondo a ideia de fim do rural, ao analisar os dados censitários sobre a França, KAYSER (1990) identificou o fenômeno social de redirecionamento das dinâmicas populacionais com o retorno da população urbana ao campo, o que foi denominado de revitalização do rural. Em grande medida, essa revitalização das localidades rurais foi marcada por um retorno dessa população que deixou de ter as atividades agrícolas como o centro das ocupações.

Entretanto, apesar da natureza desses processos e de novas dinâmicas no mundo rural, as atividades agrícolas permanecem nesse cenário como um importante elemento para “qualificar o rural”, seja para afirmar o seu fim, seja definir os seus novos parâmetros dentro da sua especificidade (CARNEIRO, 2008). Ou seja, a figura do agricultor “permanece emblemática na representação do campo no imaginário dos pesquisadores, e também no dos habitantes da cidade e dos neo-rurais” (CARNEIRO, 2008). A necessidade de distinção entre as populações urbanas e as populações rurais não seria somente por necessidade administrativa ou para o processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas porque elas são a representação social que, no imaginário da sociedade, liga o rural ao agrícola.

Entretanto, há correntes do pensamento sobre os mundos rurais e urbanos que propõem o fim da dicotomia rural-urbano no processo de qualificação de mundos sociais distintos nas sociedades contemporâneas. Como um fenômeno bastante complexo, é muito comum a utilização da atividade agrícola como elemento definidor dos mundos rurais. Com o fenômeno da modernização da agricultura e da sociedade, o que ocorreu nos ditos países desenvolvidos (como exemplo de determinadas regiões francesas e em Portugal) foi um progressivo processo de diminuição dos postos de trabalho na atividade agrícola e uma amplificação das atividades não-agrícolas em territórios rurais, ou seja, não ligadas diretamente às produções animais e vegetais. Esse fenômeno aponta para a heterogeneidade das formas de ingresso dos residentes no meio rural e as diversidades de demandas diferenciadas dos residentes nos espaços rurais. Entende-se que a heterogeneidade de formas de ocupação das populações rurais (inclusive em experiências locais em Portugal ou até mesmo no Brasil) remete a necessidade de pensar em economias locais ou economias regionais para interpretar os

diversos processos sociais e econômicos que ocorrem em universos sociais heterogêneos. O mundo rural não é necessariamente agrícola.

A diversidade dos mundos rurais possibilita reconhecer que em muita das vezes, a produção animal e vegetal é o centro de ocupação do indivíduo, da família ou dos grupos domésticos, há, entretanto, agentes sociais com demandas para além da própria atividade agrícola. Se nos atentarmos para as experiências locais em Portugal houve uma revitalização rural em contextos muito específicos. Esses fenômenos que ocorreram/ocorrem nas regiões rurais são marcados por duas dinâmicas interessantes: I – essa revitalização do rural ocorre por uma retração do êxodo rural (ou certa diminuição da saída de famílias e pessoas de suas localidades de origem); II – redução no número de pessoas ocupadas na atividade agrícola e um crescimento expressivo das ocupações não- agrícolas. Em grande medida, a experiência portuguesa aponta para um espaço rural que procura novos contornos (BAPSTISTA, 2009), pois depois dos impactos da emigração (sobretudo para outros países europeus, mas não apenas) e da migração interna dos campos para as cidades, o que ocorreu em Portugal foi uma transição rural associada ao declínio da hegemonia da agricultura e uma forte identificação do espaço rural como um espaço de consumo. Trata-se de uma população rural que:

Na sua grande maioria dissocia do espaço agroflorestal por onde se dispersa, tanto relativamente ao trabalho como ao rendimento dos habitantes dos lugares e das aldeias. A agricultura e a floresta já não asseguram esta ligação e ainda não se consolidaram outras atividades que, eventualmente possam fazer essa rearticulação. A ruptura ultrapassa, no entanto, o plano da economia, pois, por exemplo, a maior parte da população rural pouco recorre os campos que circundam os povoados (BAPTISTA, 2009, p.7).

O fenômeno do crescimento das atividades não-agrícolas ou o peso delas para o conjunto de estratégias de reprodução social das famílias rurais, residentes, por exemplo, em aldeias e vilas portuguesas, remete às próprias dificuldades operacionais quando o objetivo é traçar o conjunto de ocupações de famílias rurais (nem sempre ligadas as atividades agrícolas) e às próprias políticas públicas e projetos de intervenção em realidades locais.

Para além de sustentar a necessidade de superação da oposição artificial entre campo e cidade e das diferentes ocupações das populações do campo e da cidade, entende-se que há no campo demandas que não se restringem a atividade agrícola conformada por famílias rurais (ou indivíduos) que desejam permanecer no rural como

local de residência, mas não necessariamente trabalhando nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal). Este fenômeno na realidade portuguesa remete a uma retração da atividade, uma frágil e difícil delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano e a diminuição do aproveitamento agrícola (perspectiva produtivista da terra).

O processo de ampliação de famílias rurais, mas não necessariamente agrícolas, remete a um ambiente social e econômico, por um lado, marcado pela existência de empregos próximos as vilas e aldeias e, por outro, pela rede de transportes que possibilita os deslocamentos dos trabalhadores. Essa rede de transportes, não apenas promove novos contornos relativos às sociabilidades, mas possibilita uma contínua relação entre rural (local de morada) e outros espaços (local de trabalho), mas fora da atividade agrícola.

Considerando que em realidades locais há dificuldade de viver na atividade agrícola (tamanho das propriedades, crises no setor agrícola, fracasso dos projetos no âmbito nacional e de forma mais ampla na União Europeia - UE etc.) percebe-se que em Portugal trata-se de um rural cada vez menos agrícola, o que derruba qualquer tentativa de classificação dos mundos rurais e urbanos baseados estritamente nas atividades ali desenvolvidas, como exemplo, rural/agrícola e urbano/comércio, serviços e industriais. Ou seja, os critérios das atividades são insuficientes para contemplar a diversidade e a complexidade dos atuais mundos rurais e urbanos.

Os processos sociais no mundo rural europeu: a experiência portuguesa

No decorrer do século XX, principalmente após a Segunda Guerra mundial (1939-1945), o mundo rural europeu passou por consideráveis transformações a partir de um conjunto de processos (endógenos e exógenos) que resultaram, por exemplo, na perda de importância da atividade agrícola no mundo rural, a ampliação do desemprego e a migração campo/cidade que influenciou no processo de envelhecimento das sociedades rurais (JACINTO; ALVES, 2012). Esse conjunto de fatores influenciou no processo de acentuação da dependência e marginalização dos espaços rurais.

O abandono das atividades agrícolas e o êxodo rural se deu com maior profundidade no chamado “rural profundo” (CAVACO, 2012), espaços rurais

marcados por uma perda da população residente, despovoamento dos lugares e das aldeias, uma população sem uma atividade econômica, analfabeta ou pouco instruída, elevado envelhecimento, dependência das pensões e reformas (aposentadorias), densidades demográficas muito baixas, tecidos sociais debilitados e poucos equipamentos sociais (sobretudo escolas e centros de saúde). O despovoamento é um problema que existe em todo o território português (continental e ilhas autônomas), mas se acentua em áreas distantes dos litorais (mais povoados). Com uma população menor que a da vizinha Espanha, Portugal é um país mais densamente povoado (90 habitantes por km² na Espanha e 120 por km² em Portugal).

Entretanto, a população portuguesa é distribuída de forma muito desigual, concentrando nas áreas litorâneas, principalmente no concelho e região metropolitana de Lisboa (Tabela 1). As áreas menos povoadas estão localizadas no sul do país e nas limítrofes com a Espanha. Em relação aos distritos de Lisboa, Porto, Viseu e Braga, o Alentejo é um vazio demográfico. Ao mesmo tempo em que há o despovoamento das áreas rurais há uma concentração da população nas áreas urbanas.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (O IBGE português) mostram um país com um contínuo aumento da população urbana: A população urbana, passou de 22% em 1960, para 27,7% em 1975 e atualmente os indicadores apontam para 61,1% (INE, 2014). Em três décadas, o número de portugueses residentes nas cidades passou de 3 para 6 milhões de habitantes com uma estimativa de 75% da população nacional residindo nas cidades no ano de 2050 (EUROSTAT, 2012). Em 2014, Lisboa, Porto e arredores, localidades litorâneas, concentram a maioria dos portugueses. O litoral exerce maior atração sobre o interior, sobretudo em relação ao sul, com tendência a ficar cada vez menos povoado.

Tabela 1: Distribuição desigual da população- Portugal continental e regiões autônomas

Distrito	População (2011)	Densidade pop. (hab/km²)
Aveiro	735,790	254,34
Beja	152,758	14,93
Braga	848,185	317,31
Bragança	136,252	20,61
Castelo Branco	225,916	33,84
Coimbra	429,714	108,87
Évora	168,034	22,72
Faro	434,023	87,50

Guarda	168,898	30,60
Leiria	470,895	134,31
Lisboa	2,244,799	813,03
Portalegre	111,009	18,30
Porto	2,027,191	758,39
R. A. Açores	247,440	106,06
R. A. Madeira	261,313	326,23
Santarém	465,701	69,02
Setúbal	866,794	171,16
Viana do Castelo	250,390	111,03
Vila Real	213,775	49,39
Viseu	391,215	78,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2009; 2012)

Por um lado, há o problema das aldeias, onde há uma tendência de permanência dos idosos e migração dos mais jovens (para as cidades e a migração do tipo internacional), e o problema dos distritos que não consegue “segurar” sua população,

As migrações e suas distintas tipologias sempre fizeram parte da dinâmica populacional portuguesa e é parte constitutiva da estrutura social.

Entretanto, chama a atenção um momento na dinâmica populacional portuguesa onde há por um lado uma progressiva diminuição das populações residentes nas áreas rurais e uma diminuição da população total do país como resultado das migrações em contexto de crise. Abaixo dois recortes emblemáticos sobre a migração portuguesa (quadro 1).

Quadro 1: Dois recortes sobre a migração na experiência portuguesa

Ano	Número total de migrantes	Média de migrantes/ano	Principais destinos	Principais causas
1960 – 1970 (10 anos)	645.964	60.000 pessoas/ano	<ul style="list-style-type: none"> - África (ex colônias); - América Latina (Brasil e Venezuela); - América do Norte (EUA e Canadá,); - Europa (França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça). 	<ul style="list-style-type: none"> - Guerras colônias; - Melhores condições de vida (emprego e renda); - Migração de pessoas com baixa escolaridade e busca por empregos precários (sobretudo construção civil e domésticas) – migração do trabalho precário.

<p>2011 – 2014</p> <p>(4 anos-contexto de crise econômica)</p>	<p>485.128</p>	<p>1232.000 pessoas/ano</p>	<p>- Reino Unido, Espanha e Angola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Austeridade, desemprego e baixo dinamismo da econômica portuguesa; - Crise econômica; - Aumentos nos índices de pobreza – Em 2013, a taxa de pobreza em Portugal era de 19,5%. Os portugueses retrocederam para 2005, considerando que a taxa de pobreza era, então, de 18,5%; - 1/5 da população economicamente ativa desempregada; - Migração de jovens com altos índices de escolaridade.
--	----------------	-----------------------------	---	--

Fonte: INE (2014); PERES JORG (2014); EUROSTAT, (2013).

Observação: Na União Europeia, considera-se que uma pessoa vive em situação de risco de pobreza quando os seus rendimentos são inferiores a 60% do rendimento médio por agregado familiar do respectivo país. No ano de 2014, o salário mínimo vigente em Portugal era de € 485,00.

Entre 1960 e 1970 apenas no ano de 1966 migraram mais de 1000 mil pessoas, ou seja, 120.239 portugueses emigraram. Nos anos entre 2011 e 2014 (período de crise econômica), todos os anos, mais de 100.000 portugueses emigraram (INE, 2014). Mas trata-se de outro tipo de migração e diferenciada das correntes migratórias ocorridas nas décadas de 1960 e 1970.

As migrações no início de século são constituídas por pessoas com outras competências técnicas e capacidades. Somada a imigração, Portugal deixa de ser atraente para os estrangeiros. Só em 2009 mais de 60.000 estrangeiros abandonaram Portugal, principalmente os Brasileiros (Banco de Portugal, 2012). Segundo as projeções europeias, em 2030, Portugal terá 9.777 milhões de habitantes, em 2050 terá um total de 8.822 milhões de habitantes e em 2080 terá na casa dos 7.112 milhões (EUROSTAT, 2012). Ou seja, se Portugal não desenvolver políticas de natalidade e atração de imigrantes, o país irá encolher cada vez mais. A atração de imigrantes depende consideravelmente da dinâmica econômica nacional. Em crise, Portugal tido pouca capacidade de atrair imigrantes do trabalho ou pessoas com intuito de estabelecer residência, mas que depende de um emprego. Outro problema é o país conseguir reter seus jovens com altos índices de escolaridade.

Para o caso português, em experiências específicas, há um fenômeno em que as evidências empíricas apontam para a permanência da imigração e com um novo perfil (competências técnicas e capacidades). Trata-se de jovens portugueses que detêm alta escolaridade (formação superior, mestrados e doutorados, não raro dominam dois ou mais idiomas), mas, em decorrência da crise econômica iniciada em 2007, não conseguem inserções

no mercado de trabalho em suas localidades de origem. Para eles, a possibilidade de ocupação/empregabilidade só é ampliada e, muitas vezes viabilizada, mediante a imigração (com destino preferencial para o Reino Unido). Esse tipo de imigração de indivíduos com alta qualificação (brain drain) difere do perfil padrão dos emigrantes portugueses dos anos 1960, quando havia um tipo de mobilidade espacial mais “indiferenciado e de baixas qualificações” (BAGANHA, 2004). Essa fuga de jovens altamente escolarizados influencia diretamente no saldo migratório de Portugal e expõe claramente a impossibilidade de permanecerem em seu país de origem, mesmo que essa permanência seja por eles desejada.

Os jovens, recém-formados em áreas e níveis distintos (licenciatura, mestrado e doutorado), com destaque para os cursos de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Ciências Sociais, Economia, Direito etc., que imigram para a França, Reino Unido, Angola (África) ou Brasil (América do Sul), entre outros destinos, prefeririam permanecer próximo aos seus grupos sociais, inserindo-se, no máximo, num fenômeno que os estudos migratórios denominam brain circulation, um tipo de mobilidade espacial mais temporária, diferente do brain drain, que configura uma migração laboral mais permanente. A imigração desses jovens pode representar uma nova, ainda que restrita, possibilidade, de empregabilidade formal, mas, ao mesmo tempo, revela-se a real privação de manter laços próximos aos seus grupos sociais de pertencimento. Nesse sentido, trata-se do drama de permanecer em Portugal, desocupados ou submetidos a empregos precários, ou imigrar e estar diante de uma possibilidade real de ruptura do contato vis-à-vis com seus familiares, amigos, grupos de vizinhança, parentesco etc. mesmo os jovens residentes nas aldeias ou no meio rural de uma forma geral, tem que migrar mesmo quando há o desejo de uma permanência.

Em uma visão geral, no caso português, o rural é definido como o oposto aos espaços urbanos, ou seja, como “tudo o que não é urbano”. Esta visão ampla traz em si uma dimensão social (rural como comunidades administrativas onde todos se conhecem mutuamente), geográfica (relativa dispersão social no espaço), pública (relativa raridade dos serviços públicos) e do trabalho (com forte peso das atividades agrícolas).

Essa configuração do que se entende por rural é largamente utilizado no caso europeu, como exemplo na França. Para a experiência portuguesa, as áreas predominantemente rurais eram consideradas como áreas pouco densamente povoadas. E espaços em que a população camponesa dependia fortemente das atividades agrícolas, visão que teve que ser modificada ou ampliada a partir das transformações que ocorria (e que permanece a ocorrer nesses espaços), o que obriga a incorporar novas dimensões ao que se entende por rural como exemplo no campo

de trabalho de famílias residentes nas áreas consideradas não urbanas. A perda de importância da atividade agrícola (secundarizada ou abandonada) mediante novas formas de trabalho e ocupações (monoatividade não agrícola ou pluriatividade) apontam para o rural além da produção agrícola e também e cada vez mais com um significado de local de moradia. Para o caso português torna-se explicitar que:

A umbilical relação entre exploração agrícola e família deixou de existir quando a economia doméstica deixou de ser o prolongamento exclusivo da economia de exploração, por ter encontrado fontes de rendimentos alternativas e complementares. Embora a agricultura tenha perdido a hegemonia na vida económica e social nas aldeias e tenham ocorrido profundas alterações na organização do trabalho e nos modelos culturais e de consumo, o significado e importância desta atividade não podem ser negligenciados. Melhores remunerações exteriores a exploração ajudaram a diminuir o número de elementos da família a trabalhar na agricultura, o que veio a acelerar a mudança na tradicional cultura rural, que esteve exposta a duas mudanças decisivas: crescente homogeneização dos hábitos, comportamentos, valores e saberes e forte exposição a procura dos espaços rurais, por parte dos urbanos, para novas atividades, o que veio a alterar as relações na sociedade rural, tornando as relações mais impessoais (JACINTO; ALVES, 2012, p. 126).

Os referidos processos sociais não ocorreram de forma homogênea no espaço rural português e suas expressões locais aconteceram também em outros contextos sociais, econômicos e culturais consideravelmente distintos: na Europa, na América Latina, na América do Norte, etc.

Os elementos que ajudaram a construir os processos sociais no caso português também se evidenciam em experiências pontuais no Brasil, como exemplo, a ampliação do campo de possibilidades de trabalho de famílias agrícolas para além da produção animal e vegetal. A diminuição das distâncias entre o mundo rural (local de moradia) e o mundo urbano (local de trabalho), através da ampliação das redes de transportes e de comunicação possibilitou aos rurais a amplificação ou a articulação dos rurais com mercados de trabalho urbanos e regionais, como exemplo, nas fábricas de calçados na Serra Catarinense no Brasil ou de assentados rurais que trabalham nas cidades da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro (Brasil).

O acesso dos rurais a uma educação formal (ou formações específicas) ampliam a possibilidade do trabalho fora da propriedade familiar e a dilatação de ganhos que podem significar a secundarização ou até mesmo o abandono das atividades agrícolas quando pouco rentáveis. Esse fenômeno depende do ambiente social em que as famílias estão inseridas. O processo de descentralização industrial ou a ampliação da possibilidade de empregabilidade em

setores relativos à prestação de serviços favorecem a saída dos indivíduos ou da família da atividade agrícola e o trabalho em outras áreas fora da agricultura. Esses processos apontam para a dificuldade de classificação do rural considerando apenas as ocupações familiares e, de forma mais estrita, de considerar o rural como sinônimo de agrícola (tanto dentro quanto fora da propriedade familiar).

Em Portugal, os estudos rurais apontam para um cenário de seu declínio e desaparecimento sequenciado por uma desvinculação entre as atividades produtivas direcionadas à produção agrícola (produção animal e vegetal) e as populações ali residentes. O rural português transforma-se em uma espécie de reserva ambiental e cultural (CALDAS, 2003, p. 17).

No cotidiano, terminologias tais como lavradores, lavoura, agricultor, camponês e aldeia vão desaparecendo dos espaços públicos urbanos e o que não é urbano é entendido como província, o restante do país, o interior e o campo. Desde os anos 1930- 1960, quando foi alvo de vultosas pesquisas, como exemplo, na etnografia e na geografia, no campo acadêmico, os espaços rurais foram perdendo espaços nas agendas de pesquisa, ou seja, ocorreu uma espécie de fim do rural enquanto objeto científico (FIGUEIREDO, 2011).

A literatura atual sobre o rural português trata de fenômenos referentes à desertificação humana, do despovoamento, da perda populacional, do êxodo, dos territórios de baixa densidade, da desvalorização da atividade agrícola e do aparecimento da categoria “agricultor jardineiro” que recebe para não produzir. Há, nesse sentido, a construção de um retrato pessimista sobre o mundo “rural território” (CALDAS, 2003), o “rural frágil” (FIGUEIRA, 2011) ou uma ruralidade portuguesa mítica em que permanece como representações desastrosas herdadas do Estado Novo (DOMINGUES, 2011: 136).

Na década de 1990, os estudos rurais sobre o caso português ganharam um novo impulso, sobretudo ao centrar as análises nas políticas de desenvolvimento (local e territorial), da ambientalização e patrimonialização do rural, mas sempre destacando os problemas relativos à demografia dos espaços rurais. Por um lado, os estudos centram no esvaziamento do rural (questão demográfica) e muito pouco retrata o ressurgimento ou regresso populacional ao rural (como local de morada, trabalho ou ambos). O que há são pesquisas que apresentam os fenômenos pontuais relativos aos novos residentes nos espaços rurais e seus impactos em uma recuperação demográfica, do processo de melhoria das casas das aldeias ou vilas pelos retornados (dentre ele os imigrantes /imigração de retorno aos seus locais de origem) ou da chegada de moradas com trajetória de vida urbana, dentre eles, os estrangeiros (Ingleses,

alemães, luxemburgueses, dentre outros).

Neste sentido, surgem novas categorias sociais, tais como os neorurais, os novos povoadores ou os imigrantes retornados que apropriam desse espaço (sobretudo como morada) e isto aponta para determinados sentidos ou significados no/do rural, tais como reocupação ou retorno. Entretanto, parte desta ocupação se dá por pessoas que não têm necessariamente uma trajetória ligada às atividades agrícolas e a sua presença no meio rural é muito orientada pela busca de um modo de vida, muitas das vezes de forma consideravelmente romântica (harmonia, pureza do ar, tranquilidade etc.) não raro romantizada.

Há na realidade projetos específicos de revitalização dos espaços rurais e parte deles passa por uma tentativa de atração das populações rurais para esses lugares. São projetos com distintos enfoques e parte disso se dá na tentativa de atração das pessoas (ou pessoas) oriundas das cidades.

Há afirmações, no caso português, que jamais existiram políticas acertadas para a resolução dos problemas dos espaços rurais (FIGUEIREDO, 2011). As políticas estatais centraram as apostas na transformação do mundo rural em espaços de consumo para a população urbana. Entretanto, muitas das experiências desse rural como espaço de consumo iniciou através de “projetos espontâneos”, ou seja, sem a orientação das políticas públicas, como exemplo, no caso do turismo rural organizado para atrair pessoas oriundas das cidades.

Os espaços rurais portugueses são foco de distintas políticas setoriais, mas desde a adesão do país à União Europeia (UE), passaram a ocorrer em todo o território português distintas experiências direcionadas ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, surge no âmbito da política agrícola europeia (Política Agrícola Comum – PAC) em 1990. A crise da agricultura nos anos de 1970 e a necessidade de aumentar a competitividade dos territórios mais distantes do centro econômico europeu. Somada a uma pressão dos países do norte da Europa para maior descentralização e aprofundamento da democracia local na União Europeia (MORENO, 2003), foram alguns elementos que estão na base de construção do segundo pilar da PAC. Foi se esquematizando, experimentando e consolidando particularmente mediante a elaboração e implementação do programa “Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural” (LEADER) as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural em Portugal, mas políticas consideravelmente centradas no rural agrícola (produção).

O referido programa financiou por mais de duas décadas um conjunto de projetos, em nível local, objetivando a dinamização sociocultural e econômica dos espaços rurais na Europa.

No caso da experiência portuguesa, as iniciativas implantadas foram distintas, seja no respeito à natureza das intervenções ou em relação aos principais promotores dessa iniciativa (MORENO, 2003).

No geral, os impactos dos projetos implantados no âmbito do programa LEADER não são consensuais entre os investigadores sobre o rural. Por exemplo, uma das afirmações se dá no sentido que o programa não teve como resultado um nível de equidade esperado. Em grande medida isso se deu em decorrência das situações assimétricas nos territórios europeus (MARSDEN, 2008). Na experiência portuguesa, os autores afirmam que a medida tornou-se insustentável e que a centralidade do programa no turismo e patrimonialização do rural acarretou uma espécie de “McRuralização” (FIGUEIREDO, 2011, p.21), que dentre outros efeitos não conseguiu responder as ambições dos territórios e diminuir o processo de desaparecimento das aldeias e das populações rurais na perspectiva de contenção das distintas migrações. Como pontos positivos do programa, destaca-se a abordagem e a metodologia elaboradas pelo LEADER que instigaram ações integradas no meio rural e as parcerias locais entre as três distintas esferas (Estado, mercado e sociedade civil) que entraram no léxico do desenvolvimento rural (CARNEIRO, 2005; MORENO, 2007).

Na questão mais relativa à atividade agrícola, o governo português tem se concentrado nos últimos anos em nível central no intuito de reativação da agrícola e de valorização social da atividade ligada à produção animal e vegetal. Nesse referido processo, cabe destacar o importante papel das instituições públicas locais que têm se empenhado na direção do “acesso a pequenas parcelas de terrenos aráveis públicos e dando formação em agricultura às pessoas interessadas em dedicar-se à atividade” (FONSECA, 2014, p.24).

Entretanto, volta-se a uma das questões centrais nos estudos sobre o mundo rural português. As transformações nesse mundo evidenciam uma quebra do lugar central da atividade agrícola e uma “crescente intensidade dos fluxos com o exterior nos quadros da vida e da economia” (BAPTISTA, 2009), fenômeno que ocorre e se expressa nitidamente nos níveis locais:

Este já não coincide com o espaço da econômica local, não delimita mercados de trabalho, nem coincide com o espaço social dos residentes. O local mantém, de qualquer modo, relevância como expressão da diversidade do rural e também como um espaço: de residência e de vida das populações; de representação dos interesses, nomeadamente através das autarquias, e de participação cívica (BAPTISTA, 2009, p. 8).

Com a fragilidade de um rural centralizado ou dissociado do agroflorestal e o predomínio de suas relações com o exterior, antes fortemente associado às explorações agrícolas, passa a depender das procuras ou expectativas que lhes são externas, ou seja, espaço de consumo, sobretudo das populações urbanas. Dessa forma, as dinâmicas ocorridas no mundo rural passam a ser organizadas e feitas sob demanda de fluxos e procuras urbanas. Passa-se de um espaço de produção para um espaço de consumo.

Nesse cenário, o debate sobre o rural português passa a se centrar em um conjunto de funções que devem corresponder às expectativas da sociedade, sendo elas: produção agrícola e vegetal; proteção ambiental e conservação da natureza; valorização econômica dos recursos naturais; atividades territoriais (caça/pesca, esportes, propiciar contato com a natureza); e atividades relacionadas à herança rural (o patrimônio material e imaterial). Além destes, os meios rurais passam a representar espaços de vida, com forte peso o rural com local de morada, mas não necessariamente ligada às atividades agrícolas.

A noção de espaços de vida remete aos espaços praticados, onde há a presença de emoções e raízes. Remete às práticas concretas nos lugares, nos percursos diários e rotineiros de um conjunto de categorias sociais (habitantes, trabalhadores, consumidores de bens, serviços e lazer etc.). É “o espaço da ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efetiva, seja ela econômica, social, etária etc.” (CAVACO, 2004, p.39), as quais afetam os comportamentos espaciais, delimitando o particular no âmbito geral. Os espaços de vida englobam os lugares cotidianos e da familiaridade, em decorrência das experiências pessoais (práticas pessoais e particulares), o que é apropriado, mas também trata da experiência contada pelos outros (memória), portanto, tanto do real, como também do imaginado/sonhado, em um passado distante ou não, ou seja, espaço vivido para além das fragmentações reais e das referências sensoriais, entendido também como mental e imaginado.

É no espaço de vida que se têm as relações afetivas e racionais e onde se expressam determinadas características da vida no lugar: os modos de vida e suas particularidades, dentro da fragmentação espacial, e as redes sociais (contínuas ou não).

Habitar remete a frequência, permanência, descanso, prática do espaço, criação de laços pela atuação, familiaridade do vivido. Remete a um conjunto de experiências geográficas que engloba tanto a prática dos lugares visitados, como também a relação com os lugares imaginados ou praticados. As formas de habitar podem ser sedentárias(fixas) ou móveis (STOCK, 2007). O habitar é resultado de múltiplas relações (sociais e com o espaço) baseadas

em intencionalidades e práticas. Há uma multiplicidade de lugares com distintos significados para cada indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes sociais, técnicas e informacionais, os indivíduos praticam uma multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas. As práticas dos lugares contribuem para o habitar dos lugares e detêm diferentes significados definidos a partir das relações com os vários lugares que são integrados na espacialidade dos indivíduos, seja elas corriqueiras, cotidianas, ocasionais ou ritualísticas. Em seu significado mais íntimo, a noção de espaço de vida (CAVACO, 2004), espaço vivido e o conceito de habitar (STOCK, 2000) remetem aos múltiplos significados dos lugares.

Um indivíduo não habita apenas o lugar de domicílio e não habita apenas quando reside. O mesmo lugar tem múltiplos significados conforme as distintas intencionalidades de suas práticas, em conformidade com as diferentes situações e indivíduos, para diferentes práticas. Cavaco (2004) afirma que a sociedade moderna é marcada por uma mobilidade cotidiana e de trajeto de residências de vida não mais esmagada pela sedentariedade, marcada cada vez menos pelo nascer e morrer no mesmo lugar e, com isso, marcada por novas competências geográficas. Dessa forma, houve uma profunda mudança nas relações com o espaço e igualmente nos valores dos deslocamentos e no sentido das relações com os espaços de vida. Mudaram também os significados de proximidade e distância (perto/longe).

O habitar também é um conceito que se apresenta como fenômeno espacial, o fenômeno da multiplicidade de habitantes, do cotidiano (e não cotidiano), das intencionalidades das práticas dos lugares e do sentido que estes assumem (residência, trabalho, lazer, consumo, recreação etc.). Remete também às questões sociais e culturais, considerando que os indivíduos não são livres, tanto em matéria de prática espacial, quanto em frequência de lugares (acesso, valores, informação). O habitar expressa uma diversidade nos espaços e nos tempos de vida: estilos de vida, frequência e prática de um grande número de lugares, com conhecimento e intensidade diversos. “Os homens são geograficamente plurais” (CAVACO, 2009, p. 40), não são sedentários e dispõem de intensas e distintas mobilidades (circulação, migração, migração circulatória, entre variadas residências etc.) e se relacionam com os lugares. Nessesentido, as diferentes mobilidades e as relações com os lugares podem apontar para as condições sociais e a posição (diversas posições) do indivíduo na estrutura social. Os habitantes temporários portugueses, que detêm uma segunda residência no Algarve ou no Litoral (Portugal), a migração temporária de mexicanos coletores de laranja nos Estados Unidos, ou os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste Brasileiro ou do Vale do Jequitinhonha, que residem em

alojamentos precários no Estado de São Paulo, enfim, mobilidades profissionais ou de lazer, contêm em si sentido e significados distintos e também um forte indicador dos lugares de estar e habitar como um elemento de exclusão social. Os indivíduos que se relacionam com diferentes lugares, multiresidência e multilocalização, por necessidade e/ou por escolha, apontam para uma mudança na relação com o espaço e no valor dos deslocamentos, assim como para o sentido de relação com/nos espaços de vida.

O próprio sentido dos deslocamentos aponta para as assimetrias entre os indivíduos, como por exemplo, os migrantes temporários da construção civil ou os estudantes que migram para estudar. Se os homens são plurais pela mobilidade, física, eletrônica e digitalmente, há uma imobilidade de indivíduos que residem permanentemente em um único lugar, devido à ausência de rendimentos monetários. A não mobilidade expressa uma carência econômica e a limitação de novas experiências a quase sempre numa mesma vila, aldeia, comunidade etc. Com novas residências e novas formas de habitar, dentre eles, estrangeiros aposentados, portugueses reformados que tem no meio rural uma segunda ou principal residência e/ou os turistas rurais que optam pelo turismo na modalidade rural (CAVACO, 2009).

Residir remete ao lugar de domicílio, ou seja, onde se permanece habitualmente, e até mesmo onde se estruturam os territórios pessoais e se têm suas raízes. É da residência que são definidas as estratégias de deslocamentos diários para as práticas do cotidiano, o que pode ser entendido como a espacialização dos modos de vida. O lugar de domicílio é um elemento estruturante (um centro) dos espaços de vida, mas também de suas identidades espaciais. É um lugar de habitar e também de trabalhar. O lugar de residência é apenas uma questão de estatística, presente nos recenseamentos, ou seja, o lugar em que se habita. A importância do rural como lugar de morada aponta para uma possibilidade de mudança dos tecidos sociais (inclusive pessoas de origem urbana), revitalização das aldeias (melhoria das casas), modos de habitar com intuítos diversos (morada, trabalho ou ambos), etc.

Classificação na perspectiva europeia e portuguesa

Os processos sociais que ocorrem no espaço português dificultam uma classificação que distingue dois mundos, o rural e o urbano, baseado exclusivamente em critérios de ocupações de suas perspectivas populacionais, sobretudo por considerar a dificuldade de uma convergência entre a agricultura, a sociedade e o rural. Qualquer delimitação das fronteiras, considerando os mundos rurais e urbanos como delimitados por atividades agrícolas e por outras industriais e de

serviços, respectivamente, estará fadada a sérios problemas de classificação e perda de capacidade heurística. A heterogeneidade, a dimensão geográfica e as diferenças de escalas colocam dificuldades na definição de tipologias dos espaços rurais, implicando na adoção de critérios classificativos mais ajustados às novas realidades regionais e locais (JACINTO; ALVES, 2012).

O que a literatura portuguesa aponta é que os indicadores utilizados para delimitar o que se entende por rural e caracterizar e delimitar o seu território deve ser variado. Baseado nos trabalhos de Baptista (2001) há uma classificação do meio rural português considerando a densidade rural (hab./km²). Considerando essa experiência, há uma distinção dos municípios em quatro tipos: rural agrícola, rural apoiado na indústria, nos serviços e rural urbano.

A diversidade do mundo rural português, a dimensão demográfica e a diferenciação de escala, impõem dificuldades na criação de tipologias dos espaços rurais, o que aponta para a necessidade de criação ou a adoção de um conjunto de critérios adaptados às realidades locais e regionais.

A definição tipológica do que se entende por rural e urbano para o caso europeu foi e permanece sendo baseado na densidade /concentração populacional. Para definir o que se entende por zonas urbanas e rurais, a Comissão Europeia utiliza os seguintes critérios: as zonas urbanas correspondem a um limiar de densidade populacional (300 hab./km²), considerando o recorte de 1km, limite mínimo de 5.000 habitantes aplicados aos grupos que ultrapassem o limiar da densidade. As populações rurais são consideradas os grupos sociais que residem fora das zonas consideradas urbanas. (JACINTO; ALVES, 2006, p. 129).

Essa definição sobre o que se entende por um recorte de rural e urbano influencia na classificação portuguesa para esses referidos universos. Conforme Jacinto e Alves (2006 p. 129), a adaptação da metodologia da Comissão Europeia para o caso português em 2001 teve como objetivo definir o grau de urbanização do país. O espaço rural passou a ser designado como uma área pouco povoada, que não é urbano (contraposições dos espaços), sendo o rural o que é exterior às cidades. O rural é o espaço que está fora dos agrupamentos urbanos, corresponde à “população que vive em quadrículas contíguas com 1 km², cuja densidade populacional é igual ou inferior a 300 hab./Km² e a população residente total inferior a 5.000 habitantes.

O meio rural europeu passou por profundas mudanças desde o início do século XX e, sobretudo no período pós-segunda guerra mundial. A situação econômica, demográfica e social

dos países europeus aponta para grandes heterogeneidades e com uma diversidade que se expressa inclusive no interior dos países. No geral, ao longo do tempo ocorreu no meio rural um declínio lento, (França, Dinamarca, Itália) e uma significativa melhora (Suécia e sul da Inglaterra). Em um âmbito geral, a noção de inovação, as abordagens em parcerias e o desenvolvimento potencial endógeno local potencializaram uma espécie de entusiasmo moderado com os espaços rurais.

As políticas de desenvolvimento rural, as nacionais e as mais localizadas, privilegiaram uma diversidade de atividades econômicas no mundo rural, e não apenas as agrícolas, com especial destaque para o turismo rural. As políticas específicas de formação profissional aplicadas em países como a Dinamarca, Alemanha, Suécia ou a França tem produzido resultados no meio rural dos respectivos países.

O fenômeno que ocorre nesses países aponta especialmente para determinados grupos sociais: as populações não agrícolas ou que não se dedicam exclusivamente à produção animal e vegetal. Trata-se de grupos que, para manter suas condições de vida e os seus empregos, necessitam de políticas e programas que valorizem a vocação turística das localidades em que residem, como exemplo, regiões desfavoráveis a uma intensificação da agricultura e a existência de grandes explorações capitalistas, como as zonas montanhosas europeias. Essas zonas montanhosas, como exemplo em Manteigas (Serra da Estrela - Portugal) ou Theys, pequena aldeia francesa, situada a 600 metros de altitude, em território conhecido como “o balcão de Belledonne”, são localidades que estão abertas a necessidade das atividades complementares à agricultura ou a monoatividade no meio rural (como exemplo o turismo). No meio rural europeu, as atividades não-agrícolas (complementares ou suplementares à atividade agrícola) em grande medida são exercidas por agricultores que são marginalizados pelo processo de modernização agrícola. Para esses grupos, os rendimentos provenientes da exploração do turismo ou a comercialização de produtos oriundos da atividade agrícola possibilita a sua própria permanência no meio rural e até mesmo a continuidade (de indivíduos e famílias) na atividade agrícola.

No geral, o espaço rural português pode ser caracterizado pelo declínio do rural tradicional e agrícola (pautada na produção animal e vegetal). Uma síntese do mundo rural português pode ser apresentada por Cavaco quando afirma que:

Portugal exemplifica claramente a decadência dos espaços tradicionais ao longo do século passado. Depois dos máximos demográficos dos anos 30, mas, sobretudo dos meados do século, êxodo, emigração, secundarização da

atividade agrícola (pluriatividade e plurirendimento), abandono dos campos, extensão dos sistemas de cultivo, alargamento de incultos, florestação, multiplicação das ausências, já não apenas sazonais nem limitada aos espaços sazonais, despovoamento e abandono de lugares e aldeias, envelhecimento da população residente e, mais ainda da agrícola (CAVACO, 2014, p.78).

No mundo rural em questão (o português), as crises que há na atividade agrícola se deparam nas escalas locais com a dificuldade de permanência das famílias na atividade agrícola como atividade exclusiva. A possibilidade de novas inserções laborais e a valorização de empregos próximos as suas residências, como exemplo na indústria (minas, têxteis, pasta de papel), na prestação de serviços, na construção civil, etc., apontam para um conjunto de atividades concentradas nas vilas e cidades (sobretudo nas áreas litorâneas portuguesas) que secundarizam ou até retiram famílias e indivíduos da atividade agrícola.

O rural passa a significar mais propriamente um local de morada. Um dos fatores que fortalecem a permanência no meio rural é o custo de vida mais baixo no rural que nas cidades, mas não apenas. O referido fenômeno também está muito relacionado às novas formas de transportes (motos, caminhões, carros particulares etc.) que diminuem a distância entre o local de morada e de trabalho, ou o que Cavaco (2014) denomina de aproximação entre diferentes espaços de vida. Para a autora, a pluriatividade e os plurendimentos das famílias e dos indivíduos, a presença de distintos tipos de mobilidade espacial, a proximidade de aldeias, vilas e cidades, as migrações pendulares para os centros de serviços e de serviços, são fenômenos presentes no cotidiano português que diminuem as distâncias entre os espaços rurais e urbanos e dificulta a delimitação de fronteiras entre esses mundos, sobretudo, pelas intensas trocas materiais e simbólicas dos indivíduos que circulam entre eles.

Como um contraponto ao esvaziamento do mundo rural português, há um fenômeno específico referente à atração desse mundo como local de morada por parte de pessoas com origens urbanas. O rural passa a ser local de residência de novos habitantes de origem urbana em decorrência das “condições e quadros de vida- ambiente, segurança, convivialidade, modos de vida mais sustentáveis, urbanização (sociológica e física) das aldeias, fluidez da fronteira rural e urbano e desaparecimento do rural profundo (CAVACO, 2014, p.79).

Na experiência portuguesa, mesmo com o significativo êxodo rural e a progressiva diminuição dos residentes nesse mundo, há também a chegada de um conjunto de elementos que significam uma elevação das condições de vida dos indivíduos e famílias ali residentes: água encanada, luz elétrica, transporte (públicos e privados), eletrodomésticos, instituições educacionais (com destaque para as escolas e os infantários), serviços médicos, assistência às

peças da terceira idade etc., o que significa a possibilidade de ampliação da qualidade de vida dos residentes. Entretanto, a literatura portuguesa aponta para um contínuo processo de saída do meio rural com a ausência das pessoas materializada nas casas abandonadas (vazias e em ruínas), perceptíveis nas aldeias ou em residências geograficamente mais isoladas.

A migração campo-cidade (no âmbito nacional) e a imigração para distintos países (Inglaterra, França, Andorra, Liechtenstein etc), como um projeto (individual e familiar) para melhoria nas condições de vida, afastam os seres migrantes dos seus locais de origem e espaço de vida. Em experiências locais em Portugal, não é raro situações de solidão no meio rural, na ausência de familiares, vizinhos e amigos, que é sentido pelos que permanecem, principalmente, mas não apenas, os idosos. O rural representa também um isolamento geográfico e social. Há ausência dos familiares e amigos, mas também do carteiro, padeiro, vendedores ambulantes e até mesmo a ausência de determinados rituais religiosos em que as pessoas se encontram, socializam e trocam informações, como nas missas dominicais.

O rural português representa um mix de arcaicos e modernidade que coexistem. Por um lado, persistem uma produção agrícola camponesa baseada no autoconsumo, pequenas produções agrícolas, uma diversidade tradicional de cultivos, mas há também uma agricultura altamente tecnificada e apoiada em uma produção agrícola caracterizada por intensa modernização tecnológica, mecanização, uso de adubos químicos, sistemas altamente modernos de irrigação etc, que significa uma agricultura altamente capitalizada, direcionada principalmente aos mercados internos e externos. Trata-se de uma agricultura com alta produtividade e rendimentos e que pode ser considerada como experiências de sucesso no âmbito do capitalismo.

No âmbito geral, Portugal é marcado por profundas heterogeneidades que se expressam nas escalas locais. Algumas abordagens macro como o Norte português (minifúndio) e o Sul (latifúndio), a oposição campo e cidade (e as distintas relações entre ambos os universos), o litoral e o interior, traçam um perfil do país, mas não consegue exemplificar o conjunto de processos sociais existentes entre esses universos vistos como diferentes (mas, complementares). A existência de fronteiras que demarcam distinções entre os espaços nem sempre dá conta de abarcar os processos que ocorrem entre os mesmos. A própria migração pendular da força de trabalho do campo para a cidade e os ditos rurais consumindo bens materiais e simbólicos considerados urbanos fragilizam as fronteiras culturais entre campo e cidade. A permanência da dicotomia rural e urbana para fins estatísticos aponta para a mesma fragilidade e as limitações dessas classificações.

Os processos sociais em Portugal apontam para uma constante relação entre as ditas populações rurais e o meio urbano. Experiências espaciais específicas, como exemplo, o rural como local de morada, caso dos reformados/aposentados de origem urbana, adquirindo e renovando velhas residências para as férias ou residências secundárias ou alugam casas localizadas no campo para viverem um tipo de modo de vida mais bucólico, apontam para um tipo de relação entre mundos rurais e urbanos.

Determinadas experiências, tais como o turismo rural (e seus distintos tipos), agroindústria, prestação de serviços etc, apontam para uma diversidade, presente ao longo do tempo/espaço, tornando altamente complexo e complicado qualificar situações sociais tão heterogêneas. No geral, se há na experiência portuguesa fronteiras imaginárias entre o norte e sul, litoral e interior, é cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre o rural e urbano. Rural que cada vez mais incorpora bens e serviços ditos “urbanos” e cada vez mais passa por um processo de transformação de um espaço agrícola para um espaço de consumo.

A ideia do espaço de consumo será apresentada neste texto a partir de 3 (três) experiências e em pelos menos 2 (duas) perspectivas: I - Força da atividade agrícola como estilo de vida; II - o turismo rural; III - Importância do rural como espaço de vida (local de morada). O quadro 2 (dois) apresentará duas perspectivas distintas de gestão das propriedades rurais: espaços rurais agrícolas (força da atividade agrícola como produção) e consumo dos espaços rurais (força da atividade agrícola como estilo de vida).

Quadro 2: Gestão das propriedades rurais: duas perspectivas

Espaços rurais agrícolas Força da atividade agrícola como produção	Consumo dos espaços rurais Força da atividade agrícola como estilo de vida
Principais características	Principais características
<ul style="list-style-type: none"> - Forte peso da atividade agrícola (produção animal e vegetal); - A agricultura é praticada como uma atividade focada na produção e na geração de emprego e renda; - Atividade agrícola fomentada por políticas públicas no âmbito da Política agrícola Comum (PAC) e Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) – políticas específicas de apoio ao setor agrícola; - Necessidade de aumento da produção mediante a promoção da industrialização das tecnologias agrícolas; - Possibilitar um rendimento estável aos agricultores; - Assegurar a disponibilidade de produtos agrícolas para os consumidores a preços acessíveis; - Garantia de competitividade nos mercados agrícolas; - Produção agrícola tem maior destaque que as questões ambientais; - Perspectiva da terra como produto (produtivista). 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte peso das atividades agrícolas como um estilo de vida; - A agricultura tem uma finalidade recreativa ou como um dos elementos determinantes de um estilo de vida rural, marcada por uma maior proximidade com a natureza (preservacionismo da fauna e flora), hábitos saudáveis de consumo e de vida; - O fenómeno ocorre de forma espontânea; - As pequenas famílias de agricultores ultrapassam uma visão do rural convencional ligado estritamente à produção e passam a ver o rural a partir da transição do rural convencional de produção a noção de rural multifuncional; - Implicitamente contesta o domínio estrito dos valores de produção (estritamente agrícola) com o surgimento de um <i>mix</i> de valores de consumo dos espaços agrícolas e de proteção; - Novos padrões de gestão das terras agrícolas. Famílias que tratam a agricultura como estilo de vida têm outras prioridades que a geração de renda com a gestão de sua propriedade. A gestão da propriedade surge como uma oportunidade para valorização ou a manutenção de funções ambientais e de amenidades, que é esperado de uma paisagem, sobretudo, mas não apenas, de pessoas oriundas das cidades que desejam contemplar uma paisagem rural (não raro uma visão idealizada da referida paisagem).

Fonte: BAPTISTA, (2009); Encontro dos Grupos de Pesquisa e Trabalho de Campo no âmbito do IX Congresso da Geografia Portuguesa-Évora (ALENTEJO) (2013); CAVACO, (2014); Pesquisa de Campo (2014).

Esses novos tipos de agricultores, que apropriam do rural como espaços de consumo e expressão de estilos de vida são residentes em áreas rurais e isso tem impactado nas estruturas sociais e de sua própria comunidade rural de destino. Em Portugal, as primeiras experiências nesse sentido se dão ao longo dos anos 90, principalmente nas pequenas propriedades nos arredores de Montemor-O-Novo (Distrito de Évora na região do Alentejo). Os processos sociais estão em distintas fases ao longo do território português, assumindo, portanto, distintas relevâncias nas escalas locais, mesmo por se tratar de experiências pontuais. Entretanto, pode-se observar uma mudança no âmbito de uma expansão da agricultura como estilo de vida e também um reconhecimento deste novo tipo de gestão da terra agrícola, que se difere dos

agricultores comerciais por centrar na qualidade de vida, a proximidade e necessidade de preservação da natureza e a produção de alimentos mais saudáveis (estilo de vida e consumo).

A gestão das propriedades rurais em Montemor-O-Novo na experiência portuguesa podem ser caracterizadas por: I - Processos bottom-up (De baixo para cima); II – Possui baixíssima ou até mesmo ausência de uma organização formal; III – Experiências que apresentam novas formas e gestão das terras agrícolas e novas formas de agricultura (mais preservacionista); IV – Baixa ênfase na comercialização ou a criação de uma ligação direta e próxima com o consumidor (perspectiva pós- produtivista); V – Novos agricultores como estilo de vida usa seu poder de compra nas áreas rurais; VI - Trata-se de formas locais de ocupação do rural relativamente novas em contraponto as formas convencionais de exploração das propriedades agrícolas; VII

– Surgimento de novas formas de relações sociais entre os agentes sociais envolvidos nas iniciativas (no âmbito local) e outros agentes locais (urbanos e rurais); VIII – Processos que envolvem gestores das terras agrícolas, mas que não se condisseram necessariamente agricultores no sentido *stricto sensu* da palavra. Os novos agricultores, são geralmente, tem uma qualificação (educação formal não necessariamente ligada à agricultura) e detêm níveis de riqueza pessoal ou de rendimentos que possibilita a compra de uma pequena propriedade.

Um dos principais fatores que induz o processo de mudança está associado a valores generalizados na sociedade baseado no bem-estar, saúde, ambiente e a natureza. Nesse âmbito, a agricultura surge como um estilo de vida. O referido estilo de vida é viabilizado pelo aumento da possibilidade de acesso a terras nas áreas rurais e a possibilidade de mobilidade dos indivíduos que residem nessas áreas e podem transitar pelas áreas urbanas, apropriando da possibilidade de escolha do melhor entre os dois mundos, como exemplo, vida tranquila na área rural e acesso aos médicos nas áreas urbanas.

Os avanços nas tecnologias de informativa também viabiliza o trabalho em casa. Esse fator é um dos elementos que facilita a divulgação do turismo rural. O turismo rural tem sido um dos fatores de revitalização de áreas propensas ao abandono da atividade agrícola ou até mesmo a diversificação social (pessoas urbanas atraída pela vida no campo).

A manutenção das florestas, uma atividade agrícola menos impactante, como exemplo, os vinhedos no Alentejo, a preservação de casas que mantém a arquitetura das aldeias, são alguns exemplos que impacta no dinamismo econômico local e fortalece um rural como espaço de consumo muito organizado para receber famílias com trajetórias de vida associadas ao

urbano. Entretanto, trata-se de processos muita das vezes distintos: famílias que apenas buscam o rural como estilo de vida e outras que somado a isso organizam suas propriedades para atender as demandas do turismo rural.

Com um plus ao fenômeno, há fortes impactos nas escalas locais na medida em que novas pessoas com ideias inovadoras são introduzidas no meio rural criando novos dinamismos e novas redes, mais fortes e consistentes que a pequena agricultura convencional praticada pelos habitantes tradicionais locais.

A diversificação das funções da terra é uma alternativa para permanecer no lugar como trabalho, morada ou ambos. Ou seja, novos agentes que escolhem a agricultura como um estilo de vida baseada em uma escolha não pautada em iniciativas comunitárias, iniciativas locais ou do poder público.

Esse crescimento da agricultura como um estilo de vida surge como um movimento de agentes que veem o setor agrícola para além de uma perspectiva estritamente produtivista. Tanto que essa referida abordagem tem sido desenvolvida sem uma regulamentação do poder público e sem uma monitorização dos agentes decisórios nas políticas agrícolas.

Por outro lado, essa mudança de olhar sobre o rural tem tido como resultado um maior cuidado com a paisagem física e a ampliação de uma consciência ambiental (preservacionista) que se opõe aos grandes cultivos de laranja ou as grandes plantações de oliveiras. Sobretudo, mas não apenas, as grandes plantações de oliveiras são tidas como uma das principais ameaças ao meio ambiente no Alentejo (região sul). No geral, o impacto resultante da plantação maciça de oliveiras de forma intensiva é um dos problemas presentes no território português de norte a sul, marcando uma substancial perda da flora e fauna – perda da biodiversidade.

Os cuidados com a paisagem rural têm sido sobrevalorizados pelo mercado imobiliário (setor residencial). Casas rurais próximas às áreas de pequenas explorações agrícolas tendem a ser mais valorizadas. Ou seja, o verde agrega valor aos preços das casas rurais. Áreas verdes e pequenas propriedades para exploração agrícola são bens valiosos, principalmente para famílias que decidem ter uma segunda residência, mas distante das áreas de uso exclusivo comercial. São famílias que buscam a agricultura como estilo de vida ou rural apenas como lugar de morada atraídas por um modo de vida mais próximo ao verde e a tranquilidade que o campo supostamente possa oferecer. Nos arredores de Coimbra (norte) e Alentejo (sul) um dos fatores de revitalização dos espaços rurais se dá pela chegada de famílias com trajetórias de vida na cidade, sobretudo, mas não apenas os reformados (aposentados).

Os espaços rurais passam a registrar uma nova dinâmica demográfica, econômica, social e ambiental, de origem exógena, com a chegada de famílias que buscam modo de existência no campo distinto dos modos de vida urbano. É um rural como lugar de uma segunda residência ou residência principal para os reformados (aposentados) portugueses e de outros países europeus (Holandeses, Ingleses, luxemburgueses etc.).

Quadro 3: Rural como lugar de morada e espaço de consumo: três experiências em Portugal

Localidades	Principais características
Coimbra (norte-litoral)	<ul style="list-style-type: none"> - Rural como lugar de morada; - Força do rural como uma forma de habitar (qualidade de vida e saúde mental); - Profissionais liberais e funcionários públicos que residem nas aldeias e trabalham em Coimbra; - Rede de transportes públicos, baratos e de qualidade que facilitam o deslocamento cotidiano – rural (lugar de morada) e Cidade (lugar de trabalho); - Difusão da informação (telefone portátil, televisão por cabo e internet) que diminuem o isolamento e o acesso à informação; - Atividade agrícola é residual (cultivos de oliveiras e uvas nos fins de semana ou feriados).
Montemor-o-Novo (sul-interior)	<ul style="list-style-type: none"> - Rural como lugar de morada, trabalho ou ambos; - Sentimentos de rejeição a cidade, dos lugares urbanizados, dos meios cimentados, das imobilidades e lentidões; - Desejo de contato com a natureza, espaços verdes tranquilos (com luz e silêncio); - Acesso aos lugares com outras qualidades estéticas distintas do urbano: paisagens com qualidade visual e emocional (a atração do verde e o verde como cenário para a vida); - Proximidade ao verde e a qualidade de vida; - Atração pelos espaços rurais valorizando uma natureza domesticada (“bem comum); espaço-paisagem, espaços a serem preservados (pitoresco) e belo (plantações – frutíferas e de embelezamento das paisagens).
Algarve (Sul-Litoral)	<ul style="list-style-type: none"> - O rural como lugar de morada e trabalho; - O verde e o ecológico com elemento de diferenciação no mercado turístico; - Local de residência de estrangeiros predominantemente reformados (aposentados); - Destino dos russos, luxemburgueses, holandeses, ingleses etc. que buscam o clima ameno, a beleza das praias, residências rurais com jardins e uma paisagem atraente (atração pelo verde); - Segunda residência de famílias portuguesas e de outros países com alto poder aquisitivo que contrasta com o turismo de massa atraídas pelas praias e pelo consumo de massa;

FONTE: BAPTISTA, (2009); Encontro dos Grupos de Pesquisa e Trabalho de Campo no âmbito do IX Congresso Da Geografia Portuguesa-Évora (ALENTEJO) (2013); CAVACO, (2014); Pesquisa de Campo (2014).

As três experiências no quadro 3 (três) tratam do rural enquanto espaço de consumo e não estritamente como espaços de produção. São os aglomerados rurais que tendem a ser dissociados dos espaços estritamente agrícolas que os rodeia. Os campos de cultivo devem dar lugar ao campo. Esse campo sem os trabalhos e os dias restritos as atividades agrícolas e ainda menos sem a pobreza das sociedades rurais tradicionais como há no “Portugal profundo”. Esse

campo é entendido como lugar da natureza, das paisagens e cenários. Essa visão se distância da terra como recurso (espaço de produção). Se os agricultores portugueses são cada vez menos numerosos (CAVACO, 2009), menos significativos no contexto da estrutura social geral e com menor rendimento, o abandono das casas rurais é mitigado pela chegada dos “novos rurais” com uma visão até mesmo idealizada sobre o rural: da natureza a ser preservada e a atividade agrícola como uma atividade secundarizada ou inexistente. Viver em um espaço rural da convivência aldeã, da disponibilidade de grandes casas e quintais, da calma, isolamento e tranquilidade. Viver em um rural que a natureza possa ser comercializada, admirada, preservada e consumida pelos urbanos.

Considerações finais

Na experiência portuguesa, os estudos rurais têm retratado consideravelmente o declínio e, até mesmo, o desaparecimento da produção agrícola e a desconexão entre espaços, atividades produtivas e populações rurais.

Este declínio seria tanto econômico, quanto demográfico e cultural. Com a entrada do país em uma escala econômica e social mais ampla, a União Europeia, houve uma nova direção para o rural português: a ambientalização e a patrimonialização. Entretanto, essa direção não representou efeitos significativos tanto nos aspectos demográficos quanto produtivos. Com um efeito contrário, este referido processo contribuiu para uma transformação do rural como a ser consumido e até mesmo viver (local de morada), diminuindo inclusive as atividades produtivas no meio rural. Nesse sentido, o renascimento do rural ou o processo de contra urbanização identificados em outras experiências, como na França, não tem a mesma expressão para o caso português. Há na experiência portuguesa uma migração urbano-rural, mas são casos pontuais que estão ligados a determinados grupos, sobretudo o retorno de migrantes portugueses ou estrangeiros reformados (aposentados) que optam por viver em aldeias e vilas portuguesas. Há uma heterogeneidade maior nos grupos que retornam ou optam por viver no mundo rural, mas merece destacar uma motivação ideológica relacionada a indivíduos ou famílias que desejam mudar de vida e ter um modo de vida rural, mas não necessariamente dedicando full-time a produção agrícola.

Diante de situações plurais, a presença de novos rurais ou dos retornados tem tido como um dos efeitos a revitalização dos lugares, dentre eles, com as melhorias das residências.

Mesmo que pontual, também tem sido identificado um processo de dinamização do rural contrário a uma perspectiva de desertificação humana. Em um país em que houve forte mobilidade espacial do campo para a cidade, concentrando-se, sobretudo na área litorânea, a presença desses grupos sociais no rural e no interior tem sua relevância na medida em que se trata de lugares fortemente atingidos pelo processo de desertificação.

Parte dessa migração rural-urbana deu-se por uma visão negativada da agricultura, vista principalmente como atrasada e pouco produtiva, somada aos processos de modernização e industrialização que ocorreram rápido e condensadamente, sobretudo na faixa litorânea portuguesa. A migração em busca de melhores condições de vida e empregos nas indústrias e nos serviços contribuiu para o envelhecimento das populações dedicadas à agricultura. Com os processos de exclusão dos agricultores dos processos de modernização, o rural português tende a ser cada vez mais local de morada de reformados, dos idosos.

Mesmo considerando a diversidade de agentes e atores e fatores ligados à migração ou ao retorno, é importante assinalar que na conjuntura da crise econômica há iniciativas em Portugal motivadas a dar resposta estruturais ao despovoamento de grande parte do território português, sobretudo no interior e no rural, entretanto, no rural permanece ocorrendo os fenômenos de envelhecimento populacional, perda da centralidade das atividades agrícolas e uma configuração enquanto espaço de consumo.

Referências

BAPTISTA, F. A agricultura e a questão da terra: Do Estado Novo à Comunidade Europeia. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXIX (4.º), n. 128, pp. 907-921, 1991.

_____. **Agricultura, Espaço e Sociedade Rural**. Lisboa: Fora de Texto, 1993.

_____. Territórios de baixa densidade: olhares e prospectivos.in: In: BAPTISTA, F. **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. Promeça-a-Nova: CCD, 2009.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris** (Campinas), v. 02, p. 9-39, 2008.

CARNEIRO, I. O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer... A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para **uma Política de**

Desenvolvimento Rural em Portugal. In: Conferência políticas públicas para o desenvolvimento, 2005, Lisboa.

CAVAVO, C. Os espaços rurais como espaços de via: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: BAPTISTA, F. **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança.** Proença-a-Nova: CCD, 2009.

_____. **Do despovoamento rural ao desenvolvimento local.** Programa das Artes e Ofícios Tradicionais. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1994.

DOMINGUES, A. **Vida no campo.** Porto: Dafne Editora. 2011.

FIGUEIREDO, E. (coord.). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro.** Castro Verde: Luz, 2011.

KAYSER, B. **La renaissance rurale,** Paris: A. Colin, 1990.

MARSDEN, T. Beyond Agriculture: regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11, n. 3, pp. 285-296, 1995.

MATEUS, A. (coord.). **25 Anos de Portugal europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. **Recherches Sociologiques**, vol. XX, n. 3, pp. 331-350, 1989.

MORENO, L. **Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental as orientações coesivas para um meio rural inovador:** Caminhos e Caminhantes. Lisboa, 2007.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SMZRECSANY, I.; QUEDA, A. **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo. ed. Nacional, 1979, p. 03 – 14.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.A.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

CAPÍTULO 5

SEGURANÇA ALIMENTAR: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL

Ana Cecília Guedes¹¹; Adevan da Silva Pugas¹²; Elicardo Heber de Almeida Batista¹³;
Paulo Roberto Cardoso da Silveira¹⁴

1 - Introdução

De maneira geral pode-se afirmar que a humanização do homem se deu a partir da socialização de suas estratégias de sobrevivência coletiva e, nesse sentido, a quantidade e qualidade da alimentação sempre tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de formas sociais mais avançadas. A história nos mostra que grandes impérios se formaram condicionados pela segurança alimentar de toda sua população.

Neste contexto a temática da segurança alimentar tem sido amplamente discutida devido ao agravamento dos índices de fome e desnutrição no Brasil, tendo recebido destaque cada vez maior no cenário político nacional e internacional. No entanto, existe uma disputa em torno do conceito de segurança alimentar tanto em termos de definição como de estratégias para atingi-la, como também pela necessidade de se explicar o enfoque de segurança alimentar a ser adotado

¹¹ Doutora em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: ana.cecilia@uemg.br

¹² Mestre em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC. E-mail: vanpugas@gmail.com

¹³ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

¹⁴ Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Professor da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA- Campus de Itaquí. E-mail: pres1064@yahoo.com.br

em cada trabalho (MALUF, 2007).

Este trabalho buscará debater sobre a temática da segurança e soberania alimentar. Busca-se, apontar em que medida a Extensão Rural vem trabalhando aspectos relacionados à segurança alimentar e quais políticas governamentais voltadas à população rural são efetivas na temática. Para dar conta dessa proposta primeiramente, serão destacados alguns conceitos e noções que darão base a este trabalho. Assim, debater-se-á segurança e soberania alimentar, mais especificamente quando e porque surgiram estes conceitos. Em seguida, discute-se a questão referente às políticas públicas que contemplam esta temática e por fim, as relacionar com o trabalho da Extensão Rural, discutindo questões referentes às práticas educativas de educação popular, para viabilização da segurança e soberania alimentar.

2. Revendo os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar

Segundo Belik (2003), há diferentes origens e interpretações para o conceito de segurança alimentar. Em países desenvolvidos e com grande produção agrícola o termo pressupõe aumentar barreiras a importações e aumentar os preços dos alimentos. Já em países subdesenvolvidos utiliza-se este conceito para tabelar preços e impor pesadas perdas aos produtores agrícolas. Também a segurança alimentar é referenciada para legitimar interesses particulares como aumentar a destruição do meio ambiente ou a destruição de hábitos culturais de uma população.

Realizando-se então, um resgate cronológico do conceito de “Segurança Alimentar” contata-se que ele surge na Europa durante o final da Primeira Guerra Mundial ligado à segurança nacional frente à situação de guerra que estava instaurada no continente, evidenciando que o fornecimento de alimentos poderia ser uma arma poderosa na dominação de um país sobre o outro, visto que se apontava “[...] para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos” (MALUF, et al., 2006, p. 35).

No ano 1943, durante a Conferência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que ocorreu nos Estados Unidos, foi proposto a criação de uma organização governamental de apoio a agricultura e alimentação, que deu origem à Food and Agriculture Organization- FAO. Cabe ressaltar, porém, que durante este período a questão alimentar esteve intimamente ligada à capacidade de produção de um país o que se manteve até a década

de 1960 (BONFIM, 2006).

Entretanto, o conceito de Segurança alimentar se consolidou mundialmente apenas a partir do período da escassez de alimentos entre os anos de 1972 e 1974 e dos acordos estabelecidos na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974. Nesta época, argumentava-se que a diminuição da fome e da desnutrição seria vencida apenas com um aumento intensivo da produção de alimentos, o que ajudou a fortalecer o uso intensivo de máquinas agrícolas e adubos químicos durante a Revolução Verde (MALUF et al., 2006).

Segundo Chonchol, além destes elementos, os conflitos políticos também ajudaram a agravar a situação alimentar em diversos países como destaca abaixo o autor (2005, p. 35):

Nos anos 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados, sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos políticos. Nos anos 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações.

Em virtude de fatos como este, no ano de 1983, a FAO redefiniu o conceito de segurança alimentar baseado em três pilares: oferta de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos. Já no início da década de 90, o termo segurança alimentar volta a ser redefinido, incorporando a ideia de alimento não contaminado, ressaltando a dimensão da qualidade. Isso ocorre tanto no plano governamental como no universo teórico, seja no Brasil ou no âmbito internacional, tratando-se de um conceito em construção no decorrer do tempo (SILVA, 1995).

No Brasil, os primeiros subsídios ao tema da segurança alimentar vieram da proposta intitulada Política Nacional de Segurança Alimentar, formulada por Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do chamado Governo Paralelo, através de um projeto do Partido dos Trabalhadores (MALUF, et al., 1996) e da Campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, lançada em 1993.

Ao conceito de segurança alimentar, formulado neste documento inicial, foram agregadas propostas, as quais permitiram a elaboração de uma abordagem onde se consideravam as causas históricas da fome e sua relação com os padrões de desenvolvimento macroeconômico, particularmente na observação dos níveis de emprego e salários vigentes na sociedade (MALUF, 1996).

Diante das indefinições do conceito, no ano de 2006 é instituída a Lei Nº 11.346, a qual definiu que a Segurança Alimentar e Nutricional consiste:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Já o conceito de soberania alimentar começa a ganhar destaque no início da década de 1990, surgindo como uma proposta dos movimentos sociais a fim de direcionar a produção de alimentos e a agricultura. Tais movimentos não concordavam com as políticas agrícolas impostas pela Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Este movimento ganhou força principalmente a partir da Cúpula Mundial da Alimentação que ocorreu no ano de 1996, no qual se buscou uma definição para o que seria soberania alimentar, chegando-se a este conceito:

É o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

Deste modo, pode-se afirmar que alimentação saudável e de qualidade é um direito de todos os seres humanos, devendo ir além de aspectos econômicos, políticos ou culturais. A luz deste direito vislumbra-se o conceito de Soberania Alimentar, o qual remete a um conjunto de relações que permita a população o direito de definir suas políticas agrárias e alimentar, garantir o abastecimento dos povos e proteger o meio ambiente e sua produção (MEIRELES, 2004).

O que se pode observar é que as questões ligadas à segurança ou soberania alimentar possuem um foco de interesse diferente quando se trata do modelo econômico e de agricultura. Verificando-se assim que há certa disputa e confusão teórica na formulação dos conceitos de segurança e soberania alimentar. Mas, de um modo mais específico esses conceitos se relacionam por tratarem da produção e consumo de alimentos, questões estas que têm vínculo político, econômico e social (MAZZEI, 2007).

3. Políticas Públicas para Segurança Alimentar no Brasil

3.1 Políticas Públicas anteriores a 1990

No Brasil, na década de 1930 foram elaborados os primeiros inquéritos alimentares, coordenados por Josué de Castro - um dos fundadores da FAO – o qual denunciou a situação de fome, apontando causas (econômicas) e efeitos desse fenômeno. Segundo ele, no Brasil, “a fome é endêmica (e não epidêmica): alimentação abaixo do necessário por falta de alimentos vitais, embora os famintos vivam em ambientes com abundância de tais alimentos” (BONFIM, 2000, p.1).

A partir das conclusões do estudo de Josué de Castro, foi criado o Serviço Central de Alimentação, pelo decreto lei nº1. 469 de 1 de agosto de 1939. Já no ano de 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, que tinha como foco central ajudar a melhorar a alimentação dos trabalhadores, visando melhorar sua capacidade no trabalho, através da uma nacionalização de hábitos alimentares com baixo custo (ANDRADE, 2008).

No ano de 1945, com a função de definir a Política Nacional de Alimentação foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Em janeiro de 1946 fundou-se o Instituto Nacional de Nutrição (INN), o qual era dividido em quatro seções: Pesquisa Biológica, Pesquisa Social, Educação Alimentar e Patologia Clínica (SILVA, 1995).

Em 1952, visando auxiliar na expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos e no apoio à indústria de alimentos, elaborou-se o Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição (ANDRADE, 2008).

No ano de 1962 foi fundada a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL que tinha como função a execução dos planos e programas de abastecimento oferecidos pelo governo, os quais previam a comercialização de gêneros para suprir áreas insuficientemente atendidas, competindo com o regime privado. No ano de 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o qual tinha como função auxiliar o governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, (SILVA, 1995).

E no ano de 1979 foi criado o mais antigo programa de alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – o qual até no ano de 1988 tinha um aspecto assistencialista e assegurava alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental público.

3.2 Políticas Públicas para alimentação pós 1990

No início dos anos 90 se ampliou a adoção da noção de Segurança Alimentar como referência das políticas nos vários níveis da administração pública em nosso país. A partir de 1991, o Governo Paralelo, coordenado pelo Partido dos Trabalhadores, elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, visando gerar propostas alternativas para a obtenção da segurança alimentar, tal proposta foi assumida no ano de 1993 pelo então presidente Itamar Franco, tendo como consequência a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuindo então para a introdução da questão agroalimentar e da fome na agenda prioritária da política nacional (MALUF, 1996). O CONSEA foi extinto nos primeiros dias do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC sendo que, esta pausa na experiência atrasou sua consolidação e o aprofundamento da proposta política.

O presidente FHC lança então, o Programa Comunidade Solidária, alterando a forma de enfrentamento do problema da fome e da miséria no país. Uma das principais características deste programa era a compreensão de que era necessário mobilizar a população e gerar ações coletivas visando melhoria da renda. Em detrimento disto, foi colocada uma enorme expectativa sobre este Programa, entretanto com o agravamento da crise social de meados de 1996, ficavam evidentes os limites desta ação governamental em garantir o direito à alimentação. Esta ineficácia se deu diante do descompasso e falta de diálogo entre diferentes setores do governo da época. De um lado, o Conselho da Comunidade Solidária, recusava-se a avaliar, debater e propor políticas de Governo, e de outro, a Secretaria Executiva promovia a articulação e a extensão de um conjunto de programas federais, para municípios considerados carentes utilizando critérios baseados em indicadores econômicos e de saúde infantil (VALENTE, 2001).

No ano de 1999, é aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) como integrante da Política Nacional de Saúde. Os eixos de ação, definidos foram: produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudável (MALUF, 1996).

Os governos de Luis Inácio Lula da Silva que tiveram início no ano de 2003 assumiram entre as pautas principais de sua gestão a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à Fome. O projeto destaque durante seu primeiro governo foi o Programa Fome Zero, que visou assegurar, a pessoas com dificuldade de acesso, o direito humano a uma alimentação adequada

(TAKAGI, 2010).

Outra ação do governo que mereceu destaque foi a criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – (MDS) buscando combater a fome, além de visar a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional. Além destes, outro programa que merece destaque é o Bolsa Família o qual fornece uma renda adicional que permite maior consumo de alimentos em quantidade e qualidade, resultando em índices positivos na questão da segurança alimentar dos seus beneficiários (BAPTISTELLA, 2012).

Também no ano de 2004, foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, onde foram apresentadas as diretrizes que promoveriam uma mudança no campo político. Uma ressalva importante sobre as políticas de segurança alimentar é o fato de que durante o governo Lula o CONSEA foi restituído, visando ampliar o debate setorial sobre essa temática e convocar a II Conferência de SAN, a qual deliberou pela criação, em setembro de 2006, da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006). A LOSAN é resultado de uma grande mobilização que envolveu a sociedade, o Governo e o Parlamento.

No ano de 2007, realizou-se a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual aprofundou a discussão sobre um modelo de desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar no país. A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi realizada no ano de 2011, abordando a temática “Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos”, momento em que, mais uma vez, foram contextualizadas as diretrizes da PNSAN para promover o direito efetivo de todos à alimentação.

3.3 O Enfoque da Segurança alimentar na Extensão Rural

No Brasil os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater tiveram início no final da década de 1940, objetivando a melhoria das condições de vida da população rural e o apoio ao processo de modernização da agricultura (BRASIL, 2004). Durante o período da ditadura militar sob a presidência de Ernesto Geisel foi implementado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater serviço este que era coordenado pela Embrater. No início da década de 1990, sob a presidência de Fernando Collor, a Embrater acabou sendo

extinta devido a crises financeira do país e da extensão rural, o que acarretou a ausência de coordenação nacional da Sibrater. Com o processo de afastamento do Estado do serviço de Ater, houve uma diminuição da oferta de serviços públicos aos agricultores familiares, principalmente nas áreas de maior precariedade econômica, contribuindo para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo.

No ano de 2003, sob o governo do presidente Lula, os serviços de Ater passaram a ser coordenados pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Pode-se destacar que neste período surge uma nova Ater preocupada com assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. Para isto, a Política Nacional de Ater foi:

(...) construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, (...) tem-se, agora, um cenário bastante favorável para a implementação de uma Política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais (PNATER, 2004).

Neste sentido, as ações da Ater pública devem auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania.

No Rio Grande do Sul, a EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e a ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, enquanto agentes de extensão rural, atuam como instrumentos de implementação destas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, agindo em parceria com universidades, prefeituras, escolas e comunidade em geral (EMATER, 2006).

O objetivo do trabalho de ATER é buscar a segurança e a soberania alimentar, a partir de ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola em quantidade e qualidade suficientes e preservando o meio ambiente. Além de “informar, orientar e qualificar agricultores familiares e públicos especiais sobre os cuidados que devem ser tomados com relação ao alimento e à alimentação, tanto o consumido por eles quanto os alimentos que serão comercializados” (TONIAL, 2006, p. 27).

Segundo Tonial (2006) as ações desses agentes de Ater no estado visam educar para a produção e o aproveitamento integral dos alimentos, o resgate e a manutenção das culturas alimentares, orientar para produção orgânica, aumentar o consumo de alimentos saudáveis e a

manutenção da biodiversidade, criando e executando espaços e políticas públicas estruturantes de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Além disso, estas ações visam influenciar na qualidade dos alimentos e na sustentabilidade das práticas de produção, bem como estimular o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. Já no que se refere à educação alimentar, incrementaram-se as capacitações de merendeiras, prática que, por hora, contempla as perspectivas de educação nas escolas em consonância com a Alimentação Escolar e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA (RELATÓRIO EMATER, 2012).

Entre as políticas públicas que visam garantir a segurança alimentar e nutricional, assume destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual serve de estímulo à produção dos agricultores familiares, pois incentiva a diversidade de alimentos e o incremento na qualidade, os quais devem enriquecer o acesso a uma alimentação mais saudável aos alunos das escolas públicas.

De acordo com Maluf (2006, p.31),

(...) O potencial do PNAE, quando dirigido para os pequenos e médios fornecedores locais (entre os quais se encontra a agricultura familiar), torna-o um poderoso instrumento promotor de dinâmicas econômicas locais. Para tanto, é preciso que o programa seja orientado nessa direção e que haja instrumentos adequados [...] assim, como se requer que as esferas estadual e municipal de governo se comprometam com o referido enfoque de direito de cidadania das crianças atendidas pelo programa.

A EMATER trabalha como parceira no desenvolvimento das ações do PNAE, realizando capacitações com extensionistas e produtores, orientação aos agricultores e suas organizações de como acessar aos programas, bem como no planejamento do processo de produção, logística do transporte e da comercialização. É neste contexto de trabalho de ação integrada da EMATER com outras instituições (neste caso a Universidade), que busca-se resultados tanto na educação quanto na reeducação alimentar, no aproveitamento integral dos alimentos e na inclusão de produtos tradicionais da agricultura familiar na alimentação dos estudantes das escolas públicas. A este respeito, podemos destacar o projeto “O desafio da erosão cultural alimentar: espaços de aprendizagem em escolas urbanas e rurais”, o qual foi desenvolvido no âmbito dessa política pública.

4. Parcerias institucionais em busca da segurança e soberania alimentar

4.1 O Processo de Erosão Cultural Alimentar

As mudanças societárias tiveram grande impacto nos hábitos alimentares. A diminuição do tempo dedicado às refeições e o apelo comercial das empresas agroalimentares para o consumo de produtos industrializados têm causado um empobrecimento na dieta da população. O elevado consumo de gorduras, principalmente as saturadas, alimentos de origem animal e açúcar simples, a diminuição do consumo de carboidratos complexos, grãos, leguminosas, hortaliças e frutas, entre outras incoerências alimentares, acabam por acarretar uma série de complicações para a saúde da população, com destaque para problemas cardíacos, circulatórios e principalmente a obesidade, considerada o principal problema de saúde pública no Brasil (FRANCISCHI et al., 2000). Em decorrência disso, os problemas associados a dietas inadequadas acabam por onerar também o sistema público de saúde.

Entre os agricultores, que a priori são produtores de alimentos, a insegurança alimentar não é uma questão irrelevante. Balem e Silveira (2005), enfatizam dois aspectos centrais da precarização dos hábitos alimentares dos agricultores, particularmente os agricultores familiares: a) o fenômeno que se convencionou chamar de urbanização do rural e; b) o modelo agrícola adotado nas últimas décadas no Brasil. Como consequência destes dois processos temos que os agricultores priorizam cultivos para o mercado, geralmente commodities, que relegam a segundo plano, ou mesmo abandonam, a produção para o autoconsumo da família agricultora.

Neste contexto, forma-se o que os autores acima, conceituam por erosão cultural alimentar, como sendo:

O processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que denominamos de erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente e alicerçada na cultura do agro e a adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos (BALEM E SILVEIRA, 2005, p. 4).

O cenário que se desenha é de uma crescente insegurança alimentar causada pela erosão cultural alimentar, tanto no meio rural como no urbano. É aconselhável que sejam tomadas atitudes no sentido de reverter esse quadro, através da informação e formação das novas gerações, tanto para o resgate dos valores perdidos como para criação de novos valores relativos à alimentação. Essa é a questão principal deste trabalho desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria e a EMATER.

4.2 As atividades desenvolvidas

O Projeto “O Desafio da Erosão Cultural Alimentar: espaços de aprendizagem em escolas rurais e urbanas” vem sendo executado desde o ano de 2011 pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade – NEPALS, coordenado pelo Prof. Paulo Roberto Cardoso da Silveira, em parceria com a EMATER/ASCAR-RS, (a qual atua através de seus extensionistas, acompanhando e assessorando a comunidade) e com participação das prefeituras municipais (representada secretarias de educação e nutricionistas). A iniciativa é desenvolvida junto às escolas urbanas e rurais dos municípios de Faxinal do Soturno, Novos Cabrais e Santa Maria.

A escolha do espaço escolar deu-se pela capacidade do projeto, desenvolvido nas escolas, de atingir diferentes públicos, alunos (contestar hábitos e práticas alimentares), professores (para prepará-los ao agir pedagógico diferenciado que incorpore o conteúdo alimentação nas diferentes disciplinas) e comunidade – mães (para resgatar e valorizar práticas do passado e incentivar uma produção diferenciada). E porque nesses espaços, a utilização de pequenos recursos, como adoção de hortas e sementeiras, pode auxiliar na educação alimentar, e permitir a troca de conhecimentos e sensibilização para ação escola-comunidade.

O objetivo central deste projeto consistiu em educar as comunidades escolares urbanas e rurais no sentido de compreender o processo de erosão cultural alimentar e suas consequências na dieta contemporânea, sensibilizando o público para ações em prol da qualificação das práticas alimentares e de segurança alimentar. A iniciativa foca nas mudanças dos hábitos e práticas alimentares ocorridas ao longo das últimas décadas, processo no qual a alimentação têm se aproximado progressivamente a práticas antes consideradas urbanas, com a predominância dos produtos industrializados (processados e ultraprocessados) e abandono dos produtos “in natura”.

Para a viabilização da iniciativa, muitas ações foram desenvolvidas utilizando-se da metodologia de pesquisa-ação, a qual segue o conceito de simetria discursiva (o diálogo entre os pares ou grupos), desenvolvido por Paulo Freire. A partir desta noção, tem-se que as práticas ocorrem através de diálogos, interações entre os educandos e conhecimentos partilhados com o educando e não somente direcionado a ele, ao passo em que priorizaria a sua inserção no processo educativo (FREIRE, 1960).

As atividades começaram a ser desenvolvidas no primeiro semestre de 2011. A primeira etapa foi de apresentação do projeto e visou à explicação das ações por meio de espaços de debate, oficinas pilotos e seminários, além do planejamento e agendamento para os próximos encontros. No mesmo ano realizou-se também aplicação de oficinas, para a geração de materiais didáticos a fim de que as escolas pudessem trabalhar a questão da erosão cultural alimentar com a sua comunidade escolar. Ao final deste ano, na Universidade Federal de Santa Maria, foi realizado um seminário de integração, contando com a participação dos professores de todas as escolas envolvidas no projeto.

Já no ano de 2012, visando retomar as atividades do projeto, foi realizada uma reunião de planejamento a qual teve por objetivo central a idealização das ações pelo coletivo para o ano e a escolha dos temas a serem abordados nas oficinas, que foram: “Alimentação e Saúde”, “Agricultura Orgânica” e “Agrotóxicos”. Neste ano também foram realizadas mais atividades práticas abordando a alimentação e a criação de uma horta, visto que o coletivo entendeu como mais adequado trabalhar com atividades práticas do que com atividades teóricas, considerando que os alunos eram de séries iniciais. A metodologia utilizada em cada oficina buscou seguir os três momentos pedagógicos Freireanos, que são:

A problematização-sensibilização: visou dialogar com as expectativas da comunidade escolar, propondo questões relativas à dieta contemporânea, sua composição, os hábitos alimentares e os diferentes tipos de alimentos.

A abordagem de conteúdos: visou compartilhar com o público-alvo conhecimentos disponíveis na academia e na cultura popular sobre alimentação e segurança alimentar, ampliando o universo de informação sobre os eixos de ação.

A aplicação do conhecimento: visou gerar experiências práticas de produção ou aproveitamento integral dos alimentos, educação alimentar nas comunidades do entorno e novas práticas e hábitos alimentares. Neste sentido, este momento contribuiu para a construção de hábitos e práticas alimentares comprometidas com a saúde e segurança alimentar. Esses momentos foram planejados e executados a partir da realização de oficinas com o público alvo.

Segundo Weitzman (2008), oficina é uma experiência de atividade realizada num encontro de pessoas, ou seja, uma vivência coletiva e um saber. Ela possui uma dimensão pedagógica, onde a informação deve ser repassada como um bem simbólico e não como uma verdade absoluta. As oficinas realizadas pelo projeto trataram dos seguintes temas: “Compreender a cultura alimentar para resgatá-la I e II”; “Alimento e saúde I e II”; “O

desperdício e o re-aproveitamento de alimentos”; “A alimentação na escola”. Tais atividades orientaram-se por temas geradores e o uso de um conjunto de técnicas participativas, com as quais se procurou despertar o interesse dos participantes, valorizar as suas experiências e ampliar a visão de problemas norteadores do projeto.

Já o ano de 2013, as atividades desenvolvidas objetivaram avaliar do projeto e a consolidação da aprendizagem, onde se desafiou o público participante (alunos, professores e mães) para que resgatassem receitas trabalhadas anteriormente e as executassem em reuniões com a comunidade, visando à socialização dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos anteriores. Resgatou-se também a importância do trabalho realizado onde os presentes lembraram os temas que tiveram maior destaque entre o coletivo.

Ao trazer diferentes estratégias para o enfrentamento do processo de erosão cultural alimentar, o processo ganhou diferentes dimensões despertando no público participante um novo olhar sobre temas como agricultura, agroecologia, alimentação e saúde, e pôde-se perceber o empenho dos participantes na construção de um futuro mais saudável. O que pode ser percebido na avaliação das extensionistas sobre a importância do projeto para a comunidade em geral:

O projeto oportuniza a interação dos pais, mães, escolares e professores na reflexão e construção de estratégias que promovam a segurança e soberania alimentar das famílias rurais. Ainda percebemos o interesse da comunidade escolar que participa ativamente das avaliações e replanejamento das ações do projeto erosão cultural alimentar. Cabe destacar também a importância da integração interinstitucional (EMATER e Universidade), na aproximação com as comunidades rurais, contribuindo nos processos de desenvolvimento rural (EXTENSIONISTA A).

Já de acordo com outra extensionista:

O resgate e a preservação da história e costumes da cultura local é um importante tema a ser tratado com vistas a valorização das diferenças e do ambiente rural. O desafio de conter a erosão cultural alimentar é um compromisso de todos educadores, técnicos e de toda a sociedade, somos parceiros neste processo que deve ser contínuo e permanente para que haja realmente as transformações desejada (EXTENSIONISTA B).

Deste modo, pode-se afirmar que um trabalho que vise discutir e resgatar a cultura alimentar num contexto de erosão cultural alimentar é bastante desafiador. Este desafio torna-se ainda maior quando os participantes do trabalho é o público jovem, o qual é intensamente bombardeado com propagandas das grandes corporações para o estímulo ao consumo dos

alimentos industrializados. Este processo torna-se ainda mais desafiador com as novidades tecnológicas da atualidade, visto que as redes sociais e a mídia são grandes parceiras das indústrias agroalimentares e atuam visando induzir prazeres momentâneos e viciantes na nossa alimentação.

Além disso, todas estas ações foram complementadas pela parceria entre a UFSM e a EMATER, principalmente no que tange ao PNAE que constitui um dos maiores e mais antigos programas públicos de alimentação e nutrição com vistas à segurança alimentar financiando pelo ministério de Educação e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – FNDE, que recomenda que 30% dos recursos para alimentação escolar devem ser usados na compra de produtos da agricultura familiar, propiciando assim a diversificação e qualidade na alimentação de educandos e valorizando assim o resgate de hábitos alimentares típicos de cada região.

5. Considerações Finais

As reflexões acerca da temática da segurança e soberania alimentar estão longe de se esgotar apenas por este trabalho. Os conceitos e atuações práticas aqui apresentadas instigam ao estudo de métodos que resgatem a diversidade cultural alimentar. Eles, por sua vez, buscam promover a qualidade dos alimentos consumidos pela família rural, a qual tem perdido sua identidade pela forma como os seus hábitos alimentares têm sido urbanizados. Esta iniciativa não buscou o retorno às práticas e hábitos do passado, mas sim, de um reconhecimento da existência de uma cultura alimentar que no passado enriquecia as dietas, levando às mesas diversidade e identidade ao agricultor e a família rural.

Nesse sentido, torna-se importante que a escola auxilie na formação dos hábitos alimentares das crianças. É nessa fase que elas tendem a aprender sobre e gostar de uma grande variedade de alimentos. Nesse sentido, atividades que visem a construção e compartilhamento de conhecimentos e práticas sobre a alimentação contribuem para o aprimoramento dos hábitos alimentares, seja das crianças ou mesmo de suas famílias.

Então, pode-se afirmar que quando trabalhamos a qualidade da dieta buscamos segurança alimentar. E quando falamos de resgate de cultura alimentar, buscamos soberania alimentar, pois propomos valorização do saber local. Além de, criar um ambiente favorável para qualificação da alimentação (hortas, sementes crioulas, produção de alimentos vinculados

a cultura alimentar local).

Em relação ao projeto aqui abordado, houve algumas dificuldades principalmente em função da disponibilização de recursos financeiros e humanos, o que acabou impedindo uma atuação mais presente junto às escolas. E também um dos principais objetivos não foi conseguido ainda: inserir a temática da Segurança Alimentar e Nutricional nos conteúdos programáticos das disciplinas.

REFERENCIAL TEÓRICO

ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. Curso de formação continuada para agentes de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Histórico de movimentos de SANS no Brasil**, 2008. Disponível em: www.consea.mg.gov.br/siteconsea/Arquivos/Proposta%20curso%202008.pdf – Acesso em: Setembro 2013.

BALEM, T. A., SILVEIRA, P. R. C. A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar. In: Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural, 2005, Porto Alegre. **Anais**. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre: 2005.

BAPTISTELLA, J. C. **Avaliação de Programas Sociais**: uma análise do impacto do bolsa família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. 2012. 101 páginas. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba – SP.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, 2003.

BONFIM, João B. B. A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/especiais/afomenobrasil.pdf> Acesso em Agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em agosto de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 2005.

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm> . Acesso em: Agosto de 2013

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA. II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Relatório final – 2º versão. Olinda, 2005.

EMATER. Relatório de Atividades do ano de 2012. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/sobre/Relatorio%20de%20Atividades-2012.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR** / EMATER/RS-ASCAR. – 2. ed. rev. aum.- Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p.

FRANCISCH R.P.P.et.al. **Obesidade: Atualização** Sobre Sua Etiologia, Morbidade e Tratamento. *Revista de Nutrição*. v.13. n.1. 2000.

FREIRE, P. R. **Política e Educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P.R, **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P,R . **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

LEFF,H. **La complejidad ambiental** Mexico: Siglo XXI, 2 ed. 2003 .

MALUF, R. S; MENEZES, F e VALENTE F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**,1996.

MALUF, R. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: Belik, W & Maluf, R. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Conceitos fundamentais, 2007.

MALUF, R. S; MENEZES, F. Caderno 'segurança alimentar'. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br/.../tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf. Acesso em: Agosto de 2013.

MALUF, Renato S. SEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL - 10 ANOS

DA CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO. Relatórios Técnicos, 2 Agosto – 2006. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/relatoriotecnico2.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

MAZZEI, Umberto. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. **Territórios**. Guatemala, Soberania alimentaria, 2007.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2004.

ROSSET, P. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos campesinos**. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SILVA, A. C. **De Vargas a Itamar**: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avançados, 1995.

TAKAGI, M. **Segurança alimentar e nutricional e programas de transferência de renda**. IN: SILVA, J. G. ; GROSSI, M. ; FRANÇA, C (ORG). Fome zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

TONIAL , M.A. **A trajetória de mobilização e organização em busca da Segurança Alimentar**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.2, 2006. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol2/n3/acessopg70-72.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

VALENTE, F. **O combate à fome e à desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação** - um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável", 2001, Mimeo. Disponível em: http://www.fea.unicamp.br/servicos/materias/ta040/CDSegAlimentar/DOCUMENTOS/Valente_Direitos.pdf. Acesso em: Outubro 2013.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar**: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos. 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf. Acesso em: setembro de 2013

WEITZMAN, Rodica. **Educação popular em segurança alimentar e nutricional**: uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Coordenação: Rodica Weitzman. Belo horizonte: Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas, 2008.

CAPÍTULO 6

O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TABAPUÃ, SP NO ANO DE 2015

Guilherme Valagna Pelisson¹⁵

Introdução

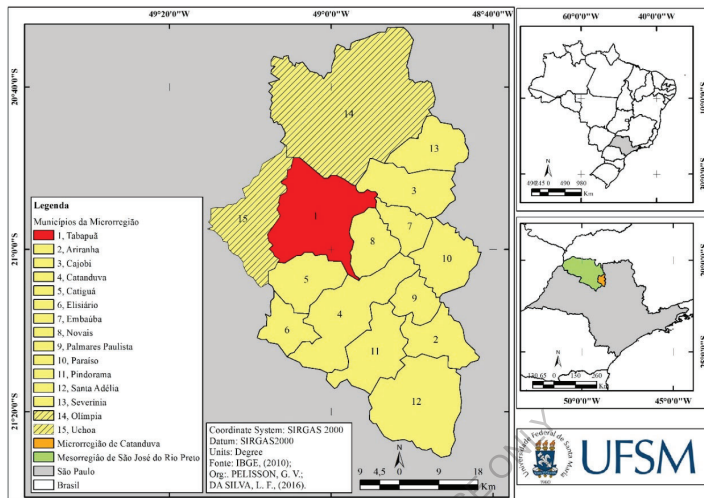
Esse trabalho tem por finalidade abordar o papel da agricultura familiar no espaço rural do município de Tabapuã/SP, no ano de 2015, tendo como objetivo compreender a dinâmica dos agricultores familiares no espaço rural do município de Tabapuã, SP. Justifica-se a escolha desse tema para análise, devido aos impactos ocorridos que se sucederam no espaço rural dessa unidade territorial, os quais permitiram um crescimento no setor econômico, político, espacial, ambiental e cultural desta unidade territorial, mas também proporcionaram uma organização/reorganização principalmente para a agricultura familiar.

Ao tratar nesse estudo sobre agricultura familiar, preocupou-se para melhor entendimento, selecionar alguns indivíduos que se enquadrassem nos seguintes critérios: a) indivíduos que constituem uma base familiar para manter a propriedade rural; b) que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; c) possuem até quatro (4) módulos fiscais, o que em Tabapuã corresponde a 64 hectares.

De acordo com a lei, a mesma não só se refere a área, por isso atentou-se também a renda familiar e a condição da propriedade, sendo ela do proprietário, cedida por empregador ou até mesmo ocupada (ou cedido por empregador não necessariamente precisa estar dentro da delimitação de 64 hectares). Sendo assim, busca-se a partir desses critérios entender a unidade familiar que é a que perpetua no desenvolvimento da agricultura familiar, com a produção de alimentos e pecuária no município.

¹⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí - GO, Brasil, gvpelisson@yahoo.com.br

Figura 1: Localização do município de Tabapuã, SP



Fonte: IBGE (2010)
Org.: PELISSON, G. V.; DA SILVA, L. F. (2016)

Ao conhecer o agricultor familiar e suas realidades, vivência, e confrontar com a base de dados estatísticas obtidas pelos órgãos de pesquisa censitária e também com o referencial bibliográfico. Têm-se a noção desse empasse entre teoria e prática. Onde pôde-se constatar que no caso dos estudos referente a agricultura familiar a categoria de análise lugar e território em uma abordagem local e territorial são essências para o entendimento das especificidades, necessidades e estratégias desses indivíduos.

Para alcançar o objetivo e responder a problemática, o trabalho será desenvolvido de acordo com os procedimentos metodológicos.

Neste trabalho realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa, em que os dados quantitativos coletados, foram utilizados para apresentar um panorama geral do município, abordando dessa forma temáticas de grande importância que adquirem grande visibilidade através de informações estatísticas. Os métodos quantitativos de acordo com Richardson (2008) são utilizados no desenvolvimento da pesquisa e fornecem uma precisão dos resultados, ou a intenção, evitando distorções de análise e interpretação, contribuindo, portanto para uma melhor margem de segurança quanto às deduções.

Buscou informações em primeira mão na Prefeitura Municipal de Tabapuã e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais que complementassem as já existentes. Contudo, as informações quantitativas serviram para explicar uma determinada realidade, mas a compreensão da mesma fundamentou-se nas informações qualitativas com visitas aos estabelecimentos agropecuários de unidade familiar, onde realizaram entrevistas com informantes qualificados.

Para a seleção dos entrevistados e dos critérios para serem analisados, concluiu que os informantes selecionados (os sujeitos) seriam de participação ativa, que fossem agricultores familiares, que as propriedades se enquadrassem na lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a mão de obra fosse familiar e que a propriedade fosse própria, cedida, alugada ou ocupada.

Foram entrevistados 20 agricultores, do número de 30 propriedades proposta, apenas 20 propriedades foram encontradas com moradores, as demais tinham anexado a propriedades maiores ou mesmo não morava mais ninguém. Passa então a traçar o perfil da agricultura familiar no município de Tabapuã, SP, no ano de 2015, conhecendo a realidade dos agricultores familiares; da infraestrutura dos estabelecimentos; a produção e comercialização agrícola e pecuária; e também a pluriatividade, no movimento da dinâmica desses agricultores no espaço rural, no pertencimento desses indivíduos aos seus lugares de ação, que compõe o território tabapuanense.

AS DINÂMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No Brasil, segundo Schneider (2009, p. 28), “o debate sobre agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definido”. E destaca alguns estudos publicados em português como o de Veiga (1991), Abramovay (1992), e de Lamarche (1993,1999), que deram impulso decisivo a esta temática.

O autor ainda complementa colocando que ao se retomar a bibliografia brasileira (recente) sobre os processos sociais rurais e agrários pode-se perceber que a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990.

Na década de 1990 no Brasil foi inserido um conceito (agricultura familiar) ligado a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores estadunidenses – Family farm - estes se diferenciavam por critérios de utilização da

força de trabalho e modo de gestão da produção social. No Brasil esse termo foi absorvido e traduzido como “Agricultura Familiar”, e promulgado através de políticas públicas para com esses sujeitos. Como coloca Neves (2008, s.p.).

Têm-se então que é difícil pensar a agricultura familiar como homogênea devido a diversidade (características sociais, econômicas, físicas). Porém deve se analisar as especificidades e o fio condutor que há em comum.

Para compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar no Brasil não basta, entretanto, desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos (WANDERLEY, 1995, p. 40). Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende frequentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares (WANDERLEY, 1995, p. 40). Como uma delas, as atividades não agrícolas, que segundo Carneiro (2008), as mesmas não são recentes, mas se resignificam.

Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar para NEVES (2008, s.p.) corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Na perspectiva de Guanziroli sobre a agricultura familiar na região Sudeste, que é a região que este estudo ocorreu. O autor enxerga que há um peso reduzido na região Sudeste. “Ainda assim, em termos absolutos sua contribuição não pode ser menosprezada, inclusive porque registra níveis elevados de capitalização e dinamismo” (GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Guanziroli (2001) afirma que na região Sudeste as histórias apresentam tantas particularidades locais que seria inútil delas se abstrair em busca de um padrão comum ao contrário das demais regiões, onde a dinâmica da agricultura familiar é diversificada mas segue um padrão que pode ser generalizado (ocupação de fronteira, migração europeia, etc).

Em todo caso, é possível apontar que também no Sudeste a dinâmica da agricultura familiar está intimamente ligada ao movimento da agricultura patronal, seja a cultura do café, algodão, cana-de-açúcar ou fazendas de gado em Minas. Ao contrário do que ocorreu no Sul, onde a agricultura familiar constitui um segmento próprio, autônomo, na maioria dos estados da região Sudeste os produtores familiares estão nos interstícios da grande propriedade, sujeitos aos movimentos de expansão e crise que vem afetando as principais atividades exploradas pela agricultura patronal

(GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Entende-se então que ao analisar a categoria analítica e a construção da categoria normativa da agricultura familiar, do agricultor familiar, percebe-se e entende-se que não é recente a preocupação com esses indivíduos menos favorecidos e excluídos de um processo capitalista, que a busca pela compreensão é constante e que existem períodos onde autores renovam suas interpretações e criam novas perspectivas positivas e negativas, identificando acertos e erros governamentais por meio de políticas públicas.

E que os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação (SCHNEIDER, 2009, p. 36). A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. (SCHNEIDER, 2009, p. 36).

Como forma de alternativa de articulação com uma lógica capitalista de agricultura que vinha se desenvolvendo. Candioto (2011) acredita que apesar de haver a existência dessa polaridade no cenário rural entre agricultura não-familiar (agricultura patronal, agricultura industrial, agronegócio) e agricultura familiar. O autor não vê duas realidades como contrapostas, para o mesmo é possível a incorporação de técnicas e métodos de cultivo e manejo agropecuário provenientes do agronegócio, por parte de diversas unidades produtivas familiares, como por exemplo: “a integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para a criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

Fica evidente em contato com os agricultores familiares do estudo que o agronegócio vem influenciando as atividades e o modo de vida familiar e, que há uma tendência de ampliação desta influência já descrita por Candioto (2011, p. 277).

Passa então a conhecer essa realidade e quem são esses agricultores.

Os agricultores familiares

Caracterizar e reconhecer os sujeitos que vivem e trabalham nos estabelecimentos rurais do município contribui para melhor entendê-los.

Dentre os entrevistados verificou-se que os mesmos possuem a responsabilidade pelo

domicílio e que na maioria deles é de mais de uma pessoa, desses apenas um não reside no estabelecimento. 12 fazem de dois a 30 anos que moram na propriedade, seis de 31 a 60 anos e dois acima de 61, verifica-se que esses residentes estão nos devidos estabelecimentos a mais de uma década e que já colhem frutos de políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

Nos diálogos com os sujeitos, fica evidente em suas falas que parentes, familiares que residiam no estabelecimento saíram do mesmo por fatores como: estudo, casamento, ter ido trabalhar na cidade ou até mesmo em municípios que oferecem mais empregos. A maior parte tem familiares que moram na cidade de Tabapuã ou demais cidades do estado de São Paulo. 18 dos entrevistados vão para cidade diariamente ou semanalmente.

O município não tem uma extensão territorial grande, isso facilita a relação cidade-campo.

Os motivos por permanecerem no espaço rural do município se divergem, porem em todas as falas fica evidente a questão cultural de pertencimento ao lugar/local, ligada a um passado de nostalgia, de lembranças, seja do modo de vida, de familiares, de vizinhos de estabelecimento. E também da necessidade do trabalho. Destaca-se algumas falas: “É melhor, mais sossegado”; “trabalho”; “pois os pais não querem ir para cidade”; “as crianças”; “porque gosto e foi onde eu fui criado”; “para não abandonar o sítio”; “porque somos donos”; “porque meu marido sempre trabalhou na roça (serviço dele)”; “vivo do sítio”; “financeiro” e “paixão pela terra”.

Perfil da agricultura familiar

Pode-se assim entender a partir da compreensão dos estabelecimentos de agricultura familiar, se são menos ou mais capitalizados e como se estabelecem no meio rural.

Sobre o tamanho dos estabelecimentos pode-se constatar que dentre os entrevistados a área em hectares variava entre dois a 150, desses 14 famílias são donas e possuem escritura de seus estabelecimentos e as outras residem e trabalham em estabelecimentos cedidos, este fato é evidenciado nos estabelecimentos a cima de quatro módulos fiscais, onde o dono do imóvel não reside, apenas essas famílias, que acabam tendo a função de zelar pelo bem imóvel.

As figuras 2, 3, 4 e 5 representam alguns dos estabelecimentos que foram realizadas as entrevistas, por meio dessas fotografias destaca-se o estilo da arquitetônico da estrutura da construção das casas desses estabelecimentos, a infraestrutura e a organização.

Figura 2: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento



Figura 3: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento



Figura 4: Moradia Própria



Figura 5: Moradia Própria



Fonte: PELISSON, G. V. (2016)

Dos 20 entrevistados, quatro já fizeram financiamento pelo PRONAF, quatro tem ao menos um funcionário empregado recebendo em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.400,00 e com carteira assinada.

Infraestrutura dos estabelecimentos

Conhecer a infraestrutura, é um passo para ter noção do desenvolvimento e as causas e efeitos do mesmo, podendo assim conhecer as realidades do agricultor e entender as dificuldades do mesmo para permanecer no campo.

Sobre a infraestrutura dos estabelecimentos, 100% das propriedades analisadas tem condição mínima de sobrevivência, ou seja, há esgoto por fossa séptica ou fossa rudimentar,

possuem abastecimento de água canalizada por poço ou nascente na propriedade e energia elétrica por companhia distribuidora.

A instalação de fossa séptica e de poços artesanais (figura 7) é comum no meio rural, é o recurso mais utilizado, porém pode-se detectar que há falta de conscientização com o meio ambiente em alguns casos, como pode ser visualizado na figura 6, onde a fossa está a céu aberto. Outra pratica muito utilizada é a queima do lixo na propriedade (figura 8), dependendo do material que estar a ser queimado pode a vir a contaminar o solo, trazendo risco para a família que está inserida naquele local, por isso o mais indicado seria o descarte em locais especializados ou levar para cidade.

Figura 6: Fossa séptica em má conservação



Figura 7: Abastecimento d'água por poço artesiano



Figura 8: Local destinado para o descarte e queima do lixo do estabelecimento



Fonte: PELISSON, G. V. (2016)

E referente ao trabalho realizado pela prefeitura em favor da realização de atividades agrícolas, tais como conservação de estrada e pontes, a maioria acredita que está bom, porém há os que acham que está péssimo devido à má conservação das estradas.

Produção/comercialização agropecuária

Saber sobre a produção que esses agricultores estão realizando, poderá ajudar a entender a dinâmica agrária instalada no momento. E se há retorno financeiro que contribua para continuarem a plantar e mercado para esses produtos.

Os principais cultivos produzidos nas propriedades são: 66% Cana-de-Açúcar, 16% Seringueira, 16% Laranja, 16% Milho, 16% Limão, 5% Mamão, 5% Abacate, 5% Mandioca, 5% Banana, 5% sorgo, 5% horta, 5% pecuária, 5% suinocultura (figuras da 9 a 20).

Figura 9: Cultivo de cana-de-açúcar



Figura 10: Cultivo de Seringueira



Figura 11: Cultivo de Limão



Figura 12: Cultivo de Mamão



Figura 13: Cultivo de Mandioca



Figura 14: Cultivo de Abacaxi



Figura 15: Cultivo de Laranja



Figura 16: Cultivo de banana



Figura 17: Cultivo de Abacate



Figura 18: Horta



Figura 19: Suinocultura



Figura 20: Pecuária



Fonte: PELISSON, G. V. (2016)

A cultura da cana que é o cultivo que mais se destaca no município, chega a estar

plantada em 98 hectares em uma propriedade visitada, mas a mesma não está no mesmo estabelecimento que se encontra o agricultor familiar (que é onde o agricultor diversifica suas culturas, ou seja, policultura), a cana está arrendada a usinas sucroalcooleiras e por isso é uma monocultura.

14 propriedades responderam que sim, já produziram laranja ou café, dessas sete produziram café e laranja e seis só laranja. Os que plantaram café alegaram o produto era vendido para as máquinas de beneficiamento de café ou na cidade. E a laranja havia contrato com empresas (agroindústrias) e em um primeiro momento essas empresas mandavam mão-de-obra para a colheita e no final era terceirizado (por cooperativa), porém em um segundo momento passa ser de responsabilidade do produtor a colheita.

Os proprietários que tem estabelecimentos arrendados para o cultivo da cana, com as usinas sucroalcooleira, são elas: Usina Cerradinho (atualmente pertence ao grupo Noble), São Domingos e Catanduva. Em contrato de em média de quatro a seis anos e recebem mensalmente em torno de R\$ 50 a R\$ 65 a tonelada por hectare, apesar de cada mês haver uma alteração no valor, mas na média são esses valores. Apenas um entrevistado alegou que a usina não paga no dia certo.

Oito criam gado, tendo de três a 31 cabeças no pasto, sendo nelore e de raças cruzadas, todos de forma extensiva. Têm-se em 80% dos casos criação de animais ou mesmo produto de origem animal como ovo, leite para consumo humano. Possuem de maquinários, como tratores, pulverizador, siladeira para a realização da produção (figuras 21, 22, 23 e 24).

Figura 21: Maquinário Agrícola



Figura 22: Maquinário Agrícola



Figura 23: Maquinário Agrícola



Figura 24: Maquinário Agrícola



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Nas figuras 21 e 23 têm-se veículos agrícolas, tratores e carretas que serve para transportar a colheita da roça até a propriedade, como o milho, a laranja. Os tratores ficam guardados em uma espécie de garagem e se vê tanques, denominados de “jumbinho”. Na figura 22 o veículo aparente é utilizado para passar veneno na laranja, ele é abastecido com água e agrotóxico na parte traseira vão duas pessoas segurando as mangueiras que esguicham o produto nas laranjeiras.

No caso da figura 24, na imagem têm-se o antigo terreirão sendo utilizado para guardar o maquinário da propriedade e a casa ao lado onde residem os responsáveis pela propriedade, a qual foi cedida por empregador, no caso o dono do estabelecimento. Pode se perceber que há estabelecimentos mais capitalizados do que outros, principalmente os mais antigos que permaneceram a todos os ciclos econômicos do município.

Há presença de animais de estimação em quase todas as propriedades visitadas. A maioria produz algum tipo doce, queijo, artesanato para consumo próprio, apenas em dois casos produz para venda, o excedente.

Pluriatividade: o turismo como alternativa

Quando perguntado se já haviam pensado na possibilidade de agregar renda a partir de atividades diferentes das já realizadas na propriedade ou na região, tais como turismo, lazer

rural, 60% respondeu que não. No geral alegaram que não há atrativo natural nas propriedades, os que responderam sim, contestaram pelo fato da “mata nativa” e “córrego”.

Nesse sentido, percebe-se que a implantação do turismo rural teria que ser melhor trabalhada pelos órgãos responsáveis, instruindo a população local e verificando se há realmente possíveis potencialidades naturais no município para esta atividade.

O turismo é um assunto ainda pouco propagado dentre os entrevistados, percebeu-se que há um certo desconforto sobre o assunto e receio em receber visitantes. Apesar do município adentrar ao circuito do noroeste paulista recentemente ainda há muito que ser trabalhado referente a conscientização de turismo para com a população.

80% acham boa a experiência de viver na propriedade que residem e o restante excelente. E os argumentos dos que acham que precisaria haver alguma mudança para melhorar suas condições de vida, foram relacionados ao governo, a falta de crédito (e um dos motivos é a burocratização), a valorização do agricultor e o aumento da oferta de emprego no espaço rural por meio de cultivos que empregasse mais. Destaca-se algumas das falas: “mais ajuda do governo”; “plano para agricultura”; “mais crédito para o agricultor”; “o patrão dar valor aos empregados, melhorar o ordenado (valorizar)”; “política agrícola melhor e garantia de venda”; “mais valorização do agricultor que produz alimento”; “incentivos de produção de cultivos para ter emprego”; “aumento do emprego no campo, se plantassem culturas que empregasse mais”; “aposentadoria”. “As estradas e falta de incentivo do governo em todas as escalas para fixar o morador no sítio”.

Nessa parte da entrevista ficou claro a falta de uma assistência técnica efetiva que auxilie esses indivíduos a conseguirem crédito e uma melhor garantia de venda (faz-se uma ressalva que o sindicato dos trabalhadores rurais realiza cursos e atividades voltadas para a população rural, porém nas propriedades visitadas, todas alegaram que não há visitação para instrui-los sobre os programas do governo de financiamento ou mesmo no plantio de determinadas lavouras).

O estado de São Paulo é a única unidade da Federa o não filiada ao sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, coordenado pela Empresa brasileira de Assistência Rural (EMBRATUR) (REYDON, 1989, p. 1).

Nesse Estado, a assistência técnica   agricultura esteve e ainda está a cargo da Secretaria de Agricultura, que mant m um conjunto de órgãos e entidades voltados para esse fim (REYDON, 1989, p. 1).

O papel da tecnificação da agricultura paulista no processo evolutivo da assistência técnica oficial em São Paulo, a partir da década de 40, se distingue em quatro fases, segundo Reydon (1989): fomento agrícola (1942 -48), prestação de serviço (1949 – 58), extensão rural (1959 – 67) e assistência técnica (a partir de 1967), com a criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

As mudanças institucionais transcorreram paralelamente a modificações no conteúdo ou significado da própria assistência técnica. Tais mudanças expressam a evolução da agricultura paulista do ponto de vista das transformações capitalistas que nela tiveram curso (REYDON, 1989, p. 1).

E quando perguntado, se eles acham que o turismo pode ser o caminho para essa melhoria e o porquê. Os que acreditam que sim usaram do seguinte argumento: “sim, melhora a infraestrutura, traz dividendo”; “sim, pois poderia ter mais infraestrutura” e “sim, o pessoal da cidade grande quer entretenimento, passeios”. Dois responderam que não, porém a maioria não quis opinar. Ao serem questionados se teriam receio de receber visitantes, a maioria também não quis opinar, apenas três disseram que sim e dois que não.

Por fim, comprova-se que há dificuldades em residir nesses espaços rurais, há uma precarização, devido as territorialidades do agronegócio, ao fechamento das escolas rurais, a falta de assistência técnica e de saúde, porém, os moradores que residem nesses diversos locais até o presente momento desta pesquisa não pensam em se mudar (ir para a cidade), e o motivo é porque gostam de onde moram.

APONTAMENTOS PARA DISCUSSÃO

Sobre a manutenção dos agricultores familiares no rural, pode-se dizer que as estratégias adotadas pelos produtores familiares são distintas, em virtude de vários fatores, como por exemplo: a quantidade limitada da terra; o número de filhos; as adversidades edafoclimáticas; e, sobretudo, a dinâmica econômica local e regional em que essas unidades se encontram inseridas. Entretanto, mesmo conseguindo adaptar-se às adversidades, “no plano individual, os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

Lamarche (1993, p. 184) descreve que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante

afetada pelo caráter 'conservador' da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto", devido a um caráter "conservador" proposto pela agricultura patronal.

Segundo Mussoi (2006, p. 101), a agricultura familiar, pelas suas características "como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele".

Por isso, os agricultores que persistem em ficar no campo, diversificam a área cultivada, não destinada à cultura da cana, ou melhor, o estabelecimento que não está arrendado, com outros cultivos.

Uma explicação plausível que torna difícil a permanência do agricultor familiar no campo, e um dos fatores atribuídos é o fato de que as famílias já não são tão numerosas quanto no século XX e anteriores, diminuindo assim a mão-de-obra, além do fato de que as famílias buscam na cidade melhores condições de vida, seja o consumo, seja oportunidades de trabalho ou estudo. No município de Tabapuã, onde é baixa a quantidade de habitantes na área rural, fica evidente o envelhecimento da população que permanece no campo.

De acordo com levantamentos realizados na década dos noventa, a população residente nos imóveis rurais paulistas, vem diminuindo gradativamente. Ao se considerar o final e o início da década, observa-se uma diminuição de 19%, ou seja, 285,5 mil pessoas que deixaram de residir no campo, reforçando a constatação de que tem sido mantida nos imóveis rurais apenas as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante arremetido fora da propriedade, sempre que necessário (AMARO, et al., p. 24-25, 2001).

E têm-se outro fator que Amaro, et al. (2001) coloca que a própria estrutura produtiva vem necessitando cada vez menos de braços. "No final dos anos de 1980, novos componentes passaram a atuar no cenário do trabalho rural, destacando-se a crescente adoção de colheitadeiras em importantes culturas, como a cana-de-açúcar e o algodão" (AMARO, et al., p. 29, 2001).

O contexto atual do campo brasileiro é marcado pelo quadro de exclusão social e exige uma readequação das políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

"É fundamental criar políticas e programas orientados para um desenvolvimento combinado com a distribuição de renda e de riqueza. (...) Adotar políticas agrícolas e sociais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, associadas à efetiva reforma agrária, capaz de promover a desconcentração da propriedade da terra, garantindo o trabalhador rural, acesso à terra e ao trabalho" (DAVID, 2008, p. 16-17).

As políticas públicas têm o papel de desenvolver a agricultura. Devido à importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas no contexto da agricultura familiar, para que, assim, seja possível verificar os aspectos positivos e negativos referentes às mesmas. Neste sentido, este trabalho menciona/destaca algumas delas: Pronaf, PAA e PNAE.

Ao se analisar as políticas públicas realizadas no Brasil, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em 1994 a partir da criação do Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural) (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 209).

Os autores descrevem ainda que o Pronaf foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Foi formulado baseado nos estudos realizados pela FAO/Incrá (1994 e 2000).

Outro programa é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que por meio de mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, cria um mercado institucional para tais produtos estimulando e fortalecendo a agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais.

Deste modo, o PAA faz parte das políticas de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também do Plano Safra para a Agricultura Familiar. A fonte de recursos para o desenvolvimento do PAA é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do MDA. Os executores do programa são a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Em termos operacionais, o PAA possui seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite-PAA Leite, Compra Institucional e, mais recentemente a modalidade Aquisição de Sementes. Desde a sua criação, em 2003, o PAA vem recebendo incremento no volume de recursos, embora ainda sejam muito inferiores às demandas da agricultura familiar (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211).

E também o programa PNAE, que foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir

a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos.

Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas com a Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional.

De acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211 e 212).

Além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, essa iniciativa colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. O PNAE tem como órgão gestor o Ministério da Educação, com a coordenação e recursos do FNDE.

Dentre os agricultores familiares entrevistados constatou-se que a minoria está associada a algum programa desses mencionados. E os que estão, utilizam do Pronaf e mencionam sobre a parte burocrática, que é um fator que os desestimulam. Essa situação também faz com que muitos não participem do PNAE, um programa importante tanto para o município que conseguiria comprar toda a merenda de produtores locais quanto aos agricultores que teriam uma venda garantida.

Esses agricultores visitados ou até melhor essas unidades familiares estão conectadas a lógica de uma agricultura voltada a produção de commodities, uma vez que compactuam com o que Candioto (2011) coloca: que ambas se combinam e articulam de forma específica e diferenciada no espaço geográfico. Como alternativa para sua própria manutenção e permanência no espaço rural.

As políticas públicas voltadas a ambos os setores têm o intuito de proporcionar o equilíbrio entre esses dois tipos de produção. Porém lembra-se que a agricultura familiar tem um importante papel na produção de alimentos, na preservação da cultura local e manutenção da unidade familiar, da renda familiar ao contrário dos demais tipos de agricultura que visam atender a um mercado em uma escala maior, visam o capital, a mecanização, industrialização, exploração, especialização e homogeneização a partir das expansões das fronteiras agrícolas.

E com isso a falta de conhecimento por parte de alguns agricultores familiares menos esclarecidos e pelo domínio exercido pela territorialização do agronegócio faz com que esse

equilíbrio fique fragilizado e sofra impactos na agricultura familiar, sobrepondo-se nessa unidade territorial, principalmente com a produção de cana-de-açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o objeto de estudo, fica constatado algumas alternativas que os agricultores familiares têm, que são: os sujeitos da pesquisa se organizam e articulam para permanecerem e se manterem no espaço rural. Essa “organização” é reflexo de políticas públicas de desenvolvimento regional e não é uniforme, é decorrente de processos as vezes longo de transformação da paisagem.

A agricultura familiar no município de Tabapuã sempre esteve presente, desde o colonato paulista, porém pode-se constatar que sempre houve também uma articulação com uma agricultura industrial por meio da exploração de monoculturas.

Nesse modo capitalista das empresas lucrarem em cima dos agricultores, muitos dos mesmos quase faliram e/ou perderam terras, principalmente os agricultores familiares pouco capitalizados em propriedades pequenas. Muitas histórias foram citadas durante o período de entrevistas, referente a conhecidos dos agricultores ou mesmo os próprios, que acabaram se endividando com bancos e perdendo terras.

Porém a dominação do agronegócio não para por aqui, pois muitos querendo sair desse modo de vida e terem uma renda garantida, sedem suas terras agora para as usinas sucroalcooleiras devido ao fato da comodidade e terem uma renda garantida todo o mês, ou até mesmo por endividamento com outra lavoura.

A mecanização, a especialização da mão-de-obra e a expansão da monocultura proporcionam o desequilíbrio entre os agricultores familiares, que no caso dos desse estudo, são desarticulados e não são assistidos por uma assistência técnica, provocando a saída do campo.

Pode-se constatar que um outro fato que implica na permanência desses indivíduos refere-se aos estudos dos filhos, pois com a implantação do ensino apostilado do Ensino Positivo, que consiste na mesma dinâmica que em escolas privadas, com apostilas. Houve fechamento das escolas rurais devido as mesmas terem números reduzidos de alunos e proporcionarem gastos. Consequentemente esse fato pode ser considerado sim, como um fator do aumento do êxodo rural no município.

Pois ao fecha-las, o governo local preferiu recolher esses alunos diariamente em suas residências por meio de um transporte público e leva-los para estudar na cidade. Com isso muitos pais preferem mudar para a cidade para que seus filhos não tenham que madrugar para pegar o transporte e chegarem tarde em suas residências, também.

Outro fator é a saúde, esses estabelecimentos, principalmente os mais distantes da área urbana não recebem visitas dos agentes da saúde, um fato que ficou em evidência é o fechamento também de posto de saúde, como por exemplo o do bairro rural da Serrinha.

Contudo a agricultura familiar não está acabando no município isso pode ser constatado pelos levantamentos do projeto LUPA, SIDRA e PAM e trabalhos de campo, onde pode-se constatar que há produção de alimentos, que a unidade familiar permanece se organizando e achando meios/técnicas para se manterem no espaço rural. A pluriatividade é uma delas.

O turismo é uma nova atividade que vem adentrando os espaços rurais na busca tanto da preservação cultural do contexto histórico quanto como um novo meio de renda. Como essa atividade ainda é recente, é complexo o entendimento ao tentar fazer uma análise, pois os primeiros resultados surgirão nos próximos anos.

Porém têm-se uma preocupação como o indivíduo que em sua trajetória de vida as atividades de agricultor, pecuarista, e ao diversificar com as do turismo, deixe de se reproduzir como agropecuarista (abandone as técnicas usuais de reprodução social) e passa a ser empreendedor. O perigo consiste quando esse indivíduo não é bem instruído e não há um bom planejamento, deixando de ser pluriativo, tendo que contratar funcionários e os lucros pode ser que não cubram os gastos, levando-o ao endividamento.

Cabe ressaltar que o turismo é algo benéfico na reprodução e manutenção desses membros familiares então cabe aos mesmo se organizarem e estruturarem essa ideia como aparentemente vem acontecendo.

A burocracia e falta de instrução fazem com que muitos agricultores não tenham mercado de venda e é nesse aspecto que este membro familiar é dominado pelas tentações da agricultura patronal.

Constatou-se que nenhum dos entrevistados vendem seus alimentos para a prefeitura do município para servir como merenda escolar e que nem toda a merenda é comprada dos agricultores familiares do município (por não haver demanda, isso pelo fato de que devido a burocracia muitos não procuram saber como funciona ou não terminam o processo).

Já algumas famílias confirmaram a utilização do Pronaf, apesar de argumentarem que deve haver melhorias nas políticas de créditos e nas de garantia de venda. Têm-se então que na maior parte das propriedades visitadas o grupo familiar arrenda para usinas sucroalcooleiras um estabelecimento e em outro tem a maior parte com um cultivo predominante (laranja, limão ou seringueira) e o restante diversifica com outras frutas e/ou horta. Essas são as estratégias de manutenção e permanência que os agricultores familiares do município de Tabapuã utilizavam como alternativa no ano de 2015.

Por fim considera-se que para entender a produção familiar e as estratégias da agricultura familiar para se manter no campo é preciso estudar/compreender a agricultura patronal, agricultura empresarial e até o complexo do agronegócio, pois este “sombreamento” permitirá compreender as estratégias de permanência do agricultor nos espaços rurais.

AGRADECIMENTOS

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

REFERÊNCIAS

AMARO, A.A.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L. Citricultura paulista: tecnologia e mão de obra. **Laranja**. 2001, p. 1- 37.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 298.

DAVID, C. D. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuição à dinâmica regional do sul do estado do rio Grande do Sul. In.: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis editora, 2008, p. 15-38.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 284.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de Assistência

Técnica e Extensão Rural. In: LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos**: agroecologia e Sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

NEVES, Dilma P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In.: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: EDUNESP, Brasília: NEAD, 2008, p. 137-161.

PELISSON, Guilherme Valagna. As alternativas da Agricultura familiar como Estratégia de Manutenção e Permanência no Espaço Rural do Município de Tabapuã, SP nas Sucessivas Expansões de Monoculturas do café, Laranja e Cana-de-Açúcar. 2016. 115 f. **Dissertação de Mestrado** – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Santa Maria, RS, 2016.

REYDON, B. P. **A assistência técnica à agricultura paulista**. Brasília: Cad. Dif. Tecnol., 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 334.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). Vol. 52, Supl. 1. **RESR**: Piracicaba – SP, , 2015 p. 205 – 222. Disponível em: www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v251.pdf.

PARTE 2: ESPAÇOS AGRÍCOLAS E O O AGRONEGÓCIO NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA



Fotografia: O Agronegócio em Ituiutaba, Triângulo Mineiro, Brasil.

Fotógrafa: Foto cedida pela discente do curso de Agronomia (UEMG- Unidade Ituiutaba) Mariana Oliveira Borges. 2020

CAPÍTULO 7

AGRONEGÓCIO E OS ESPAÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL.

Maria Beatriz Silva Araújo¹⁶; Elicardo Heber de Almeida Batista¹⁷

1 – INTRODUÇÃO, COM SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Os espaços agrícolas brasileiros, sobretudo no pós-segunda guerra mundial, tem passado por inúmeras transformações, com significativos efeitos, passando do complexo rural, para o agroindustrial até chegar ao que se convencionou denominar de agronegócios. Essas modificações nos espaços agrícolas estão amarradas a um conjunto de projetos de modernização da agricultura, mais claramente à modernização das diversas estruturas produtivas do campo, em um processo conservador, excludente e desigual que definiu uma agricultura moderna no Brasil, configurada pela forte ação estatal e do capital privado na conformação de espacialização do agronegócio e seus distintos impactos, sejam eles, positivos ou altamente negativos.

A “agricultura capitalista” ganha força no Brasil no contexto de modernização como um processo altamente induzido pela ação estatal e do capital privado que definiu novos e distintos usos para os territórios. A modernização da agricultura foi amplamente difundida no Brasil desde a metade do século XX com o objetivo principal de aumentar a produção e a produtividade de produção animal e vegetal de interesse internacional através da inserção de inovações tecnológicas. Oliveira (1987, p. 52) afirma que a agricultura foi subordinada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, isto é, pelos altos preços que teve que pagar pelos produtos industrializados (máquinas e insumos produzidos pelas indústrias) que

¹⁶ Graduanda em Agronomia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Unidade Ituiutaba). E-mail: maria_bearaujo@hotmail.com

¹⁷ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

praticamente obrigava a comprar para poder desenvolver suas atividades agrícolas e aumentar a produção, e na circulação, onde comercializava sua produção por preços baixos aos comerciantes intermediários e as indústrias.

Todavia, a modernização da agricultura tem se expandido em uma escala planetária, apesar de grandes áreas do mundo ainda praticarem uma agricultura tradicional rudimentar, ou seja, trata-se de um processo desigual e altamente excludente. A modernização tem provocado a subordinação do campo à cidade e a dependência cada vez maior das atividades agrícolas às máquinas, agrotóxicos, tecnologia, sementes etc., produzidos pelas indústrias, formando verdadeiros agronegócios. Este fenômeno corresponde ao conjunto de negócios relacionados à agricultura sob o ponto de vista econômico (OLIVEIRA, 1987, p. 43).

Já em 1980, autores com várias formações e ideologias passaram a chamar de “agroindústria” o que antes era “agricultura moderna” substituindo o complexo rural. A substituição da economia natural (complexo rural) por atividades agrícolas integradas a indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação de produtivos no setor agropecuário. Trata-se uma mudança, ou seja, dos complexos rurais para os chamados complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Desse modo, reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, internacionais e nacionais, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de decisão e de pesquisa. Tudo isso tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas, que passaram desde então, por um processo acelerado de reorganização (SANTOS, 1994).

Esse artigo tratará desde o complexo rural, passando pelo complexo agroindustrial até o que se convencionou denominar de agronegócio, ou seja, distintas dinâmicas nos espaços agrícolas brasileiro em diferentes tempos. O estudo é de cunho qualitativo, cuja investigação adota uma abordagem baseada no estado da arte (revisão de literatura) considerando as temáticas tratadas no decurso do texto e posteriormente um estudo de caso: a dinâmica sucroalcooleira na Microrregião de Ituiutaba (MG). No decurso do texto, haverá uma discussão sobre conceitos caros às Ciências Agrárias (podendo ser ampliado para os estudos rurais), sobretudo sistema de produção, cadeias produtivas e sistemas agroindustriais, mas que

geralmente são empregados em distintas pesquisas de forma truncada ou até mesmo com erros recorrentes. Por fim, o texto tratará de um estudo de caso na Microrregião de Ituiutaba para compreender o fenômeno da territorialização das usinas sucroenergéticas.

Desde o século XIX, a agricultura “moderna” vem sendo discutida pelos agricultores, pecuaristas, empresas agropecuárias, pelos agentes estatais, etc. Porém, sobretudo no período pós-segunda guerra mundial, significativas mudanças tem ocorrido nos espaços rurais, dentre elas, a ampliação de “agricultura capitalista” e projetos de modernização do território, que significava uma modernização das estruturas produtivas do campo, que representou (e ainda e representa) um processo desigual de expansão do capital entre produtores e as distintas regiões brasileiras com ampliação (desigual) da mecanização da atividade agrícola, ampliação do uso de insumo, ampliação do crédito para determinadas commodities, dentre outras (GRAZIANO DA SILVA, 1991; KAGEYAMA ET AL., 1990; MULLER, 1981,1982).

Abaixo o quadro 1 (um) com uma síntese das principais características de cada termo que será desenvolvido e aprofundado ao longo do texto:

Quadro 1: Características da dinâmica agrícola brasileira.

Complexo Rural	Divisão do trabalho dentro de unidades produtivas (PAIM, 1957, In: GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 07).
Complexo Agroindustrial	Relações entre indústria e agricultura (KAGEYAMA, 1990).
Agronegócio	Conjunto de operações de produção e distribuição de suprimentos (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

O complexo rural era caracterizado pelas divisões do trabalho no interior das unidades produtivas. Não só visavam apenas o mercado externo, mas também produzia bens intermediários que eram necessários para produzir determinado produto (PAIM, 1957). Desse modo, pode-se dizer que as várias economias regionais como o Centro-Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás); Nordeste (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão) e Amazônia (Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Acre e Roraima) se articulavam mais à lógica do mercado externo do que entre si em território nacional, sendo assim, a essência do complexo rural brasileiro era associado a uma economia agroexportadora e à demanda externa por produtos agropecuários (OLIVEIRA, 1981).

A proibição do tráfico negreiro e a implantação da Lei de Terras no Brasil marcaram o

início da desestruturação do complexo rural brasileiro a partir de 1850. Porém, o marco principal da desestruturação se deu com a expansão da agricultura “moderna” em meados de 1960. Nas últimas décadas, percebe-se um reordenamento do espaço do ponto de vista da organização das atividades econômicas. As cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e, nem os campos, com as atividades de agricultura e da pecuária, pois no campo se instala uma agricultura propriamente científica responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2000, p. 88).

O café sendo o principal produto de exportação e a transição para o trabalho livre assumindo um amplo resultado em território nacional que, se engendrou a formação do complexo cafeeiro em substituição ao complexo rural, através da ampliação da divisão social do trabalho e da separação campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira (KAGEYAMA, 1990).

Os anos de 1890 a 1930 foi o auge do complexo cafeeiro e a ampliação da divisão do trabalho, com desenvolvimento de atividades urbanas e de outros setores ligados à economia cafeeira, como os têxteis (produção de tecido), os de bebidas e os de alimentos, além de marcar o início do processo de substituição de uma gama de bens de consumo na economia brasileira.

Agora, complexo agroindustrial (CAI), agricultura moderna e agronegócio, não são termos que possuem o mesmo significado. Exportação envolve muito mais o agronegócio do que os dois primeiros termos. Por isso, que o boom das exportações agroindustriais quanto agrícolas levou a utilização mais constante do termo “agronegócio”. Assim, esse, era uma ideia do lado “industrial” que estaria superior ao lado “agrícola”. Esse lado “industrial” seria o conjunto de atividades mais as formas de gerenciamento de um grupo (KAGEYAMA, 1990).

Explanando mais sobre o CAI, tem-se que as relações entre indústria e agricultura sofreram transformações em meados dos anos 60. Agroindústrias aumentaram o consumo de produtos agropecuários e novas agroindústrias surgiram ligadas ao mercado internacional.

Já no final da década de 70, a ligação entre indústria e agricultura apresentava alto grau de integração intersetorial, com quase todos os ramos das distintas atividades econômicas. Essa integração trata-se de setores industriais e agrícolas que possuem um mesmo objetivo em comum. Entretanto, a agricultura dos anos 70 e 80 são distintas da dos anos 60 e décadas passadas. Não se tratando da agricultura regional, mas sim da agricultura como “um projeto nacional”. Constituiu-se um padrão agrícola concentrado e moderno, pautado nas relações entre indústria e agricultura. Entre 1870 e 1930 houve dissolução desse padrão com o surgimento de

conexões mais acentuadas entre agroindústria e agricultura. Por último, entre 1960 e 1980, o setor agrícola era mais moderno e industrializado com características bastante distintas dos outros padrões.

A agricultura hoje é uma estrutura bastante complexa e heterogênea, além de ser multideterminada, ou seja, possui várias finalidades, desde levar alimento à população até o lucro para como elemento central. Entende-se que a partir dos variados segmentos constitutivos, como os complexos agroindustriais, com suas dinâmicas específicas, atividades relacionadas entre a indústria e a agricultura, e ligadas aos setores industriais (multinacionais) que, fornecem produtos agrícolas. Assim, de um modo mais direto, o CAI é a relação na qual as atividades entre agricultura e indústria ficaram para trás enquanto as agroindústrias cresceram. Também é a unidade de análise na qual a agricultura, pecuária e reflorestamento se vinculam com a atividade industrial de uma maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento; com o comércio atacadista e varejista interno; e com o comércio externo tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura (MULLER, 1989).

O processo de industrialização da agricultura não se baseia somente na utilização de insumos industriais na produção agrícola. É um momento específico do processo agricultura-indústria o qual está em um patamar mais elevado do que o consumo de bens industriais para a agricultura. Por isso, a agricultura industrializada é caracterizada pela mecanização do trabalho agrícola e dependente de fatores externo bem como combustíveis fósseis, fertilizantes e pesticidas. A modernização da agricultura baseia-se na perspectiva de que o setor agrícola não se difere significativamente de outras indústrias, sendo preciso racionalizar o uso de recursos com vista a alcançar uma maior eficiência nos processos de produção (SEDLMAYR, 2005).

Além disso, o Estado tem um papel que influencia no preço dos produtos agrícolas. Isso acontece porque o Estado orienta, regula e ampara a produção agrícola nacional, já que a agricultura é o setor econômico que apresenta maior risco devido ao clima e ao mercado, e é fornecedora de matéria prima e alimentos para a nação. Existem políticas ligadas à agricultura, como a política agrícola, que visa afetar o comportamento conjuntural dos agricultores e dos mercados agropecuários além de terem fatores estruturais como tecnologia e uso da terra que determinam seu comportamento de longo prazo. A política agrária visa intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalectente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente e influência no processo de ocupação de novas terras, consideradas pelas agências estatais, como

de fronteira agrícola. Por último, a política ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e muitas vezes assumem ou assumiram um caráter de políticas de desenvolvimento rural (COSTA, 2013).

Já o agronegócio é um termo utilizado para citar o conjunto de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Os fenômenos que possuem relação com o “agronegócio” é algo que ultrapassa o crescimento agrícola e o aumento da produtividade. Dados do IBGE (2012) diz que o agronegócio é o responsável por quase um terço do PIB brasileiro envolvendo também as exportações totais do país. Além disso, é um setor que gera em torno de 30% do emprego da população economicamente ativa do Brasil e tem uma capacidade imensa de produção, principalmente pelo solo fértil e clima favorável. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil é um dos principais fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. Os grãos são os itens que mais pesam na exportação, e se destaca pela produção de soja, seguido da carne.

O agronegócio possui algumas etapas importantes. A inicial é representada pelas indústrias e comércios que fornecem produtos para os negócios agropecuários; o meio é representado por produtores e a pequena produção, médios ou grandes e o final, são os negócios que compram produtos agropecuários que beneficiam, transportam e vendem para consumidores finais como os laticínios, supermercados e fábricas de calçados (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Sendo o agronegócio um termo mais técnico, ele controla e gerencia atividades que podem se desenvolver dentro de cada setor agropecuário buscando sempre o lucro. Para isso, tem de haver alguns fatores que ajudam a atingir o lucro, sendo eles a administração de uma propriedade rural com sabedoria e o uso de tecnologias (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Porém, existem desafios que podem prejudicar o agronegócio em uma empresa rural. Os impactos ao meio ambiente é um deles, pois há o desmatamento, as queimadas, as pragas, os defensivos agrícolas, a contaminação de mananciais e até mesmo o empobrecimento do solo. Outro desafio é a tecnologia da cidade que envolve a infraestrutura de transporte do país em relação às ferrovias, mas é algo que mesmo que tenha recebido investimento com a privatização ainda não conseguem suprir a demanda do setor de agronegócio e se consolidar como uma alternativa ao transporte rodoviário (PRADO JUNIOR, 1970).

Ademais, o agrobusiness (termo em inglês para o agronegócio) é responsável por 35%

de empregos no país e 12% da população economicamente ativa, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

O gerenciamento de sistemas agroindustriais ganhou importância devido à alta demanda de produtos, abertura comercial, crises mundial, desregulações de cadeias agroindustriais e fatores macroeconômicos externos e internos que levaram a balança comercial do Brasil ao desequilíbrio. Para ocorrer o gerenciamento, existem ferramentas como a gestão pela qualidade e o planejamento estratégico que ajudam a equilibrar o sistema agroindustrial. O quadro abaixo exemplifica melhor os termos citados acima:

QUADRO 2: Conceito de sistema de produção, cadeias produtivas e sistemas agroindustriais.

Sistema de produção	Cadeias produtivas	Sistemas agroindustriais
Composto pelo conjunto de sistemas de cultivo ou criação no âmbito de uma propriedade rural, definidos a partir de fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra) e interligados por um processo de gestão (BERTALANFFY, 1973; CHIAVENATO, 1993).	Termo utilizado em geral para determinação do conjunto de atividades de um segmento de mercado, por exemplo, a cadeia produtiva do leite, farmacêutica, têxtil (MARTINS; LAUGENI, 2006).	Também conhecido como SAGs tem em sua essência a noção de conjunto, a visão de todo, de que as indústrias de insumo, produção agropecuária, indústrias de alimentos e o sistema de distribuição apresentam relações de dependência entre eles (ZYLBERSZTAJN, 2005).

A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que valoriza os meios de produção e asseguram a articulação das operações, como a produção de um material até o seu destino final. Possui três macrossegmentos com a comercialização que é a empresa final que terá contato com o cliente, a industrialização que transforma matéria prima em produto para o consumidor e a produção de insumos que são empresas que fornecem a matéria prima para o processo de produção do produto final. Já que o sistema agroindustrial é composto por atividades que permite a produção de produtos agroindustriais através da produção de insumos até a chegada do produto final ao consumidor (BAER).

Houve, sem dúvidas, transações econômicas entre o setor agrícola e o setor industrial no

período proposto como “modernização agrícola”. A produção de soja, antes concentrada na região Sul, passou para as áreas de Cerrado e possivelmente para a região amazônica. Desse modo, notou um desdobramento de empresas como as multinacionais (tradins), em especial o chamado grupo A, B,C, D, (ADM, Bunge, Cargil, Dreyfus) para o Centro-Sul, onde havia novos projetos de plantação. A ADM (Archer Daniels Midland Company) é uma das maiores empresas de agronegócio no Brasil. A empresa processa soja em quatro instalações e comercializa as marcas de óleo de soja Concórdia e Corcovado, além da linha de óleos vegetais especiais Vitaliv. Presente em toda a cadeia do agronegócio, a companhia, por mais de um século, tem transformado culturas agrícolas em produtos que atendem as necessidades vitais de um mundo em crescimento. A Bunge, também é considerada uma das principais empresas de agronegócio e alimentos. Origina grãos e processa soja e trigo; esmaga as oleaginosas para produção de farelos para a alimentação animal e óleo para produção de alimentos; produz maionese, atomatados, margarinas; processa cana para produção de açúcar, etanol e energia, e faz moagem de trigo para indústria de alimentos, padarias e outros clientes comerciais. Desde 2006, atua no segmento de açúcar e bioenergia. Já a Cargil oferece maiores quantidades de produtos para comércio, como: grãos, sementes, rações, óleos, milho, cacau, café, algodão, ovos, fertilizantes, serviços financeiros, farinha, sucos, malte, carne, melaço, amendoim, petróleo, porcos, aves, borracha, sal, aço, perus e lã. Em 2011 ela expande significativamente seu negócio global de nutrição animal com aquisição da empresa Provimi, adicionando premissas e aditivos ao seu portfólio de produtos. Por último, a Dreyfus (LDC – Louis Dreyfus Company) atua nos produtos agrícolas do Brasil há quase 80 anos originando, processando, armazenando, transportando, pesquisando, customizando e distribuindo café, algodão, grãos, suco, oleaginosas, arroz, e açúcar.

No ano de 1970, foi sistematizada a importância de intervenção do Estado no “agronegócio”. Vários programas foram criados, como o Proceder (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados), Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) etc. Por conseguinte, percebe-se que não se pode falar de agronegócio sem pensar no Estado, tudo isso devido à bibliografia e visitas às áreas de campo. Além disso, o agronegócio movimentava certa de 458 bilhões de reais por ano (1/3 do PIB-Produto Interno Bruto) se tornando em três décadas o setor econômico mais importante do país. Sua grande exportação gira em torno do suco de laranja, soja em grão, açúcar, café, tabaco, frango, álcool, couro curtido e carne bovina. Este aparato de produtos é o que colabora decisivamente no superávit comercial brasileiro e cria condições de desenvolvimento e de

investimentos em outros setores fundamentais como a indústria, comércio e serviços. A proximidade que estas divisas trazem para o mercado torna-a uma fonte geradora de empregos nos outros setores, que com a entrada de recursos acaba também gerando uma maior demanda no comércio, maior arrecadação de impostos pelos órgãos. Está é a capacidade que o mercado tem de transferir riqueza para os mais variados setores da economia, de uma forma consistente e sustentável, possibilitando ainda a oportunidade de se abrir novos mercados, propiciando modelos adequados de crescimento. Desse modo, a colaboração do sucesso do agronegócio, como um todo, faz bem mais do que simplesmente enriquecer fazendeiros produtores, pois os setores que estão ancorados na economia gerada por estas divisas, beneficiam-se como exemplos de qualidade de vida, e como módulos propiciadores de empregos e de oportunidades. O aumento do poder de consumo de quem se envolve na atividade agropecuária movimenta o mercado local e atrai empresas, que geram empregos e realimentam a riqueza originada no campo. A atividade tem um efeito multiplicador, alavancando o crescimento e a prestação de serviços, correspondendo a uma melhoria concreta nas condições de vida da população, e nos índices de inclusão social, de acesso dos cidadãos aos serviços básicos (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Antigamente as terras eram inadequadas para alguma atividade agrícola. Por exemplo, o Centro-Oeste que não era apropriado para a agricultura e o Triângulo Mineiro que era ocupado somente por gados. Hoje essa perspectiva mudou, as terras do Centro-Oeste são cobertas por soja devido ao aumento da ciência e tecnologia que permitiram a maior produção dos solos por meio da calagem, adubação, aração, irrigação e correção de nível. Trazendo um amplo desenvolvimento para o Brasil e permitindo o crescimento do agronegócio (MATOS, 2011).

Algumas empresas como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) através da tecnologia fizeram tomar realidade o que muitos agricultores sonhavam em suas terras. Criaram projetos como mapeamento de níveis de degradação de pastagens no bioma Cerrado por meio de geotecnologias; desenvolvimento de protótipo de detecção precoce do estresse de plantas e armadilhas feromonais para manejo integrado de pragas no cultivo de milho; melhoramento genético do guandu forrageiro insensível ao fotoperíodo para o semiárido e outros que causaram mudanças de pessoas e familiares do seu lugar de origem para localidades que estavam ficando ricas pela agricultura, como o Sul, Centro-Oeste e Triângulo Mineiro. Além disso, as plantações modernas e as operações agrícolas são realizadas de maneira muito diferentes quando comparadas às praticadas algumas décadas atrás. Inicialmente podemos relacionar este salto em produtividade e gerenciamento das plantações aos avanços

tecnológicos que vem sendo aplicados à agricultura. Desse modo, agricultores conseguiram aumentar sua produtividade, reduzir os impactos ambientais no ecossistema, aumentar a segurança dos funcionários, detectar escassez de nutrientes no solo e até mesmo reduzir gastos na produtividade (GOMEZ, 2006).

Mas, como todo ponto positivo tem o seu negativo, o agronegócio ao mesmo tempo em que gera lucro e emprego para outros, gera também excedente populacional em certas regiões. Esse problema é acarretado devido a maiores concentrações de emprego em certas localidades, à melhor estabilidade financeira, ao maior uso de tecnologias que dão suporte ao agricultor entre outros. O estado de São Paulo, por exemplo, tem alta concentração de pessoas trabalhando no meio urbano na área do comércio e da agricultura que poderiam migrar para as outras regiões do Brasil, mas por ser uma localidade com alto desenvolvimento e tecnologia, muitos indivíduos optam pelo emprego onde tem bastante demanda.

Portanto, de tudo que foi dito acima se pode levar em conta que o Estado infere muito no agronegócio devido às suas políticas agrícolas que são relacionadas ao meio rural/agroindustrial, estabelece relações do campo com trabalho e meio ambiente, fornece capital para produtores rurais, fiscaliza determinada localidade, além de poder também causar conflitos indiretamente entre os trabalhadores urbanos e os produtores rurais.

2 - MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é de cunho qualitativo, cuja investigação adota uma abordagem baseada no estado da arte (revisão de literatura) considerando as temáticas tratadas no decurso do texto. Posteriormente o texto se baseou na proposta de um estudo de caso para entender a dinâmica sucroalcooleira na Microrregião de Ituiutaba.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa parte tratará do Setor sucroenergético na experiência brasileira. A evolução da cultura da cana-de-açúcar no Brasil teve significativas transformações, assumindo certa importância para o ciclo evolutivo da economia nacional, principalmente no início da economia brasileira, observada desde o período colonial (BAER, 1965).

Dessa maneira, a negociação dos produtos oriundos da cana-de-açúcar mostrou uma

tendência constante de grandes transformações em toda a sua cadeia produtiva, ao longo da comercialização do mercado interno e âmbito internacional. Era um momento de grande desenvolvimento econômico do Brasil. O açúcar representou a maior primeira grande riqueza agrícola e industrial do país e, durante muito tempo, foi a base da economia colonial. Assim, diversos procedimentos adotados na atividade canavieira, dando ênfase para as importantes inovações tecnológicas por qual passou a cultura da cana, foram observadas ao longo do seu desenvolvimento em todo o contexto histórico da cultura (FURTADO, 1986).

Sobre a implantação e ciclo evolutivo da indústria da cana-de-açúcar no Brasil tem-se que o início da cultura veio com antecedência à chegada da coroa portuguesa em solo brasileiro e em consonância à fase de colonização do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1970).

A principal atividade econômica na época da colonização brasileira era a extração de metais preciosos. Nesse período era proibida qualquer outra atividade diferente dessa, por meio de decretos. Não obstante, a cultura da cana-de-açúcar ganhou proporção importante na economia colonial tornando-se um dos principais produtos agrícolas garantindo incremento à economia nacional juntamente com a exploração de minérios (HOLANDA, 1995).

Com a crise do petróleo ocorrido na década de 1970, diversas nações tiveram suas economias afetadas em maior ou menor grau, pois o aumento do barril colocou o mundo em estado de alerta uma vez que o controle sobre a produção e distribuição dessa matéria-prima pelos países árabes além de possuir grande importância comercial era utilizado como estratégia política pelos países do Oriente Médio. Desse modo, houve o aumento de dívidas e retração do crescimento aumentando débitos externos e o desemprego de suas populações gerando a queda do PIB. Os Estados Unidos tiveram uma contração de 6% entre 1973 e 1975 e o número de pessoas desempregadas chegou a dobrar atingindo 9% nesse período, já as economias europeias, como a alemã e a inglesa contraíram o que ficou conhecido como “estagflação” (aumento da taxa de emprego combinado com o aumento contínuo do preço) (PIMENTEL, 2011).

Os países em questão organizaram-se para buscar alternativas ao petróleo, pois não possuíam reservas suficientes para abastecerem seus mercados. Os principais fornecedores estavam no Oriente Médio, região de constantes conflitos entre seus membros. Além disso, o preço do barril desse produto no mercado internacional dependia de diversas variantes, entre elas o crescimento econômico, estratégias do mercado adotadas pelos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), momento geopolítico etc. Após o choque petrolífero ocorreu uma busca visando à substituição do petróleo e seus derivados na indústria, na geração de energia e no setor de transporte. Segundo a IEA (Agência Internacional de

Energia), em 1973 o consumo final de derivados no mundo correspondia a 45,4% no setor de transportes, enquanto a indústria ficava com 19,9 %, o uso não energético somava 11,5% e os demais setores como agricultura, serviços e residencial totalizavam 23,2%.

O Brasil devido à escassez desse recurso e seus derivados passaram por uma crise, visto que a sua matriz energética tinha nessa matéria-prima sua principal fonte, o que gerou preocupação do governo militar em buscar alternativas diante dos altos preços do barril de petróleo, que até então era o seu principal suprimento energético. Diante dessa crise, o país passou a estudar alternativas que substituíssem o petróleo e fosse uma fonte de energia mais barata, onde o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) teve uma maior aceitação devido à alguns fatores benéficos como experiência anterior no plantio da cana-de-açúcar, além do país possuir clima e solos favoráveis e a lavoura canavieira ser uma fonte renovável de energia.

Uma das alternativas que se destacou foi à utilização de óleo vegetal ao invés de óleo diesel. Todavia, as pesquisas sobre as novas fontes de energia não eram recentes, porém só se intensificaram após o ano de 1920, quando o governo ofereceu subsídio depois da implantação do Proálcool, em resposta aos efeitos da crise. Desse modo, a partir da década de 90 que a implantação de plantas industriais e produção em escala comercial começaram a ser ativadas, visando sempre à preservação do meio ambiente com produtos sustentáveis e procurando um combustível com teor de igualdade ao petróleo. Contudo, os biocombustíveis só se intensificaram na década de 2000 (BENETTI, 2009).

Com isso, o etanol pode ser considerado uma forma benéfica de combustível devido ao fato de ser uma fonte de energia renovável e acarretar inovações para o desenvolvimento tecnológico. Além disso, ele possui menor poder aquisitivo e menores resíduos que poluem o meio ambiente. Sendo assim, graças ao território brasileiro ser extenso e possuir terras agricultáveis, o cultivo da cana foi implantado com sucesso (MACEDO, 2007).

Para Matos (2011), após 25 anos da implantação do Proálcool, a produção de álcool começa a crescer muito em virtude da necessidade de substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis limpos e do aumento da fabricação de automóveis que funcionam com a utilização do álcool e da gasolina. Um dos fatores que fizeram o setor sucroenergético crescer no agronegócio foi o interesse no etanol por parte dos investimentos de capital internacional. Este cenário levou à instalação de novas usinas sucroalcooleiras na região.

Sobre o Proálcool, foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do

mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. Apesar do sucesso técnico do Proálcool, ocorreram muitas críticas à sua implantação. Essas críticas baseavam-se no fato de que áreas de cultivo da cana-de-açúcar aumentaram muito, enquanto as de cultivo de alimentos se mantiveram inalteradas (LIMA, 2002).

Por conseguinte, o Brasil cresceu bastante no setor sucroenergético em várias regiões do país promovendo novas configurações no âmbito econômico, social e ambiental. Pois a economia estava crescendo substancialmente devido ao cultivo da cana com grande sucesso e havia grande geração de empregos. Assim, o Cerrado tornou-se alvo de interesses por proporcionar viabilidade para uma produção rentável. Logo, Minas Gerais e Goiás tiveram uma expansão acelerada na produção de cana-de-açúcar (CASTRO, 2010).

Ademais, com o choque petrolífero ocorrido em 1970 e as altas do preço do barril, o presidente Ernesto Geisel em novembro de 1975 através do decreto nº 75.593 instituiu o Proálcool com o objetivo de estimular a produção de álcool visando abastecer o mercado interno e substituir o petróleo pelo etanol já que o território brasileiro era propício para a cultura da cana-de-açúcar.

Em meio ao choque do petróleo, o governo militar queria investir em alternativas que pudessem substituir esse recurso a ser viável economicamente. O etanol era bem visto além de ser considerada uma energia mais limpa ao contrário do petróleo que é extremamente poluente e pode provocar graves consequências à saúde do ser humano. Foi nesse contexto que o etanol se consolidou como o combustível de maior destaque no mercado brasileiro e ter conseguido grande aceitação no mercado automotivo também, como substituto da gasolina para carros de passeio.

O Brasil soube atravessar o período da crise de forma inovadora, e com o Proálcool, o combustível limpo e renovável, totalmente nacional, criou uma ampla gama de empregos visto que a cadeia produtiva da agroindústria açucareira gerou vários postos de trabalhos diretos. Os objetivos do Proálcool eram: diminuir a dependência externa de combustível; proporcionar o crescimento nacional da produção de bens e capital e gerar emprego e renda (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

O governo intensificou o Proálcool dando subsídios e financiamentos e, através da PETROBRAS – Petróleo Brasileiro/AS eram realizadas as etapas da entrada do etanol no mercado brasileiro (MICHELLON, SANTOS & RODRIGUEZ, 2008, p. 2).

Devido aos acontecimentos citados acima, o Brasil mudou a matriz energética

consolidando a cana-de-açúcar como a fonte para obtenção de energia mais importante do país. Assim, a indústria canavieira passou a ser uma das mais relevantes para o setor sucroenergético e para a indústria automobilística (OLIVEIRA, 2004).

No que tange as inovações tecnológicas, tem-se que a modernização da agricultura contribuiu muito para o avanço da tecnologia na cana. No setor sucroalcooleiro, o uso de tecnologias para a colheita da cana-de-açúcar tem se dado de forma crescente e irreversível, devido aos marcos regulatório com fins da erradicação da queima da palha, o que por sinal veio para substituir o trabalho manual, eliminando o emprego dos cortadores da cana. Como fatores centrais relacionados à adoção das inovações tecnológicas, faz-se necessário salientar que as empresas brasileiras vêm buscando adequar suas estratégias de atuação em um contexto de progressivas introduções de inovações econômicas, numa perspectiva de crescente internacionalização das operações dessas corporações (OLIVEIRA, 2004).

A partir da década de 1990, o Brasil consolida-se como maior produtor mundial de cana-de-açúcar e etanol. Segundo dados da ÚNICA (União da Indústria da Cana de açúcar), o Brasil conseguiu produzir na safra de 2010/2011 cerca de 620.132 milhões de toneladas de cana e 37.989 milhões de toneladas de açúcar. Ressalta-se que o crescimento da cana-de-açúcar no território brasileiro está ligado aos interesses capitalistas das agroindústrias canavieiras antes destinadas a outras culturas (CARVALHO, 2004, p. 47).

No que diz respeito à economia brasileira, a cana-de-açúcar sempre foi de muita importância. E agora passa por uma promissora fase. Há quem considere que o aumento na utilização de biocombustíveis é inevitável (ESCOBAR, LORA, VENTURINI, YÁÑEZ, CASTILLO & ALMAZAN, 2009). Portanto, fatores como o desenvolvimento do etanol, um produto derivado da cana, como alternativa à substituição dos combustíveis fósseis; e ainda, o preço mais forte do açúcar no mercado de commodities, a utilização e a valorização de subprodutos industriais resultantes da fabricação de açúcar e álcool são alguns aspectos que também motivaram uma forte expansão da cultura da cana no Brasil, e induziram à maior modernização e à eficiência da indústria canavieira.

Em virtude do desenvolvimento econômico devido ao comércio de produtos da cana-de-açúcar, juntamente com a acumulação de capital ocasionada pela transação desses produtos, a cultura se disseminou, acelerando cada vez mais o seu crescimento. Então, acarretando o processo de modificações no cenário econômico brasileiro, é importante elevar o nível qualitativo do produto e procurar excelência na qualidade, com o propósito da absorção e ganho de mercado, sempre com a meta do foco no consumidor final (THEODORO, 2011).

Os produtores passaram a desenvolver novas competências visando aumentar a eficiência técnica, modernizando a estrutura produtiva das usinas e buscando outros mecanismos de coordenação corporativista, por exemplo, na ÚNICA em São Paulo ou na ALCOPAR, no Paraná. O paradigma tecnológico tornou-se uma condição para a sobrevivência no mercado (SHIKIDA, AZEVEDO & VIAN, 2011). Numa abordagem ampliada, outros autores como BARBIERI et al. (2010) identificaram: as pressões externas, a busca pela melhoria da imagem e a possibilidade de diferenciação, como sendo os fatores determinantes para a inovação empresarial.

Os processos pelos quais a cultura da cana-de-açúcar passou no Brasil, desde o seu estabelecimento no período colonial, mostra a importante influência da demanda mundial de produtos em quase todas as épocas. Em resposta principalmente em relação direta à evolução do comércio exterior e os efeitos da globalização financeira, além dos mercados consumidores internacionais (BENETTI, 2009).

Ainda em constante mudança para a espacialização da cultura da cana no Brasil, é notável o avanço cada vez mais acentuado no relacionamento comercial internacional, frente às melhorias tecnológicas adotadas como maquinários, sistemas de irrigação, potencializando o mercado do setor produtivo do álcool e garantindo às indústrias seu aumento substancial na produção de produtos derivados da cana. O etanol modificou o cenário social, mantendo a absoluta produção da cana-de-açúcar, como face importante aos programas de desenvolvimento econômico e social brasileiro (MIZIARA, 2009).

Ocorreu um notório e gradual processo de mecanização dos processos de produção da cana que foi extremamente importante para seu desenvolvimento no período da economia colonial. Esse processo evitou explorações de outras naturezas, exclusivamente para a instalação de engenhos, pioneiros na produção e beneficiamento do açúcar, o qual perdura até os dias atuais, introduzindo melhor viabilização dos processos produtivos, como o plantio e cultivo de forma menos onerosa e rentável, diminuindo a mão de obra exploratória e solidificando a mecanização relativa ao processo produtivo da cana-de-açúcar para a mão de obra assalariada e regulamentada (CALMON, 2002).

Em relação à economia atribuída à cana-de-açúcar no Brasil colônia, é fato comprobatório que “o produto de exportação, o lucro do açúcar decorre de sua grande venda para os mercados redistribuidores de Holanda” (CALMON, 2002, p. 52).

O desenvolvimento da cana-de-açúcar no Brasil trouxe novas conquistas para o mercado

exportador. Utilizando-se de recursos de mão de obra inerente ao seu cultivo, bem como a adequação e ampliação do espaço para seu plantio e beneficiando a economia nacional, o mercado alavancou substancialmente a comercialização de produtos, acarretando a construção de indústrias vinculadas aos produtos derivados da cana, além do açúcar, e início da produção de bebidas alcoólicas com foco de gerar lucro (ALBUQUERQUE, 1987).

É notória a consolidação de grandes inovações transacionais como as vendas do álcool, devido às grandes modificações realizadas em todo o processo de adaptação das atividades canavieiras. A evolução da economia também se deu a partir do desenvolvimento agrícola decorrente do inegável sucesso em sua produção, ganhando experiência e adaptações positivas no meio social (MENDONÇA e PIRES, 2002, p. 36).

4 - O DOCE AMARGO DO MEL: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO EM ITUIUTABA (CANA-DE-AÇÚCAR)

O estado de Minas Gerais mantém desde 2009 como o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ficando atrás apenas do estado de São Paulo. Nas últimas décadas, o setor sucroenergético no estado obteve grandes lucros devido à entrada do capital estrangeiro nesse ramo. Por o Brasil ser o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e exportador desses produtos, é fácil notar a valorização do álcool brasileiro por ser uma alternativa de energia renovável, limpa e não poluente. Dentro de Minas Gerais, a Microrregião Geográfica de Ituiutaba é que ganhou destaque.

Logo, a Microrregião de Ituiutaba, desde o final de 1990 tornou-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas e ambientais, decorrentes do crescimento do setor sucroenergético e por ser uma área em constante desenvolvimento sempre no ramo agropecuário. Vale lembrar que sua posição no globo terrestre permitiu ter um bom solo e um bom clima. Essa Microrregião é composta pelos municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória (BRASIL, 2014).

Os processos urbanos e as dinâmicas das cidades da Microrregião estão inseridos em um contexto mais abrangente, que é o da ocupação territorial do Cerrado brasileiro e da urbanização do Triângulo Mineiro, já discutidos por Soares (1995,1997). A formação

socioespacial dos municípios, as relações econômicas dependentes das atividades agropecuárias e as dinâmicas urbanas, ligadas à expansão do setor agroindustrial canavieiro e às instituições de ensino superior, impulsionaram a produção do espaço urbano na Microrregião de Ituiutaba.

Vale destacar que os municípios dessa região são provenientes de grandes propriedades rurais (latifúndios de aproximadamente 10 mil hectares), o que resultou em um número reduzido de cidades, localizadas distantes uma das outras, um pouco dispersas. Essas distâncias se refletiam na criação de uma rede de influência urbana, que era limitada, com relações menos complexas e concentração de pessoas, estruturas e investimentos em poucas cidades, gerando desigualdade no desenvolvimento territorial do Triângulo Mineiro.

Característica marcante da Microrregião de Ituiutaba são as atividades agropecuárias como a produção de lavouras temporárias (algodão, cana-de-açúcar, milho, soja, sorgo e arroz) e o efetivo rebanho de bovinos, suínos e galináceos.

Ainda estudado por Soares (1995, 1997), no período de 1990 a 1999, o milho era o produto com maior área colhida, acompanhado pela soja. Entretanto, na mesma década a produção de milho apresentou queda, enquanto a soja aumentava, resultando na superação da produção de milho pela soja no ano de 2000. A área colhida de soja continuou em ascensão até o ano de 2003, quando iniciou uma curva descendente. Já no mesmo ano a produção de cana-de-açúcar aumentou, transformando em uma curva ascendente da área colhida. O período compreendido entre o início da década de 2000 até o ano de 2011 foi marcado pela ascensão das áreas colhidas de cana e decréscimo das áreas de milho e soja. Isso devido ao preço do barril de petróleo ter aumentado e o Brasil ter criado uma estratégia da substituição da gasolina para o mercado interno e exportação de etanol.

Na Microrregião de Ituiutaba o avanço da cultura da cana-de-açúcar decorrente da territorialização das usinas ocorreu nos últimos quinze anos. As usinas localizadas nessa Microrregião são: Companhia energética do São Simão e Usina Santa Vitória, ambas na cidade de Santa Vitória; Unidade Vale do Paraíba, da Usina Laginha Agro Industrial, na cidade de Capinópolis; Ituiutaba Bioenergia, na cidade de Ituiutaba; Usina Gurinhatã, da FLE Empreendimento, na cidade de Gurinhatã e a Unidade Triálcool, da Usina Laginha Agro Industrial, pertencente ao Grupo João Lyra, que não se localiza na Microrregião de Ituiutaba, pois está na cidade de Canápolis, porém sua localização próxima à divisa de Ituiutaba faz com que as lavouras de cana ocupem terras do município vizinho. Cabe ressaltar que as mesmas transformaram o espaço, apropriando-se de terras antes destinadas à agricultura e causaram mudanças sociais como a migração de outras regiões do país para os municípios que estivessem

em época de safra. Só retomando aos seus estados de origem no final da colheita (BRASIL, 2014).

A territorialização das usinas fez com que aumentasse as plantações de cana-de-açúcar em todos os municípios, criando canaviais entorno das usinas, pois estas optam por comprar ou arrendar terras em um raio de 50km. Assim, houve declínio de outras variedades das produções a partir dos anos 2000, dando destaque para o arroz, feijão e milho, em consequência da vinda das usinas. Quando essas e os grandes canaviais se instalaram na região acontece a territorialização porque delimita influência e poder ao colocar em prática estratégias de persuasão para os proprietários de terra arrendar ou vender seus solos para as usinas (FARIA, 2011).

É importante notar que as usinas se instalam em um lugar de infraestrutura sobre a área e disponibilidade de terras, de acordo com estudos edafoclimáticos, ou seja, características definidas através do clima, relevo, litologia, temperatura, umidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluviál (FARIA, 2011).

Por conseguinte, a terra é um fator primordial para as usinas do setor sucroenergético, em função de precisarem de matéria prima para reprodução do capital. Com isso, elas lançam seu poder “sedutivo” aos produtores para cederem áreas com o arrendamento e trazer benefícios para si. Mesmo os produtores tendo receio com a poluição e medo de que prejudique o meio ambiente, eles acabam cedendo espaço e ainda fazendo parcerias com as usinas para plantar cana e garantir a comercialização com a indústria (GOMEZ, 2006).

Sobre o arrendamento, tem sido a forma mais utilizada pelas usinas para expandir a produção de cana-de-açúcar. Nas orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007), o arrendamento rural é um contrato em que uma pessoa obriga a ceder à outra, por tempo indeterminado ou não, o uso e o gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercidas atividades de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativista ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei.

Já as usinas da Microrregião de Ituiutaba como BP Biocombustíveis e Santa Vitória Açúcar e Álcool, o arrendamento ocorre em propriedades pequenas e grandes, desde que seja capaz de gerar uma produtividade que compense o arrendamento (FARIA, 2011). Uma das consequências acarretadas pelo arrendamento é a questão socioeconômica, que sofre transformações com a inserção brusca dos canaviais e das usinas na Microrregião, pois o

crescimento das áreas para plantações canavieiras é bastante rápido, uma vez que a indústria já instalada começa a produção, visando maiores lucros e produtividade (GRAZIANO NETO, 1985).

Outro impacto significativo é os socioambientais que as usinas causam. A adoção da prática do monocultivo provocou a drástica redução da biodiversidade, alterando assim o equilíbrio natural dos ecossistemas, levando, então, à necessidade de controlar outros fatores, como a umidade e fertilidade dos solos e a ocorrência de pragas e doenças nas plantações. Desse modo, foi necessária a utilização de grandes quantidades de insumos químicos, da adoção de irrigações, uso de maquinários, melhoramento genético, dentre outras técnicas constituintes do “pacote tecnológico” incentivado desde então. Porém, o emprego destas técnicas agrícolas é responsável por extensos impactos sobre o ambiente, pois provoca a compactação do solo, devido à intensiva mecanização e uso indevido de insumos químicos e a contaminação do solo, das águas e da atmosfera, através do uso de substâncias químicas presentes nos praguicidas, herbicidas e adubos sintéticos (POLTRONIÉRI, 1999).

No mais, a expansão canavieira ocorre sobre áreas de pastagens e de pequena produção familiar quanto de outras culturas de maior porte (soja, milho, leite), por ser mais lucrativa em momento de queda nos preços dos outros produtos. Então, afeta o pequeno produtor, que se sente pressionado pelas condições das usinas e falta de incentivos governamentais, como o grande produtor que decide receber aluguel de suas terras (SILVA, 2011). Ademais, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária) nem sempre libera os recursos necessários à efetivação dos programas, os assentados viram na produção de cana uma forma de garantir sua subsistência e a de suas famílias. Isso mostra que, entre os motivos que contribuíram para a configuração desse quadro de assentamento, destacam-se as dificuldades de acesso ao crédito e a precariedade das políticas públicas para a reforma agrária que não têm conseguido gerar ou garantir a renda aos pequenos agricultores.

Geralmente os produtores rurais que arrendam suas terras mudam para a cidade. No caso das propriedades que possuem trabalhadores, pois os donos já residem na cidade, dispensam a mão de obra desses trabalhadores, que acabam indo também para a cidade, pois não tem escolhas (BRUM, 1988).

Em relação aos impactos sociais, observou-se a grande evasão das áreas rurais, como consequência da pressão de latifúndios sobre as áreas agricultáveis, como também da incompatibilidade e dificuldade do pequeno produtor se manter neste sistema dependente da injeção constante de capital. Esta evasão do meio rural, além de ter provocado a ocupação

desordenada dos centros urbanos, resultou na perda de grande diversidade cultural, uma vez que essas populações rurais apresentavam uma dinâmica de vida ímpar, como hábitos, manejo de produções, relações de trabalho, crenças, relações com o meio natural.

Assim, nota-se que a política brasileira de modernização agrícola favoreceu somente alguns setores e classes de trabalhadores da sociedade, intensificando ainda mais as diferenças e injustiças sociais e ao mesmo tempo contribuindo para a destruição e deterioração dos recursos essenciais à vida. Segundo Marandola Jr. & Hogan (2006), a problemática ambiental está estreitamente relacionada com a dinâmica da estrutura social, não podendo ser compreendida apenas em sua dimensão técnica. “Os riscos e perigos ambientais passam a ser considerados como produtos do sistema, intrincados na trama social e fruto da modernização ecológica, da modernização tardia e de processos de segregação e desigualdades sociais” (MARANDOLA & HOGAN, 2006, p. 36).

Além disso, outro ponto importante sobre a produção da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba foi o fim do corte manual e os impactos para os trabalhadores. Pois com a mecanização, vários trabalhadores retornaram às suas cidades de origem enquanto outros estabeleceram casas na região em busca do mercado formal e informal. Desse modo, surgiram grandes dificuldades para esses, pois a maioria era de baixa escolaridade e não conseguiam encontrar emprego com um nível além do precário e exploratório. Sem contar que o salário recebido com o corte da cana era mais viável para eles do que trabalhar em serviços gerais como pedreiro. Nesse contexto, o processo de mecanização agrícola, a qual as colheitadeiras substituíram o trabalho humano, promoveu a extinção quantitativa dos postos de trabalho e o desemprego de milhares de trabalhadores. Mais uma vez, percebe-se a conjuntura de uma “nova” etapa da modernização, sem políticas públicas que minimizem os impactos sociais (ALVES, 2006).

Quadro 3: Linha do tempo da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba (1990-2010 produção sucroalcooleira).

1950	Ituiutaba era intitulada como “A capital do arroz no Brasil”.
1970	Surgimento do Proálcool que incentivou a plantar mais áreas de cana e instalação de usinas.
2000	Cana-de-açúcar teve um aumento significativo no Brasil inteiro.
2004	Produção da cana em toneladas em Ituiutaba cresceu

	significativamente em aproximadamente 5000 toneladas.
2008-2009	A produção passa de 15000 para 25000 toneladas em Ituiutaba.

Fonte: Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Com o passar dos anos e com incentivos do Proálcool e a instalação de usinas de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, fez com que o cultivo e a produção crescessem de forma considerável.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo rural brasileiro teve a necessidade de se desenvolver mais, pois começou a produzir e a exportar em grandes quantidades. Sua economia cresceu rapidamente causando benefícios e malefícios. O preço dos produtos ora era baixo, ora era alto; a mão de obra aumentou devido à demanda de serviço; indústrias começaram a se instalar no Brasil e em várias regiões, ou seja, a economia em mudança, a grande demanda de produtos e a alta necessidade de exportação fez surgir o agronegócio.

As relações entre indústrias e agricultura ficaram mais fortes causando os complexos agroindustriais. O agrário se tornou mais moderno e capacitado para conseguir produtos de melhor qualidade. Porém, as agroindústrias cresceram tão rapidamente que deixaram de lado as atividades agricultura-indústria que as deram origem.

Lembrando sempre que o Estado tem autonomia para intervir no preço que as agroindústrias propõem.

Contudo, o agronegócio cita as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, sendo esse um termo mais técnico. Além de, estar sempre em busca do lucro.

A partir do momento em que a cana-de-açúcar entrou no Brasil teve grande significatividade para a evolução da economia. O país tem bom clima, ótimo bioma e diversos solos agricultáveis, deixando mais fácil para a cultura da cana se desenvolver e gerar lucro.

Desse modo, o estado de Minas Gerais ganhou destaque na produção da cultura da cana. Mas, uma região que teve extrema importância foi a Microrregião de Ituiutaba, pois em função dos projetos federais que visavam à adoção do etanol como combustível alternativo, vinculados a parcerias efetuadas com outros países para a exportação do produto e, sobretudo, devido à

instalação de novas usinas, a cultura cresceu bastante. Além disso, os dados de zoneamento agroclimático permitem caracterizar o solo para cultivo e com vasta área contínua para produção agrícola. O clima tropical influencia muito na escolha da região, porque ele sendo seco e frio no inverno e quente e chuvoso no verão, viabiliza a monocultura.

A Microrregião de Ituiutaba sofreu grandes mudanças com a territorialização das usinas sucroenergéticas. Dentre elas, está a diminuição da produção da agricultura como arroz, feijão, milho, verduras e pecuária em razão da cultura da cana-de-açúcar. Assim, muitas áreas mudaram suas paisagens naturais, alterando as relações socioeconômicas e culturais.

Nesse panorama, o arrendamento teve destaque para a consolidação dos territórios da cana, pois é uma forma de produção rentável para a reprodução do capital das usinas. Além de aumentar a produção de cana-de-açúcar, o arrendamento pode ser taxado como uma implantação negativa da expansão canavieira, tanto em aspectos sociais como ambientais. Sem contar que os custos de arrendamento no estado de Minas Gerais eram menores que no estado de São Paulo, outro grande produtor de etanol.

No quesito agricultura familiar, a alternativa que permitia às famílias do assentamento arrendar seus lotes visou assegurar a remuneração dos trabalhadores rurais, tendo em vista que suas iniciativas de cultivar alimentos e comercializá-los não alcançaram resultados positivos que compensassem a continuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. C. D; NICOL, Rt. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALVES, G. **Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelos de competência: novas dialéticas**. In: Alves, G. et al. (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá: Práxis, 2006. p. 47-81.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. (2010). **Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições**. ERA, v. 50, n. 2, p. 146-154.

BENETTI, M. D. **A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira.** Revistas Eletrônicas FEE, Porto Alegre, v. 36, n.04, 2009.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.

CALMON, P. **História social do Brasil: espírito da sociedade colonial.** v. 1, São Paulo: Martins Fontes, 2002. Conab/Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar – Brasília: Conab, 2011.

CARVALHO, J. G. **Integração dinâmica e regional: o desenvolvimento recente da união administrativa de São José do Rio Preto (1980-2000).** 2004. 137p. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASTRO, S. S. et. al. **A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo.** Boletim Goiano de Geografia. Goiânia. v. 30, n. 01, p. 171-191, jan./jun. 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1993. 920p.

CNA/SENAR – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro.** 44 p. Brasília, 2007.

COSTA, F. **Políticas públicas para a agricultura.** UESC. 2013.

DAVIS, J. H. e GOLDBERG, R. A. 1957. **A Concept of Agribusiness.** Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, Boston, 136 p.

ESCOBAR, J. C.; LORA, E. S.; VENTURINI, O. J.; YÃÑÉZ, E. E. ; CASTILLO, E. F.; ALMAZAN, O. **Renewable and sustainable energy reviews** 13 (6-7), 1275-1287.

FARIA, A. H. **A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o discurso da modernidade e as des-(re)-territorializações nos cerrados do município de Ibiá.** 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GOMÉZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1991), “**Complexos agroindustriais e outros complexos**”. *Reforma Agrária*, 21 (3): 5-34.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo. Brasiliense, 1985.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAGEYAMA, A. (coord.). (1990), “**O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**”, in g. Delgado et al. (orgs.), *Agricultura e políticas públicas*, rio de Janeiro, ipea.

LIMA, L. R.; MARCONDES, A. A. **Álcool carburante – uma estratégia brasileira**. Editora UFRR. Curitiba – PR. 2002.

MACEDO, I. C. **Situação atual e perspectivas do etanol**. *Revista Estudos Avançados*, Campinas, ano 11, v. 21, n. 59, jan-abr 2007.

MARANDOLA, J.R., E; HOGAN, D.J. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 2006.

MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2011.

MENDONÇA, M. G. D. P.; CORDEIRO, M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

MICHELLON, E.; SANTOS, A. A. L.; RODRIGUES, J. R. A. **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil.** In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, XLVI, 2008. Rio Branco. Anais...Brasília: Sober, 2008. p 1-16.

MIZIARA, F. **Expansão da lavoura de cana em Goiás e impactos ambientais.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/28_6_2009_12_9_46.pdf. Acesso em 20 nov.2012.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989. 149p. (Estudos Rurais, 10).

MULLER, G. (1981), **“O complexo agroindustrial brasileiro”.** Relatório n. 13. São Paulo, EAESP/ FGV.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, R. F. **PROÁLCOOL: Fonte alternativa de energia.** 2004. 68 p. Dissertação (Monografia em Economia) – Universidade Católica de Recife, Recife, 2004.

PIMENTEL, F. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

POLTRONIÉRI, L. C. **Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura.** In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, L. de (orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira.* 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1994, p. 208-22.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: de pensamento único à consciência universal.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

SEDLMAYR, A. **Agriculture in developed countries: how could it become more sustainable?** Universidade de Essex. 2005.

SHIKIDA, P.F.; AZEVEDO, P. F.; VIAN, C.E.F. (2011). **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil**. Pós-regulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas, RESR, Piracicaba, SP, v. 49, n. 03, p. 599-628.

Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Agropecuário**.

SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinamiza socioespacial de Jataí (GO)**. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás - Campus de Jataí, 2011.

SOARES, B. R.. **Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro**. In: Silva, José Borzacchiello da; Costa, Maria Célia Lustrosa; Dantas, Eustáquio Wanderley Correia (Org.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997, p. 105-130.

THEODORO, A. D.. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: ocupação da cobertura vegetal do cerrado**. 2011, Araçatuba. FTA, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em tecnologia em Biocombustível) – Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, Araçatuba, 2011.

UNICA – União da indústria de cana-de-açúcar. **Produção por safra**. Disponível em <<http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4>>. Acessado em: 02 Jun. 2020.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005. p 01-21.

CAPÍTULO 8

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA ESTRATÉGICA COACHING EM AGROINDUSTRIAIS.

Danilton Carlos da Silva¹⁸; Jussara Goulart da Silva¹⁹; Leandro Divino Miranda de
Oliveira²⁰; Sérgio Mendes Dutra²¹

INTRODUÇÃO

Numa diversidade de competição entre as organizações agroindustriais e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações agroindustriais tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca por mais inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades que fazem a diferença, se tornando uma vantagem competitiva dentre as demais.

Para que as essas organizações consigam também desenvolver pessoas com liderança forte, que transcreva eficiência e eficácia, com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é o chamado de coaching.

Segundo a ICF (Internacional Coaching Federation), o conceito mais apropriado para

¹⁸ Mestre em Administração Agroindustrial- Unesp/SP, Docente da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Campus Ituiutaba/ Minas Gerais, E-mail: danilton.silva@uemg.br

¹⁹ Doutora em Administração – UNINOVE – São Paulo/São Paulo, Docente do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Campus Pontal Ituiutaba/ Minas Gerais, E-mail: jussaragoulart@pontal.ufu.br

²⁰ Mestrando em Administração-UNESP-Campus Jaboticabal, Docente no Conservatório Estadual de Música Dr. José Zoccoli de Andrade, E-mail: leandro-miranda92@hotmail.com

²¹ Mestrando em Administração-UNESP-Campus Jaboticabal, Gerente de Pós-vendas na Venture FIAT/Advogado civil e trabalhista, E-mail: sergiomendes@gmail.com

coaching é o de ser “uma parceria continuada que estimula e apoia o cliente a produzir resultados gratificantes em sua vida pessoal e profissional”. Este processo irá aprofundar e expandir a capacidade do indivíduo de aprender e de se aperfeiçoar, elevando sua qualidade de vida.

Com esta parceria continuada entre a organização e o indivíduo, ambos passaram a possuir disciplinas voltadas para a área comportamental, condição fundamental para comunicação, saber se comunicar com os subordinados, compreendendo melhor seus problemas e dificuldade pessoais e profissionais, é como se entende hoje como gestão de pessoas.

Diante deste aspecto, ressalta-se que o profissional coach tem uma responsabilidade muito grande no desenvolvimento humano, sendo a chave para o sucesso e as realizações pessoais e profissionais. Neste estudo, o objetivo geral é analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas percepções de dois coaches.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem como objetivo principal nortear a fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento do trabalho através da síntese da literatura relacionada com os diversos aspectos do problema organizado pelos autores, incluindo também pensamentos desses autores.

2.1 A CONTEMPORANEIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS

Atualmente a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto das mudanças e o intenso movimento por qualidade e produtividade, fez com que as organizações repensassem em possuir diferencial através das pessoas. Pessoas que por sua vez estarão melhores preparadas para realizarem suas funções com mais eficiência e eficácia, desempenhando assim um melhor resultado para si próprio e para a organização onde poderão alcançar seus resultados.

Dentro desta competitividade organizacional e de disputa por pessoas mais qualificadas e preparadas para o mercado de trabalho, a administração de recursos humanos segundo Milkovich e Boudreau (2006), colabora para a compreensão de uma serie de tomada decisões

integradas que formam as relações de trabalho, onde sua qualidade influencia diretamente na capacidade da organização e de seus empregados em atingir seus objetivos.

Para que ambos atinjam seus objetivos (organização X pessoas), Chiavenato (1999) afirma que é preciso entender que são as pessoas que produzem, vendem, servem clientes, tomam decisões, lideram, motivam, comunicam, supervisionam, gerenciam e dirigem os negócios. Dirigem inclusive outras pessoas, pois não pode haver organizações sem pessoas.

No final do século XX, surge a expressão Gestão de Pessoas que segundo Queiroz (2005) vem se popularizando como Gestão de Talentos, Gestão de Parceiros e Gestão do Capital Humano. Queiroz (2005) conceitua que a gestão de pessoas é uma função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

A gestão de pessoas, conforme Chiavenato (1999):

“...é uma área muito sensível a mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes.”

Segundo Gil (2001) “a área de Gestão de Pessoas detém muitos dos elementos requeridos para que a organização seja competitiva, já que ela permite controlar custos, melhorar os níveis de qualidade e criar distintas capacidades”.

Já Lacombe e Tonelli (2001) mencionam que “a gestão de Recursos Humanos está passando por grandes transformações, em função da necessidade das empresas de incrementar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência dos mercados globalizados”. Dentre as transformações do exposto os autores ressaltam a passagem do conceito de gestão de pessoas para gestão com pessoas.

O principal objetivo da gestão de pessoas, segundo Cogo (2006) é “retirar delas, através do retorno, todo o investimento alocado para melhorar a competitividade da empresa diante do mercado”.

Os desafios a serem enfrentados tanto dentro das organizações quanto para as pessoas diante destas mudanças que o mercado vem exigindo, nota-se que as funções da gestão de pessoas sofreram e sofrem alterações também no decorrer do tempo. As organizações tendo o

conhecimento de que as pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas dependendo da maneira como elas são tratadas. Elas podem ser a fonte do sucesso como podem ser a fonte de problemas, sendo que cabe a função da gestão de pessoas em lidar com esta situação.

A principal função de recursos humanos ou de gestão de pessoas, para Maximiano (2004), é “de encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita”. Isso envolve atividades que começam antes de uma pessoa ser empregada da organização e vão até depois que a pessoa se desliga.

Para Chiavenato (2004) a gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas: empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer denominação utilizada para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Gil (2001) afirma que gestão de Pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

Segundo Witt (2009), pode-se acreditar que a maioria das empresas bem sucedidas são aquelas que administram bem o seu capital humano, cujo talento para obter e sustentar as vantagens competitivas está centrado nas pessoas que formam a força de trabalho e por isto é necessário saber como selecionar e desenvolver futuros líderes, como redesenhar a empresa para melhor atender aos clientes, como recompensar o bom desempenho, como liderar uma mão-de-obra globalmente diversificada, como controlar os custos dos encargos trabalhistas ao mesmo tempo em que se mantém o tratamento justo aos empregados. Para a autora os maiores desafios sempre envolvem a administração das pessoas dentro das organizações.

2.2 ORIGEM E DEFINIÇÕES DO COACH

Com a concorrência mais acirrada e a pressão pela conquista de resultados cada vez maiores, os líderes procuram melhores estruturas para trabalharem como também novos conhecimentos para atingir os objetivos e as metas propostos pelas organizações. Dentro destes novos conhecimentos surge o coach, que vem sendo uma nova função nas organizações.

A origem da palavra coach advém da Hungria, com o termo húngaro kocsí, que se refere a um tipo de carruagem. O mesmo foi adaptado em outras línguas como no francês, no alemão que é kutsche, para o espanhol, até o inglês coach. Foi na língua inglesa que o termo se popularizou na administração. Além do uso no sentido de condução passou a identificar o tutor,

pessoa que ajudava os estudantes universitários a se prepararem para seus exames, e por último o coach surgiu para designar treinadores de equipes esportivas, uso mais comum desde os tempos até chegar no tempo de hoje. O dicionário Oxford (1997) traduz coach como "Técnico, treinador, tutor"; também como "Carruagem ou ônibus" e/ou "viagem em carro ou carruagem".

Chiavenato (2002) salienta que o termo coach surgiu nos Estados Unidos como uma atividade profissional, onde no início era um misto de consultoria, aconselhamento, assessoria, prestada em geral por pessoas experientes, maduras e dotadas de certos conhecimentos específicos, que inspiravam confiança, seja por seus princípios éticos, seja por sua credibilidade profissional.

O termo coach tem origem no campo esportivo e tem sido utilizado para designar o papel do técnico, aquele profissional que treina times de futebol ou basquete. Nos últimos anos, entretanto, esse termo vem sendo utilizado nas empresas, não necessariamente para designar um cargo, mas um papel profissional: o da pessoa que se compromete a apoiar alguém com vista em melhorar seu desempenho e promover seu desenvolvimento profissional e pessoal. (GIL, 2007).

Segundo Block et. al (2012) coach é uma pessoa com um alto nível de conhecimento bem treinada com muita experiência de vida e de muito conhecimento organizacional, conhecimento global de uma organização. Tem como missão dentro da organização e fora dela de desenvolver pessoas, capacitá-las para assumirem cargos de liderança, de executivos, cargos que requerem muita responsabilidade, como de sucessores, presidentes, gerentes entre outros. A autora afirma ainda que existe também quem procura coach para marketing pessoal, para mudarem de posição dentro da organização, e também para se sobressair melhor na vida pessoal, pois o coach é uma ferramenta estratégica que pode ser aplicada tanto pela organização a um colaborador o qual ela pretende investir e capacita-lo para desenvolver certa função ou até mesmo um colaborador pode contratar um coach para se desenvolver e possuir uma melhor performance profissional ou pessoal.

No final da década de 1980, chega à terminologia do coach ao Brasil. Foi um período de inúmeras transformações e dolorosas que vinham para ficar e para mudar totalmente as relações do trabalho. Os processos de reengenharia e das demissões coletivas estavam chegando ao fim, o mercado até então era fechado por divisas protegidas, com poucas mudanças de diversas gestões centralizadoras em poucas pessoas ás onde a cúpula tomava as decisões e o restante da organização simplesmente executava as ordens, e a maior preocupação com a carreira eram a manutenção do emprego os salários, as promoções e a formação de um patrimônio pessoal. A

geração que industrializou o país não aprendeu a olhar para suas competências como seu maior valor, e sim davam o valor aos patrimônios maquinários e esqueciam que quem movimentava tudo eram pessoas.

E nos últimos anos, tem havido um crescimento particularmente rápido no uso do coaching executivo. O termo coaching é um processo de mudanças que envolvem o coach e o coachee. O primeiro é um técnico de pessoas ou líder e o segundo o aluno ou cliente. O objeto primeiro do coaching é proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências de um indivíduo para a harmonia e eficiência do seu desempenho enquanto pessoa ou profissional. (CONTI, 2010).

Percia e Sita (2011) descrevem que a atuação do processo de coaching nas organizações é fundamental para que se desenvolvam estratégias pessoais que propiciem alternativas de crescimento para que o planejamento projetado seja alcançado.

Entre as organizações que adotam a prática do coaching estão: American Express, o Citibank, a Colgate, a Telecom e Procter & Gamble, entre outras que estão em processo de adaptação. (OLIVERO, 1997).

E neste novo cenário competitivo conforme uma pesquisa realizada nos site institucional das respectivas organizações agroindustriais como a BRF S/A, Bunge, Usina BP Biocombustíveis, Syngenta, Grupo Bayer também possuem processos e projetos de desenvolvimento e qualificação de jovens aprendizes e funcionários líderes com sistema de coaching.

Segundo Showers e Bruce (1996), em sua pesquisa sobre a evolução de aprender em parceria, afirmam que os temas de coach, resultados de seus estudos durante quinze anos, se mostram melhores performances os indivíduos que aprendem sobre o termo dentro das escolas, junto com seus professores.

Dentro desta aprendizagem, o coaching vem entrando no vocabulário moderno das empresas. Para Porché e Niederer (2002), os coaches representam um processo de benefício, em um clima de maior confiança e cooperação aumentando o nível de satisfação no trabalho. Gaspar e Portásio (2009) afirmam que na prática, o coach ajuda o seu colaborador a aprender, a descobrir as áreas de maior potencial de desenvolvimento emocional, a fazer opções, a definir os seus próprios objetivos, analisar os seus próprios erros, bem como as suas causas e as formas de os corrigir, facultar-lhe informações e pistas que lhe permitam tomar opções e efetuar decisões sucintamente, o coach coloca-se ao serviço do seu subordinado e não para controlá-lo.

Coaching não significa comprometer-se apenas com os resultados, mas com a pessoa como um todo, com a sua realização e o seu desenvolvimento. Por meio do processo de coaching, novas competências e possibilidades de aprendizagem surgem, tanto para o coach quanto para o seu colaborador. Coaching é mais do que treinamento, o coach permanece com a pessoa até ela atingir o resultado. Sua função é de lhe dar poder para que ela produza, para que suas intenções se transformem em ações que, por sua vez, se traduzam em resultados. Coaching é, essencialmente, empowerment. Dar poder para que o outro adquira competências, produza mudanças específicas em qualquer área da vida ou até, e principalmente, transforme a si mesmo. (ARAÚJO, 1999)

2.3 FERRAMENTA ESTRATÉGICA COACH DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES AGROINDUSTRIAIS

Segundo Prahalad (2000) as organizações agroindustriais cada vez mais possuem a necessidade de ter um alinhamento estratégico que envolva, não só posicionamento de produtos e mercado, como pessoas e desenvolvimento para alcançar as metas desejadas. Com isso, alinhar caminhos, preparar e acompanhar pessoas, numa visão integrada de resultados coletivos, tem sido um grande desafio para as lideranças.

Para Hamel & Prahalad (1995) uma nova estratégia competitiva não se restringe em apenas reduzir os níveis gerenciais para uma organização mais enxuta. A flexibilidade está em reduzir as consequências disfuncionais de um comportamento hierárquico, de um comportamento de liderança. O comportamento hierárquico evita um diálogo ativo entre os diversos níveis sobre problemas críticos e usa o poder para resolvê-los, cujo objetivo é garantir aos indivíduos a liberdade de projetar seus próprios trabalhos, consertar seus próprios processos e fazer o que for necessário para satisfazer o cliente. Os mesmos autores alertam para o perigo de um caos negativo, de uma anarquia a nível organizacional, que só poderá ser contido caso haja a obrigação e a oportunidade de contribuição para um fim específico, uma orientação compartilhada que pode ser chamada “intenção estratégica” (IBIDIM, P. 336).

Orientação compartilhada com intenção estratégica foi o foco do comportamento do coach avaliado nessa pesquisa. Esta prioridade também foi eleita em função da bi dimensionalidade da pesquisa coach-liderança. Liz Rider (2002) apresenta o coaching como um processo com objetivos centrados, que envolve necessariamente três pontas: o que realiza o

líder-coach, as equipes e a organização, e este processo permanente cria valor estratégico. O autor Liz Rider (2002) ainda afirma que o coaching é essencialmente uma intervenção estratégica.

Em plena consonância com o pensamento de Rider, Lyons afirma: O coaching fornece uma rota para a liderança. O coaching pode libertar o potencial latente de liderança nos gestores e reforçar a liderança onde esta já existir.

Uma cultura de coaching pode alimentar a liderança. E quando o coaching alinha o desenvolvimento do indivíduo, da equipe e da organização para uma definição mútua de sucesso, então o coaching se torna liderança.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia é a operacionalização da pesquisa, que segundo Suzuki et al (2009), representa o conjunto de métodos utilizados para a condução. Buscando atender o objetivo geral da presente pesquisa que é o de analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas percepções de dois coach, sendo um de Santa Catarina e o outro do Rio Grande do Sul, se fez necessário o entendimento da ferramenta estratégica coaching e o seu papel dentro das organizações agroindustriais, sendo neste primeiro momento realizado um estudo bibliográfico, onde foram consultados livros específicos da área, artigos científicos, e periódicos e site institucionais de organizações agroindustriais que utilizam a ferramenta estratégica coaching. De acordo com Lakatos (1985), pesquisa bibliográfica é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado no site institucional das organizações agroindustriais”.

Organizações como a BRF S/A, Bunge, Usina BP Biocombustíveis, Syngenta, Grupo Bayer que possuem processos e projetos de desenvolvimento e qualificação de jovens aprendizes e funcionários líderes com sistema de coaching.

E em um segundo momento, foi analisado as percepções de dois coach, ocorreu através de duas entrevistas realizadas, sendo a primeira entrevista com o coach Marcos Wunderlich, da cidade de Florianópolis/SC e a outra com a coach Simone Julianote, da cidade de Caxias do Sul/RS.

Segundo Cáceres (1998) é na década de 1930 que a entrevista começa a ser utilizada

amplamente pelas ciências sociais nas tarefas de investigação. Dentro da discussão epistemológica, Fontana e Frey (2000) afirmam que a dinâmica social da entrevista pode determinar a natureza do conhecimento gerado. O presente artigo procurou através das pesquisas bibliográficas, pesquisas na internet e a entrevista com dois coach, buscando um elo entre Teoria X Prática de coaching; ressaltando quais as estratégias utilizadas, quebrando o paradigma hermenêutico, pesquisou as estratégias atuais que estão sendo adotadas dentro das organizações agroindustriais pelos coaches.

Foi elaborado um questionário semiestruturado com perguntas abertas, cujas respostas buscavam uma explicação ou uma opinião dos coaches. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVINOS, 1987).

Conforme Boni e Quaresma (2005) a técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversa informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, procurou aplicar o questionário com as perguntas abertas aos dois coaches, na tentativa de analisar a realidade do tema dentro do estudo proposto.

A primeira entrevista ocorreu com o coach Marcos Wunderlich, presidente executivo

atual e formador de Coaches e Mentores ISOR com visão holossistêmica e complexa. É consultor, master coach, possui trinta e dois anos de experiência profissional. É um dos fundadores do Instituto Holos de Qualidade – entidade científica, tecnológica e cultural voltada para criação e desenvolvimento de tecnologias de desenvolvimento de pessoas e organizações. A segunda entrevista ocorreu com a coach Simone Julianotes, professora, consultora organizacional e formadora de coache há quase vinte anos.

As mesmas perguntas foram aplicadas aos dois coaches. A primeira questão tratou das principais características que um coach precisa ter em tempos atuais. Para Marcos, o profissional coach precisa ter visão ampla, competência relacional, postura condutora, capacidade de geração de benefício ao cliente, conhecimento da metodologia de Coaching, e para Simone, o profissional coach precisa ter escuta ativa, capacidade de desafiar, empatia e elaboração de perguntas relevantes.

Em seguida, foram questionados sobre as diferenças entre o processo do coach e a consultoria empresarial, ambos foram consistentes nesta resposta, que os dois são bem diferentes, no coaching o cliente deve dar suas próprias respostas e não necessita exatamente ter experiência na área já na consultoria o consultor emite um parecer e uma resposta, por ter como base a sua experiência.

Os dois coaches responderam que o processo de contratação do coaching, ocorre através de uma contratação formal, seja tanto para clientes pessoas jurídicas ou pessoas físicas, mas para tanto é necessário ter muito bem definido e claro os objetivos para que esta contratação ocorra. Existem diversas razões para a contratação do coach, mas os dois profissionais ressaltaram que as mais comuns são quando o cliente deseja obter uma meta, algum resultado busca o auxílio de um coach de carreira e/ou de negócios.

Quando se trata da necessidade de formação específica para ser um coaching, Marcos afirma que coaching é uma profissão não regulamentada e qualquer pessoa pode praticá-lo, com ou sem curso de formação. Porém é aconselhável que faça um curso de formação. No Brasil hoje há diversas escolas, de diferentes linhas de pensamento. Já para Simone, existe a necessidade inicialmente de uma formação específica e depois sempre mais especializações, como busca de atualizações constantes.

Para ambos a identificação dentro do processo de coaching de como diagnosticar se foram alcançados os objetivos propostos, primeiramente deixa-se claro os objetivos no início do processo, assim pode-se mensurar se houve o alcance da meta ou não. Normalmente contrata-se

em torno de 8 a 10 encontros de coaching, um encontro por semana ou cada duas semanas, em torno de uma hora e meia de duração, disse Marcos. Cada sessão é entregue um relatório aonde vai posicionando os resultados já alcançados disse Simone.

A metodologia de coaching em si contém algumas regras básicas, como por exemplo, não dizer ao cliente o que ele deve fazer, mas sim fazê-lo emitir suas próprias respostas. Isto é obtido pela habilidade do Coach fazer “perguntas poderosas”. Mas cada caso é um caso específico, cada cliente tem demandas próprias, que podem ser questões pessoais ou profissionais, afirma Marcos e Simone.

Depois de contrato dos serviços de coach, o primeiro encontro, também chamado de agenda ou sessão, tem como foco principal é o diálogo para obtenção de uma meta ou resultado. O tema de cada encontro é trazido pelo cliente ou é negociado entre o Coach e seu cliente. Já Simone afirma que cada encontro depende da situação vivida pelo cliente, cada caso é um caso específico e tem de ser tratado de forma individualizada e com todo respaldo.

Foi perguntado sobre quando a empresa enxerga a necessidade de contratar um coach, Marcos afirma que existem duas formas de praticar o Coaching: contratação de um Coach profissional externo ou então preparar o corpo gerencial para que apliquem o Coaching junto a suas equipes. O objetivo geral desta contratação é ativar potencialidades e competências das pessoas para melhores resultados organizacionais. Normalmente o Coaching é dirigido para as pessoas que vão assumir novos cargos, serem promovidos. Utiliza-se também o Coaching, de uma forma um tanto errônea, para resolução de situações ou pessoas com dificuldade na empresa. Simone diz que depende de cada situação.

Com relação às vantagens e desvantagens que a empresa tem em contratar um coach, ambos os profissionais pesquisados, concordaram que não existe desvantagem, somente se contratarem profissionais não preparados ou não qualificados. Mas ressaltam que as vantagens são inúmeras, e que o coaching nas empresas traz muitos benefícios, como: Capital Intelectual diferenciado; a solidez empresarial; a alavancagem nos resultados operacionais; a sinergia organizacional; a disseminação dos conhecimentos; a aprendizagem contínua; a atuação com mentalidade holístico-sistêmica; o reflexo na qualidade das pessoas e da organização; os relacionamentos focados em qualidade e resultados; a envolvimento nos processos de melhoria contínua; as lideranças mais efetivas; o clima organizacional agradável e dinâmico; o reforço da confiança e da credibilidade na organização; o compartilhamento nos riscos decisórios; o reforço e a potencialização das pessoas não só dentro das organizações como também pessoal.

Existe um motivo que influenciou os pesquisados a optarem nesta carreira, Marcos atua principalmente na formação de coaches, em cursos abertos em diferentes capitais brasileiras ou dentro de empresas, atende as pessoas e os executivos como coaching individual. Afirma ainda que a opção em se tornar coaching foi por ter tido uma formação técnica em engenharia e conhecimento empresarial, aliado a capacidade de desenvolver pessoas, isto possibilitou desenvolver trabalhos, numa época onde o coaching está em voga no mercado brasileiro. Já a Simone afirma que atua principalmente na formação de coaches por gostar de pessoas, e ressalta a questão de a grande maioria das ferramentas fazerem parte da programação neolinguística e também da linha comportamental da psicologia.

Marcos e Simone afirmaram que o coach pode ser um líder da organização, em empresas quem aplica o coaching é o gerente ou o líder para pessoas da sua equipe, ou caso, a empresa não possua, decide-se contratar um coach externo. Dentro em breve não se contratará mais pessoas de cargos gerenciais ou de liderança que não saibam praticar o coaching.

Quando se comenta sobre o coaching e área de recursos humanos, foi levantado que o coach não trabalha muito com o departamento de recursos humanos, a empresa pode contratar um coach para aplicação a diferentes pessoas na empresa, também para o RH. Coaching pode ser aplicado individualmente ou em pequenos grupos. Normalmente é o RH que incentiva a empresa a implantar o processo de coaching. Ambos afirmaram que o mercado de trabalho para o profissional de coaching no Brasil está em expansão, mas ainda existe falta de profissionais de coaching, seja para o atendimento a pessoas físicas ou para atividades em empresas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas organizações agroindustriais nas percepções de dois coaches, tema atualmente bem discutido dentro da área de gestão de pessoas. Segundo Gonçalves e Piovesan (2012) o mercado atual oferece várias soluções para o desenvolvimento de líderes. Mas uma das ferramentas que vem sendo utilizadas com sucesso para este desenvolvimento é o processo de Coaching.

Em frente aos diversos impactos das mudanças ambientais, o aumento da competitividade organizacional e a disputa nos mercados de trabalho, faz com que os gestores/líderes modernos enxerguem as pessoas não somente como meros recursos mais sim

como a mais valiosa das fontes para se ter uma "vantagem competitiva".

Conforme abordado na revisão da literatura, existe uma distancia entre a teoria e a pratica de gestão estratégica de pessoas, principalmente quando se diz a respeito à contemporaneidade aplicada à área de gestão de pessoas, novas praticas estão sendo adotada uma delas no que tange a lideres, é o coach. Observando suas origens e definições, surgimento na sociedade, observa-se que a sua aplicabilidade é e está se tornando uma ferramenta essencial para as organizações que buscam estratégias competitivas diante deste mercado tão globalizado.

Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder a pergunta por meio de investigação com dois coaches de empresas e localidades distintas, sendo um de Santa Catarina e outro do Rio Grande do Sul. Como estratégia de pesquisa aplicou-se num primeiro momento um estudo bibliográfico, em seguida a elaboração do questionário e aplicação do mesmo, de abordagem qualitativa.

Os entrevistados relataram bem a temática em torno do coaching atual, foi observando a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as competências organizacionais da empresa se viabilizem.

Diante destas observações, a ferramenta estratégica coaching recebe dentro das organizações agroindustriais sendo uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais qualificados desencadeia um número significativo de pessoas que correm atrás de formações cada vez mais especificas para se lançarem e possuírem um diferencial no momento das entrevistas.

Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre coach e o coachee (cliente) para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o coach não tem onde apoiar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estão amarrados, e sim deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, A. *Coach: Um parceiro para o sucesso*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Gente, 1999.
- BLOCK, V. M. *Coaching Executivo: Uma questão de atitude* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Campus, 2012.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Construção de Talentos*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos nas organizações*. (2a.,4a Reimpressão ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier, 2004.
- COGO, S. N. *Gestão de Pessoas e a Integridade Psicológica do Trabalhador*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Ltr, 2006.
- CONTI, V. d. *Coaching - O Processo Mágico de Mudanças*. Disponível em <http://jornal100porcentovida.com.br>; <http://www.jornal100porcentovida.com.br/coaching.html>. Acesso em 25 de julho de 2010.
- FEDERATION, I. C. *Sobre o Treinamento*. Disponível em <http://foundation.coachfederation.org/AboutCoaching.aspx> Acesso em 27 de janeiro de 2013.
- GASPAR, D. J., & MEHLER, P. R. Liderança e Coaching. *Revista de Ciencias Gerenciais*, XIII, n.18, 2009.
- GIL, A. C. *Gestão de Pessoas: Enfoque nos papeis profissionais*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2007.
- GIL.A.C. *Gestão de Pessoas* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2001.
- LAMCOBE, B., & TONELLI, M. O Discurso e a Prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as praticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. *REVISTA CONTEMPORANEA DE ADMINISTRAÇÃO*, 5 n.2, 154-174, 2001.

MAXIMIANO, A. C. *Introdução a Administração* (6a.Revisada e Ampliada ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2004.

MILKOVICH, G., & BOUDREAU, J. W. *Administração de Recursos humanos* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2006.

PORCHÉ, G., & NIEDERER, J. *Coaching - O apoio que faz as pessoas brilharem*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.

PRAHALAT, C. *Preparando para a Liderança*. In: *The Peter Drucker Foundation (Org). Liderança para o século XXI*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Futura, 2000.

PRAHALAT, C., & HAMEL, G. *Competindo pelo Futuro: Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1995.

PRESS, O. U. *Dicionário Oxford Escolar*. Brasil: Oxford, 1999.

QUEIROZ, R. *Artigos Administradores*. Disponível em <http://www.administradores.com.br>: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/perspectivas-da-moderna-gestao-de-pessoas/10854/> Acesso em 27 de janeiro de 2013.

RIDER, L. Coaching as a Strategic Intervention, Industrial and Commercial. *Anpad*, 34 n.6, 233 a 236, 2002.

SHOWERS, B., & Joyce, B.. A Evolução de aprender em parceria. *Educational Leadership*, 53 n6, 12(5), 1996.

WITT, D. *Gestão de Pessoas e as Crises Econômicas.*, Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16784/000706243.pdf?sequence=1> Acesso em 27 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO 9

SISTEMA DE CONTROLE DE QUALIDADE EM INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS

Alessandra Aparecida Franco; Karllianne Dias Maia dos Santos

Introdução

O setor sucroalcooleiro vem conseguindo ao longo dos anos lugar de destaque no cenário mundial. Atualmente é considerado como o maior produtor de cana-de-açúcar e o segundo maior na produção do etanol. Já na pauta exportadora do Brasil, o setor ocupa o oitavo lugar em nível de relevância.

Silva (2018) argumenta que a recente expansão da atividade sucroalcooleira no Brasil justifica-se em detrimento de fatores como o aumento dos preços internacionais do petróleo; a inserção da produção de veículos com tecnologia flex fuel; a tendência de alta de preços do açúcar no mercado internacional. O autor também considera as transformações tecnológicas do setor como cultivares adaptados ao clima do cerrado, o aproveitamento do bagaço e da biomassa para produção de energia e ração como fatores relevantes.

O crescimento das unidades de negócio do setor, tem conduzido as indústrias sucroalcooleiras a busca incessante pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços oferecidos no contexto de seus negócios. Nesse cenário onde o objetivo maior é a consolidação de novos mercados precedendo ganhos em relação aos concorrentes, a gestão da qualidade tem se constituído como uma das principais estratégias de gestão, pelo fato de estar diretamente vinculada a competitividade e a rentabilidade organizacional, através da redução de custos e desperdícios, apresentando como resultado produtos que atendem as necessidades e exigências do mercado consumidor.

Com a implementação de um sistema de qualidade nas empresas baseando-se na norma NBR ISO 9001, vários benefícios são adquiridos, tais como: qualificação e certificação pessoal,

aumento da produtividade, redução de custos, melhoria de imagem e reputação, qualidade na cadeia do produto final, maior valor agregado para o mercado, satisfação e lealdade dos clientes (PEREIRA et al. 2016).

A temática proposta nesse estudo é complexa e relevante tornando oportuna sua discussão, notadamente no trato das ferramentas da qualidade utilizadas por agroindústrias de modo a garantir maior espaço no mercado investindo em estratégias de competitividade por meio da adoção de normatizações de qualidade.

Esse estudo busca por meio de uma revisão da literatura, contextualizar aspectos da relevância do Sistema de Gestão da Qualidade e seus benefícios para indústrias sucrooleiras. A discussão do tema e seus resultados, agregarão aos estudos existentes contribuindo para a disseminação da qualidade na realidade das indústrias sucroalcooleiras como uma exigência real e necessária provocando reflexões sobre os aspectos determinantes de vantagens competitivas no desempenho organizacional.

Metodologia

Para realização desse estudo utilizou-se a técnica de revisão da literatura sobre o Sistema de Gestão da Qualidade e seus benefícios de implantação para as Usinas Sucroalcooleiras. O levantamento de dados foi realizado no período de setembro a novembro de 2019 e foi obtido através de pesquisas, com bases eletrônicas usadas, sendo: Scientific Electronic Library (SciELO) e Google Scholar (Google Acadêmico). Os parâmetros de inserção foram os artigos em português publicados no período de 2000 a 2018. Além disso, foram utilizadas palavras-chaves para busca desses artigos, como: setor sucroalcooleiro, implantação sistema de gestão da qualidade, gestão da qualidade, benefícios do Sistema de Gestão da Qualidade. Os artigos estudados foram escolhidos de acordo seus títulos e pelo seu resumo de modo que aquele que não tratava do assunto foram excluídos.

Segundo Markoni e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica busca revisar estudos, dando a possibilidade de um estudo com uma visão mais ampla sobre determinado tema. De natureza descritiva a pesquisa buscou levantar os estudos sobre a temática de forma comparativa. Para realizar este tipo de pesquisa é necessário fazer levantamento sobre o tema, tanto atual quanto de um tempo passado, dando uma perspectiva de conceitos e estudos já realizados por vários meios de investigação. “O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do

mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira experimentação indireta. Num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura” (MARKONI E LAKATOS, 2003, p.107).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contexto histórico da Gestão da Qualidade

A qualidade é um componente que faz diferença na preferência dos consumidores. Chiavenato (1999), afirma que a qualidade não se faz apenas com tecnologia. São necessárias pessoas, e acima de tudo, pessoas capacitadas, preparadas, lideradas, motivadas e completamente responsáveis. A qualidade, acima de tudo é um estado de espírito que estabelece dentro da empresa e que requer comprometimento das pessoas com primor.

Para Garvin (2002), a história da qualidade se divide em quatro diferentes Eras; a da Inspeção, a do Controle Estatístico da Qualidade, a da Garantia da Qualidade e a da Administração Estratégica da Qualidade. A era da Inspeção teve início simultaneamente com a produção em massa no início do século XX, anteriormente, nos séculos XVIII e XIX. Nesse período prevalecia a produção artesanal onde as peças de um determinado produto eram consertadas manualmente uma por vez, por artesãos qualificados. Assim, a inspeção final de qualidade era uma atividade informal e na prática, descartável. A qualidade percebida pelos clientes nessa época ocorria em função de atributos de desempenho, utilidade e durabilidade do produto e era destinada aos artesãos qualificados.

Com o primórdio das produções em grande escala, o intercambiamento das peças na linha de montagem tornou-se fundamental, desenvolvendo uma série de competências e utensílios baseando-se em um modelo padrão das peças. Na década de 1920 a inspeção assumiu oficialmente um papel de função independente dentro da empresa. Esta inspeção fundamentava-se em escolher técnicas de medição adequada e realizar verificações dimensionais com o uso de ferramentas específicas. Assim, as peças com qualquer defeito eram remetidas ao departamento de produção, que as consertavam ou descartavam para que não chegassem aos clientes. (GARVIN, 2002; TEBOUL, 1991).

Na década de 1930 iniciou-se o Controle Estatístico da Qualidade, utilizando técnicas estatísticas de análise de amostras que promoveram inspeção mais eficiente, capaz de distinguir

eventuais desvios da qualidade e indicar suas causas. Nesse período as etapas eram planejadas, esquematizadas, implementadas e os princípios da gestão da qualidade eram aprimorados (VASCONCELOS e LUCAS, 2012).

As décadas de 1940 e 1950 deram origem à Era da Garantia da Qualidade, tendo como principal objetivo a prevenção de defeitos no decorrer de toda produção. Nesse período conforme Martins e Costa (1998), todos os departamentos da empresa tinham uma ligação. Garvin (2002) afirmava que com a possibilidade de avaliar os custos de prevenção e de defeitos, associada ao aumento da prevenção para as atividades de projeto de produto e processo, a escolha de fornecedores, treinamento e motivação dos funcionários, definiam essa “Era”. Diversos autores da era da garantia da qualidade eram norte-americanos e atuavam nos Estados Unidos, porém a utilização conjunta e efetiva das muitas ferramentas propostas aconteceu inicialmente no Japão (TEBOUL, 1991; GREEN, 1995)

Em 1970 Juran e Gryna (1980), explicavam que a qualidade era definida como medida da adequação ao uso. Deste modo, para um produto ter qualidade ele deveria ser bem projetado e produzido conforme o planejado. Também deveria ser seguro para empresa e o cliente, ter poucas falhas, possuir confiabilidade em uso e reparo rápido em caso de quebra. Já para Deming (1982), a qualidade era caracterizada pela melhoria contínua dos produtos e processos, tendo em vista à satisfação dos clientes.

Por outro lado, Crosby (1979) conceituou qualidade como a conformidade das necessidades do projeto. Porém com o tempo, ao mudar uma única palavra na definição, o mesmo autor mudou também o significado de qualidade, definindo-a a partir de então como conformidade as necessidades dos clientes. O que há em comum entre todas as definições, é que além da necessidade de se projetar o produto, no final do processo o mesmo deveria ter a qualidade esperada.

Por sua vez, a Administração Estratégica da Qualidade tinha como uma de suas características a ligação da execução dos objetivos estratégicos da empresa. Slack et al. (2002); Garvin (2002), explicam que para a empresa conseguir atingir um produto ou serviço de qualidade, ela necessita projetá-lo de acordo as necessidades dos clientes. Com isso irá produzi-lo conforme o planejado e disponibilizar um serviço pós-venda que é a garantia para reparos durante a vida útil do produto. Consequentemente, qualidade precisa mais que só o desempenho na produção, é fundamental que tenha um bom desempenho em todos os demais departamentos da empresa como marketing e desenvolvimento.

Sistema de Gestão da Qualidade

Juran (1980), apresentou a trilogia da qualidade como sendo planejar; controlar e aprimorar a gestão da qualidade. Para o guru da qualidade, planejamento representa identificar os quesitos de qualidade que precisam ser atendidos e elaborar atividades com o propósito de criar um produto e um processo capaz de satisfazer tais quesitos. Já no que se refere ao controle, ele afirma que é preciso controlar a qualidade com a finalidade de monitorar as atividades, que são efetuadas após o planejamento, com o propósito de analisar o desempenho real e agir no sentido de corrigir o processo caso haja desvio no resultado do mesmo. E por fim, enfatiza o aprimoramento da qualidade que basicamente é a prática de atividades com a intenção de melhorar a qualidade do produto e do processo, através de identificação de problemas e de suas causas, de oportunidades de melhoria e de realização de ações de melhorias (JURAN, 1980).

De acordo com Maranhão (2005), o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) pode ser definido como um conjunto de recursos e regras mínimas com o propósito de orientar cada parte da empresa para que a tarefa seja realizada de forma correta, no tempo certo e em harmonia, sempre com vistas para que a empresa seja competitiva. A compreensão de qualidade dentro do sistema visa atender a satisfação dos clientes e a produtividade da empresa operando cada vez mais com menos recursos.

O SGQ faz menção a tudo que uma organização realiza para coordenar processos e/ou atividades. Um SGQ quando implementado significa que a cultura da organização pode ser determinada pela busca contínua da satisfação do cliente por meio de um sistema integrado de ferramentas, técnicas e treinamento. Assim, envolve a melhoria contínua dos processos organizacionais, sucedendo em produtos e serviços de alta qualidade (PIRES, 2012). O SGQ é de uma natureza dinâmica, ou seja, tem possibilidade de evolução, já que está relacionado com a melhoria. Logo, sua implantação não assegura por si só a satisfação dos clientes e eficiência dos processos. As organizações que compreendem essa filosofia são capazes de alcançar um retorno sobre o investimento ocorrido, evitando a desatualização e inutilidade do sistema (PIRES, 2004, apud PROENÇA, 2011).

Para Chiavenato (1999), a prevenção e correção de problemas de qualidade; diminuição de custos de qualidade que podem afetar a competitividade da empresa; intensificação dos processos; cumprimento de quesitos normativos; exigência dos clientes e extensão de novos

mercados são os motivos que levam empresas a investirem na validação de um SGQ. Porém, como defende Pires (2012), acredita-se principalmente na presença de dois motivos principais. Um externo que é a grande necessidade dos clientes e/ou de outras instituições interessadas como garantia de que a qualidade pode ser alcançada, e um interno o qual vem da decisão voluntária da gestão como maneira de assegurar um nível específico que seja satisfatório de qualidade que está para ser alcançado com custo mínimo.

Na maioria dos casos explica Paula (2016), depois do mesmo ter sido implantado, existe uma diminuição dos custos de produção e um aumento da produtividade. Para o autor a curto, médio ou longo prazo outros benefícios também podem ser obtidos como: a melhoria da organização interna da empresa com responsabilidades; a compreensão e comprometimento dos colaboradores para qualidade; diminuição de refugo, rejeições, desperdícios e reclamações; evolução da imagem e valor da empresa diante seus parceiros de negócios e clientes.

Os custos de implantação de um SGQ são altos e são muitos os obstáculos que podem prejudicar o sucesso dos projetos de inserção, necessitando um grande grau de comprometimento da gestão. Esses obstáculos são:

- Aumento da carga burocrática
- Rejeição dos colaboradores à mudança, em consequência à existência de hábitos enraizados nas instituições
- Pressões externas dos diferentes *stakeholders* – clientes e fornecedores
- Conservação de comportamentos
- Apoio nas estruturas rígidas e hierárquicas
- Falta de formação e experiência dos colaboradores relativamente à temática da qualidade.

(SOARES e PINTO, 2010, apud PROENÇA, 2011, p.21):

Sistemas de Gestão da Qualidade em Indústrias Sucroalcooleiras

A Gestão da Qualidade tornou-se ao longo do tempo um desafio crucial para as empresas que anseiam o aperfeiçoamento de seus produtos, serviços e a melhoria contínua dos

resultados (PAULA, 2016). No setor sucroalcooleiro essa realidade já é uma constante. O setor é caracterizado pelo fluxo contínuo, por tanto, qualquer irregularidade em alguma etapa do processo produtivo compromete a qualidade do produto final. Assim, segundo Silva (2018), para gerir de maneira eficiente o setor vem passando por transformações frequentes tanto na alteração do modo de produção como na forma de comercialização de seus produtos.

Conforme Conterato (2016), as razões principais que fazem com que empresas implementem e certifiquem o SGQ é procura por garantia da qualidade e conformidade dos produtos seja, apoiando e validando o modelo de inovação; melhorando as atividades da empresa; apreciando a criação de projetos; adaptando as práticas e padrões que são conhecidos internacionalmente; e melhorando a posição competitiva.

Os resultados do estudo de Mauro e Brito (2011), no setor sucroalcooleiro revelaram que há uma correlação de práticas de gestão como o desempenho financeiro das empresas. Os autores entrevistaram 47 gestores de empresas do setor localizadas no estado de São Paulo, e concluíram que a aplicação eficiente das práticas de gestão operacional voltadas para a gestão de qualidade impactou positivamente no aumento da lucratividade e crescimento das empresas. Já a pesquisa de Siqueira (2004), realizada com gestores de cinco empresas do setor na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba revelou que o decisivo da gestão interna, contendo o subfator da gestão da qualidade, foi classificado como determinante da competitividade.

Para Silva et al. (2015), a Gestão da Qualidade tem papel relevante para o setor sucroalcooleiro. Logo, é preciso aprofundar o conhecimento e aceitação do SGQ, uma vez que o mesmo contribui com conquistas e decisões sobre políticas de qualidade para o setor. Entretanto, a adoção do Sistema de Gestão da Qualidade é criticada pela maneira de implantação coercitiva e pelo efeito despolitizador sobre trabalhadores. Os próprios estudos sobre SGQ se despolitizaram e o impacto passou então a ser avaliado de forma exclusiva sobre a organização Alves et al. (2015).

Pesquisas realizadas PWC (2012), uma das maiores prestadoras de serviços profissionais do mundo na área de auditoria, consultoria de negócios e assessoria em transações, envolvendo 120 respos diversos setores da cadeia sucroalcooleira, sendo: 24% usinas, 40% prestadores de serviços, 11% indústria de base, 3% fornecedores e 22% outros setores, indagou os respondentes sobre causas de sucesso do setor. Os resultados mostram que em uma escala de cinco níveis, a qualidade das operações agrícolas assim como da cana entregue, são consideradas como os fatores de maior relevância.

Benefícios do Sistema de Controle de Qualidade – SGQ em Indústrias Sucrialcooleiras

Em um programa de gestão da qualidade, as ações de responsabilidade e preocupação com a qualidade melhoram a imagem da empresa, ocasionando um crescimento significativo no número de consumidores e vendas. Em função do treinamento, os funcionários tornam-se mais capacitados e os fornecedores mais envolvidos com a empresa; abrem-se as portas para exportação, entre outras vantagens. Logo, o lucro não aparece de imediato, contudo, pode ser observado a longo prazo (PAULA, 2016). Marshall Júnior (2006) defende que com a gestão da qualidade não somente a empresa se beneficia, mas todos os colaboradores, os clientes e a sociedade. Isso porque melhora o relacionamento técnico e comercial com fornecedores, aumento de segurança e confiança de serviços e bens.

Os resultados do trabalho de Carlini et al. (2006), realizado em uma agroindústria canavieira do estado de Pernambuco confirmam vantagens na adoção de sistemas de Gestão de Qualidade no que se refere às condições de satisfação financeira de interesse dos acionistas, eficiência, crescimento, competitividade e lucratividade. Nos resultados da pesquisa de Marshall Júnior (2006), em Usinas dos estados de Minas Gerais e São Paulo um benefício significativo apresentado foi a implementação de processos. Já sob a perspectiva dos colaboradores, os ganhos segundo Silva et al. (2015 apud Scopinho 2000), favorecem a adoção de novas práticas asseguradas pela modernização tecnológica e organizacional das usinas, que passam a oferecer maior controle sobre o trabalho.

Segundo Conterato (2016), é possível verificar que a implantação do SGQ traz grandes benefícios para a empresa. Em seus estudos realizados, o quesito de melhor padronização por meio de documentação e registro foi a maior média encontrada. Esse benefício é considerado interno dado que a organização de documentos ajuda no funcionamento da empresa, refletindo na rotina dos funcionários. Já a segunda maior média encontrada foi o quesito ambiente disciplinado e organizado.

Sobre isso, os resultados do estudo de Borba et al. (2016), confirmam que a padronização de processos com a implantação do SGQ em Usinas Sucrialcooleiras, permite eliminar discordâncias entre tarefas realizadas por diferentes colaboradores que exercem a mesma função. O estudo revelou também que por meio de procedimentos documentados e padronizados é possível que as diversas atividades sejam feitas como devem ser, facilitando o

repassa de informações e mantendo conhecimento sobre as mesmas.

Nas empresas objeto de estudo de Henriques e De Sa (2011) assim como nas Borba et al. (2016), a organização de informações e as atividades realizadas nos setores da empresa promoveram um aumento significativo na produtividade e uma diminuição nos erros associados ao processo produtivo e conseqüentemente na redução de custos. O SGQ estando igualado a estratégia organizacional e instalado na cultura da organização de forma correta, é um diferencial amplo na parte competitiva. Nesse sentido, não há como negar que a implantação do SGQ traz benefícios a longo prazo elevando a credibilidade da empresa no mercado diferenciando-a da concorrência (BORBA, et al. 2016).

Luz et al. (2017), defendem com base no estudo que realizaram em uma Usina Sucroalcooleira na região noroeste do estado de São Paulo que empresas com um SGQ destacam-se por ter resultados na parte de maior controle sobre as informações recebidas e geradas com a criação de registros e procedimento de armazenamento. Um segundo aspecto defendido pelos autores é o aperfeiçoamento do treinamento nas empresas, dado ao fato de que para lidar com a criação e manutenção de procedimentos, a capacitação é necessária, pois o treinamento impulsiona a equipe a se manter engajada com os objetivos do SGQ.

Pereira et al. (2016), também concordam que a implantação do SGQ aumenta a perspectiva de elevação do padrão dos produtos conforme o setor sucroalcooleiro necessita, assim como a eficiência, a qualidade e a lucratividade da empresa. Os pesquisadores argumentam ainda que, com uma boa ordenação o SGQ possibilita a empresa garantir princípios de gestão da qualidade como o foco no cliente por exemplo.

O SGQ tem como objetivo gerenciar as necessidades e expectativas do cliente garantindo sua satisfação. Avançando o modelo de hierarquia de níveis organizacionais, iniciando no nível estratégico, passando pelo tático até o operacional. Isso explica porque é fundamental entender que a decisão de implementar a ISO 9001 deve partir da alta direção, que por sua vez tem papel essencial na documentação, implantação e manutenção do SGQ (CONTERATO, 2016)

Uma conseqüência natural na aplicação correta da Norma ISO 9001 é a redução de custos. Quando uma organização aplica os requisitos da norma e completa com treinamentos de pessoal, uso de recursos apropriados para cada tarefa, planejamento das atividades para decorrente execução e inspeção no produto final, se dá a redução do custo operacional como um dos benefícios que a certificação ISO 9001 (MARSHALL JÚNIOR, 2006).

Conclusão

Em conformidade com a revisão da literatura e dos trabalhos apresentados, inicialmente conclui-se que o aumento de exigências dos clientes e o reconhecimento de suas necessidades do ponto de vista para o avanço ou aperfeiçoamento de produtos e serviços, juntamente com a diversidade e competitividade no mercado, permite que empresas do setor sucroalcooleiro procurem métodos e estratégias na busca por maiores índices de lucratividade e espaço no mercado. Para tanto, diversas transformações ocorreram, destacando-se a competitividade no setor, as exigências dos clientes e a preocupação com a imagem das empresas no mercado.

Em atendimento a esse trabalho cujo objetivo buscou apresentar e discutir o Sistema de Controle de Qualidade como uma ferramenta de gestão determinante da eficácia organizacional em indústrias sucroalcooleiras, constata-se que o mesmo é um processo complexo o qual perpassa por fases distintas e de longo prazo. Logo, para que haja sucesso em sua implementação é fundamental que exista uma conscientização, motivação e conhecimento de todos os envolvidos, possibilitando assim que o SGQ alcance seu objetivo e resulte de forma positiva para a empresa.

Conclusivamente depreende-se em relação aos benefícios do SGQ enquanto ferramenta de gestão, o aumento da eficiência, o crescimento da empresa, a adoção de novas práticas asseguradas pela modernização tecnológica e organizacional das usinas, a padronização por meio de documentação e registro, o controle de tarefas realizadas por diferentes colaboradores que exercem a mesma função evitando assim discordâncias, a capacitação necessária, já que o treinamento impulsiona a equipe a se manter em foco, a redução de custos e o aumento de perspectiva dos produtos padrões.

Referências

Borba, M; Schappo, A; Romagnoli, V.G; Pereira, M.R. **Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade Segundo a Norma ISO9001:2008**. XXXVI Enegep, 2016.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2º ed. 1999.

CONTERATO, Camila; CASTRO, Cláudio; SALGADO, Eduardo. Análise das razões,

benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras. **Revista Spacios** v. 37, n.12, 2016.

CROSBY, Philip B. **Quality is free**. New York: New American Library, 1979.

DEMING, W. Edwards. **Quality, productivity and competitive position**. Boston: MIT Press, 1982.

ORTIZ, M.F.; VELASCO, L.M.C.; GORDILLO, M.C.T. **Impacto de la gestión de calidad en la estructura organizativa y en la innovación de la industria azucarera colombiana**. **Estudios Gerenciales**, 28, 2012. P. 317-338.

GARVIN, David A. **Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GREEN, Cynthia. **Os caminhos da qualidade**. São Paulo: Makron Books; SENAC, 1995.

HENRIQUES, Marly Pereira e DE SA, Jose Alberto Silva. Identificação das dificuldades e benefícios da implementação de SGQ baseado na ISO 9001:2008: um estudo de caso no setor madeireiro. **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Belo Horizonte, 2011.

CARLINI, R.J.; ARAÚJO, R.O.; SILVA, F.S.; FONSECA, A.B.; LISBOA, W.F. **O controle de qualidade em uma agroindústria canavieira do estado de Pernambuco**. XIII SIMPEP. São Paulo, 2006.

JURAN, Joseph M.; GRZYNA JR., Frank M. **Quality planning and analysis**. New York: McGraw-Hill, 1980.

LUZ, O.J.; VILAS, L.G.; FARIA, M.D.; CAETANO, M.S.; OLIVEIRA, E.S. **Análise da iso 9001 em laboratório do setor sucroenergético na região noroeste do estado de São Paulo**. **Revista Engenharia em Ação UniToledo**. São Paulo, 2017.

MARANHÃO, M. **ISO série 9000(versão 2000) – Manual de implementação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MARKONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica 1** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARSHALL JUNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.196.

MARTINS, R. A.; COSTA, P. L., Neto **Indicadores de Desempenho para a Gestão pela Qualidade Total: Uma Proposta de Sistematização**. Gestão e Produção, 5 (3), 298-311 (1998). Recuperado em 12 fevereiro, 2013, de
<<http://www.scielo.br/pdf/gp/v5n3/a10v5n3.pdf>>.

MAURO, M.; BRITO, L.A.L. Práticas operacionais e o desempenho financeiro das empresas do setor sucro-energético em São Paulo. Anais do Simpósio: **XIV SIMPOI – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo: Piracicaba, 2011.

PAULA, Gilles. **O que é SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade Total) e como ele pode ajudar a reduzir custos e melhorar os resultados**. [S. l.]: Treasy, 21 ago. 2016.
Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/sgq-sistema-de-gestao-da-qualidadetotal/>.
Acesso em: 24 nov. 2019

PEREIRA, J.A.; FERNANDES, T.; NASCIMENTO, V.L.; FERNANDES, T. Adiantamentos e dificuldades para implantação da norma iso 9001: Um estudo de caso em usina do setor produtivo sucroenergético. **VI JOEP. Mato Grosso, 2016**.

PIRES, R. A. **Sistemas de Gestão da Qualidade – Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Indústria, Serviços, Administração Pública e Educação**. Lisboa: Edições Sílabo, (2012).

PROENÇA, T. A. **O Processo de Certificação de um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente** - Hotel Tryp Coimbra Relatório de Estágio Curricular, Universidade de Coimbra) Coimbra, Portugal (2011). Disponível:
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17888?mode=full>

PWC AGRIBUSINESS RESEARCH e KNOWLEDGE CENTER Identificando a opinião do setor sucroenergético. **Material de apresentação**. PWC/CEISE Br/Sucrotrends, 2012. 49p.

SCOPINHO, R.A. **Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas**. Revista de Administração Contemporânea, 4(1), p.93-112, 2000.

SILVA, F. P. O setor sucroalcooleiro no Brasil: características, perspectivas e crise. Anais do Congresso: **56º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. São Paulo: Campinas, 2018.

SILVA, L. N. ARRAES, N.A.M.; VILELA FILHO, L.R. (2015) **Adoção da gestão da qualidade nas usinas de açúcar e etanol brasileiras**. Anais do XXXV Encontro Nacional de Engenharia da Produção. Ceará, Fortaleza, 2015.

VASCONCELLOS, André; LUCAS, Solange. Gestão Pela qualidade: dos primórdios aos modelos de excelência em gestão. Anais do Congresso: **VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: Niterói, 2012.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SILVEIRA, J. M. F. Modelo evolucionário de aprendizado agrícola. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 10, n. 2, jul.-dez., p. 265-300, 2011.

SIQUEIRA, P.H.L. **Determinantes da competitividade da agroindústria processadora de cana-de-açúcar das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (2004).

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

TÉBOUL, James. **Gerenciando a dinâmica da qualidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Editora Átomo, 2003.

FOR AUTHOR USE ONLY

CAPÍTULO 10

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE EM INDÚSTRIAS SUCORALCOOLEIRAS

Alessandra Aparecida Franco; Mateus Medeiros Ferreira

Introdução

O agronegócio brasileiro tem sofrido grandes modificações nas últimas décadas, em especial pelas exigências por parte do mercado quanto à adoção de certificações. Esse fato evidencia toda a reestruturação pela qual vem passando os setores da agroindústria brasileira com o objetivo de aumentar a produtividade, aperfeiçoar a qualidade e diminuir os custos. Para Scopinho (2000), o contexto atual no qual o setor está instalado, caracteriza-se pela crescente introdução de inovações na base técnica como o fato de todas as etapas do ciclo produtivo agrícola serem mecanizadas; pelo uso de novos produtos químicos, da informática e da automação microeletrônica no controle do processo industrial. Para o autor, a terceirização de algumas etapas na produção e diversificação da produção industrial e agrícola, também são características predominantes no setor.

O papel desempenhado pelo setor do agronegócio é estratégico no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Os efeitos nesse setor são mais intensos que a maioria dos investimentos realizados em outros setores. Nesse sentido, o contínuo progresso da otimização da produtividade obtido nos últimos anos é indispensável para manutenção do sistema produtivo no país como o mais eficiente e economicamente viável. Atualmente a produção de cana-de-açúcar está representada por aproximadamente 635,51 milhões de toneladas, uma diferença de 0,4% a mais em relação à safra 2017/2018 que foi de aproximadamente 633,26 milhões de toneladas (CONAB, 2018).

Nesse cenário competitivo as empresas do setor para não perderem espaço no mercado,

precisam se adaptar continuamente desenvolvendo e implementando ferramentas gerenciais capazes de gerar vantagens competitivas. Uma alternativa interessante e geradora de vantagem são os sistemas de gestão da qualidade (SGQ). Por meio de sua implantação, a melhoria no desempenho, na cultura e na imagem da organização além da elevação de ganhos e redução dos custos, torna-se notável. Nesse sentido, a busca pela qualidade pode se revelar como um grande diferencial garantindo oportunidades a fim de que a empresa se torne competitiva no mercado nacional e internacional (PAULA 2016).

A norma ISO 9001:2000 apresenta o modelo de um sistema de gestão da qualidade baseado em processos, cuja objetivo é a melhoria contínua. Os termos genéricos dispostos nessa norma apresentam todos os requisitos necessários à garantia de qualidade (PEARCE e KITKA, 2006). Para Coelho (2017), a norma ISO 9001 destaca-se diante da visão geral em que possui a série ISO 9000 porque possui os requisitos que um Sistema de Gestão da Qualidade necessita.

Por ser aplicável em todas as organizações seja ela uma prestadora de serviços, de processos ou produção independente do porte da empresa e natureza das atividades desenvolvidas, a NBR ISO 9001:2000 são completamente oportunas as usinas de açúcar e álcool e representam um progresso no campo da qualidade. Sua implantação possibilita as organizações alcançarem sucesso através do aumento da satisfação dos seus clientes, da motivação dos colaboradores e da melhoria contínua.

O objetivo desse trabalho é apresentar e discutir os resultados decorrentes da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e da certificação ISO 9001 em Indústrias Sucroalcooleiras como fator de competitividade no setor. A compreensão de como as Indústrias Sucroalcooleiras efetivamente tem se comportado mediante o cenário atual, justifica esse estudo circunstanciada pela revisão da literatura sobre o tema, assim como por resultados de pesquisas já realizadas e publicadas por estudiosos da área.

Contexto histórico da Gestão da Qualidade

Segundo Vasconcellos e Lucas (2012), uma das primeiras manifestações formais com foco na qualidade partiu da inspeção dos produtos acabados em uma época em que se predominava a manufatura. Esse período em que ao processo produtivo não se dava tanta importância já que o foco era o produto final, antecedeu a revolução industrial e foi

denominado pelos estudos da gestão da qualidade como a Era da Inspeção, na qual 100% das peças pertencentes a cada sistema e equipamento eram analisadas.

A Era da Inspeção teve início com a introdução de inspetores de qualidade nas fábricas modernas que realizavam produção em massa nos Estados Unidos. A introdução desses profissionais se deu pelo fato de começar a existir um número considerável de produtos com defeitos, além de desperdícios de materiais. Os sistemas de inspeção surgiram para melhorar o trabalho daqueles que eram responsáveis pela produção a fim de facilitar a verificação de tudo o que era produzido. A inserção desses inspetores foi de grande importância, pois foi o começo real da inspeção do controle de qualidade já que eram eles profissionais responsáveis pela qualidade (VASCONCELLOS e LUCAS 2012).

Contudo, embora tendo sua relevância na história da qualidade, a era da inspeção para a maioria dos teóricos estudiosos do tema, não garantiam a qualidade pelo fato dessa inspeção acontecer somente em produtos acabados e não no decorrer do sistema de produção. Vale ressaltar também que essa prática sendo aplicada diariamente e seguindo um tempo de aplicação maior, elevava os custos (VASCONCELLOS e LUCAS 2012).

Por volta do século XVIII com a revolução industrial algumas mudanças nas indústrias foram inevitáveis, pois elas começaram a produzir muito mais do que produziam antes. A produção em massa passou a dominar o ambiente das fábricas, e as quantidades produzidas se tornaram maiores e os preços menores. Como consequência dessa realidade, a população passou a ter maior acessibilidade aos produtos, e os artigos mais caros e luxuosos se tornaram sinônimos de qualidade e de maior desempenho. No ambiente das fábricas, o controle de inspeção dos produtos resultantes dos processos produtivos cada vez maiores, se tornava cada vez mais difícil. Logo, mecanismos que tornavam mais viável a inspeção dos produtos, fez-se necessário, dando origem ao uso de métodos estatísticos por amostragem (JÚNIOR, 2010).

Segundo Vasconcelos e Lucas (2012), para garantia da qualidade na indústria no final da década de 1930 surgiu uma nova filosofia dada à necessidade de obtenção de níveis de qualidade cada vez melhores. Esse novo momento da qualidade foi denominado Era do Controle Estatístico a qual se consolidou pelos estudos do físico norte-americano Walter A. Shewhart. Os métodos estatísticos do Controle de Qualidade incentivaram o nascimento também de setores considerados específicos Intra Organizacionais focados na questão da qualidade. Contudo, esses métodos eram quase específicos para somente inspeção de produtos acabados fazendo a qualificação e detecção de defeitos sem se fazer a investigação da causa custos.

Por volta dos anos de 1950 e 1960 o aumento das publicações científicas em relação ao Controle da Qualidade foi bastante expressivo. Autores novos como, Feigenbaum, Ishikawa, Juran e Deming focaram seus estudos mais nos setores de Engenharia da Qualidade e Administração, fazendo assim consequentemente aproximar o conceito de qualidade com a satisfação do cliente, distanciando de uma visão que era defendida anteriormente como “Perfeição Técnica” (JÚNIOR, 2010).

Foi na década de 70 que a qualidade só começou a se destacar e estar mais ativa no cotidiano dos consumidores, uma vez que foi nesse período que os consumidores aumentaram seus instintos críticos em relação aos serviços e produtos adquiridos (FRANCO, VILARINHO e FURTADO, 2012).

Em 1987 aconteceu no Brasil o lançamento das normas da série ISO 9000 a qual se subdividia em três modelos de gerenciamento da qualidade em conformidade com a natureza das atividades da organização. As normas da série ISO 9000 começaram a sofrer seu primeiro processo de revisão no final dos anos 80 a fim de melhorar também a sua aplicabilidade para as organizações que eram voltadas para a prestação de serviços. Essa primeira revisão tinha o objetivo de realizar correções em inconsistências e erros que eram observados durante sua utilização (PAULA e MELHADO, 2005).

De acordo com Teixeira (2000), a partir dos anos 90, a preocupação com a qualidade se intensificou ocorrendo uma verdadeira revolução gerencial em grande parte das empresas brasileiras, ampliando assim o foco na gestão da qualidade e impulsionando o desenvolvimento econômico nacional. Para Miranda (2006), frente à situação econômica do país em meio ao novo ambiente globalizado da economia, aspectos como foco no cliente, no mercado e no posicionamento estratégico, ocasionaram mudanças significativas nos paradigmas das organizações colocando-as em um patamar maior. Foi nesse período que as normativas da Qualidade ISO 9001, ISO 9003 e ISO 9002, se consolidaram de forma conjunta na década de 1990 tornando-se referência internacional (FRANCO, VILARINHO E FURTADO, 2012).

Conclusivamente a Gestão da Qualidade surgiu de um conjunto de diversas práticas de gestão sustentadas por oito princípios. São eles: envolvimento de pessoas; foco no cliente; abordagem de processos; liderança; abordagem factual para tomadas de decisões; abordagem sistêmica para a gestão; benefícios mútuos nas relações com os fornecedores; e melhoria contínua (JUNIOR, 2010).

Sistemas de Gestão da Qualidade

Maranhão (2005), define o Sistema de Gestão da Qualidade como um conjunto de regras de recursos que de forma adequada deve ser implementado, objetivando a orientação de todos os departamentos da organização para que façam suas atividades e tarefas no tempo certo e de maneira correta, a fim de potencializar a produtividade da empresa. Assim, as políticas do Sistema de Gestão da Qualidade somente se tornam aplicáveis mediante o envolvimento de todas as pessoas da organização.

Sendo assim, afirma Paladini (2002, apud Miranda 2006), para que a qualidade seja um valor de todos, é preciso haver mudanças inserindo a qualidade na cultura da empresa o que requer tempo e continuidade. A inserção da qualidade na cultura da organização transforma a qualidade em um valor para todos e ao mesmo tempo convence que mudança gera benefícios. Sobre isso Oliveira e Escrivão (2001), explicam que as empresas devem se preocupar com todas as pessoas envolvidas nas ações de qualidade para que haja sucesso na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade.

De acordo com Cerqueira e Martins (1996), o Sistema de Gestão da Qualidade atua para realizar ações do tipo corretivas e reativas tendo como foco a prevenção de não conformidades por meio da definição de objetivos que devem ser atingidos juntamente. Contudo, tais ações não possuem um caráter preditivo. A cultura predominante no Sistema de Gestão da Qualidade centra-se na busca diária da satisfação do cliente fazendo uso de ferramentas, treinamentos e técnicas, sempre com vistas à melhoria contínua dos processos da empresa a fim de obter como resultado produtos e serviços com alta qualidade (SASHKIN e KISER, 1994, p.34).

Conforme Mello et al., (2002), tudo o que uma empresa organiza e realiza com a finalidade de melhor gerenciar seus processos ou atividades, é o que o Sistema de Gestão da Qualidade faz referência. Quando uma organização resolve implementar um Sistema de Qualidade, a padronização de seus procedimentos é o ponto de partida para obtenção da melhoria contínua. Os métodos utilizados devem ser claramente especificados para que atividades sejam realizadas e o controle seja eficaz (COELHO, 2017).

Para Marshall Júnior (2006), são muitos os benefícios adquiridos com a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade como: eliminação do retrabalho; aumento da competitividade; maior sustentação em disputas judiciais; melhoria da reputação da empresa e imagem; melhor relacionamento técnico e comercial com os clientes; aumento da participação nos mercados

internacional e nacionais; maior integração entre os processos e departamentos da empresa juntamente com um melhor desempenho organizacional pela promoção do treinamento; redução do custo operacional; qualificação; e da certificação dos colaboradores.

Certificação ISO 9001

Como é popularmente chamada, a série NBR 9000:2000 é composta por um conjunto de normativas intituladas ISO 9000, 9001, ISO 9004 e ISO 19011. De acordo com Bárbara (2006), a junção de todas essas normativas padroniza de forma eficiente o sistema de Gestão da Qualidade. A norma ISO 9001 se destaca na série ISO 9000, pelo fato de a mesma apresentar os requisitos necessários para um Sistema de Gestão da Qualidade.

A norma ISO 9001:2000 coloca em destaque para as organizações o quanto é importante gerenciar, identificar e implementar processos de melhoria contínua rumo a eficácia organizacional. Para Carpinetti (2007), a ISO 9001 é uma certificação que realiza um processo de avaliação de competências das empresas em produzir bens ou serviços. Essa certificação atesta se o Sistema de Gestão da Qualidade de uma empresa está dentro dos padrões do Sistema de Gestão da Qualidade que a norma estabelece.

A procura pela certificação ISO 9001 ao longo dos anos ocorreu graças à demanda pela busca por um modelo de Gestão da Qualidade, tendo em vista que esse é o caminho mais prático de preparação para o mercado (ROTH, 1998). Barbara et al. (2009) explica que a utilização da norma ISO 9001 ocorre em uma organização quando a mesma tem como objetivo demonstrar que é capaz de fornecer a seus clientes produtos e/ou serviços que os atendam de forma satisfatória.

Para Rodrigues et al. (2011) a ISO 9001, é considerada uma ferramenta importante e de grande eficiência para garantir um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz. Isso explica porque as empresas desejam tanto conquistá-la. Pearch e Kitka (2006) destacam que a referência normativa NBR 9001:2000 tomou como base um modelo de processos cuja aplicação pode ser feita em qualquer empresa seja do segmento de produção, processos ou prestadoras de serviços. Logo, qualquer organização independente do setor que atua, do porte e dos serviços e/ou produtos fornecidos, pode requerer sua implantação (CARPINETTI, 2012).

De acordo com Franco, Vilarinho e Furtado (2012), a norma ISO 9001 tem uma grande proximidade dos conceitos de gestão pela qualidade total, uma vez que um dos objetivos da

norma é a priorização do conceito de melhoria contínua, o qual é um dos pilares do Sistema de Gestão da Qualidade. Junior (2010), confirma a afirmativa e apresenta os oito princípios contemplados pela normativa.

O primeiro princípio é o foco no cliente. Para o autor, o cliente é a razão principal de existência de uma empresa. Logo é necessário atender suas necessidades atuais e futuras (JUNIOR, 2010). Não há como negar que a existência de qualquer organização, é um princípio vital para a gestão da qualidade. Assim, o alcance da satisfação desses clientes deve ser sempre a busca pela superação das suas expectativas (COELHO, 2017).

O segundo princípio apresentado é a liderança. O autor explica que são os líderes que estabelecem os objetivos e direção da empresa (JUNIOR, 2010). O líder segundo Coelho (2017), tem papel importante para seus liderados. A ele compete fazer o gerenciamento do capital humano sempre buscando a obtenção de um ambiente interno de trabalho saudável, estimulando seus funcionários a buscar sempre o crescimento profissional e por meio da integração, alcançarem o sucesso em todas as atividades desempenhadas (COELHO, 2017).

O terceiro princípio enfatiza que todas as pessoas na empresa independente do cargo que ocupam são a essência de uma organização (JUNIOR, 2010). Esse princípio enfatiza a importância de buscar o aprimoramento das habilidades dos funcionários obtendo como resultado o êxito do negócio. Coelho (2017), explica que o envolvimento e comprometimento dos trabalhadores é fundamental, pois são eles os responsáveis pela obtenção da melhoria contínua.

O quarto princípio considerado pela normativa traz a abordagem do processo, a qual segundo Junior (2010) leciona que um resultado desejado é alcançado mais eficientemente quando as atividades e os recursos relacionados são gerenciados como um processo. Sobre esse princípio Coelho (2017), afirma que processo é um conjunto de atividades que traz um resultado bastante satisfatório e que para o cliente é de grande importância. Ressalte-se que um processo está sempre repetindo e que seu objetivo na gestão da qualidade é de tornar melhor a produtividade da empresa por meio da redução dos custos. Para Junior (2010), identificar, compreender e gerenciar os processos inter-relacionados como um sistema, contribui para a eficácia e a eficiência da organização.

O quinto princípio trata da abordagem sistêmica para a gestão. Coelho (2017), explica que de acordo com o conceito de abordagem sistêmica, as atividades, pessoas e processos em uma organização constituem um sistema onde todos os envolvidos estão inter-relacionados. O

autor explica também que de forma harmônica essa abordagem permite a compreensão e a estruturação dos processos, assim como a percepção das limitações dos recursos antes mesmo de operá-los, podendo levar a implantação de ações corretivas otimizando a melhoria contínua de tarefas específicas.

Como sexto princípio, Junior (2010), apresenta a melhoria contínua do desempenho global da empresa, a qual segundo eles deveria ser um objetivo permanente. Para Coelho (2017), a melhoria contínua pode proporcionar a identificação de possíveis causas capazes de provocar defeitos possibilitando ser eliminadas atividades que possam não estar corretas e possivelmente podem prejudicar o resultado final do produto ou serviço. Além disso, possibilita ainda fazer com que os equipamentos passem por suas devidas manutenções possibilitando a prevenção de possíveis falhas no decorrer de algumas atividades. Logo, pode-se dizer que a melhoria contínua visa melhorar a qualidade do produto ou a qualidade do serviço atendendo sempre as expectativas dos clientes e assim obtendo vantagens competitivas sobre os concorrentes.

A abordagem factual para a tomada de decisão é o sétimo princípio contido na normativa. Junior (2010), uma decisão eficaz é aquela fundamentada por informações e análise de dados. Para o tomador de decisões, é relevante fazer uma análise da veracidade de todas as informações recebidas. Coelho (2017), explica que essa abordagem possibilita a compreensão dos processos fazendo com que problemas futuros sejam previstos.

O oitavo princípio da normativa, aborda os benefícios mútuos nas relações da empresa com os fornecedores. Para Junior (2010), uma empresa depende tanto do seu fornecedor quanto esse da mesma. Nessa relação de interdependência, os benefícios mútuos só aumentam a capacidade de ambos agregarem valores. Sampaio, Saraiva e Rodrigues (2009), afirmam que os benefícios obtidos com a certificação possuem uma forte ligação com as características das motivações que levam as empresas a implementarem o Sistema de Gestão da Qualidade. Esses motivos se de natureza interna tratam das melhorias obtidas, enquanto que os de natureza externa possuem grandezas de dimensões mais globais como abertura de novos mercados.

Sobre isso Marshall Júnior (2006), concorda por defender que empresas que adotam um Sistema de Qualidade de acordo com a normativa NRB ISO 9001 obtêm vários outros benefícios como: eliminação de retrabalho, eliminação de custos e custos operacionais, melhora a reputação e imagem da empresa dentre outros. O autor referencia em relação à implantação da normativa ISO 9001, que tanto a sociedade quanto os clientes também se beneficiam por elevarem a confiança e a segurança em relação aos bens e serviços adquiridos.

Caracterização do Setor Sucroalcooleiro

O setor sucroalcooleiro representa 2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o que equivale a 10% do valor total bruto do agronegócio. No cenário atual o setor está em constante expansão, com um mercado livre e também bastante competitivo. Quase todos os estados brasileiros são produtores de cana-de-açúcar sendo São Paulo o que detém a maior produção com cerca de 60% (JORNALCANA, 2019).

São mais de 800 mil empregos gerados pelo setor com salários maiores em relação à média da remuneração paga no Brasil. O nível de formalização de empregos também é maior que a média do agronegócio no país. Contudo, atualmente o setor enfrenta agravações provocadas pela moagem em quantidade menor, assim como aumento do dólar na safra 2018/2019. Os desafios são grandes e há empresas com dificuldades (JORNALCANA, 2019).

Nos anos 2003 e 2004 o setor sucroalcooleiro sofreu impactos positivos na comercialização de seus produtos em função dos chamados veículos “FlexFuel”. Isto porque, o preço elevado do barril de petróleo aliado às questões ambientais impulsionou significativamente as perspectivas do setor, já que os demais combustíveis na condição de fosséis estavam afetando o planeta e levantando intensas discussões sobre o aquecimento global (GARCIA, 2007).

Segundo Macedo (2007), o etanol possui uma capacidade muito alta de diminuição do índice de emissão dos gases que ocasionam o efeito estufa. Essa capacidade é considerada elevada pelo fato de ser uma fonte de energia renovável e por seu balanço energético ser da ordem de 8,9, índice acima do etanol produzido pelos EUA a partir do milho que é cerca de 1,3. Tais explicações justificam um cenário vigente com perspectivas ainda muito favoráveis a produção do etanol. O fato é que o setor sucroalcooleiro vem se adaptando cada vez mais as novas exigências e se antecipando as que ainda estão por vir. O fim das queimadas da palha da cana no ato da colheita e a acepção e introdução da colheita mecanizada são exemplos, assim como a migração do trabalho manual para a operação de máquinas agrícolas (ÚNICA, 2019).

Segundo Energia (2019), hoje o setor possui um novo modelo baseado no emprego de recursos, técnicas e normas antes controladas por grandes grupos globais. Esse modelo apresenta novidades nos âmbitos estratégico, organizacional e institucional. Considerada como a de maior relevância ou a principal de todas, a novidade institucional adentra as esferas

globais. Seu objetivo é promover e direcionar as atividades fazendo com que o uso do etanol seja em escala mundial, partindo da premissa que visa diminuir os impactos ambientais causados pelo uso de combustíveis fósseis. A transformação do álcool em commodity em fase de efetivação e as certificações Bonsucro a qual visa garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica do etanol e a Renewable Fuel Standard (RFS 2) que visa atender às exigências dos EUA, possuem reconhecimento mundial e são os principais indicativos da internacionalização do produto (ENERGIA, 2019).

A cooperação e a relação entre os setores, formado por grandes grupos, empresas de energia e tradings, compõem o quadro das novidades organizacionais do novo modelo. Logo, a mudança da representação é considerada como a principal novidade caracterizada pela comercialização do etanol com o mercado mundial por meio de parceiros internacionais. Nesse sentido, a aplicação de Joint Ventures com empresas de outros países é garantia de uso de novas tecnologias (ENERGIA, 2019).

As novidades estratégicas que compõe o novo modelo envolvem o controle dos fluxos, tecnologias industriais e produtivas, infraestruturas e também processos. Com o passar dos anos é notável a consolidação e implantação da colheita mecanizada juntamente com o fim da mão-de-obra manual para o corte de cana. As áreas presentes na região Centro-Oeste de caráter plano, indicam que são muito favoráveis e competitivas para essa nova prática agrícola. Tanto que é nessa região, que empresas do setor sucroalcooleiro se organizam pela busca de maiores ganhos em eficiência, produtividade e mercado envolvendo todas as etapas de produção, comercialização e industrialização do etanol (ENERGIA, 2019). Pelo exposto, é evidente que as empresas que não procurarem se adequar nesse novo modelo caracterizado pela inserção de tecnologias modernas com abrangência no mercado internacional, ficarão impedidas de se manter competitivas.

A Nova Política de Biocombustíveis aprovada em 2017- Renovabio, surgiu como uma proposta tentadora e embora ainda esteja em período de regulamentação, começa a ser válida no ano de 2020 possuindo consenso do governo e do setor produtivo. De acordo com a Única (2019), para participar do Programa Renovabio a empresa deve funcionar dentro de uma política cuja prática não seja o desmatamento, uma vez que o etanol e todos os demais produtos precisam ser de caráter sustentável em todos os seus os processos do início ao fim.

Segundo Canaonline (2019), verifica-se que os resultados acumulativos dos últimos dez anos das atividades agrícolas como custos, preços de matéria-prima da cana e eficiência industrial, revelaram que nos últimos 11 anos houve um aumento substancial de 177,40%.

Nesse mesmo período houve uma queda na produtividade em torno de 12,50%, podendo ter sido acarretada pela intensificação do uso da mecanização nas culturas ainda em expansão da cana-de-açúcar e de uma variação do preço de 165,00%. Esse fato de acordo com a Única (2019), de deu em detrimento da antecipação das chuvas de primavera no ano antecessor de 2018 que comprometeram a colheita e consequentemente reduzindo a quantidade de aproveitamento de moagem.

Em relação ao ano de 2019 a situação foi diferente garantindo um rendimento melhor da operação nas últimas quinzenas, ocasionando um avanço na safra em relação aos resultados obtidos no último ciclo agrícola. Até o momento todos os dados coletados mostram que a safra 2019/2020 antecipou seu término. Em 16 de outubro do de 2019 aproximadamente 25 usinas já haviam encerrado a safra no Centro-Sul do país, em comparação ao ano 2018, onde somente 20 unidades finalizaram a colheita nessa mesma data. Em contrapartida, essas 25 usinas sofreram próximo de 13,5% de retração na moagem (ÚNICA 2019).

Por todo o exposto, verifica-se que o setor sucroalcooleiro vem se expandindo cada vez mais. Hoje esse setor é considerado um dos mais promissores e dinâmicos da agricultura brasileira, pertencendo ao cenário da agroenergia, relacionado à produção de combustível e produção de energia limpa e renovável. Um marco para o setor sucroalcooleiro é a produção da Bioeletricidade como uma das mais importantes fontes de geração de energia elétrica produzida a partir da palha e do bagaço da cana-de-açúcar. A Bioeletricidade permitiu que o setor se desenvolvesse fortemente no mercado (ÚNICA 2019).

Impactos do Sistema de Gestão da Qualidade em Indústrias Sucroalcooleiras

As gradativas mudanças sofridas pelo setor sucroalcooleiro com o passar dos anos afetaram o modo de produção e comercialização dos produtos do setor, exigindo das organizações uma maior eficiência econômica e administrativa em detrimento da concorrência instalada (ALVES, 2003). Isso explica porque a busca pela qualidade por meio da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade tem sido uma ferramenta de gestão eficaz. De acordo com Simões e Ribeiro (2007) o Sistema de Gestão da Qualidade é um dos principais desafios para as empresas que procuram aperfeiçoar seus serviços, produtos e a melhoria contínua de seus resultados.

Os resultados da pesquisa de Salgado et al. (2016) realizada através de análise das

razões, benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras revelaram que a implementação do SGQ resulta em diversos benefícios para a empresa. Contudo, a burocracia e o levantamento de documentos necessários na sua implantação são impeditivos consideráveis. Os resultados do estudo também apontaram que fatores como comprometimento da direção e dos recursos humanos assim como o planejamento apresentam determinado grau de dificuldade, e por isso devem estar alinhados para que as empresas obtenham sucesso na implantação. Para o autor fatores como comprometimento da direção, recursos humanos e o planejamento também apresentam grau de dificuldade, e por isso devem sempre estar alinhados para que as empresas possam ter sucesso com essa implantação.

Quanto aos obstáculos, os resultados da pesquisa de Sampaio (2009) mostraram que o envolvimento da alta direção das empresas durante a implantação e a certificação do SGQ, não era eficaz. Isso foi considerado por ele como o principal dificultador enfrentado. O pesquisador relatou também que após a obtenção dessa certificação, notava-se que havia certo desgaste nos benefícios conseguidos mediante a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade.

No tocante aos benefícios, Salgado et al. (2016) concluiu a partir de sua pesquisa que são inúmeros e que estão relacionados a diversas partes interessadas como: funcionários, comunidade, colaboradores e clientes. Já as análises de Siqueira (2004) sobre os determinantes de competitividade das agroindústrias que processam cana-de-açúcar nas regiões do Alto Parnaíba e no Triângulo Mineiro, decorrente de sua pesquisa com oito usinas, revelaram que a gestão interna concomitantemente com a gestão da qualidade estando a primeira preponderando sobre a segunda se destacaram como fatores predominantes.

. Em outra pesquisa realizada por Mauro e Brito (2011) sobre qual seria a relação entre o desempenho financeiro das empresas e a adoção de práticas de gestão de 47 empresas localizadas no estado de São Paulo, os resultados evidenciaram como a utilização eficiente de práticas voltadas a gestão da qualidade, influencia diretamente e de forma positiva no crescimento e na lucratividade da empresa.

Muitos dos artigos referenciados nessa pesquisa, quando estudados confirmam que há inúmeros benefícios mediante a adoção de Sistemas de Gestão da Qualidade no que diz respeito ao desempenho financeiro das organizações, assim como em relação aos interesses dos acionistas sobre crescimento, lucratividade, competitividade e eficiência. Eid e Neves (1998) e Scopinho (2000), afirmam que sob o ponto de vista dos colaboradores, tanto as melhorias tecnológicas quanto as organizacionais das usinas de cana-de-açúcar ocorreriam devido a adoção de práticas que objetivassem o aumento na forma de controle sobre o trabalho.

Segundo JORNALCANA(2019), a pesquisa realizada por Intermídia Comunicação Empresarial (2003) em uma usina sucroalcooleira apresentou resultados de avaliações realizadas pela empresa após a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade. A participação do setor de produção e os de serviços de suporte: recursos humanos, marketing, área comercial, suprimentos e atendimento ao cliente, logística e controle de qualidade, foram fundamentais em todo o processo. A empresa investigada já possuía a certificação ISO 9002/1994 e a ISO 9001/2000 para os produtos açúcar líquido invertido e empacotado e o açúcar cristal. As conclusões evidenciaram como os maiores beneficiados com a implantação de tais normativas, o reconhecimento de seus clientes juntamente com o comprometimento de todos os funcionários.

Segundo Conterato et al. (2016, p.5), quando uma empresa do setor sucroalcooleiro implanta um Sistema de Gestão da Qualidade com base na ISO 9001, está garantindo a boa imagem da organização e como consequência inúmeros benefícios. O autor classifica esses benefícios como sendo quantitativos e qualitativos. São denominados como quantitativos a utilização adequada de recursos; disciplina da produção; uniformidade do trabalho; registro do conhecimento tecnológico; melhoria do nível de capacitação do pessoal; controle dos serviços e processos; segurança do pessoal e dos equipamentos; racionalização do uso do tempo. Quanto aos benefícios qualitativos o autor faz referência a redução do consumo e do desperdício; especificação de Materiais de consumo e padronização dos serviços (CONTERATO et al. (2016)

Nessa linha de raciocínio, Sampaio (2008), categoriza esses benefícios como sendo externos e internos da implantação e certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9000, e os qualifica como efeitos que ocorrem nos ambientes internos ou externos da empresa, respectivamente. Em pesquisas realizadas com empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil, Ferreira et al. (2015), concluiu que os fatores que mais motivaram para que essas empresas buscassem a certificação ISO 9001 estão relacionados a uma forte interação com os clientes. O autor concluiu referenciando as expectativas que estão relacionadas à busca mercados maiores por meio da exportação. São tantos os benefícios a partir da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, que mesmo apesar das dificuldades apresentadas o mesmo se apresenta como uma ferramenta de gestão capaz de conduzir a empresa a obtenção de vantagem competitiva (SIMÕES e RIBEIRO, 2007).

Considerações Finais

O estudo comprova a relevância da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ juntamente com a NRB ISO 9001 para as empresas do setor Sucroalcooleiro e revela as razões pelas quais elas são motivadas a se certificarem assim como os benefícios adquiridos. O modo como empresas do setor atuam para se manterem no mercado não medindo esforços a fim de se tornarem competitivas agregando maior valor aos seus produtos e desse modo se posicionando no mercado estrategicamente, ficaram evidentes.

Constata-se que mesmo apesar das dificuldades enfrentadas diariamente, principalmente para obtenção da certificação ISO 9001, os aspectos positivos na implantação do Sistema de Gestão de Qualidade são bem maiores para essas empresas do que se de fato elas não fossem certificadas.

Conclusivamente esse trabalho contribui para melhor entendimento dos impactos que a implantação da ISO 9001 causa nas empresas do setor sem, contudo, limitar os resultados encontrados a partir das fontes pesquisadas. Nesse sentido, salienta-se a importância da realização de outras pesquisas sobre a temática, posto que ainda há poucos estudos apresentados sobre a mesma restringindo assim a discussão do assunto de forma mais pontuada.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. R. A. **Transmissão de preços entre produtos do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Piracicaba, 2003.

BARBARÁ, S. et al. (Org.). **Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2000**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. p.305.

BARBARA, HANNY; SÁNCHEZ, R. D. S., REY. Viabilidade da Certificação de Qualidade ISO 9001:2000 em Usinas de Açúcar e Alcool de Uberaba-MG e Região. **Viability of the certificaton of quality ISSO 9001:2000 in sugar sugar plant and alcohol of Uberaba-Mg and region**, Uberaba, n. 6, p. 121-192, 2009.

CANAONLINE. **Quais as perspectivas da cana-de-açúcar para 2019?** Sob o ponto de vista da Cana. Região Centro-Sul do Brasil. Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/quais-as-perspectivas-da-cana-de-acucar-para-2019-sob-o-ponto-de-vista-da-cana.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CARPINETTI, Luiz C. R.; MIGUEL, Paulo A. C.; GEROLAMO, Mateus, C. **Gestão da qualidade ISO 9001:2000 princípios e requisitos**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da qualidade: conceitos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ÚNICA. Cana-de-açúcar união da indústria. Acompanhamento quinzenal da safra na região Centro-Sul: Posição até 16/10/2019. *In: Acompanhamento quinzenal da safra na região Centro-Sul Posição até 16/10/2019*. São Paulo: UNICA, 2019. Disponível em: <https://www.unica.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CERQUEIRA, P. J.; MARTINS, C. M. **O sistema ISO 9000 na prática**. São Paulo: Pioneira, 1996. DENATRAN. **Departamento nacional de trânsito**. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/>. Acesso em 22 abril de 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, CONAB. Safra de cana estimada em 635 milhões de t terá produção de 30 bilhões de litros de etanol: Safra. *In: Safra de cana estimada em 635 milhões de t terá produção de 30 bilhões de litros de etanol*. Internet: Redação, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2489-safra-de-cana-estimada-em-635-milhoes-de-t-tera-producao-de-30-bilhoes-de-litros-de-etanol>. Acesso em: 9 nov. 2019.

CONTERATO, Camila; CASTRO, Cláudio; SALGADO, Eduardo. Análise das razões, benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras. **Revista Spacios** v. 37, n.12, 2016.

COELHO, Giselle Amorim. **Gestão da Qualidade**. Instituto Federal Mato Grosso, ano 2017, v. 2, ed. 5, p. 35-50, 2017.

EID, F.; NEVES, M.R. (1998). Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista. **Revista Estudos de Sociologia** (UNESP), 3(4). p.85-95.

FALCONI, Vicente. **Gerenciamento pelas diretrizes**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIEESE. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>.

FERREIRA, C. S.; SALGADO, E. G.; SILVA, C. E. S.; MELLO, C. H. P.; SAMPAIO, P. Reasons and benefits associated with ISO 9001 certification for sugar and ethanol companies. **Independent Journal of Management & Production**, v. 6, n. September, p. 623–642, 2015.

FRANCO, Alessandra; VILARINHO, Cintia; FURTADO, Wilter. Atividade de Valor na Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade - Sgq - em um Serviço Público de Saneamento. Anais do Simpósio: SEGeT - **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Resende, 2012.

GARCIA, J. R. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel Brasileiro e a Agricultura Familiar na Região Nordeste**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

JUNIOR, Isnard Marshall. **Gestão da qualidade** 10.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MACEDO, I. Situação atual e perspectivas do etanol. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, São Paulo, 2007.

MARSHALL JUNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.196.

MARANHÃO, M.. **ISO série 9000, versão 2000: manual de implementação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MAURO, M.; BRITO, L.A.L. Práticas operacionais e o desempenho financeiro das empresas do setor sucro-energético em São Paulo. Anais do Simpósio: **XIV SIMPOI – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo: Piracicaba, 2011.

MIRANDA, A. R. A.; GOMES, M. A. N.; GOMES F. C.; SANTOS, R. V. M.. A influência da certificação ISO 9001 no ambiente, sob a perspectiva dos clientes internos e externos. In: **ENEGEP, XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Fortaleza, 2006. Fortaleza. Anais... Fortaleza, ENEGEP, 2006. CD-ROM. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio de Janeiro: Resende**, 2012.

OLIVEIRA, M. F.; ESCRIVÃO F. E.. Pequenas empresas e insucesso de programas de qualidade: uma proposição de ajustes ao programa Sebrae de qualidade total. In: **EGEPE II – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, 2001, Londrina. Anais... Londrina EGEPE, 2001. CD-ROM.

PAULA, Alexandre Taveira; MELHADO, Silvio Burrattino. **Avaliação do impacto potencial da versão 2000 das normas ISO 9000 na gestão e certificação da qualidade: o caso das empresas construtoras**. São Paulo: EPUSP, 2005.

PAULA, Gilles. **O que é SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade Total) e como ele pode ajudar a reduzir custos e melhorar os resultados**. [S. l.]: Treasy, 21 ago. 2016.

Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/sgq-sistema-de-gestao-da-qualidadetotal/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SAMPAIO, P.; SARAIVA, P.; RODRIGUES, A. G. ISO 9001 certification research: questions, answers and approaches. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 26, n. 1, p. 38-58, 2009.

SASHKIN, M.; KISER, K. J. **Gestão da Qualidade Total na Prática**. trad. Outras Palavras Consultoria Lingüística Rio de Janeiro: Campus, 1994. SCOPINHO, R.A. (2000). Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n.1, p.93-112, Jan/Abr, 2000.

JORNALCANA. Setor sucroenergético representa 2% do PIB brasileiro, afirma diretor do ITC: Como o setor de cana equivale a 2% do PIB?. In: FINGUERUT, Jaime. **Jornal Cana**. Jornal Cana: Redação, 7 maio 2019. Disponível em: <https://jornalcana.com.br/setor-sucroenergetico-representa-2-do-pib-brasileiro-afirma-diretor-do-itc>. Acesso em: 9 nov. 2019.

SIMÕES, L; RIBEIRO, C. R. **O ciclo PDCA como ferramenta da qualidade total.** Unisaesiano. Lins. São Paulo, 2007.

VASCONCELLOS, André; LUCAS, Solange. Gestão Pela qualidade: dos primórdios aos modelos de excelência em gestão. Anais do Congresso: **VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão.** Rio de Janeiro: Niterói, 2012.

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

**More
Books!**



yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.morebooks.shop

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.shop

KS OmniScriptum Publishing
Brivibas gatve 197
LV-1039 Riga, Latvia
Telefax: +371 686 20455

info@omniscryptum.com
www.omniscryptum.com

OMNIScriptum



FOR AUTHOR USE ONLY